



2010

X CONIC FARN

A PESQUISA PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RN

ANAIS

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

28 a 30 de
outubro



2010

X CONIC
FARN

A PESQUISA PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RN

ANAIS

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

**28 a 30 de
outubro**

Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (10: 2010: Natal, RN).

Anais do X Congresso de Iniciação Científica da FARN: A Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável do RN, Natal (RN), 28 a 30 de outubro de 2010. – Natal: FARN, 2010.

2 v. (i, 259 f.; ii, 341 f.)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Desenvolvimento Sustentável no RN – Resumos. 2. Iniciação Científica – Resumos. I. Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/FARN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO
NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler da FARN – Prof^a. Noilde Pessoa Ramalho

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FARN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Direção Geral da FARN – Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Direção Geral Adjunta – Prof^a. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria de Planejamento – Prof. Alcir Veras da Silva
Assessoria de Comunicação – Jornalista Graciema Maria Carneiro
Secretaria Geral – Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus – José Mendes Pinheiro Filho
Biblioteca – Maria de Lourdes Teixeira da Silva

ÁREA ACADÊMICA

Diretoria Acadêmica – Prof^a. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Núcleo Didático-Pedagógico – Prof^a. Angela Maria Guerra Fonseca
Coordenação dos Cursos de Administração e Administração com Habilitação em
Marketing – Prof^a Catarina da Silva Souza
Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação e Licenciatura em
Computação – Prof^a. Livia Maria Martins da Silva
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Yara Magaly Albano Soares
Coordenação do Curso de Direito – Prof. Walber Cunha Lima
Coordenação do Curso de Educação Física – Maria Irany Knackfuss
Coordenação do Curso de Enfermagem – Juçara Machado Sucar
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia – Jordana Celli Bulhões Campos
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Prof^a. Angela Maria Guerra Fonseca

ÁREA ADMINISTRATIVA

Diretoria Administrativa – Prof^a Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade – Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Setor de Compras, Material e Patrimônio – Dickson Pessoa de Lima
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO ORGANIZADORA DO X CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação
Alúcio Alberto Dantas

Representante da Direção Geral
Alcir Veras da Silva

Assessoria de Comunicação
Graciêmia Maria Carneiro

Biblioteca
Maria de Lourdes Teixeira da Silva

Curso de Administração e Marketing
Catarina da Silva Souza
Karina de Oliveira Costa Bezerra

Custo de Ciências Contábeis
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Curso de Direito
Walber Cunha Lima

Curso de Educação Física
Marcilio Souza Vieira

Curso de Enfermagem
Juçara Machado Sucar
Cléa Maria da Costa Moreno

Curso de Fisioterapia
Robson Alves da Silva
André Luiz Silva Davim

Curso de Informática
Lívia Maria Martins da Silva
Bartira Paraguaçu Falcão Dantas Rocha

Curso de Nutrição
Carina Leite de Araujo Oliveira

Curso de Psicologia
Jordana Celli Bulhões Campos

SECRETARIA EXECUTIVA

Alcir Veras da Silva
Ana Maria da Silva Souza
Angela Maria Guerra Fonseca
Carina Leite de Araujo Oliveira
Carlos Airon França DantasAlan Dias Barros
Catarina da Silva Souza
Daniela Quaresma de Souza
Deymisson Costa de Souza
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Fernando de Araújo Conceição
Fernando Roberto Brandão da Silva
Gabriel Nuno da Silva
Graciema Maria Carneiro
Helena Maria da Silva Barroso
Jordana Celli Bulhões Campos
José Mendes Pinheiro Filho
Juçara Machado Sucar
Karina de Oliveira Costa Bezerra
Lineu Rodrigues de Paiva
Livia Maria Martins da Silva
Marcelo de Oliveira Souza
Marcelo Mauricio
Marciele Oliveira de Souza
Marcilio de Souza Vieira
Maria do Socorro Silva
Niciana Maria da Silva
Nivaldo Antonio Portela de Vasconcelos
Paulo Sergio Santa Rosa Castim
Reinaldo Teofilo de Souza
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Vania de Vasconcelos Gico
Walber Cunha Lima

EDITORAÇÃO GRÁFICA
Bibliotecária Marciele Oliveira de Souza

APRESENTAÇÃO

Desde a sua instalação, pela primeira vez em 2001, o Congresso de Iniciação Científica vem, ano a ano, se consolidando como um valioso diferencial de qualidade dentre os diversos eventos acadêmicos promovidos pela FARN.

No mundo moderno, a atividade científica, como prática acadêmica, constitui-se em indispensável complemento ativo do ensino superior.

Comprometida com as ações desenvolvimentistas do Estado do Rio Grande do Norte, a FARN vem incentivando a realização de estudos e pesquisas voltadas para as necessidades sócio-econômicas locais e regionais, as quais têm se revelado como fonte inspiradora dos trabalhos do Congresso de Iniciação Científica.

Registramos com satisfação o empenho e dedicação do Presidente do X Congresso de Iniciação Científica da FARN, Prof. Alúcio Alberto Dantas, bem como dos Coordenadores de Curso, professores e alunos, cujos esforços vêm sendo recompensados pelo gratificante aumento anual do número de trabalhos apresentados.

O presente documento, “Anais do X Congresso de Iniciação Científica da FARN, retrata em seu conteúdo, a qualidade dos trabalhos e sobretudo, em suas entrelinhas, o ânimo e o entusiasmo de todos aqueles que participaram dessa laboriosa jornada acadêmica.

Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Diretor-Geral da FARN

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	Ana Rosa Carlos Antonio de Lima Moreira Fabrícia Abrantes Figueiredo da Rocha Franklin Marcolino de Souza José Padilha Chrispim Neto	Juliana Batista de Oliveira Galvão Damaceno Karina de Oliveira Costa Bezerra Marcilio Rodrigues de Oliveira Ricardo Biali Ribeiro Vanessa Desidério
CONTABILIDADE	Daniele da Rocha Carvalho Márcio Carvalho de Brito Marcos André da Silva Marise Magaly Queiroz Rocha Ricardo Biali Ribeiro Ricardo Medeiros Alves de Oliveira Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos	
DIREITO	Alexandre de Vasconcelos Mendes Ana Mônica Medeiros Ferreira Ana Paula Oliveira Cacho Anderson Leonardo de Oliveira Brito Assis Rogério Maia Fernandes Dalia Simonelli Erica Ludmila Cruz Barros Erick Alves Pessoa Everton da Silva Rocha Fabio Fidelis de Oliveira Fernando de Miranda Gomes Filho Fernando Gaburri de Souza Lima Henrique Batista de Araujo Neto Humberto Lima de Lucena Filho Jean Soares Moreira João Batista Machado Barbosa Jose Albenes Bezerra Junior Jose Eduardo de Almeida Moura	Kaleb Campos Freire Lenice Silveira Moreira de Moura Leonardo Medeiros Luciana Flávia Nunes Casimiro Luiz Eduardo Marinho Costa Marcelo de Barros Dantas Marcelo Lauer Leite Marcelo Mauricio da Silva Marco Aurelio de Medeiros Jordao Mario Sergio Falcão Maia Matusalem Jobson Bezerra Dantas Olavo Fernandes Maia Neto Paulo Renato Guedes Bezerra Rocco José Rosso Gomes Ronaldo Alencar dos Santos Sandresson de Menezes Lopes Vânia Vaz Barbosa Cela
INFORMÁTICA	Alexandre Luiz Galvão Damasceno Cristiane Clebia Barbosa Joseane Alves Pinheiro Kaio Alencar Liane Ferreira da Trindade Mariz Lívia Maria Martins da Silva Romulo Fagundes Cantanhede	
PÓS-GRADUAÇÃO	Aluísio Alberto Dantas	

SUMÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA AGN PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	24
CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE PRODUTOS RECICLÁVEIS: RECICLE & GANHE.....	25
SUGESTÃO DE MELHORIA DE UMA ROTA DE ENTREGA UTILIZANDO O MÉTODO DO MENOR CAMINHO LINEAR.....	26
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA SALINEIRA DO POLO DE MOSSORÓ.....	27
UMA AVALIAÇÃO DOS DESAFIOS ENCONTRADOS NO DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO PELO OS EMPREENDEDORES DE AÇAÍ NA ZONA SUL DE NATAL.....	28
EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E O.....	29
ESTUDO DE CASO SOBRE A QUALIDADE NO ATENDIMENTO NA EMPRESA PRODUTOS CURIMATAÚ.....	30
MARKETING ESPORTIVO E ENDOMARKETING NO FUTEBOL: UM ESTUDO DE CASO NO AMÉRICA FUTEBOL CLUBE.....	31
O IMPACTO DA MUDANÇA DO FORMATO DO JORNAL PARA O ASSINANTE:UM ESTUDO DE CASO JORNAL DIÁRIO DE NATAL.....	32
ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS.....	33
ANÁLISE SENSORIAL: UM ESTUDO DE CASO NA EMPÓRIO BODY STORE.....	34
ANÁLISE DO MERCADO ALIMENTÍCIO DE NATAL: UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA PARA CONSUMO NA BORELLI TORTAS FINAS..	35
APRESENTAÇÃO DO RESUMO DA MONOGRAFIA.....	36
SEGURANCA DO TRABALHO.....	37
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS DA SEDE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO- DETRAN-RN.....	38
BUROCRACIA E O SERVIÇO PÚBLICO.....	39
ANALISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO RN.....	40

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	41
ESTUDOS DE DEMANDAS POTENCIAIS DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE.....	42
ESTUDO DE CASO DA PREMIERE MODA TEXTIL LTDA EPP.....	43
IDENTIFICAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA FARMAFÓRMULA DA GRANDE NATAL.....	44
ESTRATÉGIA DE MARKETNG DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO NA S&S INFORMÁTICA.....	45
PROCESSO OPERACIONAL ADOTADO NO SETOR DE CONTROLE E DESPACHO DE OCORRÊNCIAS DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA- CIOSP/RN.....	46
EMPREENDEDORISMO NA ESCOLA PÚBLICA: DESPERTANDO COMPETÊNCIAS, PROMOVENDO A ESPERANÇA.....	47
ANALISE DE VIABILIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA.....	48
QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE EXTERNO DA AUTOVIA.....	49
ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE CONFECÇÃO: L.....	50
ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA ABERTURA DE UMA EMPRESA DO RAMO DE ESTÉTICA E REPARO DE AUTOS: MONACO AUTO SPA.....	51
ANÁLISE DE VIABILIDADE DA RESIDENCIAL VITALY: UMA INOVADORA FORMA DE SOCIALIZAÇÃO DO IDOSO, PARA MANUTENÇÃO DE SUA SAÚDE E CIDADANIA.....	52
CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO: DE TRIGO.....	53
ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA A ABERTURA DE EMPRESA NO RAMO DE SUPERMERCADOS: SUPERMERCADO ONLINE PRATICON.	54
UM ESTUDO SOBRE CLIMA ORGANIZACIONAL NO SETOR ADMINISTRATIVO DA EMPRESA TÊXTIL S/A.....	55
GESTÃO NA EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA COMERCIAL DE LATICÍNIOS DE NATAL - CLAN.	56

CLIMA ORGANIZACIONAL E SATISFAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS.....	57
QUALIDADE NO ATENDIMENTO: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL – AABB NATAL.....	58
ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA ABERTURA DE UM BAR TEMÁTICO (HOT-BAR)	59
AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE NO CONTEXTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	60
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DE CONFECÇÕES DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	61
OTIMIZANDO A GESTÃO DE ESTOQUES EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.....	62
TREINAMENTO POR COMPETÊNCIA: UM ESTUDO APLICADO A EMPRESA MEIRELES E FREITAS ADVOGADOS ASSOCIADOS E SERVIÇOS DE COBRANÇA.....	63
O DESEMPREGO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	64
CULTURA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DO BANCO DO BRASIL NA AGÊNCIA TIROL/NATAL-RN.....	65
OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DE ESTOQUE EM UMA ESCOLA PARTICULAR.....	66
ESTUDO DE MERCADO E DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE EQUIPAMENTOS AUTOMOTIVOS NA CIDADE DE NATAL/RN.....	67
ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO NO MERCADO DE ADQUIRÊNCIA.....	68
O DIAGNÓSTICO DO CLIMA ORGANIZACIONAL EM ÁREAS TÉCNICO ADMINISTRATIVAS DA FARN.....	69
UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS BÁSICAS DE GEOPROCESSAMENTO COMO APOIO À ATIVIDADE DE PODA DA VEGETAÇÃO URBANA.....	70
GESTÃO DE CUSTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE SITUADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.....	71
GESTÃO DO RISCO SOBRE INVESTIMENTOS EM AÇÕES NO MERCADO ABERTO APÓS A CRISE FINANCEIRA DE 2008 – 2009.....	72

UMA ABORDAGEM DE CUSTOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	73
MKT DE RELACIONAMENTO NO VAREJO DE ELETROELETRONICOS DAS LOJAS INSINUANTE.....	74
VISÃO ANALÍTICA SOBRE O ÓCIO CRIATIVO.....	75
A IMPORTÂNCIA DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA FRANQUIA NO RAMO DE VESTUÁRIO NO NATAL SHOPPING CENTER COM USO DE RECURSOS DE TERCEIROS.....	76
A SINDROME DE BURNOUT.....	77
GESTÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE SENSORIAL DOS ADMINISTRADORES DA JVC COMERCIAL LTDA.....	78
O TRANSPORTE DE BUGGY TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE...	79
A IMPORTÂNCIA DA FERRAMENTA GERENCIAMENTO POR CATEGORIA PARA O PEQUENO VAREJO SUPERMERCADISTA DA CIDADE DE NATAL.....	80
A PONTE FORTE-REDINHA E CENÁRIOS ECONÔMICOS DE NATAL....	81
MOTIVAÇÃO DENTRO DE UM AMBIENTE ORGANIZACIONAL.....	82
UMA ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA MOTIVAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA CAERN.....	83
ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA NO RAMO DE ESTÉTICA AUTOMOTIVA NA ZONA SUL DE NATAL.....	84

SUMÁRIO DE CONTABILIDADE

APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE CUSTOS DA QUALIDADE NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS.....	86
INTRODUÇÃO À CONCILIAÇÃO CONTÁBIL.....	87
ANÁLISE DE GERENCIAMENTO DE QUALIDADE E CUSTOS EM INDÚSTRIA MOVELEIRA DE PEQUENO PORTE.....	88
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS EM NATAL – RN.....	89
PLANO DE NEGÓCIO DE VIABILIDADE FINANCEIRA E ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS EM NATAL – RN.....	90
RESUMO DA MONOGRAFIA.....	91
GESTÃO DE INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DOS ALUNOS DO 4º ANO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FARN.....	92
AUDITORIA CONTÁBIL: INFORMAÇÕES MAIS RELEVANTES DENTRO DO PROCESSO DE AUDITORIA EXTERNA NO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO RN.	93
O IMPACTO DO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DO ICMS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA ATACADISTA ALFA.....	94
A INFLUÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA CRM NA GESTÃO FINANCEIRA NO SETOR DE CONTAS A RECEBER DAS EMPRESAS.....	95
CONTABILIDADE PARA O MUNDO: O DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE INTERNACIONAL.....	96
A VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA DE ECONOMIA MISTA SOBRE O SEU REGIMENTO INTERNO.....	97
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO NAS COMPANHIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO NORDESTE BRASILEIRO.	98
MÉTODOS DE ELIMINAÇÃO DE RESULTADOS NÃO REALIZADOS DE OPERAÇÕES INTERCOMPANHIAS.....	99

CONCESSÃO DE CRÉDITO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DE FOMENTO MERCANTIL.....	100
ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE TERCEIRIZAÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.....	101
A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE ÉTICA PROFISSIONAL PARA OS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FARN E UFRN.....	102
O PAPEL DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO PROCESSO DE MUDANÇA CULTURAL E INSTITUCIONAL NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.....	103
O PERFIL DOS PROFESSORES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IES POTIGUARES E SUAS ÁREAS DE INTERESSE.	104
PROADI – UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE O IMPACTO ECONÔMICO DO INCENTIVO FISCAL E FINANCEIRO PERCEBIDO PELA EMPRESA DE PESCADOS LOCALIZADA NA CIDADE DE MACAÍBA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	105
RESUMO MANOGRAFIA.....	106
CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS NA INDÚSTRIA GRÁFICA: UM ESTUDO DE CASO.....	107
A IMPORTANCIA DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGIA NA GESTÃO DE UMA PEQUENA EMPRESA.....	108
OS LIVROS EMPRESARIAIS E A FUNÇÃO DO CONTADOR.....	109
O ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTROLADORIA: UM ESTUDO COMPARATIVO NAS IES PARAIBANAS, SERGIPANAS E POTIGUARES.....	110
TCC.....	111
TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DOCENTE DOS PROFESSORES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IES POTIGUARES.....	112
ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS TOMADAS DE DECISÕES GERENCIAIS: ESTUDO EM UMA EMPRESA NO SEGMENTO AGROINDUSTRIAL E NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DERIVADOS PERDIGÃO S/A NOS ANOS DE 2007, 2008 E 2009.....	113

UM ESTUDO NA CIDADE DO NATAL SOBRE A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS SOBRE O CODIGO DE ÉTICA.....	114
BALANCED SCORECARD - BSC.....	115
O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA FINANCEIRA E NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DAS FAMÍLIAS NORDESTINAS.....	116
A SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS: ASPECTOS LEGAIS E IMPACTOS NAS INSTITUIÇÕES EMPRESARIAIS E SUA CONTABILIDADE.....	117
UM ESTUDO EMPÍRICO NA EMPRESA XXXXXXXX COMUNICAÇÕES SA SOBRE O IMPACTO ECONOMICO E SEUS RISCOS DIANTE DA OPÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DE SEUS FUNCIONÁRIOS.....	118
PREÇO DE TRANSFERÊNCIA.....	119
CUSTO DE QUALIDADE - CONCEITO E MENSURAÇÃO.....	120
O QUE É CONTROLADORIA.....	121
A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NO CONTROLE INTERNO DA COOPANEST/RN.....	122
QUEBRA DE PARADIGMA NA GESTÃO FISCAL: OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ANGICOS, NO RIO GRANDE DO NORTE.....	123
INVESTIGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, NOS PONTOS DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO NOS MUNICIPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE, A QUAL DESTACO APENAS: PEDRA GRANDE, SERRINHA E TANGARÁ.	124
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E FRACOS NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL EM UMA LANCHONETE EM NATAL/RN.....	125
CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA – UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PARA A EMPRESA R P HOTELARIA LTDA – ME.	126
A SOCIEDADE LIMITADA E A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS – O PAPEL DO SÓCIO NA SOCIEDADE LIMITADA.....	127

IMPACTO DOS GASTOS AMBIENTAIS NO RESULTADO CONTÁBIL: UM ESTUDO DE CASO NA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN.....	128
INVESTIGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DE UM RESTAURANTE PRESTADOR DE SERVIÇOS: ESTUDO DE CASO EM UM FLAT NA CIDADE DE NATAL/RN.....	129
GERENCIAMENTO DA CADEIA DE VALOR.....	130
EVIDENCIAÇÃO DA PERDA POR IMPAIRMENT DOS ATIVOS NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COM AÇÕES NEGOCIADAS NA BOVESPA.....	131
OS POTENCIAIS IMPACTOS SOFRIDOS PELO GRUPO JS PEÇAS LTDA SE FOR IMPLEMENTADA A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL.....	132

SUMÁRIO DE DIREITO

MAUS TRATOS E O PROJETO DE LEI 2.654/03: EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	134
A VIENA DE KELSEN E WITTGENSTEIN.....	135
PARA UMA SUPERAÇÃO DO SILOGISMO JURÍDICO.....	136
FRIEDRICH MÜLLER E O AMBIENTE NEOCONSTITUCIONAL.....	137
A PROGRAMATICIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS SOB A ÓTICA DE JOSÉ AFONSO DA SILVA.....	138
CYBERBULLYING: ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS.....	139
BULLYING: MAL QUE PRECISA SER COMBATIDO NO AMBIENTE ESCOLAR.	140
A ABERTURA DA INCERTEZA.....	141
ALIENAÇÃO PARENTAL, SAP, LEI Nº 12.318/2010 E GUARDA COMPARTILHADA.....	142
O RESGATE DO CARÁTER EDUCATIVO DO DIREITO.....	143
JUSTIÇA - A UTILIDADE DA VIRTUDE ARTIFICIAL DE DAVID HUME...	144
A EFICÁCIA DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E REFLEXÕES SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	145
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE UM BOM ARGUMENTO.....	146
A NOVA LEI DO DIVÓRCIO E SEUS IMPACTOS JURÍDICOS E SOCIAIS.....	147
DIREITO DO CONSUMIDOR INFANTIL: REFLEXOS JURÍDICOS DO PROJETO DE LEI Nº. 150/2009.....	148
ASPECTOS JURÍDICOS DA PUBLICIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS DIRECIONADOS AO CONSUMIDOR INFANTIL.....	149
EDUCAÇÃO FAMÍLIA E ESTADO. FUNÇÕES E LIMITES, SOB A VISÃO DE DURKHEIM.....	150
DESMISTIFICAÇÃO DO CONCEITO DE POLÍTICA E PODER.....	151

SOBRE UMA FUNDAMENTAÇÃO DO DOUTOR MÁRIO JAMBO.....	152
ABORTO DE ANENCÉFALOS: UMA CONDUTA NÃO CRIMINOSA.....	153
A CRIANÇA E O ADOLESCENTE SOBRE A ÉGIDE CONTEMPORÂNEA DO DIREITO TRABALHISTA E PENAL BRASILEIRO.....	154
A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NOS CASOS DE CALAMIDADE PÚBLICA: UM ENFOQUE NAS TRAGÉDIAS DO RIO DE JANEIRO.....	155
COMPRA E VENDA ELETRÔNICA NO BRASIL.....	156
A PENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO.....	157
BRASÍLIA E DEMOCRACIA, UM HIATO DA MODERNIDADE SOB AS LINHAS DE M. BERMAN.....	158
DOSIMETRIA DA PENA: O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NA ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS DO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL.	159
ABORTO CRIMINOSO.....	160
A ABORDAGEM DO DIREITO ATÉ O PÓS-POSITIVISMO, COM BASE NA TEORIA DE HERÁCLITO DE ÉFESO.....	161
A INFLUÊNCIA DO DINHEIRO NA POLÍTICA.....	162
QUESTIONAMENTOS SOBRE A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS.....	163
ESTÁGIO REMUNERADO: CAMUFLAGEM DE MÃO-DE-OBRA BARATA.....	164
PAZ MUNDIAL: A PRECURSORA DOS DIREITOS HUMANOS.....	165
COOPERATIVA: FLEXIBILIZAÇÃO X PRECARIZAÇÃO.....	166
A MULTICULTURALIDADE E A VISÃO OCIDENTAL DO DIREITO ISLÂMICO.....	167
A CIDADANIA AMBIENTAL DO IDOSO: SUA PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO ECOLÓGICA.....	168
O NOVO DIREITO CONSTITUCIONAL: ANÁLISE DO FENÔMENO NEOCONSTITUCIONALISTA E SUAS REPERCUSSÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	169

OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR: INSTITUTO JURIDICO NA RECUPERAÇÃO DA MAIS VALIA URBANA.....	170
O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA NO ESTADO ACONFESSIONAL BRASILEIRO.....	171
FORMAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA COMO JUSTIFICATIVA PARA CRIMES ELEITORAIS.....	172
O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO: A VERTENTE TRABALHISTA E A CONSUMEIRISTA.....	173
NÍSIA FLORESTA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988: UMA ANÁLISE SOBRE A (DES)IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE HOMENS E MULHERES.....	174
O FUTURO DO DIREITO COM O AUMENTO DA TECNOLOGIA.....	175
A DIGNIDADE DA PESSOA IDOSA EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS.....	176
COOPERATIVISMO NÃO GERA VÍNCULO EMPREGATÍCIO.....	177
A ÓPTICA CONSTITUCIONAL DAS PENAS, PRIVATIVA DE LIBERDADE E RESTRITIVA DE DIREITO, NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO.....	178
A CAVERNA - UMA ANÁLISE MARXISTA DA OBRA DE JOSÉ SARAMAGO.....	179
O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E A PRECARIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO.....	180
ANÁLISE DA DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO PÚBLICO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	181
O DIREITO DO TRABALHO E AS REFORMAS NEOLIBERAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RETROCESSOS DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988.	182
"SEGUIR UMA REGRA" É CUMPRIR UMA NORMA?	183
DIREITO A MEDICAMENTO: UMA GARANTIA CONSTITUCIONAL.....	184
ANTÍGONA E A QUESTÃO FEMININA.....	185
SOBRE A ANÁLISE DO "ETHOS" EM UM DISCURSO POLÍTICO.....	186

SOBERANIA, FATO OU IDEAL?	187
POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL - OS FLANELINHAS E GUARDADORES DE CARROS.....	188
ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO RECUO NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, CONFLITO DE NORMAS E FUNÇÃO SÓCIO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE.....	189
PROTEÇÃO AMBIENTAL: BREVES APORTES SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	190
OLHAR JURÍDICO-RELIGIOSO SOBRE O JULGAMENTO DE JESUS CRISTO.....	191
A MULHER SOB A ÓTICA DO DIREITO.....	192
A PUNIÇÃO GENERALIZADA EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	193
AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL.....	194
A RELEVÂNCIA DO PROCESSO DE ADOÇÃO E AS INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 12.010/09 NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	195
LEI MARIA DA PENHA NA ZONA RURAL E URBANA.....	196
A PRISÃO ESPECIAL SOBRE O PRISMA DA REFORMA NO PROCESSO PENAL.....	197
A TUTELA DO AMBIENTAL ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL.....	198
O QUE HÁ DE KELSEN NO CÍRCULO DE VIENA?	199
A CONSTITUCIONALIDADE DA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS.....	200
ACEPÇÕES JURÍDICAS DO ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, À LUZ DO DIREITO PENAL E TRABALHISTA.....	201
O TRIBUNAL DO JÚRI COMO OPINIO DELICTI.....	202
PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS DAS PROVAS NO NOVO CÓDIGO PROCESSUAL CIVIL.....	203
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRESSUPOSTO PARA FALIBILIDADE DO SISTEMA PRISIONAL.....	204

O USO DE ALGEMAS NECESSIDADE PROFICIONALOU ABUSO DE PODER DA POLÍCIA.....	205
LICENÇA-MATERNIDADE: AMPLIAÇÃO DO PERÍODO EM PROL DA CONVIVÊNCIA MATERNO-FILIAL.....	206
O INQUÉRITO POLICIAL: SIGILO X MÍDIA.....	207
O PODER DA CONCILIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS JUDICIAIS.....	208
OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.....	209
DEMOCRACIA E "ISLAMOFOBIA": REFLEXÕES INICIAIS.....	210
INÍCIO DA PERSONALIDADE EM FACE DAS TEORIAS NATALISTAS E CONCEPCIONISTAS E OS REFLEXOS NO NASCITURO.....	211
PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.....	212
O ARTIGO 123 DO CÓDIGO PENAL: UMA INCONGRUÊNCIA JURÍDICA.....	213
TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS: A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.....	214
NEOCONSTITUCIONALISMO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	215
A DENUNCIAÇÃO DA LIDE NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	216
NATUREZA JURÍDICA DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS.....	217
TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS: LEVANTAMENTO DE ASPECTOS RELEVANTES E SUA PRESENÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	218
A AQUISIÇÃO DE TERRAS BRASILEIRAS POR EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO E A SOBERANIA NACIONAL.....	219
PENHORA ON-LINE: CONSTRIÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS ATRAVÉS DO SISTEMA BACEN JUD.....	220
RELIGIÃO E PODER.....	221
FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE EMPREGO	222
ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE TURÍSTICO NA ORLA MARÍTIMA E SUA REGULAMENTAÇÃO.....	223

A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS NO DIREITO INTERNACIONAL.....	224
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA ANTE A CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO FURTO PRIVILEGIADO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.....	225
O CASO SAKINEH ASHTIANI: SUA REPERCURSÃO PARA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS.....	226
A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES E A POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	227
AGROECOLOGIA: A EXCELÊNCIA EM PROL DE UM MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INERENTES AO TRABALHADOR.....	228
OS ETHE DE CREDIBILIDADE NO DISCURSO POLÍTICO-COMO ESTÁ SENDO CONSTRUÍDO A IDENTIDADE NO DISCURSO POLÍTICO.....	229
TRABALHO INFANTIL NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	230
AS PROVAS ILÍCITAS: CONCEITOS E JURISPRUDÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	231
DIREITOS DA EMPREGADA DOMÉSTICA E SEU CONTRATO.....	232
ULTRAPASSANDO AS FRONTEIRAS DO DOGMATISMO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE COMO AS FALHAS ARGUMENTATIVAS ENSEJAM EMBARGOS DECLARATÓRIOS.....	233
NOVAS PERSPECTIVAS: NEOCONSTITUCIONALISMO COMO REVIRAVOLTA LINGUÍSTICO-PRAGMÁTICA RUMO À HERMENÊUTICA.....	234
IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO ERRO MÉDICO.....	235
NEGLIGÊNCIA DOS ADVOGADOS NA CONFECÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL: ESTUDO PRÁTICO QUANTO ÀS AÇÕES AJUIZADAS NA COMARCA DE NATAL.....	236
PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO O GRANDE DEFENSOR DO TRABALHADOR.....	237
AÇÃO DE ALIMENTOS GRAVÍDICOS: CONSAGRAÇÃO X INCERTEZAS DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS.....	238

SUMÁRIO DE INFORMÁTICA

SISTEMA DE INTRANET CORPORATIVA EMPRESARIAL.....	240
EDUCAÇÃO A DISTANCIA: UMA NOVA MODALIDADE DE ENSINO COM USO DA INTERNET.....	241
CRIMES DE INFORMÁTICA: UMA VISÃO ATUAL.....	242
ENGENHARIA SOCIAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	243
COMUNICAÇÃO DE IMAGENS DIGITAIS EM MEDICINA – DICOM.....	244
TWITTER INVADE AS EMPRESAS.....	245
COMERCIO E AS REDES SOCIAIS.....	246
BENEFÍCIOS DA VIRTUALIZAÇÃO PARA PLATAFORMAS EMPRESARIAIS.....	247
INCLUSÃO DIGITAL NO RN: UM DESAFIO A SER VENCIDO.....	248
NOTA FISCAL ELETRÔNICA E SEUS PADRÕES.....	249
APLICABILIDADE DO VOIP (VOICE OVER INTERNET PROTOCOL) – REDUÇÃO DE CUSTOS.....	250
RESUMO CONGRESSO.....	251
ESTUDO DE CASO DA REDE WIRELESS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	252
BIOINFORMÁTICA.....	253
COLETOR DE DADOS PROGRAMÁVEL PARA LEVANTAMENTO PATRIMONIAL UTILIZANDO CREME.....	254
FERRAMENTA PARA REPLICAÇÃO DE BANCO DE DADOS UTILIZANDO O LOG DO POSTGRES.....	255
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROTEGENDO REDES CORPORATIVAS CONTRA BOTNETS.....	256

SUMÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	258
AS CAUSAS DO DESEQUILÍBRIO AMBIENTAL NO SERIDÓ/RN.....	259

ADMINISTRAÇÃO

ANAIS

2010
**X CONIC
FARN**
A PESQUISA PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RN

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

**28 a 30 de
outubro**



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

A IMPORTÂNCIA DA AGN PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Moacyr Duarte Milfont. Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alcir Veras da Silva

Instituição de Ensino: FARN

Aluísio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O crescimento econômico depende de investimentos para a implantação, ampliação, modernização, realocação e diversificação de atividades produtivas, as quais geram produtos e serviços, demandam fatores de produção, matérias-primas e insumos, além de gerar empregos, remunerar mão-de-obra e agregar valores à economia. O presente estudo analisa o desempenho da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte, com o objetivo de avaliar o seu impacto no apoio aos investimentos privados, mediante a concessão de financiamentos, consultorias, estudos de mercado e orientação técnica que viabilizem os empreendimentos econômicos locais, de forma a balizar estratégias e decisões de investimentos públicos e privados que possam nortear o desenvolvimento do Estado. Justifica-se o estudo, considerando a importância do fomento público às iniciativas privadas e que resultem em crescimento econômico regional.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido mediante pesquisas descritiva, bibliográfica e documental. Os dados foram coletados através do relatório consolidado da AGN, o qual descreve o seu demonstrativo financeiro do ano de 2008. O universo pesquisado contempla as estatísticas das ações da AGN no período de 2003 a 2007, quando foram realizadas 157 operações de crédito com recursos próprios da AGN. A instituição efetivou, nesse período, o total de 22.593 operações com recursos próprios e recursos oriundos de fundos de investimentos.

(RESULTADOS) A pesquisa confirma que a AGN vem atuando de forma significativa nos diversos segmentos da economia do estado, tanto nos setores primário, quanto secundário e terciário. Essa atuação tem sido eficiente na alocação de recursos de implantação de empresas; bem como no financiamento de projetos de ampliação, modernização e diversificação de atividades produtivas, contribuindo de forma decisiva para a geração de emprego e renda, e para o crescimento da economia estadual. O estudo constata que no período analisado, e 2003 a 2007, a AGN contribuiu para a realização de investimentos de R\$ 20,5 milhões, gerando mais de 7 mil empregos, mediante recursos próprios e do BNDES e BNB. Com recursos próprios e de Fundos de Investimentos, os valores financiados foram de R\$ 38 milhões e que contribuíram para a geração de 2.296 empregos diretos. O estudo conclui que a ação da AGN deve ser ampliada e diversificada, no sentido de contemplar projetos de pequenos e microempreendimentos e que sejam voltados para atividades que fortaleçam a cadeia produtiva de bens e serviços do estado, gerando emprego e agregando renda aos diversos setores da economia do estado.

(CONCLUSÃO) A AGN empreendeu um amplo programa de reestruturação operacional e de capitalização preparando-se para aumentar a sua contribuição ao desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte. Os Resultados foram altamente positivos, o que fortalece a confiança no futuro da Instituição de forma mais efetiva nos próximos anos, permitindo à AGN um novo patamar de eficiência em sua missão de contribuir para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte.

CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE PRODUTOS RECICLÁVEIS: RECICLE & GANHE.

Autor(es):

Jeriel Ferreira de Jesus: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN
Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Na atualidade tudo acontece de forma tão rápida e dinâmica que se observa um grande aumento do consumo de produtos que se utilizam de embalagens recicláveis. Nesse contexto nota-se a real necessidade de buscar esse material que é jogado no meio ambiente para transformar essa matéria-prima de forma a ser reutilizada no mercado. Para suprir a necessidade dessa demanda gerada por consumidores torna-se importante a existência de empresas capazes de retirar essa matéria-prima do meio ambiente gerando lucro e empregos diretos e indiretos, fortalecendo a economia e contribuindo para uma cidade limpa. Partindo desse ponto de vista, surgiu o interesse pela abertura da Recicle & Ganhe para trabalhar com um desses produtos que é o plástico. Para isso, a pesquisa pretende analisar a viabilidade econômica-financeira de uma empresa de reciclagem e propõe: recuperação de materiais plásticos descartados pela separação e a classificação através de esteiras de lixo; A trituração mecânica de sucatas plásticas com a subsequente classificação e separação; Outros métodos de tratamento mecânico como o corte e a prensagem para redução de volume de materiais plásticos; A classificação e a compactação de plásticos para a produção de matéria-prima secundária. O processamento (limpeza, derretimento, trituração) de sucata de plástico para granulagem.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, por ter sido feita em três empresas do ramo de interesse. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se entrevistas estruturadas e focadas nos objetivos propostos, com as seguintes empresas do ramo: Jolmi, Tubiba, Patrício metais, Azevedo metais, além de pesquisas na internet e notícias divulgadas sobre a indústria de reciclagem. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso de um modelo de plano de negócio do SEBRAE-PB que é estruturado em planilhas do Excel.

(RESULTADOS) Ponto de equilíbrio 64,04%; Rentabilidade 5,91%; Lucratividade 15,71%. O mercado de reciclados ainda está muito carente de inovações. O que vimos em nossas pesquisas foi que as empresas existentes hoje, fazem esse trabalho ainda de forma muito artesanal e amadora, não utilizando os processos de administração do negócio. A Recicle & Ganhe se propõe a realizar um trabalho inovador tendo um tratamento diferenciado com nossos fornecedores (catadores e sucatas) formando com eles uma parceria para agregar valor ao negócio de ambos, fazendo com que eles encarem a nossa empresa como sendo seu principal parceiro. Essa atividade permite que ampliemos nosso portfólio de produtos na área de recicláveis, introduzindo outras matérias-primas, por exemplo: Ferro; Papéis; Papelão; Alumínio, Vidro e etc. Com a introdução de novas matérias-primas para comercialização, a empresa ampliaria seu espaço físico com tantos galpões sejam necessários para suportar a nova demanda. Tudo isso seria feito com o reinvestimento do lucro auferido pela empresa. Isso não comprometeria no ponto de vista financeiro, pois seus sócios têm outras fontes de rendas.

(CONCLUSÃO) De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das entrevistas e simulações que foram feitas obteve-se um VPL positivo e também um baixo prazo de retorno do capital investido 11 meses e 17 dias. Levando em consideração que esse mercado é crescente, e essa empresa se enquadra no ramo das empresas que ajudam o meio ambiente, e na capacidade administrativa de seus sócios, pode-se concluir que a empresa é viável economicamente.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

SUGESTÃO DE MELHORIA DE UMA ROTA DE ENTREGA UTILIZANDO O MÉTODO DO MENOR CAMINHO LINEAR

Autor(es):

Adriana Cristina Salvador. Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A globalização aliada à constante quebra de barreiras comerciais, a explosão tecnológica e ao surgimento de novos concorrentes redefiniram o mercado, tornando-o, cada vez mais competitivo e passando a exigir das empresas a busca incessante por novas formas de gerenciamento, para que as mesmas além de atenderem a seus clientes de forma mais satisfatória, possam obter vantagem competitiva sobre seus concorrentes. Nesse sentido, a logística vem sendo utilizada como diferencial, pois permite o controle de suas atividades de forma estratégica. Dentre essas atividades podemos citar a gestão de transporte como uma das mais importantes para o sistema logístico das organizações, por ser responsável pela movimentação de mercadorias e por exercer constantemente influência direta no custo dos produtos, na qualidade e quantidade dos serviços prestados. Dentro desse contexto, o presente estudo tem como objetivo sugerir melhorias em uma rota de entrega, utilizando ferramentas de otimização que possibilitem analisar quais as melhores formas de executar determinadas tarefas que estão sujeitas a restrições impostas pela natureza de sua operação.

(METODOLOGIA) O presente estudo é classificado como pesquisa aplicada, quantitativa, exploratória, desenvolvida por meio de um estudo bibliográfico e de caso, cuja coleta de dados foi realizada, por meio de documentação e observação sistemática.

(RESULTADOS) Como resultado deste estudo, foi obtido o desenho de um grafo, que permitiu aplicação de dois modelos matemáticos que permitiram a solução do problema do menor caminho comprovando, assim, a eficiência dos métodos utilizados e como os mesmos podem auxiliar à tomada de decisão referente a problemas de roteirização.

(CONCLUSÃO) Após a solução do grafo, podemos concluir que os métodos utilizados podem tornar possível uma redução significativa tanto em termos de distâncias percorridas pelo veículo dentro da rota de entrega, quanto em termos de custos e desta forma contribuir para o aumento da produtividade das organizações.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA SALINEIRA DO POLO DE MOSSORÓ

Autor(es):

Monique Barreto Dantas: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Objetivando analisar e aprimorar o processo de produção da indústria salineira Salinor do Polo de Mossoró, por causa da concorrência acirrada entre as salinas, e a ampliação do Porto Ilha, onde é feita a exportação do sal. O presente trabalho pretende fazer um estudo sobre as etapas de produção da Indústria Salineira Salinor do Polo de Mossoró, analisar o gerenciamento da produção da mesma, identificar os pontos críticos que podem vir a prejudicar o processo de produção da indústria salineira, sugerir melhorias para o gerenciamento do processo de produção da empresa citada acima.

(METODOLOGIA) O presente trabalho é classificado do ponto de vista da sua natureza como pesquisa aplicada, quanto à abordagem do problema este trabalho é quantitativo, do ponto de vista dos objetivos deste trabalho, a pesquisa é exploratória, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo de caso deste trabalho, a pesquisa é bibliográfica e documental.

(RESULTADOS) Após ter feito um estudo sobre as etapas de processo de produção da Indústria Salineira Salinor e comparado com a literatura consultada, vimos que o processo utilizado pela empresa é o mesmo indicado pelo autor do livro. Depois de estudar e analisar o processo de produção da mesma. Foi feita uma entrevista com o superintendente da empresa, nessa entrevista foi identificado que os pontos críticos que podem vir a prejudicar o processo de produção da Indústria salineira Salinor do Polo de Mossoró são os fatores climáticos como as chuvas e os ventos. Após ter visitado a Indústria Salineira Salinor do Polo Mossoró, e ter conhecido todo o processo de produção da empresa, pensando em melhorias para o processo de produção foi elaborado e aplicado um questionário aos colaboradores que trabalham no processo de produção. A partir das respostas obtidas dos colaboradores entrevistados foram construídas tabelas e confeccionados os respectivos gráficos para uma melhor visualização.

(CONCLUSÃO) A partir da análise realizada com base nos dados obtidos através da pesquisa, conclui-se que, o processo de produção já foi modificado, pois no início dos anos setenta a colheita e o transporte do sal era feito manualmente e hoje é totalmente mecanizado. Apesar do processo de produção da salinor ser de um alto escalão pode ser melhorado, pois os custos com transportes podem ser reduzidos. Os fatores críticos que podem vir a atrapalhar o processo de produção não são tão relevantes, pois a cidade de Mossoró que é onde está localizada a salinor é bastante ensolarada.

UMA AVALIAÇÃO DOS DESAFIOS ENCONTRADOS NO DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO PELO OS EMPREENDEDORES DE AÇAÍ NA ZONA SUL DE NATAL

Autor(es):

Jonathan Soares de Azevedo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) O mercado apresenta-se extremamente competitivo, onde cada vez mais é difícil a sobrevivência das empresas nos primeiros anos de vida e essa realidade não foge aos empreendedores de açaí, onde é bastante representativo aqui na zona sul de Natal a sua comercialização do açaí na tigela. O trabalho visa fazer uma avaliação dos desafios encontrados no desenvolvimento do negócio pelos empreendedores de açaí na zona sul de Natal com a intenção de verificar quais as dificuldades que eles encontram ou que encontraram no seu dia-a-dia do negócio. A pesquisa pretende também caracterizar o perfil dos empreendedores, identificar as principais dificuldades encontradas pelos empreendedores de açaí junto com a identificação do perfil dos consumidores e as razões que fizeram os empreendedores entrar no ramo varejista de açaí. A pesquisa agrega valor tanto para os empreendedores como as pessoas que pretendem um dia abrir o seu negócio próprio, mostrando quais as contingências que os empreendedores estão lidando.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) A Pesquisa classifica-se como exploratório-descritiva, bem como pesquisa de campo. Utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa para análise dos dados coletados por meio de um questionário estruturado, composto por questões fechadas e abertas ao qual foi realizado com todo o universo das empresas de açaí na zona sul de Natal, aproximadamente 11 pontos de açaí e a amostra dos consumidores foram realizados por acessibilidade, aplicadas com 115 consumidores, ao qual o intuito da pesquisa foi de verificar os desafios que eles enfrentaram e enfrentam e traçar o seu perfil junto com os consumidores que freqüentam os estabelecimentos de açaí.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Conforme pesquisa realizada identificou-se que a faixa etária dos empreendedores de açaí da zona sul de Natal se divide dessa forma: acima de 40 (27%), de 35 a 39 (27%), de 30 a 34 (9%), de 25 a 29 (36%) e abaixo de 25 (0%). A pesquisa pode certificar também que 55% dos empreendedores tem apenas o ensino médio completo, isso pode representar uma ausência de capacitação profissional dos empreendedores para melhor gerir o negócio. Em relação aos problemas já enfrentados pela empresa a pesquisa verificou que o maior questionamento por parte dos empreendedores foi a questão da toxoplasmose, representando (73%), afetando diretamente nas vendas na faixa de 30% a 80%. Verificou-se também que 82% dos empreendedores não fizeram nenhum tipo de planejamento detalhado antes de abrir o negócio, apontando como uma oportunidade de negócio ao qual estavam entrando.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) Observou-se a partir da pesquisa, que a grande parte dos empreendedores de açaí da zona sul de Natal encontra-se na faixa etária de 25 a 29 (36%), isso mostra que cada vez mais os jovens começam sua vida de empreendedores logo cedo. Mais muito desses jovens não possui conhecimentos específicos, a pesquisa mostra que 55% dos empreendedores possui apenas o ensino médio. Além disso, 82% não fazem nenhum tipo de planejamento detalhado, mostrando amadorismo no negócio, aumentando assim o risco de falência da empresa. E o grande problema que os empreendedores enfrentaram foi a toxoplasmose, que surgiu a partir de uma pesquisa de um infectologista alegando que o problema da contaminação estava sendo causado pelo açaí, onde os empreendedores não teve direito de resposta, não sendo comprovado a existência da toxoplasmose por parte do açaí.

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E O

Autor(es):

Allan Davidson de Melo Pereira: Discente do Curso de Administração da FARN
Jadson Alves de Souza: Discente do Curso de Administração da FARN
Luzamara Karla Barbosa Davila: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN
Juliana Batista de Oliveira Galvão Damaceno
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A melhoria da qualidade de vida a partir do desenvolvimento da base científica e tecnológica mapeando os desafios e oportunidades são indicadas nesta pesquisa para que os atores repense a forma como fazem a sustentabilidade no RN. Nosso estado tem potencialidade de consolidar uma região metropolitana bem como pólo econômico, contudo Verificamos um descompasso entre o baixo grau de desenvolvimento de qualificação de recursos humanos e o alto grau de desenvolvimento de infra-estrutura nos sistemas aeroviário, rodoviário, portuário, ferroviário, de produção e distribuição de energia, de armazenagem, da zona de processamento para exportação que abrem importante oportunidade para ampliação dos fluxos comerciais e inserção na geografia econômica mundial com a emergência dos países do denominado BRIC. O RN aparece como um estado com boas possibilidades de desenvolvimento, mas, no entanto É preciso de pessoas que levem o estado para frente. Com tendência à redução de postos de trabalho e criação de novas ocupações, existe um aumento da exigência por qualificação profissional. A economia potiguar terá significativo crescimento da exploração de petróleo, gás, sal, bicombustível, energia eólica, fruticultura irrigada, turismo, produção de máquinas e equipamentos, expansão do setor têxtil e confecções, agropecuária, pesca e construção civil. Apesar da qualidade do ensino se encontrar num padrão baixo incluindo-se tanto o ensino formal quanto o ensino técnico profissionalizante, vem se verificando melhora no sistema educacional. A incidência da pobreza se vincula especialmente aos trabalhadores menos qualificados tanto na área urbana quanto na área rural. Propomos articular empresas, governos, academia e sociedade civil na responsabilidade do desenvolvimento da base científica e tecnológica.

(METODOLOGIA) Os participantes usaram fontes de pesquisas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, consulta a jornais, blogs especializados em economia, estudos e planos de desenvolvimento sustentável para a região metropolitana de Natal.

(RESULTADOS) Gerar mão de obra qualificada se relaciona com o papel distributivo exercido pelas famílias onde convivem indivíduos com diferentes níveis de escolaridade, o que resulta em diferentes condições de inserção produtiva. Os genitores menos qualificados proporcionam educação para seus filhos que necessitam de tempo para formação. Então a melhoria da qualidade de vida está relacionada com a velocidade que se der o ajuste quanto à exclusão desses genitores trabalhadores e a inclusão de seus filhos qualificados. Para haver nos municípios metropolitanos o processo de apropriação dos resultados gerados em seu interior e assim gerar benefício para economia municipal é preciso vedar o vazamento da renda gerada para fora dos municípios pelo fato de não haver complementaridade entre os grandes projetos instalados e os fornecedores de bens e serviços inclusive força de trabalho com a deficiência na qualificação da mão-de-obra local que é deslocada por trabalhadores vindos de outras localidades.

(CONCLUSÃO) Com relação à educação para a sustentabilidade, podemos investir na ampliação da cobertura da educação, com construção de novas escolas técnicas e salas de aula, elevação da qualidade do ensino, enfatizando a formação e qualificação dos professores, além de dotar as escolas de meios e de material didático necessários para seu desempenho. No ensino profissional, devem-se concentrar esforços para articular a oferta de cursos com as necessidades associadas às transformações econômicas em curso e às novas demandas do mercado de trabalho que advirão desse processo de mudanças na economia metropolitana bem como iniciativas setor privado em pesquisa e desenvolvimento com mais investimentos em inovações. Dessa maneira prevemos evitar o apagão de talentos no RN

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ESTUDO DE CASO SOBRE A QUALIDADE NO ATENDIMENTO NA EMPRESA PRODUTOS CURIMATAÚ

Autor(es):

Josiane Barbosa da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) A realidade no mercado evidencia a competitividade que as empresas estão inseridas. Neste sentido, a satisfação do público-alvo ganhou maior importância no contexto da gestão, visto que possibilita a conquista e fidelização dos clientes. A satisfação dos clientes é alcançada a partir de várias ações que as empresas precisam executar, assim, oferecer produtos e serviços de qualidade, além de preços e prazos onde são alguns pontos que venham a influenciar na satisfação. A empresa produtos Curimataú localizada na cidade de Nova Cruz/RN, tem seu segmento de mercado como distribuidora de alimentos no atacado e varejo, trabalhando sempre de maneira ética e profissional ao longo dos anos. Trata-se de uma empresa sólida aonde a cada dia vem buscando aperfeiçoar a qualidade no atendimento aos seus clientes. O objetivo do presente trabalho é analisar até que ponto a qualidade no atendimento dispensado na empresa influencia a satisfação do cliente.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) Optou-se por realizar uma pesquisa exploratória descritiva na forma de estudo de caso. Onde o universo é composto de 2.165 clientes externos devidamente cadastrados em um banco de dados. A amostra da pesquisa possui uma estimativa de erro amostral de 8%, e confiabilidade de 95%, sendo assim constituída por 146 clientes. Após, o tratamento das informações, foram elaboradas tabelas e gráficos.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Com base nos dados obtidos, observa-se que os entrevistados (80%) encontram-se muito satisfeitos e satisfeitos, respectivamente (8%) e (72%). Pode-se afirmar que na empresa Produtos Curimataú o cliente é tratado com respeito e dedicação. Atender bem qualquer cliente é condição indispensável àquelas empresas que almejam sobreviver num mercado de trabalho altamente competitivo. Quanto à confiabilidade nos funcionários obteve-se um percentual de (69%), o que significa que os funcionários estão bem capacitados para atendê-los, entretanto a capacitação dos funcionários é um processo contínuo onde deve sempre ser mantida. Dos entrevistados (73%) afirmam que sempre, ao chegarem na Produtos Curimataú, são abordados por um funcionário. Nota-se que um dos maiores valores existentes na empresa se refere a uma boa recepção dos seus clientes.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) Ao final do trabalho e de posse das análises dos resultados do trabalho, pode-se inferir que os clientes da empresa Produtos Curimataú estão satisfeitos com os serviços de atendimento ao cliente, a empresa deve continuamente busca a qualidade na prestação de serviços e qualificando seus colaboradores, para ter uma maior produtividade e com menores custos. Além disso, a empresa deve utilizar a qualidade no atendimento ao cliente como uma ferramenta em constante aprimoramento para manter-se competitiva no segmento de distribuidora de alimentos. Referindo-se ainda a qualidade no atendimento, verifica-se que há muito que se melhorar para alcançar a excelência no atendimento

MARKETING ESPORTIVO E ENDOMARKETING NO FUTEBOL: UM ESTUDO DE CASO NO AMÉRICA FUTEBOL CLUBE

Autor(es):

Francisco Eugênio de Lara Spíndola Rodrigues: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A complexidade no atual mundo competitivo na gestão das organizações esportivas, no que diz respeito à melhoria nos relacionamentos com o cliente externo, tem tornado evidente a necessidade da busca e da aplicação de forma estruturada de programas internos de qualificação dos colaboradores e de ferramentas de integração entre os setores nessas empresas para ganhos qualitativos no clima organizacional. Entende-se que quando existe um foco maior por parte dessas empresas em programas voltados para a mudança de uma determinada cultura e para programas que comunicam uma nova visão da empresa, implantados numa base de valores sólidos e consistentes, esses, por sua vez, possibilitam modificar as atitudes dos funcionários. Desta forma, o Endomarketing surge como projetos e ações que uma empresa deve empreender para consolidar a base cultural do comprometimento dos seus funcionários com o desenvolvimento adequado das suas diversas tecnologias, com o objetivo de melhorar a comunicação, o relacionamento e estabelecer uma base motivacional para o comprometimento entre as pessoas e das pessoas com o sistema organizacional. Neste sentido, o Marketing Esportivo, que é uma ação privada de indivíduos ou empresas destinada a beneficiar uma atividade esportiva de interesse público, tem o objetivo de estabelecer um diferencial capaz de aproximar do consumidor a imagem e os produtos/marca da organização esportiva. Por conseguinte, passou-se a encarar o esporte como uma excelente ferramenta estratégica de marketing, capaz de transferir suas principais características para determinada marca, lhe conferindo credibilidade, melhorando e ajudando na fixação de uma imagem institucional e/ou alavancando as vendas. Neste contexto, a necessidade de trocar informações comuns faz do torcedor do América Futebol Clube um consumidor aficcionado por tudo que se veicula sobre seu clube de coração. Desta forma, este estudo objetiva identificar o uso de estratégias de endomarketing e marketing esportivo pelo América Futebol Clube, sob a ótica dos clientes.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi do tipo exploratória e descritiva. Os dados foram coletados mediante entrevista pessoal com consumidores dos produtos e/ou serviços do América Futebol Clube, localizado na cidade do Natal, Rio Grande do Norte, através de um questionário semi-estruturado composto por 20 questões fechadas e 2 abertas. A amostragem probabilística simples correspondeu a 10% do universo (2000 clientes que visitaram a sede social no mês de setembro/2010), tendo 95% de confiança em seu resultado e margem de erro de 7%. Utilizou-se o Excel como recurso computacional para a tabulação dos dados.

(RESULTADOS) Quanto ao perfil dos entrevistados observou-se que, a maioria é do sexo masculino (88%), na faixa etária entre 18 e 25 anos (51%), solteiro (63%), com curso superior incompleto (42%), renda familiar entre R\$1.000,00 e R\$2.500,00 (34%) e tem entre 3 e 4 membros na família (69%). Em relação ao uso das ferramentas de endomarketing e marketing esportivo verificou-se que, a gestão esportiva não acompanha os avanços da tecnologia; a inexistência do departamento de marketing; a comunicação interna é deficitária; a sede social é pouco utilizada para eventos; e a falta de incentivo na relação sócio-torcedor e torcedor-clube.

(CONCLUSÃO) Apesar de ter 95 anos de fundação e atuar no futebol profissional e na formação de jovens valores, o América Futebol Clube utiliza com pouca frequência as ferramentas do marketing. Assim, a implantação de estratégias de endomarketing e do marketing esportivo na organização possibilita que a organização tenha uma forte posição competitiva; um perfil de potencialidades de seus colaboradores maior e melhor; a maximização da captação de recursos para o clube e a promoção dos produtos e da marca América entre seus torcedores e seus colaboradores/jogadores.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

O IMPACTO DA MUDANÇA DO FORMATO DO JORNAL PARA O ASSINANTE: UM ESTUDO DE CASO JORNAL DIÁRIO DE NATAL

Autor(es):

Amaricelho Rocha de Oliveira: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A mudança no mercado leitor devido ao surgimento da internet e de novas tecnologias de informação, fez com que o jornal impresso atendesse à essas mudanças para se colocar num mercado cada vez competitivo. O jornal Diário de Natal em busca de uma atualização nesse novo mercado, onde o consumidor esta cada vez exigente e em busca de respostas rápidas e dinâmicas, passou por uma mudança no formato de seu jornal. Essas mudanças não foi apenas no formato físico, mas em todo seu editorial, tonando mais confortável a leitura e de fácil manuseio, atendendo a um público que busca informações rápidas sem perda de profundidade. Com isso, o objetivo desse estudo é identificar os impactos caudados por essas mudanças, afim de buscar informações relevantes para empresa e ajudar no desenvolvimento de um produto que agregue valor ao cliente.

(METODOLOGIA) O presente trabalho foi realizado através de pesquisa do tipo exploratória. Os dados foram coletados mediante ao banco de dados do Serviço de Atendimento ao Cliente, na qual são ouvidas as reclamações e solicitações dos clientes. Através de um questionário composto por 25 (vinte e cinco) questões, o questionário continha questões que abordavam o perfil do cliente, satisfação do cliente sobre a mudança do produto e serviço, como também, hábitos de leituras dos clientes assinantes.

(RESULTADOS) Apesar de atuar no mercado há 71 anos, onde chegou a ser líder de mercado no Rio Grande do Norte, o Diário de Natal está tendo dificuldade em manter alguns de seus assinantes devido a essas mudanças, , onde 26,8% estão totalmente insatisfeitos e, 14,95% estão totalmente satisfeitos. Com isso, para evoluir o número de satisfação, é preciso buscar informações junto aos seus clientes atuais, como também, informações sobre seus concorrentes, para a identificação de seu público-alvo. Contudo para se manter num mercado cada vez competitivo, deve-se estabelecer metas a curto e longo prazo e se manter informado sobre as preferências do seu público-alvo.

(CONCLUSÃO) A insatisfação de alguns assinantes com o novo formato do jornal Diário de Natal, pode ser solucionada, através de um planejamento de marketing, que identifique oportunidades no mercado leitor, como também, um novo posicionamento e possíveis mudanças no ambiente externo. O plano de marketing servirá para traçar objetivos, metas e estratégias do composto de marketing. Com o plano de marketing, através de estudos de mercado, é possível encontrar informações importantes para produzir bem ou serviço, que atenda as necessidades e desejos dos assinantes. Com a busca de informações obtida principalmente da opinião do cliente assinante.

ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS

Autor(es):

Thayana Almira Gurgel do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN
Elen Daniella de Sousa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo geral do presente trabalho é apresentar as dificuldades que as empresas tem em atrair e reter os talentos nas organizações.

(METODOLOGIA) Para atingir o objetivo da proposta em estudo, foram realizadas pesquisas em livros, artigos científicos e experiências vividas pelos participantes do grupo.

(RESULTADOS) Os resultados apresentados nas análises apontaram de uma maneira geral que atrair e reter talentos é parte integrante para o sucesso e sobrevivência da empresa. Segundo Costa (2004,p.322) Talento é uma pessoa que desenvolve um conjunto de habilidades, aptidões e conhecimentos compatíveis com as exigências do mercado de trabalho, de forma a consolidar um perfil profissional interessante e atraente para o mercado de trabalho. Esses talentos são retidos através da confiança na administração onde serão inspirados por objetivos futuros e as oportunidades da organização. O compromisso de longo prazo com os funcionários irá apoiar o crescimento e desenvolvimento dos mesmos. A organização voltada para o desempenho solicita opiniões e faz avaliações consistentes que enfatizam a excelência. Dá suporte, valoriza e confia em seus funcionários, apoiando o trabalho em equipe. O espírito empreendedor valoriza e recompensa a inovação e a criatividade, e por ultimo uma remuneração adequada e justa. A solução consiste em transformar a organização inteira para criar um ambiente em que as pessoas queiram entrar e permanecer. O desafio é criar o que se define por Cultura Adequada – a organização que atrai as melhores pessoas e as mantém. O recurso critico no mundo competitivo de hoje é gente talentosa. Encontrar e manter os melhores funcionários necessários para o sucesso é um dos maiores desafios que as empresas eu tem uma estratégia abrangente enfrentam hoje. Apesar dos custos elevados com a rotatividade, não são muitas as empresas que tem uma estratégia abrangente para salvaguardar seus recursos mais valiosos. Mas o bom administrador sabe que não basta fornecer o espaço. Ou as ferramentas. A farta sementeira de idéias precisa de cultivo cuidadoso e constante para gerar frutos de qualidade. A farta sementeira de idéias de cultivo cuidadoso e constante para gerar frutos de qualidade. E o local certo não significa, necessariamente, um espaço físico delimitado por paredes. Ou a descrição de um cargo. Pode ser um conjunto de ações ou posição dentro da empresa, responsável pela dinâmica de interação entre outras pessoas ou setores. A área de RH, por exemplo: pode e deve ultrapassar as fronteiras do departamento. Justamente porque se trata de gerir pessoas - que se movimentam, mudam de idéia, se transformam. Novas tendências que afetam os negócios surgem a cada dia. Tornam-se cada vez mais imprescindíveis pessoas capazes e motivadas para assegurar a competitividade da empresa. São os talentos que precisamos atrair desenvolver e reter para a organização. Esta necessidade tem tirado o sono da alta direção das empresas. Nos planos estratégicos tem aparecido como um dos objetivos mais importantes.

(CONCLUSÃO) No ambiente de trabalho, existem quatro pilares para a atração, o desenvolvimento e a retenção de talentos: o discurso e exemplo dos líderes, os sistemas de trabalho existentes, as oportunidades propiciadas de treinamento e desenvolvimento e a qualidade de vida percebida pelas pessoas. Fortalecendo estes quatro pilares as organizações serão mais competitivas, pois terão talentos com competências adequadas e comprometidos em atuar sinergicamente dentro de suas equipes e nos processos da empresa. Desta forma, serão capazes de atender a todas as partes interessadas no negócio da empresa, hoje e no futuro.

ANÁLISE SENSORIAL: UM ESTUDO DE CASO NA EMPÓRIO BODY STORE

Autor(es):

Fernanda Helena Silva Benevenuto: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A análise sensorial vem sendo utilizada pelas indústrias de alimentos, cosméticos, perfumes, produtos de limpeza dentre outros. Esta técnica busca transformar as compras em uma experiência a qual envolve todos os sentidos, uma vez que as pessoas sofrem influência direta do ambiente que se encontram. Aromas, cores, disposição e organização dos produtos provocam uma troca de sensações imperceptível, mas de grande influência sobre as decisões de compra. No varejo, isto é um ponto importantíssimo, quando um produto e similares são oferecidos em vários pontos de venda, o que vai chamar a atenção do consumidor é a forma com que eles são apresentados. A Empório Body Store é uma loja que instiga todos os sentidos dos clientes, seus produtos são organizados por cores, linhas, aromas, provocado assim um impacto visual, proporcionando uma visibilidade clara e tranquila dos mesmos. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar e analisar como este impacto estimula os sentidos e o impulso de compra dos consumidores.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Os dados foram coletados mediante entrevista pessoal com consumidores dos produtos da Empório Body Store, localizado na cidade do Natal, Rio Grande do Norte, através de um questionário semi-estruturado composto por 11 (onze) questões. O questionário contém perguntas fechadas que abordam informações sobre aspectos sensoriais, impulso de compra e o perfil dos consumidores da loja.

(RESULTADOS) Foram encontrados alguns resultados parciais. Nota-se que 60% dos clientes entrevistados já efetuaram compras na loja. Quanto ao fator que o atraiu para dentro da Empório Body Store está a qualidade dos produtos com 50% e o visual dos produtos com 30%. Percebe-se que ao optar pelo produto, o tato e o olfato prevalecem na escolha do cliente, ficando cada um com 50%. A maioria dos clientes, 70%, são do sexo feminino e 30% masculino, sendo 40% deles entre 25 e 30 anos, e 30% nas faixas de 18 a 24 anos e 36 a 50 anos.

(CONCLUSÃO) Com os resultados citados, pode-se concluir que a Empório Body Store conquista seus clientes pela sensação macia e pela fragrância que seus produtos deixam na pele de quem os consomem, formando assim a escala de sentidos do menos para o mais aguçado, audição, paladar, visão, olfato e tato. Tem seus clientes, na maioria, pessoas do sexo feminino, e o público masculino com um percentual significativo, com perspectiva de haver um aumento nesse valor. Com base nos resultados, as lojas da Empório Body Store poderão focar seus lançamentos de produtos e atendimento ao público, baseado no sentido mais aguçado, focando no estímulo que mais influencia o consumidor no momento da compra, aumentando sua cartela de clientes fidelizados e consequentemente as vendas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANÁLISE DO MERCADO ALIMENTÍCIO DE NATAL: UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA PARA CONSUMO NA BORELLI TORTAS FINAS

Autor(es):

Ester Rodrigues Kubrak: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Atualmente no Brasil é cada vez mais comum, no âmbito da crescente valorização da gastronomia a busca de novas maneiras de oferecer prazer ao paladar dos consumidores. Para tanto, profissionais que atuam no ramo alimentício de confeitaria precisam de estratégias para se posicionar frente a diversas mudanças ocorridas no mercado de doçaria e, usualmente, para acompanhar o ritmo de tais mudanças, investem e inovam na preparação de produtos como tortas, bolos, cremes e doces que tenham sabor como design. Nota-se, porém, que um seguimento de potencial crescente ainda é pouco explorado. Trata-se dos produtos denominados diet. e light que vêm sendo utilizados por uma considerável parte da população brasileira. Desta forma, o aumento significativo do consumo por tais produtos lança um alerta de uma necessidade que força mudança e inovações por parte das organizações que atuam ou pretendem atuar no seguimento de doçaria e que querem ter vantagem frente ao mercado bem como ofertar produtos de valor agregado. Diante disto, a pesquisa objetivou avaliar como tem sido o comportamento da demanda por produtos diet. e light, através de: Identificar o perfil do mercado consumidor; Descrever o crescimento do seguimento; Detectar as oportunidades do seguimento e Sugerir estratégias para atrair o consumidor.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa, foram coletadas informações a respeito do hábito de consumo por produtos diet. e light. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva em forma de estudo de caso. Para um universo de 250 clientes calculou-se uma amostra de 95 clientes e foram distribuídos, como instrumento de pesquisa 95 questionários composto por questões fechadas aos clientes externos que consomem tais produtos na empresa estudada. Os dados obtidos foram analisados com o uso da abordagem qualitativa com base na teoria estudada, confrontando o que os teóricos pensam com o que a empresa pratica e abordagem quantitativa por tabelas de frequência e gráficos ilustrativos nos programas Excel e Word, bem como análises percentuais dos resultados.

(RESULTADOS) Mediante pesquisa realizada, foi constatado que houve um aumento relevante de 44% dos clientes que consomem produtos diet. e light na empresa estudada. Estes apresentam um perfil de predominância feminino (63%) cuja faixa etária é mais acentuada em jovens adultos entre 31 a 40 anos (31%) e de 21 a 30 (26%). Com relação ao conhecimento dos produtos 36% declararam ser satisfatório e que tem como principal motivação a saúde (36%) e consciência alimentar (20%) vale ressaltar que 16% têm a estética como motivo de consumo e, portanto o investimento no design dos produtos tem relevância para esse público que prima a aparência também. Houve também um aumento na frequência de consumo sendo 44% os que consomem diariamente e 34% semanalmente. Vê-se que a diversidade dos produtos faz-se necessário, tendo em vista o consumo diário. Entretanto a pesquisa revela que 42% dos consumidores julgam regular tal diversidade. Nesse caso, deve-se aumentar a produção bem como a variedade.

(CONCLUSÃO) O presente estudo permitiu verificar um relevante aumento da demanda por produtos diet. e light na empresa estudada. Em geral observou-se que os clientes externos demonstraram uma frequência de consumo cada vez maior motivada principalmente pela preocupação com a saúde, estética e consciência alimentar. Foi detectado que, muito embora demonstrem estar satisfeitos quanto ao conhecimento dos produtos, nutrem expectativas de melhoria na variedade, na constância, e como relatado em depoimento informal "produtos em tamanhos pequenos". A partir disto, torna-se necessário responder através de adequações para aumento da produção, um maior investimento em design e disposição dos produtos e periodicamente utilizar-se de ferramentas como pesquisa de opinião a fim de detectar quais são as necessidades de seus clientes.

APRESENTAÇÃO DO RESUMO DA MONOGRAFIA

Autor(es):

Marjory Rosse Soares Ferreira: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO; A empresa fonte deste estudo trabalha com vendedoras diretas e tem como maior dificuldade lidar com alguns aspectos de distribuição dos produtos como expansão da rede distribuidora por região passando pela forma de ressarcimento em relação a revendedora empresa. Mostra também que marketing é uma ferramenta essencial para a realização da venda, como será comprovado ao longo desta pesquisa e o encantamento do cliente depende do enfoque dado ao produto ofertado ao consumidor. Procurar soluções para expandir as áreas de distribuição será o desafio aqui imposto, através da elaboração de uma campanha de marketing para melhor conhecimento da empresa, como também procurar resoluções no entrave financeiro entre revendedora empresa para crescimento contínuo de ambas as partes.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA; A pesquisa aplicada neste estudo denomina-se avaliação formativa ou pesquisa de diagnóstico, neste estudo ela será usada para avaliação de problemas e busca de soluções para empresa. Ao se tratar de uma pesquisa feita em uma única empresa denomina-se essa pesquisa como estudo de caso, o que consiste numa análise de um fenômeno em seu meio natural. A pesquisa é denominada qualitativa, pois seus métodos de coletas e análises de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa, tem como meta codificar ou traduzir fenômenos

(RESULTADOS) RESULTADOS; A partir da análise dos problemas comerciais da empresa é notório que a mesma tem dificuldades com a expansão de vendas através da captação de revendedoras em zonas mais diversificadas, como também necessita de uma divulgação maior de seus produtos e de sua metodologia de trabalho, que visa o desenvolvimento da empresa e suas colaboradoras.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO; Após analisar todos os processos da empresa comparando os objetivos com a realidade atual da mesma, conclui-se a necessidade da elaboração de uma estratégia de marketing muito bem definida e uma solução sucinta e viável no que se refere à forma de pagamento das revendedoras à empresa

SEGURANCA DO TRABALHO

Autor(es):

Hiléia Carla de Carvalho Barreto: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN
Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A falta de um eficaz sistema de segurança, acaba causando problemas de relacionamento humano, produtividade, qualidade dos produtos e/ou serviços prestados e o aumento de custos. O presente estudo pretende elaborar um guia para implementação do sistema de segurança no trabalho em uma construtora iniciante para que as empresas nesse ramo coloquem a segurança do trabalho em primeiro plano como se deve, para que haja uma redução no número de acidentes, consequentemente melhorando sua produtividade, qualidade dos produtos e reduzindo assim seus custos de forma significativa.

(METODOLOGIA) O presente estudo é classificado como Pesquisa Aplicada, qualitativa, bibliográfica, documental, e exploratória.

(RESULTADOS) A melhor maneira de minimizar os custos da empresa é investir na prevenção de acidentes. O custo de um acidente pode trazer inúmeros prejuízos à empresa. Contudo, esta não é uma tarefa fácil e requer um esforço conjunto de todos os envolvidos com o problema, a fim de mudar a atitude dos trabalhadores, dos empresários e do governo (em seus vários níveis) e motivar a sociedade em geral para a grande importância da prevenção. A elaboração de um guia rápido para implementação da segurança no trabalho em uma construtora iniciante, foi objetivo principal para o desenvolver desse trabalho, ajudando leigos no assunto melhorarem suas empresas com relação a segurança do trabalho e consequentemente reduzindo cada vez mais seus custos.

(CONCLUSÃO) A partir da análise realizada com base nos dados obtidos através da pesquisa, conclui-se que, apesar de investimento em equipamentos de proteção individual, contratação de pessoal de segurança do trabalho e medidas de segurança, o custo de um acidente pode trazer inúmeros prejuízos à empresa. O acidente pode levar a muitos transtornos que levam desde a encargos com advogados, perdas de tempo na produção além de gastos com os funcionários com relação a sua integridade física onde é o mais importante pois o valor da vida é imensurável. Sabem-se casos de empresas que tiveram que fechar suas portas devido à indenização por acidentes de trabalho. Com certeza seria muito mais simples investir em prevenção e em regularização da segurança nesta empresa, evitando futuras complicações legais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS DA SEDE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO- DETRAN-RN

Autor(es):

Marcelo Henrique Viana Varella: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Não é possível haver organizações estrategicamente vencedoras se não houver funcionários e colaboradores vencedores, e tão pouco organizações motivadas se não houver pessoas motivadas, ou seja, para uma empresa seguir firme, tem que ter Qualidade de Vida no Trabalho. Baseado nisso, as organizações vem se conscientizando cada vez mais sobre a importância da QVT. Fatores como globalização, inovação tecnológica, exigências do consumidor atual têm profundo impacto interno, fazendo com que as empresas busquem novas estratégias de gestão, rapidez na tomada de decisões e maximização da qualidade de seus serviços, além da valorização do seu capital humano, ou seja, de seus colaboradores. O presente trabalho tem por finalidade analisar se as ações que vêm sendo desenvolvidas na sede do DETRAN-RN, com vistas a melhoria da qualidade de vida no trabalho dos seus funcionários, têm proporcionado bem-estar e satisfação no trabalho.

(METODOLOGIA) Optou-se por realizar uma pesquisa exploratória – descritiva na forma de estudo de caso. Definiu-se que a amostra seria de 126 pessoas, considerando a quantidade de colaboradores no órgão. Utilizou-se a como instrumento de coleta de dados o questionário com perguntas fechadas. Por fim, os dados foram tratados e analisados a partir de programas computacionais Excel e Word.

(RESULTADOS) Com base nos dados, observa-se que o nível de satisfação com relação ao seu ambiente de trabalho, 57% dos entrevistados afirma que é satisfatório, ao passo que 7% classificam como muito insatisfatório. Com relação as instalações físicas, 32% dos entrevistados consideram que são boas, enquanto 8% dos entrevistados classificam como péssimas. Em se tratando de condições para a realização do trabalho, 55% dos entrevistados responderam as vezes, ao passo que apenas 10% responderam nunca.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que no que se refere ao ambiente de trabalho, boa parte dos entrevistados consideram boas, que é um ponto positivo pois trás mais motivação ao trabalhador. No que trata sobre instalações físicas a maioria dos entrevistados consideram como boas, o que é importante pois dá boas condições de trabalho para seus colaboradores. Em se tratando de condições para realização do trabalho, grande parte dos entrevistados estão satisfeitos e uma pequena parte estão insatisfeitos.

BUROCRACIA E O SERVIÇO PÚBLICO

Autor(es):

Albert Einstein Magno Sales dos Santos: Discente do Curso de Administração da FARN
Luzamara Karla Barbosa Davila: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Wanderlan Santos Porto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho ora apresentado, através de pesquisas, constatou-se que burocracia é uma organização com cargos distribuídos e estes são definidos por poderes que são controlados por regras. Segundo Max Weber (sociólogo alemão) criador da sociologia da burocracia, suas características encontram-se a impessoalidade, a concentração dos meios de administração e um balanceamento sobre diferenças entre efeitos sociais e econômicos.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada no trabalho foi a de pesquisa bibliográfica. A classificação da pesquisa do ponto de vista da sua natureza é aplicada e do ponto de vista de seus objetivos é a descritiva. Utilizando-se também de um estudo de caso voltado para o serviço público de saúde local.

(RESULTADOS) A burocracia surgiu através das mudanças religiosas após o Renascimento, originando normas sociais com base no sistema de produção racional e capitalista. A burocracia é um sistema social tendo em vista a eficiência dos resultados baseando-se na racionalidade, ou seja, é um tipo de poder que parte das pessoas e que estuda as sociedades. O sistema Burocrático é baseada em: • Caráter legal das normas • Caráter formal das comunicações • A impessoalidade no relacionamento • A divisão do trabalho • Hierarquização de autoridade • Rotinas e procedimentos. • Competência técnica e mérito • Especialização da administração • Profissionalização • Previsibilidade do funcionamento Já suas consequências baseam-se nas: • Previsibilidade do comportamento humano. • Padronização do desempenho dos participantes O Problema da burocracia no serviço público, segundo Weber, é político e não social. Entre resolver um problema e seguir uma norma, o burocrata comumente opta por seguir a norma. Tal comportamento faria disfuncionar à burocracia, tornando-a lenta em seus procedimentos, excessivamente formais, resistente às mudanças. O exagerado apego às normas e distancia o comportamento burocrático dos fins organizacionais trazendo, por fim, a ineficiência. *Disfunções da Burocracia no Serviço Público da Saúde *Seqüência de Procedimentos para Aquisição no Serviço Pública de Saúde *Resistência às mudanças No que se refere à harmonia com as rotinas e procedimentos no serviço público da saúde, a burocracia se baseia em rotinas e procedimentos, como meio de garantir que as pessoas façam exatamente aquilo que delas se espera, normas e processos que são vistos como únicos. A exposição de sinais de autoridade como a burocracia enfatiza a hierarquia, então é necessário um sistema que diga quem esta no poder, a famosa frase do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. • Seqüência de Procedimentos para Aquisição no Serviço Pública de Saúde Emissão de Memorando – Autorização do Gestor – Abertura do Processo – Pesquisa Mercadológica – Dotação Orçamentária Financeira – Elaboração de Edital de Licitação – Parecer Jurídico – Publicação do Edital – Pregão – Homologação – Adjudicação – Elaboração do Contrato – Assinatura do Contrato – Recebimento do Material – Pagamento da Fatura – Tombamento – Distribuição do Material

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que a burocracia busca a eficiência e a organização, tornando-se previsível e padronizada. Tendo em vista os aspectos observados, a burocracia no serviço público de saúde quando vem à realidade traz consigo várias disfunções, o forte apego as regras, as normas e a grande resistência as mudanças que são as principais consequências. E o que era para ser uma solução acaba torna-se um problema. Por fim, as disfunções detectadas na Secretaria de Saúde do município de Natal/RN, limitam a inclusão de estratégias de acompanhamento que valorizem a qualificação, aprendizado e os investimentos em ações, que por sua vez possa inovar a motivação dos membros da empresa, a melhoria e a criatividade dos processos organizacionais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANALISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO RN

Autor(es):

Milena Carla Campos da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa tem como objetivo geral analisar até que ponto a Superintendência do Patrimônio da União, é eficaz, eficiente e efetiva em suas ações no Rio Grande do Norte. Os objetivos específicos são: identificar o perfil dos servidores do Órgão; analisar as práticas exercidas pelos funcionários na execução de suas tarefas; investigar as atitudes e comportamentos que levam ao não cumprimento dos deveres, quanto da demora na legalização dos imóveis pertencentes à União. A pesquisa permitirá contribuir com idéias que venham a aperfeiçoar o modelo de gestão, no qual poderá ajudar a diminuir os esforços e maximizar os resultados. A Superintendência do RN atua como administradora do patrimônio imobiliário da União; regulariza os bens dominiais; promove doação ou cessão gratuita de imóveis da união, quando presente o interesse público; entre outros serviços ligados a bens públicos.

(METODOLOGIA) O estudo foi realizado mediante pesquisa descritiva- exploratória, bem como estudo de caso. Foi aplicado um questionário semi-estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas, com os 56 servidores da SPU/RN; também se classifica como pesquisa censitária por ter sido considerado todo o universo populacional, ainda cotando com uma análise documental. Após a coleta dos dados, seguiu-se com a elaboração dos gráficos e tabelas com auxílio do Excel. Para a análise dos resultados, utilizou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa.

(RESULTADOS) Apesar de enfrentar grandes superações, a gestão da Superintendência do Patrimônio da União no RN continua com suas práticas extremamente burocráticas, esquecendo assim de adotar instrumentos de gestão eficazes que possibilitem maximizar as ações operacionais. A atual gestão não consegue obter total integração entre seus colaboradores. A pesquisa comprova que, no que se refere às normas, 46% dos respondentes informaram que estão muito integrados e 43% responderam que estão pouco integrados. Nesse sentido, percebe-se que a gestão vigente apesar de ser bem esforçada em atingir os objetivos do órgão, ainda não consegue gerir de forma a adquirir dos colaboradores o comprometimento na qualidade e produtividade da entrega dos resultados, ficando assim dependendo dos mesmos sem conseguir atingir-los. Quanto à agilidade nos processos, os dados obtidos foram: 32% dos respondentes afirmaram que os processos não são bem definidos, 31% citaram a burocracia do Órgão. Como se pode ver, no Patrimônio da União, os processos não são bem definidos, comprometendo a qualidade na entrega dos resultados.

(CONCLUSÃO) Com a pesquisa, observou-se que há uma necessidade de mudanças, principalmente no que tange ao processo de desburocratização do Órgão, fazendo necessário partir para uma gestão que vise os resultados. É pertinente dizer que a mesma contribuirá com conceitos que ajudará na melhoria dos seus processos quanto da aplicação do planejamento estratégico, a execução e verificação das tarefas como também colocar em prática as ações planejadas. É preciso entender que somente através de mudanças, a Superintendência conseguirá atingir seus objetivos. Em linhas gerais, pode-se concluir que a gestão atual precisa rever seus métodos e atualizar os procedimentos utilizados hoje, desenvolvendo e colocando em prática um plano de ação que consiga atender a demanda existente, pensando sempre na importância do cliente para a organização.

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Gabriela Benfica Alves Kubrak: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo analisa as características evolutivas, desempenho atual e perspectivas apresentados pelo comércio internacional do Rio Grande do Norte. O estudo apresenta reflexões sobre o desempenho da balança comercial e descreve aspectos positivos e negativos do comércio internacional do estado, o qual permite formular propostas gerenciais e administrativas dirigidas para o crescimento e eficiência da referida atividade comercial das empresas locais com o exterior. Justifica-se o estudo, considerando a importância das exportações para o crescimento econômico do estado, gerando emprego e promovendo a evolução empresarial dos investimentos locais.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida mediante análise de relatórios mensais da balança comercial do estado; bem como através de coleta direta por amostragem junto a empresários, técnicos e operadores do comércio internacional do estado. O universo da pesquisa abrange todas as empresas exportadoras dos setores primário e secundário da economia local.

(RESULTADOS) O comércio internacional do estado caracteriza-se pelo superávit da balança comercial, considerando que as exportações superam a importações em média de 40%. Os dados de 2009 apresentam as exportações de US\$ 258.104.000 e as importações de US\$ 149.928.000, cujo superávit foi de US\$ 108.176.000, representando 41,9%. Os principais produtos exportados pelas empresas são a castanha do caju, frutas tropicais, produtos têxteis, peixes, camarões, açúcar e sal de cozinha; as principais empresas exportadoras são Tavares de Melo Açúcar e Álcool S/A, Coteminas S.A. e Usibras Usina Brasileira de Óleos e Castanha Ltda. Os principais municípios exportadores são Mossoró, Arês, Natal e Macaíba. Os Estados Unidos é o país de maior demanda das exportações, representando cerca de 30% do total exportado mensalmente pelo estado, seguido dos países do continente europeu. Com relação às importações, as empresas que lideram o ranking de compras são Tavares de Melo Açúcar e Álcool S.A.; Petrobras e empresas relacionadas à geração de energia eólica. Esses produtos são normalmente oriundos da Índia, Estados Unidos, Argentina, Itália e China. A pesquisa constata que a localização geográfica do Rio Grande do Norte constitui um aspecto favorável às nossas exportações, seguido do clima e outros recursos naturais que determinam as vantagens comparativas das empresas aqui localizadas. Com relação aos aspectos negativos e desfavoráveis, destacam-se à insuficiência de portos, logísticas, tecnologia e outros elementos de caráter legal.

(CONCLUSÃO) O comércio exterior constitui um dos segmentos de maior importância para a economia do Rio Grande do Norte, considerando a sua atuação para o nível de atividade das empresas, gerando emprego e agregando renda ao estado. Alguns cenários favorecem o comércio exterior, destacando-se a construção do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, o qual contribuirá de forma considerável para o crescimento e diversificação das exportações do estado. Além do Aeroporto, destacam-se as Zonas de Processamento de Exportações de Macaíba e Assu, as quais serão predominante voltadas para a produção e exportação de produtos industriais e commodities. Deve-se ressaltar, por fim, os elevados investimentos a serem executados no porto de Natal, o qual possibilitará a ampliação da capacidade instalada e do fluxo de mercadorias comercializadas pelo porto local.

ESTUDOS DE DEMANDAS POTENCIAIS DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Autor(es):

Marcelo Medeiros de Paula: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A construção, instalação e funcionamento do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (ASGA), previsto para o ano de 2013, deverá traduzir-se no maior projeto infraestruturante dos últimos tempos no Rio Grande do Norte, considerando os seus efeitos diretos e indiretos projetados para o crescimento econômico e demais indicadores resultantes do expressivo aumento do fluxo comercial a ser implementado pelo mesmo. Nesse sentido, o presente estudo analisa as demandas potenciais decorrentes da implantação do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante/RN. Para tanto, analisam-se os cenários econômicos e as demandas potenciais de bens e serviços decorrentes da implantação do ASGA, mediante a descrição de cenários de mercados resultantes da sua implantação; são identificadas as demandas primárias, secundárias e terciárias; analisam-se os efeitos econômicos, sociais e ambientais envolvidos na implantação do investimento e caracterizam-se as infraestruturas que ocorrerão com a construção e instalação do aeroporto.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa descritiva e documental, realizada em documentos oficiais, editais, relatórios gerenciais e de viabilidade econômica; bem como em reportagens, entrevistas, palestras, seminários e demais eventos e publicações relacionados ao tema.

(RESULTADOS) A pesquisa constata que o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (ASGA) ocupará uma área de 15 km² e terá uma pista de 3.000m de comprimento por 60m de largura. O estudo mostra que, até o ano de 2038, a demanda projetada é de cerca de 11 milhões de passageiros/ano, através do movimento anual de 98 mil aeronaves, recebendo inclusive o A380, que atualmente é a maior aeronave comercial do planeta e que não tem acesso à maior parte dos aeroportos comerciais do país; o fluxo de mercadorias poderá ser de 500 mil toneladas/ano, agregando renda e gerando empregos diretos para cerca de 40 mil pessoas. O investimento total previsto é de cerca de R\$ 700 milhões, cujo investimento diretamente dirigido para a construção e instalação do ASGA é cerca de R\$ 500 milhões, no que se refere ao valor estimado para a construção do terminal de cargas e de passageiros. A pesquisa constata que o atual fluxo de mercadorias do Brasil para a Europa e Estados Unidos, através do modal marítimo, ocorre no período médio de 11 dias, enquanto as exportações pelo modal aéreo ocorrem no período médio de 13 horas, envolvendo as tarefas de transporte, processamento e demais ações logísticas necessárias ao movimento de mercadorias. Essa mudança implicará em redução de custos variáveis, aumento de produtividade e competitividade das empresas exportadoras que demandarão os serviços do ASGA. As principais demandas primárias serão oriundas da exportação de frutas, peixes, camarões e demais produtos demandados pelos países importadores, principalmente Estados Unidos e Europa; as principais demandas secundárias previstas serão oriundas das atividades produtivas das ZPE's, a serem instaladas em Macaíba e Assu, quando o ASGA foi fator determinante para as mesmas, cuja atração dos investimentos privados será decorrente da influência direta do aeroporto. A pesquisa ressalta, finalmente, que a demanda terciária está relacionada principalmente à atividade turística, considerando que a Região Metropolitana de Natal é atualmente um grande polo turístico do Nordeste brasileiro.

(CONCLUSÃO) O funcionamento do ASGA implicará em relevantes vantagens comparativas para o mercado exportador, principalmente pela redução de custos variáveis decorrentes da redução de tempo e aumento da produtividade da logística comercial. Para tanto, a pesquisa confirma a forte e premente necessidade de implantação do suporte infraestruturante do referido investimento e de estratégias comerciais que assegurem a viabilidade do fluxo comercial em grandes aeronaves de cargas e passageiros. Além desses aspectos, é importante uma política de qualificação profissional voltada para a oferta de mão-de-obra que atenda à demanda das empresas a serem instaladas na área e voltadas para o comércio exterior.

ESTUDO DE CASO DA PREMIERE MODA TEXTIL LTDA EPP

Autor(es):

Diego Augusto de Castro Bezerra: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa analisa o comércio de tecidos e malhas do Rio Grande do Norte, considerando tratar-se de um segmento de mercado que tem uma participação relevante na economia do estado, sendo uma grande geradora de empregos e renda para o estado. O objetivo geral é estudar os fatores econômicos e financeiros que viabilizam o investimento para expansão da Premiere Moda Têxtil Ltda EPP; especificamente estuda-se a evolução do mercado têxtil do Rio Grande do Norte; analisa-se a viabilidade econômica do investimento de empresa comercial de têxteis e elabora-se um plano de negócio de expansão de empresa comercial de produtos têxteis em capitais do nordeste brasileiro.

(METODOLOGIA) O estudo de caso da 'Premiere Moda Têxtil EPP' foi desenvolvido através dos indicadores econômicos e financeiros constantes dos relatórios gerenciais da empresa. Será evidenciado o estudo do mercado do segmento têxtil no Rio Grande do Norte, mostrando as principais áreas do mercado; bem como os cenários e perspectivas de mercado para a empresa em análise, sinalizando espaços para a companhia atuar, além de orientar a viabilidade do projeto de expansão da companhia, para que se torne mais competitiva no mercado.

(RESULTADOS) A pesquisa constata que o comércio de tecidos no nordeste vem crescendo em níveis satisfatórios que viabilizam investimentos de empresas que atuam no ramo comercial para o seguimentos atacadistas e varejista na região. Os fatores que explicam tal crescimento estão relacionado ao crescimento da demanda de bens finais de confecções de textis, tato para o consumo interno tanto para a produção de bens destinados ao consumo nacional e exportação. A pesquisa constata que o crescimento demográfico e um dos principais fatores explicativos do crescimento na demanda de tecidos, alem da expansão da renda e de novos perfil de consumo da população dos diversos segmentos sociais da região; houve uma incorporativo de novas classes de consumo no mercado demandador, anterior mente constituída de pessoas excluídas e que passaram para novas formas de consumo. Observe-se o processe de evolução da industria têxtil o aumento de produtividade e novas tecnologias que reduziu o custo de fabricação de roupas, aumentando a oferta e a capacidade produtiva para o mercado interno a nível dos diversos municípios da região, mediante a integração de mercados.

(CONCLUSÃO) O plano de negocio confirma que o investimento em empresa que atuam no comercio atacadista e varejista, no caso da Premiere moda têxtil Ltda. EPP e em torno de 20% da rentabilidade que mede a remuneração do capital investido; a lucratividade e aproximadamente 30% e representa um percentual de lucro sobre o faturamento mensal. Por tanto, o crescimento do mercado viabiliza o investimento no comercio de tecido em natal, João Pessoa e nas demais regiões do nordeste brasileiro.

IDENTIFICAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA FARMAFÓRMULA DA GRANDE NATAL

Autor(es):

Marcel Lima Ribeiro Dantas: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Maria Teresa Pires Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O tema satisfação de clientes está em evidência no meio acadêmico e empresarial. Entretanto, no Brasil, sobretudo no Rio Grande do Norte, há poucos trabalhos que abordam este assunto em farmácias de manipulação. Assim, o objetivo desta pesquisa foi medir, por meio de um estudo de caso realizado em unidades da Farmafórmula da Grande Natal, o grau de satisfação dos clientes de farmácias, a fim de oferecer subsídios para que organizações deste tipo decidam estratégias com a finalidade de aumentar seus níveis de satisfação, e assim, elevar à fidelidade de seus consumidores. Além do nível de satisfação geral, o presente trabalho também teve como finalidade, revelar o perfil dos clientes, seus hábitos de compra, bem como a satisfação dos mesmos sobre aos seguintes aspectos: atendimento, serviços ofertados, competência dos profissionais (colaboradores), recursos e instalações das unidades, qualidade dos produtos e imagem da organização.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa exploratória e descritiva possuiu o universo composto por 13.904 clientes que freqüentam as unidades da Farmafórmula da Grande Natal a cada mês. A partir do referido montante, foi determinada uma amostra de 277 clientes que responderam questionários estruturados com 27 perguntas fechadas. Os dados foram tratados com um conjunto de procedimentos, quantitativos e qualitativos, apoiados em tabelas de freqüências e gráficos ilustrativos, utilizando Microsoft Word e Excel.

(RESULTADOS) Com base neste trabalho, podemos identificar o perfil dos entrevistados: pessoas predominantemente do sexo feminino, com idade entre 31 e 40 anos, casadas, profissionais liberais, recebem entre 1 e 3 salários mínimos por mês, cursaram o ensino médio completo e residem na zona sul de Natal. Além disso, possuem o hábito de adquirir, mensalmente, medicamentos manipulados. Quanto à satisfação geral, a pesquisa revelou que 99% dos entrevistados estão satisfeitos. Outros aspectos do estudo estão descritos a seguir, clientes satisfeitos com o atendimento: cortesia (100 %), aparência (99%), eficiência (99%), receptividade (99%), personalização (99%) e presteza (99%); quanto aos serviços: disponibilidade dos produtos (99%), preço (97%), formas de pagamento (98%) e prazo de entrega (96%); quanto à competência dos profissionais: capacitação (100%) e adaptabilidade (100%). Também foram medidos os clientes satisfeitos com a qualidade dos produtos (99%), localização (99%), conforto e segurança (99%) e credibilidade da marca (99%).

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o estudo atendeu aos objetivos propostos. Comparando-se os níveis de satisfação encontrados com os de outros trabalhos anteriores (COLVERO; SCHMIDT, 2006; ESTEVES; DIAS, 2008; bioderm, 2008), o estudo revelou que a Farmafórmula apresenta um nível de satisfação superior ao esperado. Os resultados da pesquisa evidenciaram que há altos níveis de satisfação com o atendimento da Farmafórmula dos municípios de Natal, Parnamirim e Macaíba em todos os itens avaliados. Sugere-se a realização de estudos complementares com o objetivo de identificar o perfil do consumo dos clientes da Farmafórmula da Grande Natal, exibindo, por exemplo, produtos mais buscados, gasto médio por compra, formas de pagamento utilizadas pelos clientes. Ademais, indica-se pesquisa a fim de listar, por grau de importância, os fatores mais importantes no julgamento da satisfação dos consumidores.

ESTRATÉGIA DE MARKETNG DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO NA S&S INFORMÁTICA

Autor(es):

Jennefer Luize Marinho Mouzallas: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho representa um estudo realizado em uma empresa de informática situada na cidade do Natal-RN. Nos últimos dois anos, a S&S Informática enfrentou dificuldades em conquistar e fidelizar o cliente, em virtude de não conhecer e não utilizar ferramentas indispensáveis para manter o vínculo com o consumidor. Neste sentido, o marketing, que visa estudar o mercado e todo o contexto no qual a empresa está inserida, apresenta estratégias voltadas para atingir a demanda-alvo, satisfazendo as necessidades, desejos e expectativas do consumidor. O marketing de relacionamento corrobora na busca de relações duradouras, atraindo a atenção do cliente através de programas de fidelização. Esses programas permitem que haja um maior envolvimento do cliente com a empresa, bem como identificam as demandas potenciais por produtos ou serviços. Desta forma, o estudo do comportamento do consumidor surge como instrumento essencial para conhecer os hábitos de compra daqueles que buscam a empresa para adquirir bens que satisfaçam às necessidades. Delinear estratégias de marketing de relacionamento na empresa S&S Informática para fidelizar o cliente foi o objetivo deste estudo.

(METODOLOGIA) A pesquisa desempenhada foi do tipo exploratória e descritiva, visando conhecer os clientes entrevistados para melhor atendê-los, satisfazê-los e fidelizá-los. O universo envolveu 1200 clientes, sendo utilizada uma amostra probabilística simples de 10% do universo, com margem de erro de 5 % e grau de confiabilidade de 95%. O instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas, usando-se os programas Excel e Word para tabulação dos dados.

(RESULTADOS) Os resultados identificaram que o perfil do cliente da S&S Informática, em sua maioria, é do sexo masculino (54%), casado (47,5%), com faixa etária entre 21 a 31 anos (43,4%) e possuindo renda familiar de R\$2.001,00 a R\$4.500,00 reais (30%). Quanto ao hábito de consumo, observou-se que a maioria dos respondentes presa pelo bom atendimento oferecido pela empresa (56,7%) e é cliente há mais de três anos (37,5%). Em relação aos componentes do marketing de relacionamento, percebeu-se que (99%) dos entrevistados indicariam a empresa e (35,8%) são motivados a comprar pelos produtos de boa qualidade. Além disso, o entusiasmo a compra parte pelo ambiente confortável (71%) e do estacionamento de fácil acesso (50%). Dessa forma, observou-se também que perante a sociedade local a empresa passa uma imagem positiva (63%).

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, verificou-se que a empresa ainda utiliza incipientemente as ferramentas do marketing, inclusive do marketing de relacionamento, em virtude de ter apenas cinco anos de atuação no mercado de informática. Por isso, a S&S Informática precisa melhorar ainda mais sua qualidade de serviço, para assim entrelaçar-se com seus consumidores, criando vínculos duradouros. Desta forma, sugere-se que a empresa implante um programa de CRM para acompanhar a escala e vínculos, bem como observar as mudanças de comportamento do cliente, a fim de que as necessidade, os desejos e as expectativas continuem a serem atendida, objetivando estrategicamente a sua fidelização.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

PROCESSO OPERACIONAL ADOTADO NO SETOR DE CONTROLE E DESPACHO DE OCORRÊNCIAS DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA- CIOSP/RN

Autor(es):

José Carlos Barros dos Santos: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por objetivo analisar um processo operacional desenvolvido no setor de controle e despacho de ocorrências do Centro Integrado de Operações de segurança Pública do RN (CIOSP/RN), a sua eficiência para redução da violência, demonstrar o processo operacional desenvolvido em um grupo de despacho, a importância do operador envolvido no processo e seus reflexos nas atividades preventivas, repressivas e de prestação de socorro a população de Natal e Região Metropolitana. Realizou-se uma abordagem teórica sobre os pressupostos conceituais de integração entre todas as Instituições de Segurança Pública que prestam serviços de emergência, como Polícia Militar, Polícia Civil e Técnica Científica e do Corpo de Bombeiros Militar, bem como sobre a origem, filosofia e estrutura organizacional e de funcionamento do CIOSP.

(METODOLOGIA) O presente estudo caracterizou-se como aplicado, qualitativo, exploratório, descritivo, bibliográfico, documental e ação.

(RESULTADOS) Observou-se que a estrutura organizacional do centro estudado tem seus formatos próprios, mas, basicamente consiste de uma chefia, subchefia, gerência técnico-administrativa de apoio técnico, que envolve comunicação (telefone e rádio), informática e assunto administrativo, bem como uma gerência operacional, envolvendo os diversos órgãos com suas atribuições. Verificou-se basicamente que participam os órgãos estaduais subordinados diretamente a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social, como Polícia Militar, Polícia Civil, Instituto Técnico - Científico de Polícia e Corpo de Bombeiros Militar.

(CONCLUSÃO) Conclui-se de maneira parcial que uma estrutura integrada de segurança pública, quando interagem no mesmo espaço físico, compartilhando informações, contribuem para a integração e a interação dos órgãos envolvidos, proporcionando uma atuação centralizada, complementar, harmônica, integrada e otimizada para o desempenho das atividades de segurança pública e defesa civil, em prol da população, refletindo positivamente em suas estruturas organizacionais e físicas a sua verdadeira integração, tendo como resultados a diminuição do tempo de resposta no atendimento da ocorrência, acompanhamento “paripassu” de todas as ocorrências existentes no setores de call-center e controle e despacho, o acionamento através de uma única ligação aos diversos serviços de emergência e a produção de dados estatísticos que possibilitam o planejamento estratégico e operacional dos órgãos encarregados da Segurança Pública. Diante do exposto, observou-se que, a partir da implantação desse novo modelo de gestão integrada, a população obteve uma grande melhoria na prestação dos serviços de segurança pública e defesa civil. Por fim, constatou-se que este assunto é pouco debatido e documentado, dificultando assim a busca de um estudo exploratório na literatura especializada, que proporcione uma ampliação da discussão em relação ao tema.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

EMPREENDEDORISMO NA ESCOLA PÚBLICA: DESPERTANDO COMPETÊNCIAS, PROMOVENDO A ESPERANÇA

Autor(es):

Luiza Mesquita de Araújo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nos dias de hoje a educação é um assunto muito abordado, o direcionamento para a vida de uma pessoa começa na escola, nela o aluno tem a oportunidade de conhecer os princípios básicos e fundamentais que levam consigo para o resto da vida. Quando chegam ao ensino-médio, fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, os jovens se deparam com uma situação delicada, decidir o seu futuro profissional, onde irá atuar no mercado de trabalho. Essa realidade encontra-se também nas escolas públicas e o tema torna-se mais delicado, pois as oportunidades não são as mesmas. A pesquisa visa avaliar até que ponto o projeto Despertar vem promovendo uma educação empreendedora nas escolas públicas da cidade do Natal. Busca também caracterizar o perfil dos alunos, identificar as perspectivas positivas em relação ao futuro profissional e verificar o desenvolvimento de atitudes empreendedoras.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como descritiva-exploratória bem como pesquisa de campo. Utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa para análise dos dados coletados por meio de um questionário semi-estruturado, composto por questões fechadas e abertas realizadas junto aos alunos das escolas públicas da cidade do Natal, sendo elas, Anísio Teixeira, Atheneu, Francisco Ivo e Jean Mermoz, a amostra foi determinada de forma intencional por conveniência, sendo aplicado 30 questionários nas respectivas escolas com o objetivo de avaliar o impacto do projeto Despertar na vida dos alunos.

(RESULTADOS) De acordo com o sexo dos alunos, identificou-se 33% do sexo masculino e 67% do sexo feminino. A pesquisa também destaca que 83% dos alunos encontram-se na faixa-etária de 16 a 20 anos de idade. Com relação a sua fonte de renda 60% dos alunos dependem do trabalho dos pais e 30% possuem trabalho fixo. Verificou-se também o grau de importância dado ao futuro profissional onde 97% dos alunos afirmaram dar muita importância, mostrando preocupação e interesse em sua vida profissional. Quanto aos impactos com relação ao crescimento pessoal, 43% dos alunos afirmaram ter adquirido novos conhecimentos para a sua vida e 40% deles concluem que o projeto é uma preparação para o futuro.

(CONCLUSÃO) Baseado no resultado parcial da pesquisa, pode-se diagnosticar que a maioria dos alunos que concluíram o projeto possui idades entre 16 e 20 anos, período de formação dos jovens e fase de adaptação a vida adulta, ideal para um bom resultado do projeto na vida dos alunos, pois aprendendo o quanto antes melhor para o seu desenvolvimento no mundo empreendedor. Observa-se também que grande parte desses jovens depende dos pais para se manterem e com a participação no projeto e assimilando as idéias e experiências vividas poderão conquistar a sua independência financeira. Com a pesquisa também pode-se concluir que os alunos dão muita importância ao futuro profissional, pois o projeto despertou em cada um deles a vontade de querer crescer, se desenvolver e tomar decisões decisivas, atitudes essas que ajudarão a torná-los um empreendedor de sucesso.

ANALISE DE VIABILIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA

Autor(es):

Lydiane Herika Costa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Pesquisa sobre a viabilidade econômica e financeira, onde analisaremos os pontos fortes e fracos da empresa onde se busca as respostas de suas perguntas. Esse estudo de viabilidade é muito importante para dar solução aos problemas e poder arranjar estratégias para sermos competitivos no mercado sabendo sobre a viabilidade e não deixando a empresa correr riscos e chegar até uma possível falência. A área econômica tem uma abordagem mais ampla, pois se trata de um tipo de abrangência interna, em termos de gestão econômica e financeira, quando se vincula as atividades dentro da empresa temos que tratar do atendimento ao cliente, das compras, fornecedores, custos, despesas considerando as variáveis tempo e lugar. Na verdade, de forma bem simples. Temos que estudar a viabilidade para sabermos se a nossa empresa está dando lucro ou não. Pois empresas que não se dão lucro temos que correr atrás de meios para que ela não chegue a uma falência ou até tentemos reagir e pioramos cada vez mais colocando nosso dinheiro dentro dela e sem conseguirmos tirar nem o que investimos.

(METODOLOGIA) Nesta seção será abordada a metodologia seguida nessa pesquisa, ou seja, o tipo de pesquisa, a área de abrangência e as técnicas de coleta e tratamento de dados. Considerando a realidade a ser analisada, essa pesquisa baseia-se em um estudo de caso da empresa M F MODAS COMERCIO LTDA que aqui vai expor sua realidade econômica e financeira. Segundo Carvalho e Marangoni (1989,p.134), “ O estudo de caso é útil para avaliação e aproveitamento, exercício de aplicação do conhecimento, avaliação e aproveitamento, exercício de aplicações do conhecimento, análise de situação relevante ocorrida, motivação de alunos, entre outros usos”. A pesquisa será de caráter explorativa, descritiva e bibliográfica. estudo de caso da empresa M F MODAS COMERCIO LTDA, mais especificamente estudo de sua viabilidade econômica e financeira através de sua lucratividade e rentabilidade. A Técnicas de Coleta de Dados os dados foram coletados através de demonstrações financeiras: Balanço, DRE e demonstrativo de fluxo de caixa. As Técnicas de tratamento de dados usa-se o programa EXCEL onde mapearemos os demonstrativos econômicos e financeiros da empresa ao final desse projeto acadêmico.

(RESULTADOS) O processo de escolher entre alternativas competitivas é o que chamamos de tomada de decisão. Essa função administrativa está entrelaçada com planejamento e controle. Precisamos planejar bem para podermos tomar decisões. Decisões erradas custam caro para uma empresa podendo levar até a falência

(CONCLUSÃO) Foi observado que a maioria dos empresários pretende fazer crescer o patrimônio e manter um padrão de vida melhor do que o atual, mas ainda não materializou seus planos de investimentos. Conclui-se, de modo geral, que se mudanças simples nos hábitos de compras e vendas podem fazer a diferença. Caso gerenciassem melhor a empresa realizariam investimentos mais adequados e não precisariam contrair dívidas para concretizar seus objetivos financeiros. Concluiu-se que temos que aguçar todos os sentidos nos clientes dentro da organização que vai da visão, tato, audição, olfato até o paladar.

QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE EXTERNO DA AUTOVIA

Autor(es):

José Lidérgio Ferreira de Vasconcelos Neto: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Levando-se em conta a crescente competição entre as empresas que lutam pra se adaptar a nova realidade do mercado, onde as práticas anteriormente vistas como diferenciais, hoje constituem puro requisito básico de sobrevivência, o uso de ferramentas de gestão que aperfeiçoem os processos das empresas economizando tempo, esforço e aproveitando o máximo do potencial de seus recursos, torna-se imprescindível para se adquirir a tão almejada vantagem competitiva. Essas vantagens almejadas permitem que as empresas em um cenário competitivo consigam conquistar cada vez mais seu espaço e principalmente agregar qualidade com eficiência. A empresa Autovia Comércio e Serviços de Automóveis Ltda. Possui pontos de vendas distribuídos em áreas comerciais, tais como as Avenidas Bernardo Vieira e Prudente de Moraes. Revenda da marca Traxx. Comercializa produtos e serviços do segmento de motocicletas. Opera no mercado há seis anos, trabalhando de maneira ética e profissional ao longo do tempo. Trata-se de uma organização sólida e eficaz que permanentemente está em busca da qualidade no atendimento e um melhoramento contínuo, o objetivo do presente trabalho e analisar se o cliente externo da concessionária Autovia Comércio e serviço de Automóveis Ltda. encontra-se satisfeito com a qualidade no atendimento.

(METODOLOGIA) Optou-se por realizar uma pesquisa exploratória – descritiva, na forma de estudo de caso. Por sua vez, o universo compreende 6000 clientes externos, devidamente cadastrados em um banco de dados. A amostra da pesquisa possui estimativa de erro amostral de 7% , sendo constituída por 198 clientes. Após o tratamento das informações, elaborou-se tabelas e gráficos.

(RESULTADOS) Com base nos dados colhidos, observa-se que os entrevistados (67%) se consideram satisfeitos com o prazo de entrega dos produtos e serviços da Autovia Comércio e Serviço de Automóveis Ltda. Quanto às expectativas referente à qualidade no atendimento, obteve um percentual de 61% de satisfação. Por fim percebe-se que 89% dos entrevistados afirmam que estão “muito satisfeito” e “satisfeito”, quanto ao nível de satisfação com a qualidade no atendimento na Autovia Comercio e Serviços de Automóveis Ltda., respectivamente 23% e 66%.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, a partir dos resultados parciais alcançados que a qualidade no atendimento dentro das revendas de motocicletas é fator primordial para a atração de clientes, uma vez que, Nos dias atuais não basta apenas agradar o cliente, ser educado ou tratá-lo bem, é preciso prever suas necessidades, ou seja, surpreender suas expectativas. Além disso, a empresa deve utilizar a qualidade no atendimento ao cliente como uma ferramenta em constante aprimoramento para manter-se competitiva no mercado de motocicletas. Com isso, ter uma visão de crescimento contínuo no segmento pretendendo alcançar uma melhor e maior qualidade e satisfação para seus clientes.

ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE CONFECÇÃO: L

Autor(es):

Adma Gabryely Bezerra de Moura: Discente do Curso de Administração da FARN
Juliana Thayze de Vasconcelos Ferreira: Discente do Curso de Administração da FARN
Ademar da Silva Alves Júnior: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O planejamento de um empreendimento requer do empreendedor algo além de tentar adivinhar o futuro, é necessário procurar prevê-lo, com o intuito de minimizar incertezas e provavelmente evitar futuras surpresas que possam vir a comprometer o desenvolvimento do negócio. Planejar não significa a eliminação de todos os riscos, porém é de grande valia e ajuda para o empreendedor na tentativa de eliminar qualquer possibilidade de erros, além disso, planejar pode possibilitar ao candidato a empresário, a busca de melhores soluções para possíveis problemas. (Pereira, 2003). O presente projeto traz um plano de negócio, onde a elaboração do mesmo é fundamental para o empreendedor, não somente para a busca de recursos, mas, principalmente, como forma de sistematizar suas idéias e planejar de forma mais eficiente, antes de entrar de cabeça em um mercado sempre competitivo.

(METODOLOGIA) Este trabalho utiliza o método de estudo de mercado, onde foram feitas pesquisas com sobre os valores da matéria prima utilizada para a confecção, como os aviamentos, máquinas, entre outros necessários para abertura da empresa. Na parte de aviamentos foram pesquisados quatro fornecedores, as máquinas de costura foram em três lojas, às malhas foram em três fornecedores e os equipamentos e utensílios em três lojas, os concorrentes em internet, jornal, lista telefônica e anúncios, e os fornecedores foram escolhidos pela experiência no ramo.

(RESULTADOS) L'equipe é uma empresa especializada em confecções de camisas básicas e camisas pólos, fundada em 2 de Maio de 2010. A empresa está localizada em Parnamirim, no Bairro de Nova Parnamirim. Obtém um modelo de cada máquina de costura, sabendo que em um ano terá a necessidade da compra de mais uma máquina overlock e uma máquina reta. A empresa precisa de um empréstimo de R\$ 41.500,00, sendo que R\$ 27.500,00 para abertura da empresa e R\$ 14.000,00 para capital de giro. A empresa estabelece seu nicho de mercado para 2012.2, para o Estado do Rio Grande do Norte. Tendo projeções para em 5 anos atingir a carteira de clientes dos Estados do Nordeste. As projeções de fluxos de caixa dão apoio à certeza de que a empresa terá fundos suficientes para arcar com os compromissos assumidos, contratar mais colaboradores para o aumento da produção, devido à meta da empresa ser em atingir Estados vizinhos, e dar continuidade ao planejamento de marketing. A taxa projetada de crescimento para o mercado de confecção é de 12% ao ano. Pretende-se expandir com novas máquinas, marketing e colaboradores para atender a demanda existente. Espera-se aumentar a carteira de clientes em uma projeção de 50%, devido às atividades de marketing que serão desenvolvidas.

(CONCLUSÃO) A empresa possui uma boa rentabilidade, o índice de lucratividade de 14,48% dos investimentos é superior à taxa selic de juros (9,5% a.a), mas é inferior aos juros financeiros praticados no mercado, a maior parte dos recursos destinam-se ao financiamento de vendas, as demais necessidades são destinadas ao financiamento de estoque e aos recursos disponíveis para o fluxo de caixa da empresa, 49,96% dos recursos de terceiros planejados destinam-se ao financiamento de vendas, as demais necessidades (59,36%) são destinadas ao financiamento de estoques (32,27%) e aos recursos disponíveis para o fluxo de caixa. O VPL da empresa é viável, pois ela é maior do que zero e a taxa de retorno em três anos é de 49,76% ao ano.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA ABERTURA DE UMA EMPRESA DO RAMO DE ESTÉTICA E REPARO DE AUTOS: MONACO AUTO SPA

Autor(es):

Diogo Henrique Marques Costa: Discente do Curso de Administração da FARN
Alexandre Rodrigues Ferreira Antas: Discente do Curso de Administração da FARN
Israel Teixeira da Silva Santos: Discente do Curso de Administração da FARN
Victor da Costa Cavalheiro: Discente do Curso de Administração da FARN
Gledson Russell Soares de Freitas: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) É fato que com o passar do tempo o consumidor foi ficando cada vez mais exigente, hoje há uma gama de concorrentes na maioria dos segmentos, e isto faz com que as empresas procurem ter suas vantagens competitivas, visto que o consumidor busca o diferencial. A comodidade e conforto é algo de suma importância, e que toda empresa deve oferecer ao seu cliente. O presente trabalho tem como objetivo principal mostrar como é viável oferecer um serviço de qualidade no ramo de estética de autos, oferecendo aos clientes o máximo de conforto e comodidade, que é o caso da Mônaco Auto SPA, a mais nova oficina de pequenos reparos e estética de autos do mercado potiguar.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa classifica-se como exploratória-descritiva, bem como pesquisa de campo. Para a construção desses dados, foi necessária a busca de informações dentro das próprias concorrentes, além de consultorias com profissionais do SEBRAE. Os dados foram buscados em duas empresas (DSP Auto Center, Marterlinho de Ouro) do ramo de reparo de autos; além disto, ela é censitária, pois se trabalhou com o todo o universo.

(RESULTADOS) A Mônaco Auto SPA, baseou-se em dados, e viu que, em Natal, há em circulação, segundo o DETRAN, 290.978,00 veículos, e com a linha de crédito cada vez mais facilitada, esse número tende a crescer, isto significa que a possibilidade de colisões de trânsito aumentam. Com esta visão, a Mônaco Auto SPA teve a idéia abrir esta oficina de pequenos reparos, oferecendo também, serviços de estética como espelhamento 3M, higienização de AC, polimento de vidros, lavagem de autos e o DSP. Localizada na movimentada Avenida Ayrton Sena, a empresa teve a idéia de oferecer também seus serviços in loco, ou seja, onde o cliente desejar. A mão-de-obra qualificada vai atender o cliente onde quer que ele esteja, visando a comodidade e conforto do consumidor. A empresa visa atender também as pessoas jurídicas como; concessionárias, locadoras de autos, lojas de revenda de autos, oferecendo a eles nossos serviços de qualidade, principalmente o de DSP, visto que há uma necessidade especial neste serviço para tais clientes. A idéia é deixa-los tranqüilos para continuarem suas tarefas normais e fazer com que estejam sempre com sua capacidade máxima em ação, visto que nosso atendimento in loco pode solucionar os problemas com mais agilidade. Com um investimento de aproximadamente R\$315.000,00, considerado baixo para o tamanho do projeto e qualidade nos serviços prestados, espera-se um retorno dentro dos próximos 6 meses, que é um retorno bastante rápido para a realidade das empresas no Brasil, porém, isto pode ser explicado com a visualização do projeto, onde pode-se ver que o custo de produção dos serviços oferecidos são baixíssimos, em relação ao lucro obtido por cada serviço.

(CONCLUSÃO) Neste plano de negócio pode-se perceber a viabilidade deste projeto, visto que há muita procura para os serviços oferecidos pela Mônaco Auto SPA, que por sua vez, são serviços de baixo custo para a empresa, e que não necessitam de grandes investimentos para serem implantados. Com excelente atendimento, serviços diferenciados oferecidos in loco, boa saúde financeira, ações de marketing e propaganda, a Mônaco Auto SPA tem tudo para atingir seu objetivo de, dentro dos próximos cinco anos ser a empresa líder em seu segmento, além de a mais lembrada pelos consumidores natalenses.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA RESIDENCIAL VITALY: UMA INOVADORA FORMA DE SOCIALIZAÇÃO DO IDOSO, PARA MANUTENÇÃO DE SUA SAÚDE E CIDADANIA

Autor(es):

Antonio Barreto da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN
Davyson Lourenço Corsino: Discente do Curso de Administração da FARN
Luciene Matias de Araújo Paiva: Discente do Curso de Administração da FARN
Luciene Araújo Chagas: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O crescimento da população de idosos, em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial. Segundo projeções estatísticas, em 2050, a população idosa será de 1,9 bilhão de pessoas. O presente trabalho tem como objetivo principal, mostrar como as pessoas podem envelhecer de forma saudável. E, baseado nos conceitos modernos de cuidados geriátricos, foi criado o Residencial Vitaly, que oferece uma forma inovadora de relacionamento das pessoas da 3ª idade, disponibilizando aos seus usuários atendimento médico e de enfermagem personalizados, com acompanhamento 24 horas, gerenciamento nutricional, atividades ocupacionais e de lazer, integração e reabilitação social, com modernas instalações, com amplo espaço de lazer, suítes privativas e semi-privativas, sala de estar e TV, sala de projeções de filmes com confortáveis poltronas para 40 espectadores, ambiente familiar e cuidados intensivos, moradias permanente ou temporária.

(METODOLOGIA) Este trabalho utiliza um método de pesquisa, onde foram realizadas visitas com a equipe administrativa e técnica dos residenciais visitados, além de pesquisas bibliográficas em textos e artigos. (As maneiras existentes de tratar o assunto hoje sobre a qualidade de vida na terceira idade, é oferecendo um programa de atividade física, que deve levar ,basicamente, em consideração o preparo para que o idoso possa cumprir suas necessidades básicas diárias, ou seja, tentar impedir que o idoso perca sua auto-suficiência, através da manutenção de sua saúde física e mental, incluindo atividades leves, individuais ou coletivas, como: caminhadas de baixa intensidade, atividades aquáticas, passeios turísticos e lazer em geral. Proporcionando melhorias nas condições físicas e psicológicas, auxiliando na realização de movimentos do dia-a-dia, tornando esses indivíduos prestativos em seu meio social, e conscientes enquanto cidadãos.

(RESULTADOS) Através do Plano de Negócios ,que foi desenvolvido a partir em pesquisa nos centros geriátricos da cidade de Natal, onde foram procedidas entrevistas informais, não somente com um número considerável de clientes e de seus parentes, , como também com alguns técnicos de enfermagem e administradores, sentiu-se que o mercado tem fortes carências de ter uma empresa que tenha o seu foco voltado para a socialização do idoso e não somente para a manutenção de sua saúde física, o que é , de resto, o sentimento de 70% de todos parentes entrevistados.

(CONCLUSÃO) Quando analisou-se a proposta da empresa, pode-se perceber que além de um programa amplo e inovador , no tocante às pessoas da 3ª idade, com custos menores em 13% (se comparado com os dos concorrentes que estão menos distantes do padrão de qualidade e da estrutura do Residencial Vitaly), e que o tempo de retorno do investimento não é maior do que 12 meses, mesmo considerando uma taxa de Pay-Back descontado de 2% a.m. , tem-se a certeza da viabilidade do empreendimento. Tal a confiança no empreendimento que já está sendo discutida a possibilidade de um projeto para ampliação de 100% da capacidade de atendimento , já para os próximos 02 anos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

criação de uma empresa industrial e comercial de produtos de panificação: de trigo

Autor(es):

Robson Cleyton Correia da Costa: Discente do Curso de Administração da FARN
Ana Priscila Bezerra de Araújo: Discente do Curso de Administração da FARN
Jaciara Camilla Campêlo de Araújo: Discente do Curso de Administração da FARN
Luciana Barros de Freitas: Discente do Curso de Administração da FARN
Vanessa Lima da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante de um crescimento populacional e a habitação de povos em um ambiente novo, traz a necessidade de oferecer-lhes alguns serviços e produtos. Dentro desta realidade, o principal objetivo deste trabalho é oferecer aos novos moradores, produtos de panificação com seus derivados e produtos industrializados para revenda em um ambiente novo, moderno, com produtos de qualidade e diversificados. Sabendo que é de grande importância a observação de que, é a necessidade da comunidade que faz com que o trabalho siga em frente.

(METODOLOGIA) Este trabalho classifica-se como exploratório-descritivo e utiliza o método de pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas com alguns moradores e dois empreendedores no mesmo ramo de atividade escolhidos aleatoriamente, além de pesquisas bibliográficas fundamentadas em textos, artigos e livros especializados.

(RESULTADOS) Hoje a sociedade Natalense (que é a principal influenciadora do crescimento local) e bairros vizinhos, tem mais acesso as informações de como montar um pequeno empreendimento, com isso, as oportunidades estão sendo cada vez mais exploradas, e as novas MEs aparecendo. A cada passo que a sociedade dá é significado de crescimento, e assim os números vão aumentando ainda mais para os seus 98% de empresas do Simples no Brasil. Com isso é de extrema importância que se abra empreendimentos com mais estudos, cuidados e atentando para as mudanças de mercado. A panificadora traz consigo uma ótima estrutura organizacional devido ao conhecimento de seus sócios e um mix de planos de desenvolvimento da organização, sua estrutura hoje oferece conforto, local privilegiado e acesso a um mix variado de produtos para o consumo diário. A Panificadora De Trigo visa suprir as expectativas dos clientes, colaboradores e sociedade, ser referência de produtos e serviços no setor de panificação, adotando estratégias para alavancar as vendas como preços atraentes e acessíveis, diversificar forma de pagamentos, degustação de produtos, promoções, além de um ambiente confortável para lanches e jantar no estabelecimento

(CONCLUSÃO) Diante de todos os dados obtidos tanto na pesquisa como nas entrevistas e simulações financeiras, os resultados esperados são favoráveis, obtendo um capital de giro médio de R\$ 10.000,00 mensais, custos de 35%, podendo obter lucro oculto, e uma receita média de R\$ R\$ 22.000,00 mensais. Com isso o sucesso da Panificadora De Trigo é garantido.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA A ABERTURA DE EMPRESA NO RAMO DE SUPERMERCADOS: SUPERMERCADO ONLINE PRATICON.

Autor(es):

Iracema Milena de Lima Vieira: Discente do Curso de Administração da FARN
Caroline Santos de Medeiros: Discente do Curso de Administração da FARN
Emanuelle Nascimento de Melo Paiva: Discente do Curso de Administração da FARN
Vivianne Michelly Lima do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nos dias de hoje, onde as pessoas têm muitas atribuições diárias, o uso da tecnologia e o aumento do acesso a informação, facilita na organização e usufruto do tempo da população. Nota-se que tais fatores fazem do ramo de supermercado um dos mais competitivos nos tempos atuais. O presente trabalho tem como objetivo principal atender virtualmente aos consumidores, que tenham preferência ou que não podem se deslocar de sua residência para realizar suas compras em um supermercado.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como exploratória-descritiva e utiliza o método pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas estruturadas com uma amostra não probabilística por acessibilidade de 300 clientes dentro dos supermercados da grande Natal, onde foi constatada a ausência deste serviço.

(RESULTADOS) As tecnologias hoje existentes, permitem que empresas como o Supermercado online Praticon possam mudar estrategicamente a forma de atendimento aos consumidores. Devido à praticidade da tecnologia no processo de vendas, surge um novo conceito para este ramo. O sistema de compras satisfaz o cliente na qualidade e viabilidade do serviço. Todo processo de comunicação da empresa inicia-se virtualmente através de um site com abordagem interativa, sendo auto-explicativo com relação ao seu layout e, sobretudo com total segurança. O acesso permite que o consultor possa enviar e receber informações para seus clientes que estejam em qualquer lugar ou a qualquer hora do dia. O site utilizado é o www.superpraticon.com.br e conta com uma logística avançada permitindo a entrega do produto ao cliente no prazo estimado e às vezes até em menos tempo, devido à estratégia executada pelos colaboradores. A parceria junto aos fornecedores facilita as negociações em termos de valores e suprimento do estoque não deixando que o estoque fique negativo. Também se pode destacar outros setores como o de RH, que trabalha em parceria com os colaboradores motivando-os sempre a trabalhar satisfeitos com a empresa diminuindo a ociosidade, ou o setor financeiro que está sempre em busca de novos e eficazes investimentos. Com a implantação deste serviço a empresa procura satisfazer as necessidades dos clientes em menor tempo possível e garantir o sucesso do mesmo, além de tornar prática e eficaz as compras, sem custo da entrega.

(CONCLUSÃO) Percebe-se que uma vez implantado o sistema de compras no supermercado online facilitou o acesso das pessoas que preferem ou não tem tempo para se deslocar ao supermercado. O uso desta ferramenta tem dado força ao poder de vendas deste ramo no qual o cliente tornou-se um dos maiores beneficiários da tecnologia, passando a focar cada vez mais no seu próprio negócio. A empresa, por sua vez, criou uma forma diferenciada de comportamento e atuação no segmento de supermercado, fazendo com que o mercado a veja como uma empresa inovadora e, portanto, muito competitiva.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UM ESTUDO SOBRE CLIMA ORGANIZACIONAL NO SETOR ADMINISTRATIVO DA EMPRESA TÊXTIL S/A

Autor(es):

Agenor Ferreira de Lima Junior. Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Sabe-se que uma organização é um sistema de atividades conscientemente coordenadas de duas ou mais pessoas onde, devido a limitações pessoais, os indivíduos são levados a cooperarem uns com os outros para alcançar certos objetivos que a ação individual isolada não conseguiria. Portanto, as organizações se constituem nessa interação que faz com que elas sejam dinâmicas e complexas, ou seja, um organismo vivo. Percebe-se facilmente dentro das organizações a existência de um clima, ou seja, um conjunto de propriedades mensuráveis de um ambiente de trabalho percebido, direto ou indiretamente pelos indivíduos que vivem e trabalham neste ambiente e que influencia a motivação e o comportamento dessas pessoas de maneira positiva ou negativa. O presente trabalho tem por finalidade analisar se o clima organizacional presente no setor administrativo da empresa Têxtil S/A influencia a satisfação dos funcionários.

(METODOLOGIA) No que se diz respeito à tipologia de pesquisa, pretende-se realizar uma pesquisa exploratória – descritiva na forma de estudo de caso. Levando-se em consideração que o setor administrativo da empresa em análise tem apenas 25 funcionários, caracterizou-se o estudo como sendo censitário. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados o questionário semi-estruturado. Por fim, os dados foram tratados e analisados a partir de conhecimentos inerentes à estatística descritiva, bem como com o auxílio dos software Microsoft Excel e Microsoft Word.

(RESULTADOS) Com base nos dados analisados, observa-se que no que se diz respeito ao relacionamento entre funcionários do mesmo setor 100% dos funcionários consideram o relacionamento entre eles bom e/ou ótimo, sendo que 56% deles consideram o relacionamento ótimo. Com relação ao relacionamento com seu superior ou com seu subordinado 96% dos funcionários consideram o relacionamento entre bom e/ou ótimo, sendo que 54% consideram o relacionamento ótimo. Por último verifica-se que no que se diz respeito à satisfação em trabalhar na empresa 80% dos funcionários estão satisfeitos ou totalmente satisfeitos, com uma opinião dividida entre eles 40% para cada opção.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que com relação ao grau de satisfação dos funcionários com o relacionamento entre colegas do mesmo setor é satisfatório tendo quem vista que a totalidade dos entrevistados ficou entre a opção e um bom relacionamento ou um ótimo relacionamento, ótimo ficando com 56% das opções entrevistadas. Já no que se trata do relacionamento com seu superior ou com seu subordinado conclui-se que o relacionamento também é satisfatório, com 56% dos funcionários entrevistados considerando o relacionamento ótimo. Por último conclui-se que no que a maioria dos entrevistados estão totalmente satisfeitos ou satisfeitos em trabalhar na empresa estudada com 40% para cada opção. Observa-se que com base na análise dos dados uma empresa com um bom relacionamento entre funcionários, seja eles do mesmo setor ou não, seu superior imediato ou seu subordinado, transforma o bom relacionamento em satisfação com a empresa fazendo dessa satisfação um ponto forte diante da concorrência empresarial do mundo atual.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

GESTÃO NA EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA COMERCIAL DE LATICÍNIOS DE NATAL - CLAN.

Autor(es):

Marina Teodoro da Trindade: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Empresa familiar é uma organização que pertence e é controlada por membros de uma família. O maior problema encontrado por esse tipo de empresa é a sucessão, que é a transferência de poder e capital de uma geração para outra. Esse é um processo muito complexo e desgastante, o que termina causando o desaparecimento de muitas empresas depois da morte do fundador. Além dos problemas de sucessão, a empresa familiar possui, como as outras, problemas na gestão do dia-a-dia. O perfil dos fundadores desse tipo de empresa geralmente são mais fechados e termina não considerando as ferramentas gerenciais hoje existentes no mercado, como as novas tecnologias, pois acredita fielmente que seus instintos adquiridos pelo tempo são mais corretos. Na intenção de identificar o processo de sucessão familiar adotado pela Comercial de Laticínios de Natal, este trabalho investiga como esta empresa está conduzindo seu processo sucessório e o que pensa seus gestores a respeito do assunto por meio da identificação dos dirigentes; análise do planejamento de sucessão e conhecimento dos principais entraves à sucessão.

(METODOLOGIA) A partir do problema de pesquisa, foram coletadas informações a respeito da sucessão na gestão da empresa pesquisada. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva em forma de estudo de caso. Os dados de caráter qualitativo, coletados através do questionário aplicados aos gestores da empresa (membros da mesma família), foram analisados com base na teoria estudada, confrontando o que os teóricos apresentam com o que a empresa pratica no tocante ao seu processo sucessório.

(RESULTADOS) Quanto a identificação do perfil dos dirigentes, verificou-se que são homens, acima dos 40 anos, casados, católicos e com filhos. Possuem mais de 20 anos de experiência de trabalho sempre no mesmo negócio. Atuam em prol da empresa de forma ininterrupta e o capital atual foi obtido por meio de trabalho e formação da empresa em questão. No tocante a análise do planejamento de sucessão, identificou-se que pretendem que os filhos os sucedam no poder, mas divergem quanto ao tempo necessário para essa preparação dos filhos e na maneira como devem ser preparados. Concordam que ao se retirarem do poder devem ser informados a cerca do andamento da empresa. Observa-se que quanto aos entraves à sucessão, eles são discordantes, um acha que os entraves são Personalidade do dirigente, Falta de sucessor e Perda de poder. O outro dirigente não vê entraves.

(CONCLUSÃO) Verifica-se que na empresa analisada não há um planejamento sucessório definido. Conclui-se que a empresa possui características típicas de empresa familiar em processo construtivo, pois o poder ainda está nas mãos da primeira geração, sendo a presença dos fundadores bastante forte na condução do dia-a-dia da empresa.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

CLIMA ORGANIZACIONAL E SATISFAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

Autor(es):

Elione Campos de Freitas: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As organizações para sobreviver a um mercado competitivo precisam oferecer produtos e serviços de qualidade disponibilizando o que tem de melhor. É necessário haver uma mudança por parte das organizações, no sentido de promover ações que valorizem o seu capital humano. Nesse sentido, verifica-se a importância da análise do clima organizacional que está intimamente ligado ao moral e a satisfação das necessidades humanas dos participantes de qualquer organização. A pesquisa objetivou diagnosticar o clima organizacional e sua influência na satisfação dos funcionários da empresa Cartec, empresa prestadora de serviços na venda de cartuchos remanufaturados que possui um quadro de vinte colaboradores, descrevendo os aspectos positivos e negativos influenciadores do clima organizacional.

(METODOLOGIA) Trata-se de um trabalho monográfico cujo tipo de pesquisa é exploratória em forma de estudo de caso, sendo seu caráter qualitativo e quantitativo. Foram entrevistados vinte profissionais, aplicando-se um questionário com perguntas fechadas. Os dados coletados foram analisados com base na teoria estudada, confrontando o que os teóricos apresentam com o que a empresa pratica.

(RESULTADOS) Para uma análise precisa dos aspectos influenciadores do clima organizacional a análise e descrição dos dados ocorre com base em cinco variáveis: Apoio da Chefia e da organização; Recompensa; Conforto Físico; Controle/Pressão e Coesão entre colegas. Este trabalho contará apenas com dados parciais relatados a partir da análise da primeira variável: Apoio da Chefia e da organização. Esta variável aborda os seguintes aspectos relacionados à chefia ou supervisão do setor em que os entrevistados trabalham, tais como: comunicação e informação, mudança e planejamento, organização, conflito e respeito. Quando questionados se a chefia ajuda os funcionários na resolução dos seus problemas, ou quando é necessário, verificou-se que 40% concorda que há essa ajuda por parte da chefia, contudo 30% discorda. Os funcionários entendem em sua maioria (60%), que há orientação quanto a realização da tarefa, mas 70% nem concorda nem discorda que a chefia orienta as tarefas mais difíceis até o final. Quanto a informação, identificou-se que 60% dos setores nem concorda nem discorda que sejam informados das decisões que o envolvem. Os conflitos que acontecem no trabalho não são resolvidos pelo próprio grupo com 50% das indicações dos entrevistados. Quando questionados se a chefia tem respeito pelos funcionários, 40% concorda, 10% discorda e 50% nem concorda nem discorda. Identificou-se que a empresa aceita novas formas do funcionário realizar suas tarefas com 70% da aceitação.

(CONCLUSÃO) Verificou-se que a maior parte dos entrevistados na maioria das questões respondeu nem concordo, nem discordo o que pode retratar uma indiferença quanto à chefia ou o medo em apresentar sua opinião. Pode-se analisar com relação a variável Apoio da Chefia e da organização que falta supervisão das tarefas de forma planejada e que o fator comunicação pode ser melhorado. No que tange ao aspecto mudanças, verifica-se que há uma aceitação por parte da chefia, contudo não há estímulo para que as mudanças sejam apresentadas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

QUALIDADE NO ATENDIMENTO: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - AABB NATAL

Autor(es):

Rogger Costa Capistrano: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Levando-se em conta a queda das fronteiras comerciais no Brasil, se tornou comum a entrada de produtos e serviços oferecidos por empresas estrangeiras no Mercado nacional. Com isso, várias empresas brasileiras passaram a se preocupar com a sua representatividade no mercado nacional e adotaram a prática da qualidade total. Assim, estas empresas puderam passar a concorrer com as empresas estrangeiras por meio da oferta de produtos de qualidade. Nos dias de hoje, a qualidade no atendimento ao cliente é algo que é bastante discutido dentro das organizações. Isso se deve à grande preocupação por parte dos gestores no que se diz respeito a fidelização do cliente, ou seja, construir uma relação mais próxima entre a organização e o mesmo. A Associação Atlética Banco do Brasil – AABB, é uma organização sólida e eficaz e se destaca como um clube de grande importância na história do esporte Amador do Rio Grande do Norte e que permanentemente está em busca da qualidade no atendimento e melhoramento contínuo do atendimento aos seus associados. Baseado nisso, o objetivo deste trabalho é analisar se o associado da AABB encontra-se satisfeito com a qualidade no atendimento.

(METODOLOGIA) Optou-se por realizar uma pesquisa exploratória descritiva, na forma de estudo de caso. Por sua vez, o universo compreende 1.804 associados da AABB, devidamente cadastrados em seu banco de dados. A amostra da pesquisa possui uma estimativa de erro amostral de 7,15% e confiabilidade de 95%, sendo constituída por 177 clientes. Após o tratamento das informações elaborou-se gráficos.

(RESULTADOS) Com base nos dados colhidos, observa-se que os entrevistados (31%) são sócios da AABB há mais de 24 meses. Quanto as expectativas referentes ao grau de satisfação com o atendimento prestado aos colaboradores da AABB, obteve um percentual de 79% de associados muito satisfeito. Por fim, percebe-se que 57% dos entrevistados afirmam “Satisfeitos” quanto ao grau de satisfação por pertencer ao quadro de associados da AABB.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, a partir dos resultados alcançados que a qualidade do atendimento e satisfação dos clientes é fator primordial para sua fidelização, uma vez que, no mercado de hoje em dia, o preço não é mais um grande diferencial. Também é necessário inovar e criar estratégias em outras partes da organização para que a mesma possa continuar crescendo de forma positiva e com alto grau de satisfação por parte de seus clientes externos. Porém, observa-se que o diferencial do atendimento é hoje a peça fundamental para conquistar um novo cliente ou manter uma relação de fidelidade com os já existentes.

ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA ABERTURA DE UM BAR TEMÁTICO (HOT-BAR)

Autor(es):

Renart Sales da Costa Cabral: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Instituição de Ensino: FARN

Marcio Carvalho de Brito

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo de mercado sobre a análise de viabilidade de abertura da Friends Bar Ltda – ME ou Hot-Bar objetiva mostrar como suprir a demanda de clientes que se identificam com a música eletrônica, um estilo não muito frequente nos bares de Natal. A proposta é oferecer ao público jovem de Natal um novo conceito de bar, através de um ambiente decorado com inspiração na temática de música eletrônica e Black music de qualidade para frequentadores de bares e restaurantes, por meio de um cardápio musical onde os clientes farão seus pedidos e serão atendidos por um VJ (profissional responsável pela manipulação de vídeos em tempo real, disponibilizados em televisões dispostas pelo ambiente).

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como exploratória – descritiva, bem como pesquisa de campo que foi realizada com aproximadamente três empresas do segmento e uma amostra não probabilística por acessibilidade no estudo de mercado (Plano mercadológico) realizado com vinte clientes.

(RESULTADOS) A pesquisa revelou que o segmento de mercado no qual o Hot Bar pretende atuar é composto por universitários, jovens e adultos, na faixa etária de 18 a 40 anos, pertencentes às classes A e B. Em Natal, este é um mercado consumidor numeroso, devido ao grande número de universidades existentes na cidade e a própria cultura do local onde nosso público alvo tem esse costume de frequentar bares. Existem vários concorrentes, porém nenhum trabalha com a proposta de um ambiente temático cujo tema é um vídeo bar, com um estilo Eletrônico e Black music e com uma forma de servir diferenciada. Logo, esta proposta de abertura de empresa apresenta-se como uma grande oportunidade identificada. Pois apesar da grande quantidade de bares existentes na região, nenhum atende aos desejos dos clientes. A pesquisa mostrou que os clientes estão em busca de novas opções de entretenimento e por se tratar de um ambiente inovador, com decoração inspirada na temática do cinema e vídeo clip, torna-se mais atrativo. No entanto, os dados revelaram que, o tempo de retorno do investimento é 7 meses, mas a lucratividade é de 39,05 %, a rentabilidade é de 16,07%, e o ponto de equilíbrio é de 41,34%, o que pelo modelo de plano de negócio, sinalizou que a proposta de montagem da empresa deve ser reestruturada para a partir daí avaliar seu novo perfil econômico-financeiro, o que não desmerece a idéia inicial e de já ter sido identificado um mercado específico na cidade de Natal.

(CONCLUSÃO) Proporcionar à população jovem de Natal uma nova experiência em entretenimento noturno, através de um ambiente diferenciado, com decoração divertida e excelência no atendimento é de fato uma oportunidade de mercado. De acordo com o estudo financeiro, avaliou-se que o empreendimento tem a possibilidade de ser aberto e que de acordo com o investimento inicial, tem possibilidades de ser aberto, devido aos resultados auferidos e por apresentarem indicadores e dados extremamente favoráveis.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE NO CONTEXTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Arnaldo Pinheiro da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN
Raul Nino Moreira Chaves: Discente do Curso de Administração da FARN
Alexsandro Guedes de Lima: Discente do Curso de Administração da FARN
Allyson Paulineli da Silva Azevedo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho analisa a importância da construção do aeroporto internacional de São Gonçalo do Amarante para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, tendo em vista o aumento de fluxo de capital e investimentos no Estado, dados a movimentação de cargas e passageiros em escala significativa no cenário mundial, podendo levar a região a se tornar a “porta de entrada” do Brasil das rotas dos vôos vindos da Europa, América do Norte e África.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida mediante informações obtidas na internet, em site oficial do Governo do Estado do RN, de classificação aplicada, explicativa e descritiva. Trata-se de estudo aplicado à análise regional.

(RESULTADOS) Segundo os dados coletados, estima-se que para a implantação do aeroporto sejam utilizados investimentos diretos em torno de R\$ 500 milhões. O planejamento da obra possui expectativa de gerar 600 empregos diretos na sua construção. Quando finalizado, possuirá uma área total de 15 km², podendo receber em seu pátio aproximadamente 156 aviões do porte do A380. Em sua primeira etapa estimasse movimentação de três milhões de passageiros por ano, bem como 500 mil toneladas em circulação de mercadorias. Em virtude da incidência de precipitações pluviométricas no mês de maio, que chegam até 600 mm³, foi destinada uma área de 370 mil m² para o acúmulo de águas pluviais. Outros 300 mil m² farão parte da área de preservação. A pista de pouso e decolagem terá 3000 m de extensão e 60 m de largura. Um dos objetivos do planejamento da obra é de transformar o aeroporto em um aeroporto-cidade, com espaço para hotéis e parques temáticos. Também ter acesso às principais BRs do Estado, tais como a BR 406, BR304 e BR226, com fito de cruzarem todo o Estado, facilitando o fluxo de passageiros, cargas e interligando as ZPEs de Macaíba e Assú. Associado ao desenvolvimento das obras do aeroporto, existe um planejamento do Conselho Metropolitano de Natal que visa à reestruturação da cidade, para comportar o fluxo de veículos advindo do aeroporto e evitar congestionamentos, considerando-se que a entrada principal de natal será a Zona Norte. Os estudos mostram a inviabilidade do aeroporto sem a devida reestruturação da região metropolitana de Natal. Todos os investimentos virão de uma parceria público-privada, inclusive de capital exterior. O processo será por meio de edital e licitações.

(CONCLUSÃO) O aeroporto de São Gonçalo do Amarante constitui uma importante obra de infra-estrutura para o desenvolvimento da região, servindo como meio para outros investimentos, como as ZPEs de Macaíba e Assú, bem como para a região metropolitana de Natal. Trata-se de um dos maiores investimentos estruturantes da economia do Estado, o qual desencadeará novos investimentos que contribuirão para o crescimento econômico, a geração de emprego e a atração de novas empresas, principalmente relacionadas ao comércio internacional do Brasil, especificamente o continente europeu, cuja localização geográfica do A.S.G é estratégica no contexto internacional do fluxo de mercadorias. Os editais de parcerias e de captação de empresas investidoras estão devidamente publicados e em fase de tramitação.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DE CONFECÇÕES DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Autor(es):

Allan Davidson de Melo Pereira: Discente do Curso de Administração da FARN

Layssa Matias Medeiros: Discente do Curso de Administração da FARN

Mariana Álvares Prudêncio: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: FARN

Juliana Batista de Oliveira Galvão Damaceno

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Arranjos Produtivos Locais de Confeções da Região Metropolitana de Natal consiste na reunião de um numero significativos de empresas e pessoas envolvidas na cadeia produtiva têxtil e confeções em forma de cooperação e mecanismo de governança visando estimular a promoção da competitividade, desenvolvimento do mercado local, investimentos em tecnologias e inovações bem como aumentar o nível de emprego com vista ao fortalecimento da identidade cultural potiguar que agrega valor aos produtos gerados pelos integrantes da APL.

(METODOLOGIA) Tratamos este tema a partir de documentos e orientações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior (MDIC), ABDI, APEX, ABIT, SEBRAE/RN, SENAI Clóvis Motta, e FARN.

(RESULTADOS) Reunimos aproximadamente 50 empresas do setor de confeções em diferentes segmentos, principalmente moda feminina, moda praia e infantil. A APL permitirá ampliar o mercado consumidor local, regional, nacional e internacional. O Conglomerado das Empresas Contribuirá para expansão das mesmas, cujo emprego inicial será de aproximadamente 500 pessoas diretas o que corresponde a 20% do emprego total da indústria de transformação de Natal. As expectativas de expansão do mercado são de um crescimento de global de 15% ao ano no comercio varejista e 6% de expansão anual da indústria de confeções do estado. O emprego na indústria de transformação do estado cresce 9,86%, cujo índice de crescimento em agosto de 2010 foi de 4,5%. A indústria têxtil e de vestuário teve um crescimentento de 11,82% nos ultimo 12 mese; de janeiro a agosto de 2010 esse setor expandiu o emprego em 10,23%, sendo que no mês de agosto o crescimento foi de 1,64% ao ano. As estatísticas de natal revelam que a evolução total do emprego nos últimos 12 meses foi 8,66%, sendo que a indústria de trasformação cresceu 10,98%. As estatísticas confirmam que a indústria têxtil passou por uma recessão entre os anos de 2008 e 2009 e recuperou-se em 2010 com uma taxa de crescimento de 11,34% no país e a de vestuário 11,85%. As vendas do comercio varejista cresceram 10,1% no cenário nacional. Os empregos gerados nos últimos 5 anos cresceram 306%. A criação da APL de Confeções ocorre mediante a integração de dirigentes de pequenas e microempresas do setor; quando são identificadas as disponibilidades operacionais geradas pelas instituições de qualificação profissional para indústria e feitas as devidas alocações no setor produtivo de acordo com as necessidades das empresas tais como design, modelista, alta costura. Observa-se ainda a necessidade de efetuar compras de matérias prima em grande quantidade, reduzindo custos e aumento a produtividade e lucratividade das empresas, além da expansão do mercado realizado com a oferta de conglomerado de empresas mantendo-se as características da identidade cultural presentes nos tipos de produtos comercializados.

(CONCLUSÃO) Para que haja condições suficientes para efetivação do APL torna-se necessária a motivação dos diversos agentes institucionais financeiros, empresariais, de pesquisa, qualificação profissional, sindicatos e os diversos segmentos sociais contribuam direta ou indiretamente para o sucesso do desenvolvimento do relevante seguimento produtivo e gerador de empregos considerando que o sucesso da APL é extensivo para todos os seguimentos sociais. O tema trata de um assunto inovador e exige a busca de novas formas de organização e de eficientes parcerias.

OTIMIZANDO A GESTÃO DE ESTOQUES EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Autor(es):

Sulânia de Medeiros Dantas: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A utilização da Logística Integrada vem crescendo cada vez mais nas organizações, sendo considerada como vantagem competitiva, diante do cenário empresarial. Assim, o estoque, um de seus principais elementos, representa valores significativos, contribuindo para a redução dos custos operacionais, otimizando o investimento de capital. A presente pesquisa foi desenvolvida em uma empresa que atua no segmento de material de construção, que conta com três lojas e cerca de 300 funcionários, apresentando como suporte a Tecnologia da Informação para desenvolver atividades de gestão, integrando os departamentos, com a finalidade de promover melhores resultados, repercutindo no aumento da qualidade e credibilidade na prestação de serviços. O objetivo geral do estudo consistiu em otimizar o controle de estoque para a categoria de revestimentos cerâmicos. Para tanto, fez-se necessário compor a evolução de consumo e a representatividade dos itens, bem como definir os níveis adequados dos estoques.

(METODOLOGIA) A pesquisa constituiu em um Estudo de Caso, de natureza descritiva, de caráter qualitativo e quantitativo, uma vez que o levantamento de dados se deu através da análise documental, assim como entrevistas informais e observação direta, além de pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos e materiais disponibilizados na internet. Com relação ao tratamento dos dados foi concebida uma planilha em Excel retratando a evolução de consumo dos itens, abrangendo um período de 3 meses, a partir da qual foi originada a curva ABC, Ponto de Pedido e Previsão de Demanda.

(RESULTADOS) Apesar da empresa contar com um suporte consolidado de Tecnologia da Informação, pôde-se perceber, mediante a concepção do diagnóstico situacional, aspectos críticos diante da gestão dos níveis de estoques: verificou-se a ocorrência de extremos, ou seja, excessos e rupturas de produtos, que findam por elevar os custos, comprometendo o serviço prestado ao cliente e, conseqüentemente, repercute nos resultados organizacionais. Logo, diante desta realidade, foi feito um levantamento mais detalhado acerca do consumo dos itens, tendo como referência a categoria de revestimentos cerâmicos, a partir do qual pôde-se identificar uma evolução sujeito a tendências e uma previsão de demanda considerada complexa, necessitando de um modelo mais específico para esboçar um valor de necessidade de material, tendo sido recomendado o modelo dos mínimos quadrados. Por outro lado, mediante a identificação da média de atrasos e do tempo de ressuprimento, foi estabelecido o estoque mínimo e, em seguida, o ponto de pedido. A curva ABC foi agregada à gestão de estoques, com a finalidade de identificar a representatividade dos itens circulantes. Por fim, foi mapeado o fluxo de materiais, uma vez que o sistema de controle deve contemplar as atividades que relacionam a entrada e saída de mercadorias.

(CONCLUSÃO) A pesquisa apresentou uma importância significativa para a empresa, permitindo identificar processos que precisavam ser adequados, mesmo diante do uso da Tecnologia da Informação. As medidas propostas por serem consideradas simples, podem ser incorporadas às rotinas da empresa, sem que existam maiores problemas. Na realidade, o maior desafio consiste em ter a conscientização dos funcionários da necessidade de adotar tais modelos, o que irá repercutir diretamente em um aumento de produtividade e de desempenho, maximizando os resultados organizacionais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

TREINAMENTO POR COMPETÊNCIA: UM ESTUDO APLICADO A EMPRESA MEIRELES E FREITAS ADVOGADOS ASSOCIADOS E SERVIÇOS DE COBRANÇA

Autor(es):

Vanessa Jêronimo da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Atualmente são cada vez mais comum, à busca de implantar novas maneiras para oferecer a classe empresarial mudanças diante dos seus comportamentos, habilidades e conhecimentos. Isso se move devido à globalização dos negócios, o desenvolvimento tecnológico, o acirramento da competitividade e a busca constante pela qualidade e por diferenciais. Tendo em vista que as crescentes valorizações pelos treinamentos no âmbito empresarial nesses últimos anos vêm promovendo nas organizações mudanças nas suas políticas e diretrizes de como lidar com as pessoas e de como extrair o potencial que as mesmas possuem para o bom desenvolvimento das suas funções. Portanto o estudo refere-se a um trabalho monográfico realizado com objetivo de estruturar um modelo de treinamento com base nas competências essenciais para os cargos: Diretoria, Gerência, Auxiliar Administrativo (RH e Financeiro), Caixa, Supervisão e Operadores de cobrança. As competências essenciais são as habilidades e tecnologias fundamentais para o desenvolvimento dos processos organizacionais de forma eficiente.

(METODOLOGIA) Diante do contexto de base metodológica o presente trabalho estruturou-se no decorrer da pesquisa como um estudo de caso, uma espécie de investigação em torno da Meireles e Freitas, no que consiste na utilização de um ou mais métodos quantitativos de recolha de informação. Caracteriza-se por descrever um caso no qual envolverá um estudo aprofundado que têm como alicerce um grupo de pessoas como os cargos aos quais foram citados. A técnica de coleta de dados utilizada foi por observação, uma espécie de instrumento no qual incluirá todos da empresa desde diretoria aos operadores de cobrança. A pesquisa teve como base também o material de treinamento aplicado pela empresa, assim como, a entrevista realizada com a coordenação operacional e administrativa, que nortearam o desenvolvimento do presente trabalho. Os fatos foram diagnosticados no dia a dia operacional dentro da própria empresa no período de em média três meses. Perante essas circunstâncias encontrou-se um conjunto de respostas para atender as reais necessidades no qual a empresa apresentava.

(RESULTADOS) Os resultados propõem novos modelos de treinamento para os cargos assim listados, tanto para os ingressantes quanto os veteranos. Os modelos de treinamentos propostos estão estratificados em conhecimento, habilidades e atitudes. Os resultados mostraram que é essencial orientar o treinamento baseado nas competências essenciais para o desempenho satisfatório das funções, visando minimizar as discrepâncias que possam ocorrer no dia-a-dia visto que as competências possibilitam um vínculo mais direto com a realidade.

(CONCLUSÃO) Em relevância, a análise deste presente estudo se ampliou em apresentar aos profissionais que atuam na área de atendimento ao público e para os pesquisadores o interesse em extrair e explorar conhecimento na temática envolvente. A partir das necessidades alocadas através do diagnóstico o treinamento por competência surgiu através de um planejamento para aumentar a eficiência da empresa e ser reconhecida pela excelência qualidade do desempenho em atender ao público como merece. É importante frisar o reconhecimento do tema como uma tarefa fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional dentro da organização e o que se diz: "sobrevivência empresarial". O treinamento deve servir para isso, para melhorar a produtividade das pessoas, para que elas realizem seus trabalhos e abram suas cabeças para o novo, para a criatividade e a eficiência em suas atividades. Treinar com consciência é tarefa de muito valor e ótimos resultados.

O DESEMPREGO NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Thayana Almira Gurgel do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN

Maria Odilene Batista: Discente do Curso de Administração da FARN

Elen Daniella de Sousa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem por objetivo analisar o comportamento do emprego no estado do RN, especificamente para avaliar o desempenho do nível de emprego dos trabalhadores com carteira assinada que é o emprego formal. Estuda se o emprego segundo os setores econômicos que mais contrataram mão de obra nos últimos anos. Com o propósito de ampliar o conhecimento sobre a questão apontada, compreender melhor a estrutura do mercado de trabalho no qual os trabalhadores estão inseridos, e a dinâmica da economia regional é fundamental para a indicação de ações que venham minimizá-la. Segundo Courseuil et al. (1999), se o desemprego for um fenômeno endêmico de uma região do País apenas, e não um fenômeno nacional, as políticas particulares de combate ao desemprego deveriam ter um caráter regional, pois políticas nacionais poderiam gerar resultados ineficientes. Esta ineficiência das políticas pode ocorrer especialmente quando as taxas de desemprego divergem dentro e entre as economias das regiões ou Estados de um país.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido através da análise de dados coletados junto ao IBGE, CAGED, DIEESE.

(RESULTADOS) O Rio Grande do Norte gerou 6.079 empregos formais em setembro, apontou o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O resultado representa um crescimento de 1,65% em relação aos números do estado em Agosto. No acumulado de 2010, o estado soma 24.131 novos postos de trabalho, um incremento de 6,88% em relação ao mesmo período de 2009. Natal, Ceará - Mirim e Mossoró foram os municípios com maior saldo no período. O desempenho de 2010 é o terceiro melhor da série histórica para o mês de setembro, sendo superado apenas pelo ocorrido em 2006 (7.444 postos) e 2005 (6.981 postos) e o melhor dos últimos três anos. Segundo o Caged, o nível de emprego cresceu 8,5%, quando se levam em conta os últimos 12 meses, contabilizando 29.354 novos empregos. A agropecuária foi o destaque de setembro, gerando 2.032 empregos com carteira assinada, um crescimento de 14,63%. Os setores da construção civil (1.351) e de serviços (1.058) também obtiveram resultados positivos.

(CONCLUSÃO) As taxas de desemprego vêm caindo nos últimos anos, devido a uma maior procura das pessoas por capacitação profissional, grandes investimentos do exterior e o turismo também é um dos setores que mais emprega. A crise econômica teve um grande impacto com relação ao desemprego, principalmente no setor de comércio. Atualmente, a atividade econômica do Rio Grande do Norte, de modo geral, apresenta ritmo de expansão econômica superior às regiões Nordeste.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

CULTURA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DO BANCO DO BRASIL NA AGÊNCIA TIROL/NATAL-RN

Autor(es):

Larissa Rafaella Carvalho Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As organizações estão inseridas num mercado cada vez mais competitivo, fazendo com que essas empresas busquem diariamente a sua sobrevivência. A cultura organizacional pode ser considerada como uma importante estratégia, pois é através da cultura que as organizações definem a sua missão, provocando o nascimento e o estabelecimento de seus objetivos. O interesse aprofundado sobre esse assunto ganhou força nos anos 80, pois de acordo com os japoneses o envolvimento dos trabalhadores com os valores da organização era o principal fator responsável por seu sucesso. A cultura organizacional controla os comportamentos individuais, integrando os objetivos individuais aos da organização. A pesquisa tem como objeto de estudo o Banco do Brasil, em foco a agência Tirol/ Natal-RN, identificando qual a cultura encontrada nessa organização e como ela é percebida por seus colaboradores.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizada foi a Exploratória/Descritiva, em forma de estudo de caso, com caráter qualitativo e quantitativo. Tratando desse trabalho, a pesquisa será Censitária, levando em consideração o universo composto por 20 pessoas, funcionários lotados na agência Tirol. Utilizou-se o questionário com perguntas fechadas como forma de coleta dos dados.

(RESULTADOS) As análises sobre a cultura organizacional existente na empresa Banco do Brasil foi dividida em seis variáveis: valores de profissionalismo cooperativo; valores de profissionalismo cooperativo e individualista; valores associados à satisfação e bem-estar dos empregados; práticas de interação externa; práticas de recompensa e treinamento; práticas de promoção do relacionamento interpessoal. Para efeito desse trabalho, os dados serão apresentados de forma parcial, analisando apenas a variável: valores de profissionalismo cooperativo que está relacionada à valorização dos empregados que executam suas tarefas com eficácia e competência, contribuindo para o alcance das metas comuns da organização. Das cinco perguntas existentes referentes a essa variável, pode-se dizer que os empregados se preocupam com a qualidade de execução dos seus serviços, dedicando-se ao máximo, o que é bastante apreciada pela empresa. Foi constatado durante as pesquisas, que o Banco do Brasil vê o profissionalismo dos seus funcionários como uma grande virtude, o que faz com que todos busquem superar as dificuldades do dia-a-dia, tendo como modelo a ser seguido os colaboradores que demonstram dedicação e espírito de colaboração na tentativa de sempre oferecer o melhor para os clientes.

(CONCLUSÃO) A interação entre os funcionários e a empresa, considerando-se o profissionalismo dos empregados e qualidade dos serviços oferecidos pela organização, diz muito em relação a sua cultura organizacional. Analisando de forma parcial, a empresa Banco do Brasil trabalha com uma cultura onde a grupo faz a diferença, com funcionários capacitados, buscando sempre a melhor estratégia de trabalho, trabalhando com dedicação para o alcance das metas.

OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DE ESTOQUE EM UMA ESCOLA PARTICULAR

Autor(es):

Marycélia Pópilla Guedes: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Logística é uma área que vem apresentando crescimento significativo nas organizações, independente do ramo de atuação, uma vez que promove a análise do fluxo de materiais e informações, com o propósito de prover a maximização de resultados. Assim, a presente pesquisa, desenvolvida em uma Escola Particular, teve como objetivo geral otimizar a sua gestão de estoques. Para tanto, se fez necessário mapear as solicitações de materiais provenientes dos setores; levantar a evolução do consumo por setor; quantificar os desperdícios (excessos) e as rupturas ocorridos no estoque; e definir níveis adequados de estoques. Portanto, evidencia-se que o estudo foi importante para a empresa, uma vez que culminou com o estabelecimento de uma programação de suprimentos, centrada na identificação dos níveis adequados de materiais, mas considerando a minimização dos custos e a agilização dos processos que integram o relacionamento dos setores com o almoxarifado, considerando o fluxo de materiais.

(METODOLOGIA) A pesquisa consistiu em um Estudo de Caso, de natureza descritiva, mas enfocando uma análise quantitativa e qualitativa, tendo em vista o levantamento das solicitações de materiais por parte dos setores, em termos das quantidades e freqüências, bem como as execuções das atividades, respectivamente. Logo, a coleta de dados contou com a observação direta do ambiente, a entrevista informal e a análise documental. O tratamento de dados considerou os modelos de gestão de estoques existentes, ou seja, modelos de evolução de consumo, métodos de previsão de demanda, além do ponto de pedido. O estudo teve como área de abrangência o Almoxarifado, entretanto os setores que solicitam mercadorias também foram considerados.

(RESULTADOS) A realização da pesquisa consistiu em um desafio, pois é oportuno destacar que se pode explorar a atuação da Logística em um segmento que aparentemente não apresenta maiores impactos, ou seja, uma Escola. Na verdade, o diagnóstico permitiu identificar pontos críticos, face o volume de pedidos atendidos sem programação, que culminavam com a realização de compras emergenciais, o que significa elevação de custos. Portanto, a partir do levantamento de dados se pôde entender a necessidade de prover melhorias no sistema de gestão de materiais, centradas na identificação de um modelo de previsão de demanda, tendo sido usado o método dos mínimos quadrados, mas também definidos os pontos de ressuprimento e o estoque de segurança. Por fim, as análises realizadas permitiram a elaboração de uma programação de suprimento, a ser desenvolvida junto a cada setor solicitante, no sentido de poder desenvolver um planejamento de solicitação e, dessa forma, eliminar as solicitações de última hora, que findam por fragilizar a gestão dos estoques.

(CONCLUSÃO) A realização da pesquisa permitiu desenvolver uma proposta técnica adequada a realidade da empresa. As recomendações foram baseadas em métodos de gestão de estoques que permitem esboçar a tendência de consumo. Porém, se faz necessário que seja desenvolvido um acompanhamento dos valores de compra sugeridos, para que os ajustes necessários possam ser feitos. Entretanto, a maior contribuição se deu mediante o estabelecimento da programação de suprimento: o estabelecimento de um padrão de solicitação de materiais imprimirá maior controle do estoque, repercutindo diretamente na satisfação dos setores solicitantes associada à redução de custos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ESTUDO DE MERCADO E DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE EQUIPAMENTOS AUTOMOTIVOS NA CIDADE DE NATAL/RN.

Autor(es):

Bruno Cavalcante Ribeiro: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante das mudanças que vêm se evidenciando cada vez mais no cenário do mercado mundial, onde a estabilidade financeira se torna cada vez mais difícil devido a falta de empregos que gere confiança aos empregados, os cursos de administração vêm desenvolvendo atividades que facilite a formação de novos empreendedores. A necessidade da criação de empreendimentos vem gerando um foco no estudo da viabilidade para a montagem de uma empresa, que se trata da estimativa dos investimentos necessários à implantação de projetos e de custos operacionais. Dessa maneira, o Estudo de Viabilidade é de suma importância para todos que desejam entrar no mundo do empreendedorismo, pois nele se encontra um mercado cada vez mais dinâmico, onde as informações trafegam de maneira cada vez mais rápida e são determinantes para a implantação e manutenção do negócio pretendido.

(METODOLOGIA) Tendo em vista que a pesquisa é uma análise de viabilidade de abertura de um novo empreendimento faz necessária a realização de pesquisa bibliográfica descritiva. Como primeiro passo de um trabalho científico foi realizada uma pesquisa exploratória que obteve informações sobre o objeto de estudo, para analisar a tomada de decisões de abertura de uma equipadora automotiva no bairro Cidade Satélite no município de Natal.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada observou-se que a maioria (42%) dos potenciais clientes possuem 3 ou mais carros, e dentre os entrevistados, 72% são usuários de serviços similares aos que seriam prestados na empresa. Outros dados também determina um bom número de potenciais clientes, como o fato de 68% acharem que falta ao bairro e redondezas prestadoras desse tipo de serviço. Verificou-se que a maioria dos clientes dão prioridade a serviços prestados próximo as suas casas, e que não costumam pesquisar preços, dados favoráveis a abertura da empresa.

(CONCLUSÃO) Conclui-se assim, que o negócio tem um alto grau de viabilidade devido a grande parcela de potenciais clientes no bairro e redondezas onde se localizará o empreendimento, foi constatado que a através dos dados obtidos que o panorama da localidade é favorável para abertura da empresa.

ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO NO MERCADO DE ADQUIRÊNCIA

Autor(es):

Marco Antonio Monteiro Moreira: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No Brasil o mercado de adquirência vem se modificando diante das exigências de seus consumidores, e também foi o mais lucrativo, destacando-se dentre as empresas que o compõem a Redecard e Cielo. Estas trabalhavam com suas respectivas “bandeiras” exclusivas, o que lhes garantiam conforto, pois alimentavam suas receitas sem se quer ter algum tipo de investimento em prospecção de novos adquirentes. Vale destacar que este segmento apresenta-se como um dos responsáveis pela inclusão de muitos brasileiros numa classe social mais elevada, o que no caso chamou atenção do BACEN, sendo que foram tomadas providências para evitar o monopólio e o auto-faturamento destas empresas. No dia 1º de julho de 2010 foi determinada a “quebra de bandeira”, não havendo mais exclusividade de captura de cartão, onde a Redecard que tinha sua detinha o Mastercard irá transacionar os cartões VISA e a empresa Cielo que detinha o VISA também respectivamente transacionará com os cartões Mastercard. Esta decisão trouxe um grande desafio para este mercado, movimentado aproximadamente com cerca de 1 milhão de clientes, as empresas agora irão batalhar pelos seus próprios clientes. Diante deste contexto, foi estabelecido como objetivo geral da pesquisa estudar as estratégias de fidelização utilizadas por empresas de adquirência, que foi alcançado através dos seguintes objetivos específicos: A identificação do perfil dos clientes, os fatores determinantes para a fidelização e a demonstração dos resultados.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como descritiva-exploratória bem como pesquisa de campo. Utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa para análise dos dados coletados por meio de um questionário semi-estruturado, composto por questões fechadas realizadas com cerca de 2000 clientes das empresas de adquirência que atuam na cidade de Natal sendo elas empresas de diversos tipos de segmento e portes, a amostra foi não probabilística por acessibilidade e representou 15% do total de clientes. **(RESULTADOS)** De acordo com este mercado, verificou-se que estes clientes se dividem em alguns tipos de perfis somente no mercado de varejo, como clientes com faturamento de até 500 mil ao ano. Constatou-se que destes 15% que foram atendidos cerca de 55%, nos quais, aceitaram as propostas oferecidas pelas empresas de adquirência; ou seja, foram fidelizadas por mais um ano de prestação de serviços, podendo arcar com despesas rescisórias em caso de quebra de contrato. Além do que fica claro que empresas de diversos portes desde pequena até média ou grande, têm interesse em reduzir seus custos com as empresas de adquirência. No entanto, deve-se considerar que os clientes que possuem um maior movimento financeiro nos terminais de captura de cartão de crédito recebem ofertas mais atrativas na redução de despesas administrativas. **(CONCLUSÃO)** Pode-se diagnosticar que a maioria das empresas que foram atendidas aceitaram as propostas por motivos de estarem acompanhando a mudança no mercado de adquirência, ainda que para um empresário onde a maior parte de sua visão é focada para redução de custos, os mesmos acreditam que as administradoras de cartão de crédito ainda reduzirão mais os custos na esperança de que o mercado seja ainda mais atizado por outras empresas. Observou-se que é evidente o pensamento de gestão dos empresários em termos de maximização dos lucros através de redução de despesas. Ou seja, fica claro também que muitos estabelecimentos que ainda necessitam de uma melhor preparação para a área de gestão que necessita de tomadas decisões imediatas em tempo hábil para ter direito à proposta oferecida.

O DIAGNÓSTICO DO CLIMA ORGANIZACIONAL EM ÁREAS TÉCNICO ADMINISTRATIVAS DA FARN

Autor(es):

Marina Rocha Lopes: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O diagnóstico do clima organizacional de áreas técnico administrativas da FARN é de suma importância para amparar o trabalho do setor de recursos humanos no intuito de que estes saibam como está a condição do clima nos setores onde será realizada a pesquisa, pois o resultado do diagnóstico servirá de base para trabalhos que poderão ser desenvolvidos. A escolha do tema incita a investigação e em consequência proporciona o armazenamento de dados que serão de suma importância para futuros trabalhos. É uma pesquisa oportuna, tendo em vista o grande crescimento da instituição e sua necessidade de aperfeiçoar suas condições de trabalho. Além disso, é viável, pelo fato deste ser um meio que trará benefícios a Instituição com um custo relativamente baixo. A pesquisa tem como objetivos: caracterizar o perfil do colaborador da Instituição, identificar as variáveis do clima organizacional que apresentam resultados positivos; apontar as variáveis do clima organizacional que necessitam de melhorias e propor ações para melhoria do clima organizacional em áreas técnico administrativas da FARN.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa é caracterizada como exploratória de caráter quantitativo. A população deste trabalho compreende colaboradores dos setores técnico administrativos e coordenações de curso da FARN. A amostra envolve um total de 75 colaboradores distribuídos pelos seguintes setores: assessoria de comunicação, central de atendimento, clínicas, contabilidade, coordenação dos cursos, laboratório de anatomia, prática jurídica, prefeitura do campus, RH, Secretaria geral, biblioteca, informática, Fies, Pós-graduação e extensão. A pesquisa se distinguiu como censitária, ou seja, todos os indivíduos foram pesquisados, e, portanto, não foi preciso a utilização de técnicas de amostragem. Foram utilizados formulários como instrumento para a coleta de dados, nos quais haviam 42 afirmativas relacionadas a duas dimensões e sete fatores do clima organizacional, além de dados pessoais e profissionais dos colaboradores.

(RESULTADOS) Até o momento, foram coletados dados pessoais e profissionais dos colaboradores. Com isso tem-se o perfil do profissional que trabalha na Instituição. Os setores até agora investigados são: Fies, contabilidade, coordenação dos cursos e biblioteca. O setor do Fies possui um único colaborador, do sexo feminino, com 22 anos de idade, exercendo a função de auxiliar administrativo, de nível superior e com 4 anos de tempo de serviço na Instituição. Na seção de contabilidade trabalham quatro colaboradores, no entanto só foram investigados 3, devido a um se encontrar de férias. 66,6% são contadores e 33,3% tem a função de assistente contábil. 33,3% é possui uma pós graduação enquanto 66,6% são de nível superior. 66,6% pertencem ao sexo masculino. A idade varia entre 27 a 40anos. Em relação ao tempo de serviço os funcionários possuem de 4 a 10 anos que trabalham na Instituição. Na coordenação dos cursos, se encontram 4 funcionários. Em relação a escolaridade, 50% possuem nível superior incompleto, 25% pós graduação e 25% ensino médio completo. 50% são do sexo masculino. São jovens entre 25 e 30 anos de idade. 50% possui entre 7 meses e 11 meses de trabalho na Instituição e 50% 7 anos que contribui com a faculdade. A biblioteca possui 9 colaboradores , 44,4% dos funcionários exercem a função de auxiliar administrativo, 33,3% são bibliotecários e 22,2% são auxiliares de biblioteca. Em relação ao nível escolar, 44,4% possui ensino médio completo, 11,1% tem nível superior incompleto, 33,3% são pós-graduados e 11,1% são de nível superior completo. 66,6% são do sexo feminino, 55,5% com idade entre 21 e 28 anos e 44,4% entre 41 e 50 anos. O tempo de serviço varia entre 1 mês e 9 meses referente a 44,4% dos colaboradores e 1 ano a 11 anos relacionados a 55,5% dos funcionários.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto pode-se dizer que a grande maioria dos colaboradores da Instituição são jovens, a maioria possui muito tempo de serviço na Instituição, 52,63% são do sexo feminino e 52,63% possui nível superior completo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS BÁSICAS DE GEOPROCESSAMENTO COMO APOIO À ATIVIDADE DE PODA DA VEGETAÇÃO URBANA

Autor(es):

Nyane Freire de Souza Azevedo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Sara Amélia do Oliveira Galvão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As árvores têm papel fundamental na qualidade do conforto ambiental e da qualidade de vida da população, promovem a melhoria do clima através da diminuição da temperatura, sombreamento, mudanças na velocidade e direção dos ventos, além de proporcionar maior harmonia nas cidades, com maior interação na paisagem e urbanização, ajudando também na diminuição das poluições sonora e visual. Elas absorvem o gás carbônico gerado por pessoas, fábricas, lixo e automóveis e nos devolvem o oxigênio, tão essencial à vida. Para controle das atividades relacionadas ao meio ambiente, tal como poda das árvores de uma cidade, as ferramentas de geoprocessamento vêm sendo utilizadas por permitirem análises complexas, que facilitam decisões racionais quando necessita trabalhar com dados demográficos, integrando dados de diversas fontes e criando banco de dados com rapidez, segurança e confiabilidade dos dados em análise, uma vez que, o geoprocessamento pode ampliar, armazenar, modelar e exibir múltiplos dados referenciados na Terra, através de coordenadas geográficas. O presente trabalho tem como objetivo geral subsidiar o planejamento, organização, coordenação e controle da atividade de poda da vegetação urbana, sob a responsabilidade da COSERN, utilizando técnicas de geoprocessamento. O presente estudo torna-se relevante, do ponto de vista teórico, pelo fato de proporcionar conhecimentos a complementação da formação acadêmica e o desenvolvimento profissional do pesquisador. Do ponto de vista prático, proporcionará a aplicação dos conhecimentos técnicos adquiridos em sala de aula no ambiente organizacional. Em relação à empresa, o estudo tornar-se-á uma fonte de dados com base científica para a organização, abordando os aspectos relacionados à gestão pela qualidade total.

(METODOLOGIA) Optou-se por realizar uma pesquisa descritiva em relação ao objeto de estudo, os fatos foram observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem interferência do pesquisador a fim de alterá-los tomando partido mediante suas opiniões. A coleta de dados foi feita através de entrevistas onde o entrevistador obteve informações a respeito do assunto mediante uma conversação, tendo como seu universo para estudo, uma área urbana na capital do estado.

(RESULTADOS) Após a coleta de informações e a compilação de dados no programa, verificamos a facilidade na localização e interpretação dos dados de cada árvore bem como uma melhor gestão no planejamento da poda urbana.

(CONCLUSÃO) Ao final do trabalho e de posse das análises dos resultados concluímos que utilização de ferramentas de geoprocessamento mostrou-se eficiente quanto à compilação e interpretação dos dados. A interação geoprocessamento/banco de dados é de fundamental importância para a agilidade na tomada de decisões. O trabalho permitirá desenvolvimentos de novos monitoramentos na área ambiental e poda urbana no Rio Grande do Norte, agilizando a tomada de decisão sem afetar drasticamente o meio ambiente.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

GESTÃO DE CUSTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE SITUADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Autor(es):

Isabele Miranda do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa explora uma gestão de custos na agência situada no município de Natal-RN. Sua atividade, prestação de serviços, é transformar positivamente os resultados de comunicação, dando retorno aos clientes quanto aos investimentos em campanhas publicitárias. A gestão de custos é a informação que o gestor precisa para efetivamente gerenciar uma empresa, abrangendo tanto informações financeiras sobre custos e receitas quanto informações não-financeiras sobre a qualidade, produtividade e outros fatores críticos de curto e longo prazos para obter o sucesso competitivo (Blocher, 2007), destacando, dessa forma, a relevância do objetivo geral da pesquisa em avaliar a importância da gestão de custos na agência de publicidade localizada no município de Natal/RN. O presente estudo de caso se justifica em tecer alguns comentários sobre as dificuldades encontradas pelos gestores nas tomadas de decisões.

(METODOLOGIA) Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, desenvolveu-se um estudo teórico de natureza descritiva, de modo a conhecer os aspectos da empresa de publicidade, prestadora de serviço, descrevendo suas principais características. Em relação aos procedimentos de busca, são empregadas as pesquisas bibliográficas e de levantamento se configurando em um estudo de caso. A população alvo do estudo são os gestores da empresa prestadora de serviços publicitários do estado do RN, com foco na gestão dos custos, analisando suas tomadas de decisões. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois possui uma facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, bem como a apresentação de contribuições no processo de mudança.

(RESULTADOS) Através de questionamentos preliminares, a pesquisa qualitativa identifica problemas quanto à tomada de decisão na gestão de custos, uma vez que é proeminente a dificuldade em definir a mensuração de seus custos operacionais, fazendo com que o gestor tome determinadas decisões de acordo com os valores de mercado.

(CONCLUSÃO) O papel específico da gestão de custos depende da estratégia competitiva da empresa à qual será aplicado: gerenciamento estratégico, planejamento e tomada de decisões, controle operacional e administrativo e preparação de demonstrações financeiras). (Blocher, 2007). Conclui-se, portanto, que o estudo da pesquisa é essencial para o conhecimento do gestor, pois as decisões eficazes resultam de informações e processos decisórios de boa qualidade. (Eldenburgh/ Wolcott, 2007). Espera-se, portanto, respostas relativas às tomadas de decisões em custos, identificando lacunas para que se possa gerenciar com eficiência agregando valores e ganhando competitividade com a utilização de uma boa gestão de custos.

GESTÃO DO RISCO SOBRE INVESTIMENTOS EM AÇÕES NO MERCADO ABERTO APÓS A CRISE FINANCEIRA DE 2008 - 2009

Autor(es):

Alisson Nóbrega de Moraes: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Tomando como ponto de partida a idéia de investimento como sendo a privação de um desejo de consumo presente para a provisão de um poder aquisitivo financeiro maior no futuro, podemos concluir que tal atividade é uma fonte de alavancagem de capital fascinante, de formas inesgotáveis de rendimentos e acumulo financeiro. A engenharia financeira, com o desenvolvimento de novas técnicas de mensuração de custos, riscos, oportunidades e rendimentos sobre carteiras de investimentos de médio e alto rendimento, fizeram com que as operações subprime se tornassem o alvo preferencial de investimentos, fonte de financiamento e empréstimos oferecidos em larga escala no mercado americano. Sabendo-se que os empréstimos subprime são dificilmente liquidáveis, não geravam fluxo de caixa para as empresas concedentes. A fim de resolver essa insolvência, os bancos estudaram um método de diluir e pulverizar esse risco juntando esses papéis aos milhares e transformando esses novos papéis em derivativos negociáveis em todo o mundo com o valor cinco vezes maior do que o valor dos papéis originais. Arelada a uma política expansionista de crédito imobiliário e financeiro, vimos os maiores mercados financeiros no mundo publicarem altos índices de rentabilidades sobre investimentos, os mercados de ações baterem marcas históricas de rentabilidades, fazendo com que o PIB (Produto Interno Bruto), praticamente duplicasse ano após ano. Porém esta atividade desencadeou uma das maiores crises financeiras globais.

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do tema Gestão de Investimentos, essencialmente fundamentada em obras de autores como Alexandre Assaf Neto, WESTON, J.Fred; BRIGHAM, Eugene F. Fundamentos da Administração Financeira. São Paulo; Makron Books, 2000, BRIGHAM, E.F; GAPENSKI, L.C; EHRHADT, M.C. Administração Financeira: Teoria e Prática. São Paulo; Atlas, 2008; GITMAN, Laurence J. Princípios da Administração Financeira. São Paulo; Pearson Addison Wesley, 2004. Além disso, por ainda não haver literatura publicada sobre o assunto, se fez necessário um levantamento nos últimos balanços de algumas empresas para justificar os resultados.

(RESULTADOS) Analisando os dados levantados pelas empresas que acompanham os movimentos financeiros globais, os resultados obtidos através de análises técnicas e gráficas dos relatórios das empresas que possuem capital aberto e ações amplamente negociadas no mercado de ações, constatou-se as grandes perdas inicialmente mencionadas como insignificantes, nos anos de 2005 e 2006, evoluindo até a quebra de empresas tidas como marcos do capitalismo. Os resultados também demonstraram as manobras errôneas tomadas pelos agentes financeiros e as decisões tomadas com relação a política financeira nos Estados Unidos e empresas de grande porte.

(CONCLUSÃO) Diante do estudo realizado e dos dados levantados, ficou notório que as perdas foram enormes, varias pessoas perderam seus empregos, empresas tiveram perdas incalculáveis e que as técnicas de mensuração dos riscos junto com a política econômica praticada pela maior potencia mercadológica mundial foram propicias para o caos econômico recente. As técnicas, os postulados e as politicas econômicas do mundo tiveram que se adequar a escarces de demanda e ao novo cenário econômico. A partir disso, os órgãos de regulamentação do mercado acionista tornaram o mercado mais rígido, para poder controlar melhor os lucros e prejuízos e regularizar as taxas e as demandas.

UMA ABORDAGEM DE CUSTOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Daniilo Matias Marinho de Mendonça: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A origem do presente trabalho partiu do interesse do pesquisador em fazer, inicialmente, uma avaliação dos programas de custos financeiros implantados no SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE. Este interesse se deu por fazer parte do corpo funcional da (SEJUC) Secretaria Estadual da Justiça e da Cidadania, a quem está vinculado o Sistema Penitenciário Estadual e, conseqüentemente, o referido estabelecimento prisional. No Brasil, boa parte da população do sistema penitenciário encontra-se presa por crimes cometidos, em geral, sem violência direta (como homicídios, estupros ou seqüestros). Daí que, para muitos especialistas, torna-se urgente encontrar formas de punição que sejam alternativas ao confinamento, principalmente em um sistema prisional extremamente ineficiente como o brasileiro, no propósito da reinserção social, funcionando, em muitos casos, como uma "universidade do crime".

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do tema Gestão custos, essencialmente fundamentada em obras de autores como Eliseu Martins: Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 1998 e Bruni, Adriano Leal e Famá, Rubens. São Paulo: Atlas, 2009. Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva. No que concerne à coleta de dados, foram aplicados três questionários com perguntas abertas e fechadas, junto aos gestores financeiros da SEJUC. Os dados foram tratados quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada observou-se que a maioria (75%) dos gestores é de nível superior e são da parte estratégica do sistema. Boa parte dos entrevistados também conseguiu apontar que são inexistentes os indicadores de custo de maneira global e integrada (sistema penitenciário) na tomada de decisão da empresa. Verificou-se que o estilo de gerenciamento utilizado como base para tomada de decisão é o de que gerencia com base em relatórios e indicadores. Tendo em vista que 40% dos entrevistados tomam como base de tomada de decisão os balanços patrimoniais e as DRE.

(CONCLUSÃO) Portanto a relevância da gestão de custos para uma tomada de decisão exige conhecimento das abordagens e terminologia dos custos envolvidos nos processos onde seus gestores reconhecem parecendo censo comum sua importância. Por fim, pode-se concluir que a gestão de custos ainda passa por uma fase de consolidação na SEJUC frente às profundas transformações por que passou e vem passando com as demandas do sistema penitenciário no estado do Rio Grande do Norte. Sendo assim busca-se adaptar ao ambiente criado nesses cenários que influenciará numa proporção direta a estrutura de custos. .

MKT DE RELACIONAMENTO NO VAREJO DE ELETROELETRONICOS DAS LOJAS INSINUANTE.

Autor(es):

Pedro de Oliveira Argolo Neto: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN
Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O tema relacionamento com clientes está em evidência no meio acadêmico e empresarial. Entretanto, no Brasil, sobretudo no Rio Grande do Norte, há poucos trabalhos que abordam este assunto em lojas de moveis e eletroeletrônicos. Este estudo visa mostrar a importância do Marketing de Relacionamento associado à construção da fidelidade do consumidor de eletroeletrônicos das Lojas Insinuante na cidade de Natal. O objetivo geral consiste analisar as estratégias de fidelização utilizadas pelas Lojas Insinuante no comércio varejista de eletroeletrônicos na cidade de Natal. Quanto aos objetivos específicos estes compreendem identificar as ferramentas de fidelização utilizadas pelas Lojas Insinuante; identificar o modelo e Marketing de relacionamento utilizado pelas Lojas Insinuante; identificar as cadeias de diálogo de pós-vendas com clientes. A questão problema a ser respondida é que tipo de estratégia mercadológica é mais viável para o mercado varejista de eletroeletrônicos da cidade de Natal e que a Loja Insinuante deve adotar para fidelizar o cliente?

(METODOLOGIA) Esta pesquisa exploratória e descritiva possuiu o universo composto por 352 clientes que compraram nas Lojas Insinuante Shop.Midway Mall, na cidade de Natal, no período de julho do corrente. A partir do referido montante, foi determinada uma amostra de 255 clientes que responderam questionários estruturados com 17 perguntas fechadas. Os dados foram tratados com um conjunto de procedimentos, quantitativos e qualitativos, apoiados em tabelas de frequências e gráficos ilustrativos, utilizando Microsoft Word e Excel.

(RESULTADOS) Com base neste trabalho, podemos identificar o perfil dos entrevistados: pessoas predominantemente do sexo masculino, com idade entre 21 e 40 anos, recebem entre 2 e 5 salários mínimos por mês, cursaram o ensino médio completo. A partir dos dados coletados observou-se, também, que mesmo sendo a Loja Insinuante lembrada por 69% dos respondentes, no mercado varejista de eletrodoméstico, o motivo dessa escolha é predominantemente por causa do preço, quando no gráfico 7, os clientes respondentes (15%) salientaram que compram na Loja por causa do preço e não pelo fator infra estrutura, atendimento, qualidade do produto entre outros fatores, pois que na avaliação solicitada sobre os aspectos da instalação da Loja (gráfico 11), 40% dos respondentes compreendem como uma infra estrutura ruim que é compensada pelo mesmo percentual de respondentes que afirmaram que isso é deixado de lado por causa das promoções feitas. Acredita-se, assim, que talvez as promoções venham fidelizando o cliente da Loja Insinuante, mesmo sabendo que estes não têm um pós venda, 38% dos respondentes afirmaram que se sentem fidelizados, onde o forte da Loja tem sido os portfólios e as propagandas que antecipam as necessidades de compras de aproximadamente 58% dos clientes da Loja, porque leva em conta aspectos relacionados aos hábitos, a história e costume local, correlacionando com as compras anteriores feitas pelos clientes.

(CONCLUSÃO) De posse das informações apuradas, concluiu-se que as lojas insinuante, no ponto de vista dos consumidores, não possui objeções negativas, mas o programa de fidelização não é efetivo e não contempla o modelo do CRM que deve atuar junto aos profissionais de vendas que estão diretamente ligados com o cliente na hora do atendimento, mesmo a pesquisa tendo demonstrado que os clientes se sentem sim fidelizados, pois a “oferta de promoções” é atrativa. Assim, cabe à Loja Insinuante explorar ainda mais, promovendo feirões locais com mais frequências aos seus clientes, oferecendo mais vantagens e descontos diferenciados, mantendo atualizado o atendimento qualificado.

VISÃO ANALÍTICA SOBRE O ÓCIO CRIATIVO

Autor(es):

Raul Nino Moreira Chaves: Discente do Curso de Administração da FARN
Arnaldo Pinheiro da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN
Alexsandro Guedes de Lima: Discente do Curso de Administração da FARN
Allyson Paulineli da Silva Azevedo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Juliana Batista de Oliveira Galvão Damaceno
Instituição de Ensino: FARN
Cásio Carlos Pereira Barreto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A teoria do ócio criativo, do sociólogo e professor italiano Domenico De Masi, trouxe uma nova perspectiva da forma do trabalho e do tempo livre do ser humano na sociedade pós-industrializada, e da interseção entre trabalho, estudo e lazer. Não passando despercebida a crítica da forma pragmática de encarar o trabalho como razão de viver, desenvolvida e adotada por países como EUA e Japão.

(METODOLOGIA) O método de pesquisa é bibliográfico de classificação aplicada, explicativa e descritiva.

(RESULTADOS) A rotina do ser humano pode ser dividida, basicamente, em trabalho, tempo livre e de sono. Segundo De Masi, o ser humano desperdiça seu tempo livre, em virtude da fadiga do trabalho e da forma pré-moldada de uma sociedade pautada no pragmatismo mecanicista característico da modernidade pós-industrializada. Ou seja, na busca frenética pela sobrevivência e acúmulo de bens que, na maioria das vezes, não são devidamente desfrutados. O nível elevado de estresse causado pelo excesso de trabalho e sua supervalorização adoecem o Homem, apressando sua morte. Por viver assim, é comum não utilizar seu tempo livre em prol de si ou de suas ideias, atrapalhando o processo criativo inato da espécie humana. De forma geral, o Homem não é mais estimulado a pensar, refletir, mas a executar e viver numa rotina de trabalho sistematizada e limitada. A sociedade estipula para o indivíduo que, ao atingir sua maturidade social, já se depare com um modelo programado de sociedade que aprisiona o ser pensante-criativo. Segundo a teoria aplicada, os principais veículos que proporcionam essa formatação são o trabalho, a escola e a religião. Pois, para a igreja, o trabalho é um castigo divino e a escola educa para um modelo de sociedade consumista, limitando a visão holística do aluno em relação ao mundo. A proposta do teórico é a de que o ser humano aproveite melhor seu tempo livre com coisas que lhe excitam e não alienem, pois lhe é de direito e necessário. Também que se dissocie da ideia do consumismo para satisfação dos prazeres da vida, pois as melhores coisas da vida (o bom e o belo) estão fora do consumismo. De Masi prega que cada vez mais o trabalho, o estudo e o lazer devem associar-se, chegando ao estágio em que não se consiga distinguir onde começa um e termina o outro. Esse estado é mais propício nas profissões mais intelectuais e especializadas, como a de professores, cientistas, atores, jornalistas etc. Segundo ele, a sociedade caminha para estas profissões no futuro. Da mesma forma que as máquinas substituíram os operários nas grandes indústrias, também surgiu a necessidade de contratar funcionários cada vez mais capacitados e especializados no comando dessa nova geração fabril para ocupar cargos de chefia e planejamento, tendo em vista o avanço da tecnologia. Cada vez mais o Homem usa a cabeça e menos as mãos e o corpo. Ele precisa mais de criatividade, abrindo assim as portas para o uso do ócio criativo.

(CONCLUSÃO) O Homem é um ser pensante-criativo e não deve perder essa sua característica inata e peculiar por causa dos moldes pautados no trabalho como principal razão de viver. Deve buscar sempre conciliar trabalho, estudo e lazer, o que segundo o Professor Domenico de Masi, é tendência para o futuro. Tendo em vista cada vez mais a especialização do indivíduo em sua área de trabalho, substituindo o trabalho corporal pelo trabalho intelectual, exigido pela sociedade e tecnologia.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

A IMPORTÂNCIA DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA FRANQUIA NO RAMO DE VESTUÁRIO NO NATAL SHOPPING CENTER COM USO DE RECURSOS DE TERCEIROS.

Autor(es):

Marianny Patricia Dias: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No atual cenário econômico brasileiro, encontra-se maior facilidade em abrir uma franquia no mercado do que uma nova empresa, devido à identidade e expertise da franqueadora. Para se tornar um franqueado, o candidato a adquirir uma franquia passa por diversas análises mediante relatórios e entrevistas específicas que determinam se ele está apto e tem perfil para inserir-se no mercado de franchising. Entre as principais exigências impostas pelo franqueador, para que o contrato seja assinado, está à necessidade de ter um investimento inicial próprio e ter um capital de giro suficiente, porém nem todos os empreendedores possuem estes pré-requisitos fundamentais. Perante destes fatos, o presente estudo objetiva elaborar um projeto de viabilidade econômico-financeiro que demonstre a capacidade da implantação de uma franquia quando não se dispõe de capital próprio suficiente e quais as consequências para o desenvolvimento da franquia mediante o seu financiamento.

(METODOLOGIA) Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, desenvolveu-se um estudo teórico de natureza descritiva, de modo a conhecer os aspectos da empresa franqueadora, descrevendo suas principais características. Em relação aos procedimentos de busca, são empregadas as pesquisas bibliográficas e de levantamento se configurando em um estudo de caso.

(RESULTADOS) Foram encontrados alguns resultados parciais. Nota-se que no Brasil, a importância das franquias para a economia é evidenciada através dos números apresentados pela ABF – Associação Brasileira de Franchising –, o país ocupa o quinto lugar no ranking mundial do franchising, com um faturamento em 2009 de R\$ 63 bilhões e uma expectativa de crescimento de 14,5% em relação a 2008, com probabilidade de chegar aos 15% e com um montante de R\$ 72 bilhões no ano corrente.

(CONCLUSÃO) Observou-se que o sistema de franquias encontra-se bastante difundido em todo o mundo, principalmente no Brasil, e está se transformando em um meio para a expansão comercial e que o sucesso das franquias no país pode ser explicado por três fatores: falta de recursos disponíveis para o empresário que deseja expandir seu negócio; redução da oferta de empregos, o que motiva o empreendedorismo; e a criatividade e perfil empreendedor do brasileiro. Além de representarem oportunidades para pequenos empreendedores iniciarem seus negócios em condições mais favoráveis para evitar a quebra do empreendimento, as franquias também geram novos empregos, qualificam mão-de-obra e estimulam seus fornecedores a se aprimorarem e desenvolverem novos produtos e serviços. Outro fator a se destacar é que o sistema de franchising permite à empresa atingir localidades mais diversas da região, do país e até em mercados internacionais, fazendo-se presente e divulgando a sua marca.

A SINDROME DE BURNOUT

Autor(es):

Clauba Monik Pereira Alves: Discente do Curso de Administração da FARN
Albert Einstein Magno Sales dos Santos: Discente do Curso de Administração da FARN
Levy Weber Costa Pedregal: Discente do Curso de Administração da FARN
Victor Oliveira Lula de Medeiros: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho aqui apresentado, busca contextualizar a Síndrome de burnout, expondo a origem dos primeiros estudos acerca da mesma, as principais características, causas, sintomas, profilaxia e modos de enfrentamento. O termo Burnout é uma composição de burn=queima e out=exterior, sugerindo assim que a pessoa com esse tipo de estresse consome-se física e emocionalmente, passando a apresentar um comportamento agressivo e irritadiço.

(METODOLOGIA) A base para a elaboração do trabalho foram buscas a sites especializados sobre o assunto, de onde colhemos varias opções e após resumos, juntamos com informações dadas pelo professor Casio Pereira em suas aulas de Psicologia aplicada a administração, e livros sobre o tema escolhido. Cada membro do grupo elaborou um rascunho com suas idéias e conceitos sobre o tema e após uma reunião o grupo elaborou o trabalho com base nesses dados colhidos.

(RESULTADOS) A Síndrome de Burnout é um tema importante não só para os trabalhadores e pesquisadores da área, mas para qualquer indivíduo, por ser uma forma de sintetizar em uma síndrome um conjunto de hábitos que assolam o dia-a-dia das pessoas e, via de regra, não nos damos conta de suas consequências. Ou seja, mesmo para aqueles que não estão envolvidos em ambientes de trabalho frequentemente estressivos, e não identificam esses sintomas em si, conhecer tal assunto pode ser útil para reavaliar a própria vida.

(CONCLUSÃO) Concluimos que as consequências desse tipo de distúrbio são pessoais, sociais e laborais, e há custos tanto para as relações pessoais como para a qualidade do trabalho do indivíduo. Dessa forma, a implicação em combater esse problema deve ser, por um lado, institucional e, por outro, individual. Consideramos que a melhor forma para evitar as consequências é estar informado e observar o desenvolvimento de possíveis sintomas, de forma a combater, em tempo hábil, o desenvolvimento do burnout, pois é um processo de deterioração gradativa das relações pessoais e de trabalho, que deve ser identificada e enfrentada o mais cedo possível.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

GESTÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE SENSORIAL DOS ADMINISTRADORES DA JVC COMERCIAL LTDA.

Autor(es):

Arthur Alecrim Ferreira: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O tema que será foco deste trabalho, não se encontra somente no ramo da ciência administrativa, mas também está diretamente ligada a economia e a contabilidade. Trata-se da administração/análise financeira de uma organização para tomadas de decisões. Envolvendo situações positivas e negativas da organização assim como habilidades para se ter uma boa decisão financeira. Esta temática apresenta grandes desafios que os administradores têm em seu ramo, como: tomar decisões, riscos, perspicácia, entre outros. O objetivo deste trabalho foi pesquisar em uma organização, as decisões tomadas por administradores quanto à situação financeira da mesma. No caso, a pesquisa foi feita em uma empresa de rede de combustíveis, a JVC LTDA. O tema escolhido objetiva ter as informações corretas sobre saldo de caixa, valor dos estoques das mercadorias, valor das contas a receber e das contas a pagar, saber o volume das despesas fixas e financeiras, estarem ciente se a empresa está tendo lucro ou prejuízo em suas atividades operacionais, administrar corretamente o capital de giro da empresa, entre outros.

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do tema Gestão financeira com ênfase em tomada de decisões, essencialmente fundamentada em obras de autores como Alexandre Assaf Neto: Finanças corporativas e valor (Editora Atlas, São Paulo, 2003), Lemes júnior et al: Administração Financeira, princípios, fundamentos e práticas brasileiras (Editora Campus/Elsevier, Rio de Janeiro, 2005) e Ferreira José: Finanças Corporativas (Editora Pearson, 2005.) Além disso, será realizada uma pesquisa para os gestores da empresa como também será analisados relatórios financeiros como demonstrativo de resultados e balanço patrimonial. Os dados serão tratados quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas.

(RESULTADOS) O trabalho analisará as variáveis que possibilitam a eficácia da gestão financeira, demonstrando os resultados dos indicadores financeiros verificando os dados obtidos e indicando possíveis soluções para melhorar a gestão financeira dentro da empresa. Em análise aos dados obtidos, a partir das Demonstrações Financeiras, será analisada a situação econômico-financeira da organização objeto desse estudo e poderá utilizar os indicadores financeiros para amenizar os riscos tanto na estratégia como na tomada de decisão.

(CONCLUSÃO) Finalmente poderá se concluir que a Análise das Demonstrações Financeiras é de fundamental importância para as pretensões das empresas que estão operando no mercado atualmente, sobretudo no que diz respeito à gestão financeira que com a concorrência e a globalização necessita ser cada vez mais eficiente e atualizada. Além disto, a análise dos indicadores financeiros é uma ótima ferramenta para ser usada pelo gestor no controle interno da empresa. Portanto, com base nos dados que serão obtidos poderá se concluir que a empresa possui a visão de gestão financeira de forma global, entretanto para sobreviver com suas atividades à empresa necessita cada vez mais de uma boa administração financeira e para isso precisa dominar os Índices Econômico-Financeiros, pois, uma boa gestão financeira além de mostrar a situação atual da empresa ela pode ser usada para mostrar futuros lucros e dividendos da mesma e é com ela que o gestor financeiro vai tomar as suas decisões.

O TRANSPORTE DE BUGGY TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE.

Autor(es):

Clauba Monik Pereira Alves: Discente do Curso de Administração da FARN
Albert Einstein Magno Sales dos Santos: Discente do Curso de Administração da FARN
Victor Oliveira Lula de Medeiros: Discente do Curso de Administração da FARN
Levy Weber Costa Pedregal: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nosso trabalho tem como objetivo descrever a importância do transporte de buggy não só para a economia do setor turístico do estado do Rio Grande do Norte, mas como para toda a economia do RN. Nesse trabalho, iremos expor as exigências dos órgãos responsáveis pelo turismo no estado para com os bugueiros e empresas do setor credenciadas. Abordaremos também o mercado dos buggy de passeio há dez anos e como essa atividade está atualmente, suas conquistas, seu reconhecimento e sua profissionalização.

(METODOLOGIA) Para a realização desse trabalho, desenvolvemos pesquisas junto a sites de alguns órgãos governamentais do setor turístico do Estado do Rio Grande do Norte, tais como o SETUR. Pesquisamos na biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, algumas monografias relacionadas ao tema e realizamos uma entrevista com um empresário da área de buggy passeio. Após toda essa pesquisa, fizemos um resumo destacando os aspectos mais importantes sobre o tema escolhido, o que resultou neste trabalho aqui presente.

(RESULTADOS) Os passeios de buggy iniciaram no Estado na década de 80. Iniciou-se com a promoção “conheça Natal pelo preço da passagem aérea” que alguns empresários fizeram para estimular o turismo norteroiogrاندense nas regiões sul e sudeste, que eram os principais centros com potencial emissivo do Brasil. Dessa forma, embora a estrutura oferecida para o exercício desses passeios fosse mínima, o Rio Grande do Norte ganhou importante aliado para o seu desenvolvimento turístico. Durante dois anos esses passeios foram realizados de forma esporádica. Apenas em meados de 1983, o passeio de buggy passou a ter maior visibilidade. Na época em nenhum outro Estado existiam esses passeios. Diante dessa situação, em 1988 o Estado passou a intervir na atividade, com o intuito de estabelecer critérios para o seu exercício. Para tanto, foi criado um processo seletivo, um curso e instituída uma credencial emitida pelo órgão oficial de turismo para aqueles que participassem e fossem aprovados, servindo de referência para os turistas. Hoje a atividade de Buggy Turismo é regulamentada pela Lei Estadual de nº. 8.817 de 29 de março de 2006, que disciplina as permissões administrativas para realização do serviço no Estado do Rio Grande do Norte, a referida lei anulou todas as autorizações existentes anteriormente para a realização desse serviço, pois, elas não tinham sido precedidas de licitação. Segundo o site da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte, os passeios de buggy é uma das principais atrações de lazer e diversão que o Rio Grande do Norte oferece. O Rio Grande do Norte tem hoje 712 bugueiros credenciados - autorizados a conduzir buggys. Entre esses, 659 são bugueiros permissionados, através de licitações feitas pela Secretaria de Administração, para exercerem serviços na área de buggy turismo. A atividade beneficia atualmente a cerca de três mil pessoas no Estado.

(CONCLUSÃO) Concluímos através dos dados expostos, que os passeios de buggy turismo é uma importante fonte de geração de renda para a economia do Estado, assim como também é uma das principais atrações do setor turístico. Como reconhecimento da sua importância foi sancionadas leis estaduais garantindo assim direitos para os profissionais da área, como segurança na realização dos passeios para os turistas. Hoje, mais de três mil empregos diretos e indiretos existem graças a essa modalidade de passeios e mais de cem mil turistas vem ao Estado e realizam esse passeio.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

A IMPORTÂNCIA DA FERRAMENTA GERENCIAMENTO POR CATEGORIA PARA O PEQUENO VAREJO SUPERMERCADISTA DA CIDADE DE NATAL.

Autor(es):

Camila Mayara Lopes Mariano: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) O pequeno varejista supermercadista vem sofrendo com a expansão das grandes redes que estão invadindo o seu território, as vizinhanças de bairro e as regiões periféricas das grandes e médias cidades. Com toda essa concorrência o pequeno comerciante tem que perceber que práticas antigas como simplesmente “arrumar a prateleira”, repor o estoque e trabalhar com um mix básico, se tornaram obsoletas e não são dignas de uma empresa que quer se tornar competitiva. Tomando por base este novo prisma de mercado, é essencial fazer com que a compra e seu ambiente seja uma experiência notoriamente agradável e prazerosa. Sendo assim, as empresas que possuem iniciativas de Resposta Eficiente ao Consumidor (Efficient Consumer Response – ECR), principalmente no mercado norte-americano, utilizam uma de suas ferramentas mais novas que é o gerenciamento por Categoria. As empresas que estão investindo no Gerenciamento por Categoria vêm apresentando vantagens significativamente expressivas e resultados imediatos em relação aos seus concorrentes.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado uma pesquisa exploratória e descritiva. O trabalho será desenvolvido em dois bairros da região Norte da cidade de Natal, sendo eles: Igapó e Potengi. O universo da pesquisa será uma amostra de 50 mercadinhos de bairro que se instalaram naquela região, que compoem o banco de dados da atacado Mar Azul atacado, e a importância do uso da ferramenta Gerenciamento por Categoria para os mesmos. A coleta ocorrerá por meio de dois questionários, um aplicado com os proprietários e o outros aos funcionários encarregados de arrumar as gondôlas e prateleiras do mercadinho.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Mesmo com a grande ameaça de tomada de território que as grandes redes vem representando foi possível constatar o despreparo e a grande incerteza dos pequenos comerciantes alcançados por essa pesquisa. Diante das fortes oscilações de oferta e demanda e da instabilidade do mercado atual, a necessidade de mudanças está começando a se fazer presente na vida do pequeno comerciante, e os mesmos estão começando a despertar para as mudanças, porém não pareceram ter alcance de ferramentas de informação e atualização necessárias para que ele possa se manter no mercado. Com isso a certeza de que métodos com o gerenciamento por categorias, que possam focar suas ações para a melhoria do negócio ainda são extremamente desconhecidas pelos comerciantes e que se adotados, fariam toda a diferença já que suas ações são focalizadas em estratégias para o gerenciamento de tomadas de decisões, de tal modo que estas ações possam estar voltadas a criar e sustentar vantagem competitiva através de um desempenho superior.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) A realização desse estudo trará respaldo para o estudo de aplicações de técnicas de marketing, principalmente Gerenciamento por Categoria, para os mercadinhos de bairro e os minimercados de nossa cidade. Foi detectado que os aspectos carentes citados anteriormente podem ser minimizados com a utilização de métodos de gerenciamento que busquem ações para a reação dessa categoria afim retomar o seu posicionamento no mercado.

A PONTE FORTE-REDINHA E CENÁRIOS ECONÔMICOS DE NATAL

Autor(es):

Sandro de Souza Grilo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A ponte do Forte dos Reis Magos Newton Navarro foi pensada, discutida, e planejada para integrar os dois lados de Natal. Desde o seu início, a mesma gerou uma grande expectativa de desenvolvimento em torno da Zona Norte de Natal, assim como o desenvolvimento do turismo dos dois lados da cidade. A Zona Norte sempre foi uma área menos favorecida, e a ponte visou em alavancar o comércio e o turismo da região. A ideia da tal ponte foi desenvolvida no governo municipal de Aldo Tinoco(1992-1996), e foi visto como deslumbre por boa parte da população e de empreiteiros que seria um sonho a ser realizado. A sua construção ocorreu no governo de Wilma de Faria.

(METODOLOGIA) A pesquisa é do tipo descritiva e foi realizada mediante análise de relatórios publicados na internet.

(RESULTADOS) As principais finalidades da ponte foram de desafogar o tráfego da ponte de Igapó, melhorar o acesso ao futuro aeroporto internacional de São Gonçalo do Amarante, abrir novas perspectivas de empreendimentos para a Zona Norte, além de facilitar e aumentar o fluxo de turistas para o litoral e dar outra opção de saída aos moradores da Zona Norte para os bairros do centro da cidade e outras zonas da capital. Passados quase três anos após sua inauguração fato esse acontecido em 21 de novembro de 2007. A ponte Newton Navarro ou ponte de todos ou ainda ponte Forte-Redinha, já traz benefícios aos dois lados da cidade, ora pela instalação de grandes empreendimentos, no litoral ou na valorização dos imóveis residenciais e comerciais ora na instalação de empresas de grande porte, que vêm no outro lado rio um grande nicho a ser descoberto e explorado. E sendo a maior região administrativa da cidade, a Zona Norte recentemente tem despertado a atenção dos investidores da construção civil, onde 99% da população vivem em edificações horizontais e apenas 0,71% em edificações verticais e é isso, um dos principais fatores que motiva a ocupação da região que tem um baixo valor dos imóveis e terrenos. Com o novo plano diretor vigorando e somado aos grandes investimentos que estão sendo instalados na região em ritmo acelerado como, por exemplo, na Avenida João Medeiros Filho que vem recebendo diversos empreendimentos comerciais e residenciais (a região já está em franco desenvolvimento. Ano passado, de meados para cá, o mercado se viu saindo da crise e o programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, veio para incentivar o crescimento do setor, estimulando financiamentos para as classes média e média baixa), a Zona Norte passará a ser o alvo de maior visibilidade por parte dos empreiteiros e a possibilidade dos efeitos que poderão vir com a copa de 2014.

(CONCLUSÃO) No seu processo de expansão urbana, a cidade que já contava com um setor de serviços, cresceu com o passar dos anos. Existe uma concentração de empresas que caracterizam esse ramo da economia, em direção a essa região. Dessa forma valoriza outras áreas da cidade afastadas do centro, como é o caso do espaço em questão, reorganizando assim seu território. O uso do território pela sociedade permitiu a criação de uma nova especialidade do setor terciário no espaço da Zona Norte de Natal. Uma forte migração da força de trabalho e de capitais está ocorrendo em direção a esse setor, reestruturando assim o espaço urbano em questão.

MOTIVAÇÃO DENTRO DE UM AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Autor(es):

Syllas Ismael Carneiro de Vasconcelos: Discente do Curso de Administração da FARN

Pedro Henrique da Silva Costa: Discente do Curso de Administração da FARN

Ronierysom Ferreira David: Discente do Curso de Administração da FARN

Sandro de Souza Grilo: Discente do Curso de Administração da FARN

Sandro dos Santos Viana: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto

Instituição de Ensino: FARN

Juliana Batista de Oliveira Galvão Damaceno

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Fatores motivacionais estão sob controle do indivíduo, pois estão relacionados diretamente ao que ele faz; envolvem sentimentos e reconhecimento pessoais e profissionais. Seguindo essa relação comparamos às teorias do psicólogo Abraham Maslow e Frederick Herzberg aplicada a organização.

(METODOLOGIA) O método de pesquisa é bibliográfico de classificação aplicada, explicativa e descritiva.

(RESULTADOS) Abraham Maslow estabeleceu uma conhecida teoria em que as necessidades humanas estão organizadas em níveis ou pirâmides: necessidades fisiológicas (necessidades básica), de segurança (estabilidade básica de proteção contra a ameaça ou privação), sociais (que surgem no comportamento quando suas necessidades básicas estão supridas – troca de amizade afeto), de estima (auto-avaliação que envolve autoconfiança, aprovação social e de respeito), de alta realização (as necessidades mais elevadas e que estão no topo da hierarquia). A compreensão da dinâmica da motivação é essencial ao administrador que busca o alcance dos objetivos da organização e da realização. As necessidades individuais e de seus subordinados, o papel do líder ou gestor na construção de um ambiente motivacional percebido e desejado pelos funcionários, também. Mas para isso, precisa-se conhecer as necessidades dos funcionários para usar como poderosa arma dentro da empresa. Todos os indivíduos têm motivos ou necessidades básicas que representam em seu comportamento e são influenciados em seus comportamentos quando provocados. A provocação depende do ambiente e da situação onde a pessoa esteja. Um motivo específico influencia o comportamento até que seja estimulado por uma influência direta do ambiente em que ele se relaciona. O clima organizacional é de extrema importância para a motivação, pois provoca satisfação das necessidades pessoais e eleva a moral dos funcionários quando o mesmo é positivo. O clima organizacional refere-se ao ambiente interno existente entre os membros da organização e está intimamente relacionado com o grau de motivação de seus participantes. O clima organizacional é favorável quando proporciona satisfação das necessidades pessoais dos participantes e elevação do moral. É desfavorável quando proporciona a frustração daquelas necessidades. Em termos de comportamento organizacional, alguns estudos da linha comportamentalista propõem que o interesse dos funcionários pelas recompensas externas tem grande poder para determinar um desempenho satisfatório como, por exemplo, bônus salarial, financiamento de entretenimentos, melhorias na estrutura física da empresa. Fatores que envolvem sentimentos de crescimento individual, reconhecimento profissional e auto-realização dependem das tarefas que o indivíduo realiza no seu trabalho. O ator Frederick Herzberg chegou à conclusão de que os fatores responsáveis pela satisfação profissional são totalmente desligados e distintos dos fatores responsáveis pela insatisfação profissional: o oposto de satisfação profissional não seria a insatisfação, mas sim nenhuma satisfação profissional. E, da mesma maneira, o oposto de insatisfação profissional seria nenhuma insatisfação profissional e não a satisfação. Na prática, a abordagem de Herzberg enfatiza aqueles fatores que, tradicionalmente, são negligenciados e desprezados pelas organizações em favor dos fatores que não satisfazem o indivíduo, nas tentativas para elevar o desempenho e a satisfação do pessoal.

(CONCLUSÃO) Até certo ponto, as conclusões de Herzberg coincidem com a teoria de Maslow de que os níveis mais baixos de necessidades humanas têm relativamente pequeno efeito motivacional quando o padrão de vida é elevado. As abordagens de Maslow e de Herzberg apresentam alguns pontos de concordância que permitem uma configuração mais ampla e rica a respeito da motivação do comportamento humano. Concluindo o pensamento, a motivação é algo que parte de dentro para fora, ou seja, motivação do indivíduo parte unicamente dele e não do ambiente. A empresa tem ação direta para tornar o ambiente de trabalho o mais agradável possível, suprimindo e deixando seus funcionários na maior parte do tempo motivado. De certa forma, cercando e sempre fiscalizando o nível de satisfação e motivação dentro da organização.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UMA ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA MOTIVAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA CAERN.

Autor(es):

Rejane dos Santos Fernandes Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho apresenta um estudo sobre a influência que o clima organizacional pode exercer sobre a motivação dos funcionários, que por sua vez terá uma profunda influência na satisfação das pessoas e conseqüentemente na produtividade da empresa. Neste contexto, conceitua-se organização, cultura e clima e discorre-se sobre a real importância da cultura para o clima organizacional, pois um complementa o outro tornando-se um forte aliado ao desenvolvimento organizacional e a motivação dos funcionários. O tipo de clima irá retratar o grau de satisfação emocional das pessoas e a qualidade do ambiente interno da empresa, e se, tais impactos irão influenciar positivamente ou negativamente na percepção de seus colaboradores. O clima por sua vez se for comparado com a cultura tem um entendimento mais fácil podendo ser administrado a médio e curto prazo. O objetivo é analisar se o clima organizacional exerce influência na motivação dos funcionários.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como descritiva-exploratória bem como pesquisa de campo. Utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa para análise dos dados coletados por meio de um questionário semi-estruturado, composto por questões fechadas e abertas realizadas

(RESULTADOS) Os resultados da pesquisa mostram umas lacunas a serem preenchidas no processo de gestão de clima organizacional da CAERN, existe um grau de insatisfação muito grande em relação ao salário, por não existir uma boa distribuição de renda, como também, a falta de oportunidade de crescimento e alguns reflexos da cultura organizacional. O clima organizacional é um tema muito complicado porém mutáveis e qualquer conclusão pode parecer simples, uma vez que não envolve apenas cultura, mais também a reação de cada colaborador individualmente.

(CONCLUSÃO) conclui-se que o clima organizacional é um tema muito complicado porém mutáveis e qualquer conclusão pode parecer simples, uma vez que não envolve apenas cultura, mais também a reação de cada colaborador individualmente. Com base na revisão da literatura que constantemente evidencia a perspectiva de mudanças nos fatores que interferem no clima organizacional, recomenda-se a aplicação sistemática de pesquisa junto ao corpo funcional, de forma a perceber a interferência de fatores internos e externos que alterem negativamente o clima; Para acompanhamento do clima recomenda-se a utilização de técnicas de pesquisa de observação, entrevistas com dirigentes e empregados e estudos de caso, onde devem permitir conhecer a eficácia das medidas tomadas pela empresa, reconhecer a cultura corporativa nas medidas já tomadas e identificar aspectos desta cultura que facilitem ou dificultem a implementação de tais medidas. O clima organizacional é um tema muito complicado porém mutáveis e qualquer conclusão pode parecer simples, uma vez que não envolve apenas cultura, mais também a reação de cada colaborador individualmente. Um simples elogio do gestor para com seu funcionário, de forma com que ele perceba que o crescimento da corporação é também o seu crescimento, é um impulso extraordinário para que faça um trabalho de alta qualidade. Empregados motivados procuram o domínio do trabalho, o desenvolvimento das atividades de resolução de problemas e esforçam-se em serem inovadores. Em geral executam um bom trabalho devido à satisfação interior que sentem ao fazerem isso.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA NO RAMO DE ESTÉTICA AUTOMOTIVA NA ZONA SUL DE NATAL

Autor(es):

Sérgio Marconi Prazim da Silva Júnior. Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) É perceptível as enormes mudanças que estão ocorrendo no mundo atual dos negócios e, conseqüentemente no Brasil, estando explícito o número de empreendedores que estão se formando. É triste a realidade social no qual se encontra nosso País, com um enorme índice de desempregados e/ou empregados temporários, sendo assim, a população que anseia por uma independência financeira, busca meios de trabalhar por livre e espontânea vontade, criando alternativas para construção de seu próprio negócio. A situação se agrava ao tratar da perda da renda familiar, principalmente em uma sociedade capitalismo, onde o que pesa é aquilo que você parece ser e não o que você realmente é. O investimento se torna o âmago da questão até mesmo de sobrevivência, entretanto, investir não significa enriquecer, investir também implica em renúncias de momentos de prazer do presente para se conscientizar no investimento e gerar um futuro estável. O fato de várias empresas definharem está nítida na falta de planejamento, de viabilidade ou não na criação de uma empresa, na falta de estudos e de um traçado ao perfil dos futuros consumidores e no levantamento de custos e das estruturas para formar o novo empreendimento. Assim vê-se importante demonstrar no meio acadêmico, aspectos práticos que busca analisar e indicar a viabilidade ou não da implantação de uma nova empresa no segmento automotivo na Zona Sul de Natal/RN, definindo premissas e buscando a garantia de sucesso e a demonstração dos problemas que por ela serão enfrentados.

(METODOLOGIA) Foi feita uma análise de campo de modo a se verificar “in loco”, determinado fato, do tipo aproximativo na busca de conhecimentos com aplicação prática à geração de uma empresa, bem como, proceder a busca de dados quantitativos, tendo em vista que, não é necessário o uso de dados estatísticos complexos. Nas oportunidades, procederam-se diversas entrevistas documentadas, ou seja, o pesquisador observou, registrou, analisou e correlacionou fatos sem manipulá-los, apenas embasado em pesquisas informais, quando também foi possível descobrir a freqüência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas e etc. Assim, foram obtidas valiosas informações sobre as formas de custeio de um empreendimento voltado para aquela sociedade/comunidade.

(RESULTADOS) Constatou-se, através de uma pesquisa realizada no bairro Pitimbu, na qual, foi observado que 88% dos entrevistados, necessitam de uma empresa no ramo de estética automotiva, segmento pelo qual o Bairro encontra-se defasado. Observou-se que a maioria das pessoas faz uso de empresas que não estão em sua comunidade por não existir nas proximidades, alguma, com a qualidade e o atendimento especializado. Verificou-se ainda, que o investimento mais atrativo para a maioria é a estética do carro, inclusive para manter o padrão de qualidade oferecido em empresas de grande porte, como multinacionais que ingressam em capitais e retiram o investimento de empresas nacionais. É perceptível a lacuna existente em pequenos bairros e, principalmente sentem necessidade de uma empresa como essa em comento.

(CONCLUSÃO) Infere-se que a empresa de estética automotiva preenche os requisitos necessários para se enquadrar como sendo indispensável ao cotidiano dos moradores do Bairro Pitimbu, situado no Município de Natal/RN. Diante do levantamento de dados realizado, constatou-se que uma empresa com os serviços especializados na qual se propõe a empresa automotiva em comento e, que através da pesquisa, foi verificada que são indispensáveis à futura clientela, deixa claro que é indispensável a realização de um estudo aprofundado para a aplicação de algum investimento nesse âmbito. Conclui-se que é de suma importância, para esse tipo de investimento, demonstrar através de análises minuciosas à criação de uma nova empresa especializada.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANAIS

2010
**X CONIC
FARN**
A PESQUISA PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RN

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

**28 a 30 de
outubro**



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE CUSTOS DA QUALIDADE NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Autor(es):

Rinaldo Medeiros Alves de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

Daniele da Rocha Carvalho

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Observando o universo da administração pública, constata-se a necessidade do melhoramento constante da prestação dos serviços prestados à população, pois da coletividade é que depende uma opinião positiva ou negativa sobre a administração e sobre o gestor público, que nas piores das avaliações ao contrário das empresas públicas, não se chega a falência, mas se a equipe administrativa não funcionar de maneira satisfatória se torna catastrófica e politicamente falha, e como não se foge à regra, todo gestor precisa de informações concretas, tempestivas e objetivas para tomar decisões que, no caso de uma prefeitura, envolvem milhares de pessoas. Fundamentado neste contexto o trabalho sugere o seguinte problema: como identificar os indicadores do custo da qualidade na Secretaria de Obras de uma Prefeitura de forma que auxiliem na gestão administrativa?

(METODOLOGIA) O trabalho está fundamentado em pesquisa bibliográfica, pesquisa eletrônica e pesquisa de campo, com obtenção de informações com funcionários e com manuseio de documentação direta. A pesquisa se propõe a identificar os indicadores do custo da qualidade na Secretaria de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Goianinha, limitando-se ao universo da Secretaria de Obras tendo em vista a complexidade dos balancetes em relação às naturezas e classificações das despesas, pois são várias as secretarias e as possibilidades de se identificar dentro de cada uma delas o que foi aplicado em termos de custo de qualidade.

(RESULTADOS) A proporção do Custo da Qualidade com relação à Receita Geral Arrecadada (Receita Total do Município) foi de 7,61%, no ano de 2004, de 5,75% no ano de 2005 e de 13,48% em 2006. Levando novamente em consideração a regra empírica de que os custos da qualidade não devem ser superiores a 2,5%, se pode observar que estes custos na Prefeitura, somente no setor de obras, são bem superiores, mas como se trata de uma entidade que não possui fins lucrativos, esta regra não deve ser observada, pois não compromete lucro, pelo contrário quanto mais se gasta com qualidade e melhoria de vida para população, mais se conseguem recursos e mais expectativas de melhorias.

(CONCLUSÃO) O trabalho constata que no órgão público a regra não é diferente, pelo contrário a preocupação com a qualidade ou com o quanto precisa se aplicar nela, é evidenciada pela preocupação do gestor público com relação à melhoria de vida da comunidade, e no setor de obras analisado por esta pesquisa, verificam-se os diversos custos dispensados com a prevenção e avaliação, com acentuação maior no primeiro. Os custos da prevenção são acentuados nas diversas reformas, construções e melhoramentos de prédios e logradouros públicos especificados em balancetes. Constata-se a possibilidade de se ter o qualitativo e quantitativo dos custos da qualidade aplicados no setor de obras públicas, retirados dos próprios balancetes e posteriormente adaptados em relatórios e gráficos ilustrados da forma que melhor atendam às perspectivas do gestor público, evidenciando que, para um bom funcionamento e padronização de tais relatórios, o gestor deve ter o espírito aberto a adaptações que possam vir a lhe proporcionar maior eficácia na tomada de decisão.

INTRODUÇÃO À CONCILIAÇÃO CONTÁBIL

Autor(es):

Jean Wagner Gonçalves Dantas: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, atento à sua missão, e ciente da necessidade de atualização dos conhecimentos relacionados à área contábil, em consonância com as normas contábeis, oferece um mini-curso de Introdução à Conciliação Contábil. Os principais objetivos desse curso são agregar o conhecimento, aos participantes, de técnicas de conciliação contábil dos razãoetes: bancários, fornecedores, adiantamento a fornecedores, clientes, etc., visando otimizar a execução das conciliações para fechamento dos exercícios contábeis, nas diversas áreas abrangidas pela contabilidade, bem como técnicas de lançamento concomitante à conciliação contábil.

(METODOLOGIA) Estudo de caso em uma empresa atacadista de grande porte. Análise das contas patrimoniais.

(RESULTADOS) Fechamento dos razãoetes, após aplicação de técnicas de conciliação, para gerar informações fidedígnas, para devida publicação dos informativos contábeis.

(CONCLUSÃO) Não há contabilidade sem conciliação, seja ela executada em contas patrimoniais ou de resultado. E dado à conta patrimonial Bancos, total importância, haja vista, a necessidade de se realizar um lançamento contábil para cada lançamento no extrato, que transforma seu Razão um espelho fiel da sua movimentação financeira.

ANÁLISE DE GERENCIAMENTO DE QUALIDADE E CUSTOS EM INDUSTRIA MOVELEIRA DE PEQUENO PORTE

Autor(es):

Laudemar Bezerra dos Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Joseliudo Fonseca da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Edna Maria da Silva Carvalho: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Janaina Maria Araújo Gomes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Thiago Rodrigo de Moraes Pinheiro: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O ambiente cada vez mais competitivo do nosso mercado torna imprescindível que as empresas procurem estratégias para otimização de seus processos produtivos. O ambiente empresarial não é um conjunto estável, uniforme e disciplinado, mas um conjunto bastante dinâmico em que atua constantemente grande quantidade de forças, de diferentes dimensões e naturezas, em direções diferentes, e que muda a cada momento, pelo fato de cada uma dessas forças interferir, influenciar e interagir com as demais forças do ambiente.

(METODOLOGIA) Os atuais sistemas de gestão de qualidade em empresas, apresentam características gerais em comum e particularidades inerentes a cada atividade. Esta mesma gestão de qualidade persegue dois objetivos básicos: garantir a sobrevivência da empresa ou de algum produto fabricado por ela e, a seguir, a contínua evolução da mesma.

(RESULTADOS) Visando o aprimoramento da empresa, no seu gerenciamento de custos e qualidade de produtos, convém deter-se nos resultados obtidos para uma análise completa. Com isto, iniciamos agora a descrição de todos os resultados obtidos, para uma posterior conclusão. Os dados obtidos para a obtenção dos custos de fabricação de um “pufe” não estruturado foram coletados visando uma análise da margem de contribuição do produto. Para Martins (2001), margem de contribuição por unidade é “diferença entre a receita e o custo variável de cada produto; é o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou e lhe pode ser imputado se erro”. c) Iluminação: O custo de energia elétrica devido à iluminação, também deve ser computado. A empresa “SR Estofaria”, no setor de fabricação dos móveis, possuem somente lâmpadas incandescentes de 150 W, que são dispendiosas. Considerando a quantidade de lâmpadas no local e o período de trabalho, chegou-se a um consumo de aproximadamente 2000 KW. Ao serem somados todos os tempos, para fazer um “pufe”, são necessárias duas horas e vinte minutos; fazendo as correções necessárias para decimais, chegamos a duas horas e trinta e cinco minutos. Os custos variáveis representam 55,82% do preço de venda de uma unidade de pufe não estruturado e estão discriminados na tabela abaixo. Convém ressaltar que o preço de venda adotado é o praticado pela empresa no mês de maio do ano de 2007 e que o mesmo está de acordo com o praticado pelo mercado. A divisão destes custos está demonstrada, na Tabela 1, a seguir: Tabela 1: Divisão dos custos em percentagens. Custo % do preço de venda Matéria-Prima 44,21 Energia Elétrica 5,00 Transporte 2,11 Impostos 4,5 Total 55,82

(CONCLUSÃO) As avaliações e análises realizadas no local, bem como as informações obtidas no local pela direção e funcionários foram os pilares para chegar às conclusões. Logo, sugere-se que a construção de uma área coberta, para abrigar a máquina de triturar isopor e o próprio isopor utilizado como matéria prima, porém com aberturas (janelas) de maiores dimensões, para melhor aproveitamento da luz natural. A finalização do revestimento das paredes e pisos em cor clara, para um maior conforto visual e uma maior refletância da luz natural e proveniente das lâmpadas. Providenciar o mais breve possível a substituição das lâmpadas incandescentes, por “calhas” de lâmpadas fluorescentes, de preferência rebaixadas sobre os locais de trabalho, visando uma maior economia de energia elétrica e a obtenção de um trabalho mais perfeito, por consequência da melhoria do nível de iluminação. Com relação a melhor aproveitamento de espaço no local torna-se necessário a desobstrução de móveis empilhados e perfilados ao longo das paredes.. No entanto, pode-se concluir que a Margem de Contribuição do produto é 44,18%. Isto é, do preço de venda do produto, quarenta e quatro por cento destina-se ao pagamento dos custos fixos e lucro.

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA ADMINISTRADORA DE
CONDOMÍNIOS EM NATAL – RN

Autor(es):

Ednaldo Muniz: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Natal está passando atualmente por um forte crescimento em sua economia e que vem atingindo os diversos segmentos de produção e comercialização, especificamente no mercado imobiliário. A cidade se tornou um verdadeiro canteiro de obras, há prédios em construção por todas as regiões da cidade e com isso cresce o mercado para as empresas administradoras de condomínios.

(METODOLOGIA) O presente capítulo descreve a proposta metodológica a ser pesquisada para elaboração do trabalho monográfico de conclusão do curso de ciências contábeis. Tratando-se de estudo acadêmico, a metodologia da pesquisa deverá contemplar os diversos elementos que normalmente são executados para obtenção dos resultados propostos. O planejamento metodológico da pesquisa contempla os tópicos que visam coletar, tabular e analisar informações e respectiva análise, segundo critérios que atendam o mínimo do rigor acadêmico.

(RESULTADOS) O Plano de Negócio constitui um documento imprescindível ao planejamento estratégico do investimento, o qual vai ser importante, porque irá orientar a decisão de iniciar mais um empreendimento tendo passado por um estudo aprofundado do mercado e das empresas concorrentes já instaladas no mercado. Esse estudo irá proporcionar uma análise das deficiências e dos êxitos alcançados pelas empresas existentes, e vai indicar qual caminho a seguir no sentido de poder oferecer o melhor serviço possível e praticar o preço mais competitivo do mercado. O presente estudo será uma oportunidade também de aplicar o conhecimento adquirido durante o curso de ciências contábeis, o qual exigirá a parceria da técnica com a experiência profissional, oferecendo um grande serviço baseado em um bom relacionamento com os clientes, com ética e respeito com todo o mercado em que irá atuar.

(CONCLUSÃO) Esse estudo irá proporcionar uma análise das deficiências e dos êxitos alcançados pelas empresas existentes, e vai indicar qual caminho a seguir no sentido de poder oferecer o melhor serviço possível e praticar o preço mais competitivo do mercado. O presente estudo será uma oportunidade também de aplicar o conhecimento adquirido durante o curso de ciências contábeis, o qual exigirá a parceria da técnica com a experiência profissional, oferecendo um grande serviço baseado em um bom relacionamento com os clientes, com ética e respeito com todo o mercado em que irá atuar.

PLANO DE NEGÓCIO DE VIABILIDADE FINANCEIRA E ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS EM NATAL – RN

Autor(es):

Ednaldo Muniz: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A administração de condomínios em Natal vem constituindo-se em forte atividade empresarial prestadora de serviços com elevados indicadores de demanda, em decorrência do elevado crescimento do mercado imobiliário na Região Metropolitana de Natal. O presente estudo partiu da busca de resposta para a problematização de pesquisa sobre os indicadores econômicos e financeiros que viabilizam a implantação de uma administradora de condomínios com diferenciais de serviços que atendam as demandas atuais e potenciais dos condôminos. Com o objetivo de analisar a viabilidade econômica e financeira da implementação de uma empresa administradora de condomínio, com a definição dos serviços que atendam as demandas atuais e potenciais dos empreendimentos imobiliários na área metropolitana de Natal, elaborou-se um plano de negócio que indica a viabilidade econômica e financeira do investimento.

(METODOLOGIA) O plano de negócio da empresa administradora de condomínios foi desenvolvido mediante os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa de campo com coleta direta junto a algumas administradoras de condomínios previamente selecionadas; pesquisa bibliográfica com textos teóricos e aplicados ao tema estudado; pesquisa descritiva referente às necessidades e características dos serviços demandados em condomínios; pesquisa quantitativa de mensuração dos serviços demandados e respectivos valores financeiros. O universo da pesquisa abrange todos os condomínios residenciais atualmente existentes em Natal, cuja amostra estratificada é de 2% desse total e que corresponde a cerca de 30 coletas diretas. Os dados coletados foram devidamente tabulados e estaticamente analisados, segundo a metodologia de plano de negócio definida pelo Sebrae.

(RESULTADOS) O plano de negócio está constituído de sete capítulos: sumário; estudo de mercado; plano de marketing; plano operacional; plano financeiro; cenários; avaliação econômica e financeira. O estudo comprova que a demanda de serviços de administração de condomínios vem crescendo em Natal, em decorrência do crescimento de novos empreendimentos habitacionais, tanto de edifícios quanto de condomínios fechados de grupos de residências. A pesquisa constata ainda que a população vem necessitando de novos serviços, com diferenciais qualitativos que atendam às características do contexto atual em que as pessoas passam o dia fora de casa e buscam melhores condições de qualidade de vida. O plano de negócio descreve o investimento de R\$ 10.000,00 e o resultado operacional de 29,38% do faturamento mensal; a rentabilidade que mede a remuneração do capital é de 27,61% e representa o lucro sobre o capital investido; a lucratividade é de 30,67% e representa o percentual de lucro sobre o faturamento mensal. O ponto de equilíbrio é de 61,23% e representa o faturamento mensal que cobre todos os custos fixos e variáveis do período e cujo prazo de retorno do investimento é de 3,62 meses, cujo período é suficiente para o retorno do capital investido.

(CONCLUSÃO) A pesquisa mostra que o empreendimento assume a importante função social de atender a novas necessidades de administração de condomínios em Natal, oferecendo serviços com novas qualidades que são carentes na cidade. Sob a lógica empresarial, a viabilidade do investimento destaca o retorno privado superior aos indicadores do mercado financeiro, tais como o rendimento da poupança e a taxa Selic de juros. Observa-se ainda que o retorno esperado do investimento supera o rendimento de aplicações de curto prazo do mercado financeiro, tais como as taxas CDI, RDB, CDB e demais aplicações de renda fixa. Por fim, a viabilidade de mercado constitui o principal argumento que justifica o empreendimento.

RESUMO DA MONOGRAFIA

Autor(es):

Andreza Kaline Sena Januário: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ricardo Biali Ribeiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) o presente trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa: quais companhias abertas listadas na Bovespa divulgaram voluntariamente a Demonstração dos Fluxos de Caixa antes da emissão da Lei n.º 11.638/07? Nesse sentido foram elencados os seguintes objetivos: identificar quais empresas do universo da BOVESPA divulgavam informações sobre fluxos de caixa até 2007; com base na amostra, investigar o desempenho contábil das empresas; averiguar se as mesmas apresentaram a DFC em períodos anteriores. A Demonstração de Fluxo de Caixa visa aperfeiçoar as explicações obtidas pela empresa, por onde podem ser lidas de forma que os gestores possam compreender a situação do disponível da mesma no seu exercício. A Demonstração do Fluxo de Caixa era divulgada antes de ser obrigada para ajudar a orientar melhor seus investidores ou no intuito de aumentar seu número de investidores, pois se a empresa tivesse bons resultados, ela informava a DFC para incentivar mais investidores a investir para produzir mais investimentos.

(METODOLOGIA) Quanto à natureza, a pesquisa se caracteriza como descritiva, pois irá descrever o nível de divulgação voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Companhias Abertas que operam na BOVESPA antes da emissão da Lei n.º 11.638/07. O método de abordagem deste trabalho é indutivo, pois vai ser elaborado uma pesquisa, no qual pode-se verificar as empresas que divulgavam as DFC no ano de 2007, isto quer dizer, quando não era obrigatória a sua divulgação. O universo é composto por companhias abertas que operam na BOVESPA. A amostra será composta por todas as empresas da BOVESPA. De acordo com a amostragem, pode-se adquirir uma parte das empresas da Bovespa para saber seu nível de divulgação da DFC, assim obtendo resultados proporcionais onde se averigua se a grande parte delas informava os dados almejados.

(RESULTADOS) realizou uma pesquisa nas 513 da Bovespa no qual seus principais resultados apontam que 38% das empresas divulgaram a DFC voluntariamente, o que indica a agilidade para seus administradores tomarem decisões importantes, como por exemplo; observar a situação verídica do caixa, saber o momento certo de obter empréstimos, mas como também existem as suas desvantagens como; Junção do fluxo de dividendos recebidos com o fluxo da atividade operacional, e os juros pagos e recebidos referentes ao capital de giro são definidos como sendo parte do fluxo de caixa operacional, o que distorce a real geração de caixa pelas operações.

(CONCLUSÃO) Sobretudo podemos concluir que, as empresas que divulgaram voluntariamente a DFC foi um percentual não muito significativo (38%), assim observar-se que essas informaram podem afirmar que foi por motivo de que as empresas poderiam tomar melhor suas decisões na entidade, já na parte financeira estava equilibrada, com isso seus futuros investidores olhavam as DFCs e percebiam que o financeiro estava com êxito.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DOS ALUNOS DO 4º ANO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FARN

Autor(es):

Catharina Yale Maia da Costa: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Independentemente das preferências e necessidades do investidor, investir sempre implica na abstenção do consumo ou renúncia de uma parte dos momentos prazerosos do presente, na esperança de desfrutar de melhorias no futuro. Entender o processo de investimento é essencial para todo investidor e segundo Damodaran (2002), tal processo é o mesmo, não importando qual filosofia de investimento se possa ter. Em linhas gerais, as etapas de criação de uma carteira envolvem basicamente a análise estatística do tempo que os investimentos transformam uma aparente “incerteza” em uma quase “certeza” atuarial, a diferenciação dos investimentos, o possível benefício decorrente da liquidez, a rigorosa atenção a cada uma das decisões tomadas, a relevância de persistir em uma determinada estratégia, a consideração e a definição dos riscos de cada investimento, a observação da mudança dos mercados, identificação dos mercados mais eficientes, implementação de políticas de curto e longo prazo, a depender das oscilações dos mercados e a medição de resultados (Bernstein e Damodaran, 2000). O componente avaliação de risco é o mais importante no estágio inicial do processo. A antiga relação chamada de risco-retorno postula que quanto maior o risco de um investimento, maior o seu potencial de retorno e, também, de perda. Sendo assim, ao projetar a melhor carteira para cada perfil de investidor, é necessário entender sobre suas atitudes, limitações, necessidades financeiras e a situação dos impostos em relação ao risco.

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do tema Gestão de Investimentos, essencialmente fundamentada em obras de autores como Alexandre Assaf Neto: Mercado Financeiro (Editora Atlas, São Paulo, 2009) e Peter L. Bernstein e Aswath Damodaran: Administração de Investimentos (Editora Brookman, Porto Alegre, 2000). Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva. No que concerne à coleta de dados, foram aplicados 26 questionários de um universo de 43 alunos, com perguntas abertas e fechadas, junto aos alunos do 4º ano de Ciências Contábeis da FARN. Os dados foram tratados quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada observou-se que a maioria (80%) dos alunos tem renda pessoal de até 8 salários mínimos e destina a maior parte desta a despesas domésticas, como aluguel, condomínio, combustível, mensalidades escolares etc. Boa parte dos entrevistados também conseguiu apontar, no próprio orçamento, desperdícios com lazer, viagens, refeições em restaurantes e vestuário; sobrando, assim, pouco ou quase nenhum dinheiro para investimentos. Verificou-se que o investimento mais atrativo para a maioria é a poupança, inclusive para manter o padrão de vida após a aposentadoria; e que o principal critério utilizado no momento de investir é a avaliar as principais necessidades pessoais – apenas 30% dos alunos consultam a opinião de especialistas para a tomada da decisão.

(CONCLUSÃO) Diante do levantamento de dados realizado, constatou-se que os alunos do 4º ano de Ciências Contábeis da FARN enquadram-se como conservadores, por terem na segurança o ponto decisivo para suas aplicações. Porém, muitos não conseguem poupar para realizar investimentos por não adiarem o consumo e, apesar de ter grande parte do salário comprometida com despesas domésticas, não deixam de gastar com supérfluos. Foi observado também que a maioria dos alunos pretende fazer crescer o patrimônio e manter um padrão de vida melhor do que o atual durante a aposentadoria, mas ainda não materializou seus planos de investimentos. Conclui-se, de modo geral, que se mudanças simples nos hábitos de consumo podem fazer a diferença. Caso os alunos gerenciassem melhor a renda realizariam investimentos mais adequados e não precisariam contrair dívidas para concretizar seus objetivos financeiros.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

AUDITORIA CONTÁBIL: INFORMAÇÕES MAIS RELEVANTES DENTRO DO PROCESSO DE AUDITORIA EXTERNA NO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO RN.

Autor(es):

Islena Barreto de Queiroz: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho teve como objetivo principal evidenciar a importância da auditoria externa para o público em geral, de modo a verificar, as informações mais relevantes dentro do processo de auditoria externa no Conselho Regional de Odontologia do RN. Dessa forma, devido a relevância da auditoria externa como instrumento de certificação das informações contábeis, esta pesquisa abordou os principais pontos relacionados à auditoria contábil, identificou como é feita a auditoria externa na Instituição em estudo, identificou, através da aplicação de questionário, os principais dados relevantes no processo de auditoria e verificou as informações contidas no relatório final de auditoria externa.

(METODOLOGIA) O presente estudo, quanto aos objetivos, foi definida como descritiva. Quanto aos procedimentos tratou de um estudo de caso fundamentado em pesquisa bibliográfica e quanto à abordagem do problema a pesquisa é classificada como qualitativa. Para a coleta de dados foi aplicado ao auditor externo da Instituição, um questionário composto por perguntas abertas e fechadas.

(RESULTADOS) Conforme as informações analisadas percebe-se que a auditoria externa é um processo que visa obter elementos de confecção que permitam averiguar se os registros contábeis estão de acordo com as normas e princípios fundamentais de contabilidade, bem como de verificar se as demonstrações refletem adequadamente a situação econômico-financeira da empresa. Destaca-se que a auditoria referida à Instituição busca evidenciar informações de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público como forma de apoio: à tomada de decisões, à prestação de contas da gestão e à instrumentalização do controle social, proporcionando desta forma, maior transparência às contas públicas e constatando se os recursos estão sendo utilizados com eficiência.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que auditoria externa é uma importante ferramenta de controle e de certificação das informações e registros contábeis, que garante a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos da gestão pública, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos públicos. Dessa forma, o objetivo principal da auditoria externa na presente Autarquia é dar transparência ao uso dos recursos públicos, com informações que possam ser compreendidas a todos que as busquem, retratando fielmente a situação patrimonial da entidade. Assim, comprova-se que a auditoria externa não tem função meramente de detectar erros e fraudes, mas a sua grande preocupação é a gestão dos recursos públicos.

O IMPACTO DO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DO ICMS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA ATACADISTA ALFA.

Autor(es):

Fernanda Lima Rodrigues da Rocha: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho teve como objetivo geral analisar qual foi o impacto que o regime especial de tributação do ICMS trouxe para uma empresa atacadista de alimentos, Alfa. Para discutir e abordar este impacto foram formulados os seguintes objetivos específicos: Fazer uma comparação com os dados da empresa antes da utilização do regime especial de tributação do ICMS e após a utilização do regime especial; Abordar a legislação específica relacionada ao regime especial de tributação do ICMS e discutir a importância do planejamento tributário nas empresas. A relevância científica deste trabalho está em contribuir na compreensão do regime especial de tributação do ICMS, das modalidades de renúncia fiscal, no aprimoramento desse conhecimento nas empresas privadas e como fonte de pesquisa acadêmica.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada teve caráter descritivo e explicativo, abordado qualitativamente através de um estudo de caso ligado com a pesquisa bibliográfica. A estratégia utilizada foi coletar dados fiscais em um período de tempo que a empresa tinha o regime normal de apuração do ICMS e recolher dados do período que ela passou a ser optante pelo regime especial de tributação do ICMS. Foram analisados documentos referentes aos recolhimentos de ICMS e de entradas e saídas de mercadorias, compreendidos entre 2007 à 2009, de forma a obter comparativos dos períodos: um ano antes e um ano após o regime especial de tributação do ICMS. O sujeito passivo é a empresa de nome fictício Alfa, atacadista de alimentos no Rio grande do Norte.

(RESULTADOS) Os principais resultados encontrados mostraram que, durante os períodos comparados, os recolhimentos do ICMS normal somado ao ICMS antecipado da empresa, foram maiores no Regime especial que, no Regime normal de apuração do ICMS. O aumento no total do recolhimento desses dois tipos de ICMS foi de aproximadamente 65,45% no período do regime especial, sendo mais relevante com relação ao ICMS normal, que teve seu aumento correspondente a 100%, com relação ao período que a empresa tinha apuração normal do ICMS. Com relação ao ICMS antecipado houve um impacto positivo, pois, mesmo com o aumento nas entradas de mercadorias houve uma diminuição nos recolhimentos desse tipo de ICMS durante o regime especial. Os resultados permitirão também verificar que a forma de apurar o ICMS no regime especial de tributação do ICMS e o crescimento no total das entradas e saídas de mercadorias, foram os fatores que mais contribuíram com os valores recolhidos.

(CONCLUSÃO) As conclusões encontradas foram que, o regime especial de tributação do ICMS não trouxe em curto prazo, no seu aspecto geral, benefícios econômicos para empresa Alfa e que este impacto na empresa não poderá ser generalizado, tendo em vista que, foram verificados dados de apenas uma empresa do regime especial. Finalizando as conclusões percebeu-se que um bom planejamento tributário é imprescindível nas empresas, pois realizará uma melhor previsão dos gastos fiscais com qualquer mudança de apuração tributária. Palavras-chave: Benefícios fiscais, ICMS, Planejamento tributário e Renúncia Fiscal.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A INFLUÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA CRM NA GESTÃO FINANCEIRA NO SETOR DE CONTAS A RECEBER DAS EMPRESAS

Autor(es):

Joelma Silva Guimarães: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Terezinha Rodrigues Fernandes do Nascimento: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Denise Cristina da Silva Albuquerque: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Kelly Simone da Costa Monteiro: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Maria Cybelle Sousa da Silva Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ricardo Biali Ribeiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O avanço da computação a nível de hardware, software e as facilidades de comunicação através das redes de computadores, alinhada a rapidez na coleta e transmissões de dados, tem motivado as organizações a utilizarem sistemas de informação como ferramenta de apoio gerencial estratégico, objetivando compartilhar recursos na obtenção de ganhos competitivos. Para que isso ocorra é necessário mensurar os dados coletados utilizando tecnologias que atendam as suas necessidades e que lhes permitam reagir de forma rápida e objetiva aos acontecimentos externos. A adoção de sistemas de CRM (Customer Relationship Management) é uma estratégia que precisa de um planejamento bem definido, buscando assim, obter os resultados esperados. Esse trabalho procura através de uma pesquisa qualitativa exploratória, contemplar os benefícios e resultados que uma organização obteve, em função da aquisição e implementação do sistema CRM no setor financeiro.

(METODOLOGIA) Estudo de caso. Implantação do sistema. Demonstração através do software.

(RESULTADOS) Maior controle do relacionamento com o cliente Depois da implantação do CRM foi possível acompanhar o cliente individualmente sendo possível classificá-lo em curva ABC e monitorar seu desempenho no faturamento linha azul e inadimplência linha vermelha, de forma a fazer uma liberação de crédito mais consciente o que levou a baixar a inadimplência dos clientes.

(CONCLUSÃO) Com base no estudo de caso apresentado, podemos constatar que a empresa obteve resultados positivos após a implantação do sistema CRM no setor financeiro, refletindo beneficemente no desempenho global da organização devido melhor tratamento e entendimento do cliente interno, ou seja, os demais departamentos que passaram a ter clareza na comunicação aumentado a eficiência nos processos organizacionais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

CONTABILIDADE PARA O MUNDO: O DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE INTERNACIONAL

Autor(es):

Deysiane Souza do Nascimento: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Juliana de Castro Costa Vitor: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Celly Cristina Lopes dos Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Erika Maria Silva dos Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Raiane Naiara Oliveira de Maura: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

José Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade é uma ciência que procura adaptar-se à sociedade na qual está inserida, tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências. Contudo, graças ao avanço da globalização, faz-se necessária a utilização de um padrão internacional para a contabilidade. Com o passar do tempo, as operações econômicas se tornam cada vez mais complexas e o seu controle, mais refinado. Atualmente, as funções do contabilista não se restringem ao âmbito meramente fiscal, devendo tornar-se contextualizada em um mercado de economia complexa, já que é vital para as empresas receber informações mais precisas possíveis para tomada de decisões e para atrair investidores.

(METODOLOGIA) Este projeto de pesquisa busca explicar a necessidade e as dificuldades da convergência no sistema contábil e destina-se ao congresso de iniciação científica (CONIC) da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN). Classifica-se como básico descritivo e qualitativo, pois consiste no levantamento de dados para auxiliar na compreensão do tema. Como principais referências documentais, foram pesquisadas fontes secundárias como artigos e obras conceituadas as quais analisamos e explicamos de forma prática.

(RESULTADOS) É esperada do profissional contábil a capacidade de atuar dentro e fora de seu país, oferecendo maior transparência nas atividades internacionais tão comuns em nossos dias. A proposta deste trabalho é apresentar a contabilidade desde seu surgimento até a atualidade; observando suas principais correntes de pensamento, como: controlismo, aziendalismo, patrimonialismo e neopatrimonialismo; explicar as evoluções da contabilidade internacional; avaliar o contexto da contabilidade no Brasil e inclusive a influência das doutrinas européia e norte-americana; Mostrar a relação da contabilidade com a globalização, apresentando os órgãos de regulamentação contábil; apresentar as inovações no setor contábil, explicitando o processo de convergência; os modelos de sistemas contábeis anglo-saxão e da Europa continental e as estruturas legais Common Law, Code Law e Financial Reporting.

(CONCLUSÃO) Este projeto contribui para melhor entender o porquê das diferenças existentes e as dificuldades na implantação de um princípio contábil global nos diversos países.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA DE ECONOMIA MISTA SOBRE O SEU REGIMENTO INTERNO

Autor(es):

Edésio Gomes da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho teve objetivo geral analisar qual a visão dos funcionários de uma empresa de economia mista sobre seu regimento interno, para tanto teve por objetivos específicos: fazer uma revisão de literatura a cerca da auditoria, auditoria interna e o regimento interno; verificou se o regimento interno é seguido na teoria e na prática; foi analisada a eficiência e eficácia do regimento interno de uma companhia de serviços básicos a população.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida com adoção de pesquisas bibliográficas, estatística e documentais, bem como por meio de pesquisa direta, com coleta de dados primários. A pesquisa bibliográfica contempla a literatura relacionada a estudos da auditoria e seu campo de atuação como do trabalho sobre o regimento interno de uma empresa de serviços básico sendo feita a coleta de dados através de um questionário aplicado aos funcionários da companhia. Tendo como os principais tópicos. A visão sobre o nível de conhecimento dos empregados sobre regimento interno e o regimento da companhia, verificou-se sobre existência de melhorias na estrutura operacional, a existência de troca de experiências entre níveis operacionais, a existência de uma avaliação funcional rotineira com base nas normas internas para que ocorra promoção e a existência de um programa de incentivo para qualificação dos funcionários. Este trabalho é de grande relevância para a empresa, pois contribui para administração.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos foram os mais confiáveis, para uma tomada de decisão. Sobre uma nova reavaliação de suas metas de relacionamento, treinamento dos funcionários em torno de suas medidas do seu controle interno da companhia é compreendido por todos os funcionários e posto em prática na íntegra. Dos tópicos revelantes tivemos seguintes resultados. (60%) discordam que os empregados conhecem o que é regimento interno e o regimento da instituição, (70%) dos entrevistados afirma que não existe nenhuma troca de experiências entre os níveis existentes na instituição pesquisada. Na instituição pesquisada observamos por meio do questionamento a ausência de programas de qualificação e (78%) dos entrevistados desconhecem programas de promoção. Nos tempos atuais com a globalização podemos obter diversas informações através dos meios de comunicações. Ter controle, facilidade de acesso e manter um gerenciamento integrado sobre essas informações passaram a ser um diferencial para obtenção de objetivos e gerenciar essas informações sem permitir o seu fácil acesso não é mais suficiente. O conhecimento dos gestores sobre as funções e processos, dentro de cada empresa ou instituição, pode ser considerado um fator fundamental para que se torne possível o desenvolvimento e melhorias nos diversos processos internos e externos. As manifestações e conceitos discutidos dos textos puderam passar uma idéia da forma como esses temas estão sendo entendidos ou assimilados, principalmente sobre o que está a se destacar no momento em questão. No desenvolvimento da pesquisa literária e coleta dos dados foi possível observar que cada indivíduo possui uma característica que, carrega consigo toda sua história e vivência, que certamente influencia na maneira como percebe e lida com o trabalho. É importante lembrar que cada indivíduo é constantemente influenciado pela cultura do meio onde vive, mas ao mesmo tempo, como integrante deste meio, certamente o modifica com sua contribuição particular e individual.

(CONCLUSÃO)): Com esse trabalho foi possível constatar em sua totalidade e quantas especificidades possui esse campo de conhecimento e também como existem incoerências e confusos conceitos, que em sua maioria, passam despercebidos e terminam influenciando de forma negativa todo o processo de comunicação.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO NAS COMPANHIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO NORDESTE BRASILEIRO.

Autor(es):

Daniela Kerly Soares Fernandes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A DVA surgiu junto com a figura do balanço social, devido as necessidades apresentadas por parte da população, em especial os trabalhadores de grandes empresas, saberem o que era repassado para eles. Esta figura surgiu em meado a década de 60 a 70 devido a manifestações na França por parte deste funcionários. Com isso o governo francês institui uma lei para as empresas com mais de 299 empregados a elaborarem e publicarem o balanço social, antes voltado apenas a parte de recursos humanos, anos depois o Balanço social foi dividido em quatro vertentes: balanço ambiental; balanço de recursos humanos; demonstração do valor adicionado e responsabilidade social da empresa. A DVA, demonstração do valor adicionado, é uma das mais importantes vertentes do balanço social, a qual será melhor estudada no presente trabalho. A DVA, tem por principal objetivo evidenciar a geração de riqueza auferida pela empresa e de que forma esta riqueza foi distribuída para com a sociedade, que contribuiu para esta formação. A DVA é um importante instrumento de análise para tomada de decisão, seja para qualquer usuário, pois esta demonstração foi criada para atender de forma clara e objetiva aos mais variados usuários das informações contábeis. A DVA não era obrigatória, no entanto algumas empresas de forma voluntária elaboravam e publicavam esta demonstração. No entanto em 2007 foi elaborada e sancionada a lei 11.638/07, lei das sociedades por ações, a qual altera a lei 6.404/76, alterando o artigo 176, que trata da obrigatoriedade da elaboração e publicação das demonstrações, incluindo a DVA. O presente trabalho tem por objetivo analisar a DVA, evidenciar a geração de riqueza, identificar a forma de distribuição do valor adicionado e comparar a participação de cada beneficiário nas empresas de energia elétrica do Nordeste Brasileiro, no anos de 2006 a 2009.

(METODOLOGIA) O presente trabalho enquadra-se no tipo de pesquisa descritiva, considerando que o mesmo, tem como objetivo analisar as demonstrações de Valor Adicionado, DVA, das empresas de energia elétrica, será tomado como base bibliografias e relatórios já publicados, a fim de analisá-los e compará-los por meio de indicadores a serem elaborados. Para isso será feito uma abordagem empírico-analítica. Sendo considerada também como uma pesquisa quantitativa, tendo em vista, que para se atender ao problema proposto pelo trabalho será necessário, a elaboração de indicadores e análises comparativas. Possibilitando assim uma maior confiabilidade dos dados expostos.

(RESULTADOS) Analisando a DVA das empresas referente aos 2006 a 2009, identificou-se o baixo crescimento na geração de riqueza por parte de todas as empresas analisadas. Com relação a distribuição do valor adicionado, identificou-se como principais e maiores beneficiários o governo detendo de 60% a 70% do total da distribuição em todos os anos analisados, e em segundo os sócios e acionistas variando de 11% a 26% do total distribuído. Se apresentando como menores beneficiário a parte de pessoal e remuneração de capital de terceiros. Pode-se perceber que os percentuais não apresentam altas discrepâncias de percentuais com relação a empresas e anos analisados.

(CONCLUSÃO) Em todas as empresas analisadas o maior beneficiário foi o governo, com valores e percentuais bastante elevados, confirmando assim o que muitos economistas, empresários e a própria população vem sinalizando, a grande carga tributária no Brasil, dificultando e muito maiores investimentos por parte das empresas, impactando desta forma no crescimento das empresas. Com a análise da DVA, foi possível identificar também que o menor beneficiário foi a parte de pessoal, beneficiário este responsável direto na geração de receita. Pode-se atribuir a este fato também ao governo, tendo em vista os altos impostos cobrado sobre o trabalho assalariado. Muitas empresas preferindo assim a terceirização de mão de obra e serviços.

MÉTODOS DE ELIMINAÇÃO DE RESULTADOS NÃO REALIZADOS DE OPERAÇÕES INTERCOMPANHIAS

Autor(es):

Arnaldo Augusto de Albuquerque Trigo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Luciana Matias de Souza: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ricardo Biali Ribeiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Consideram-se não realizados os resultados de operações intercompanhias quando uma empresa de um grupo vende - obtendo um lucro ou um prejuízo - materiais, bens ou direitos a sociedade que a controla, ou a outra empresa do mesmo grupo. Quando consideramos controladora e controlada como entidade única, um grupo, verifica-se que não houve lucro, ou prejuízo, pois o valor relativo ao suposto "lucro", ou "prejuízo", ainda figura no ativo da sociedade que adquiriu o material, bem ou direito. Por isso, esse resultado deve ser eliminado na avaliação do investimento, visto que a operação não saiu de dentro do grupo econômico. Não houve transação com terceiros. Para eliminação dos resultados não realizados temos dois métodos distintos e em plena validade, quais sejam, a Lei das Sociedades por ações (Lei nº 6.404 de 76) e Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (Instrução 247 de 96).

(METODOLOGIA) O objeto de estudo utilizado neste trabalho é analisar os dois métodos existentes para eliminação de resultados não realizados de operações intercompanhias, a fim de mostrar quais as diferenças, vantagens e desvantagens de cada um deles. Foi efetuado um levantamento bibliográfico em livros, periódicos e sítios com a finalidade de formular com mais exatidão a pesquisa que será exposta, propiciando informações e elementos para a formulação do modelo a representar.

(RESULTADOS) Realizou-se pesquisa com as cinco empresas com maior valor de mercado segundo a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, tendo como ano base o exercício fiscal de 2009. Buscou-se estas cinco entidades pois estas servem de benchmark quanto à eficiência e transparência para todas as outras companhias negociadas em bolsa no Brasil, além de demonstrarem solidez. Constatou-se que essas empresas preferiram utilizar o método da Instrução 247 da Comissão de Valores Mobiliários ao método descrito na Lei n. 6.404 de 1976.

(CONCLUSÃO) De todo exposto, conclui-se que o método de eliminação dos resultados não realizados descrito na Instrução 247 de 1996 da Comissão de Valores Mobiliário é o mais aplicado, não só entre as empresas escolhidas na amostra, mas pela maioria das companhias cotadas na Bolsa de São Paulo. Atendendo aos princípios tanto da hermenêutica jurídica, quando da contabilidade, quais sejam, o princípio jurídico-interpretativo em que a norma mais nova deve prevalecer sobre a mais antiga, e o princípio contábil da prudência em que havendo duas alternativas igualmente válidas para quantificar uma variação patrimonial, utiliza-se a que resulte em menor valor para os bens e direitos.

CONCESSÃO DE CRÉDITO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DE FOMENTO MERCANTIL

Autor(es):

Neile Cristina Sampaio da Costa Melo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ricardo Biali Ribeiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem o intento de apresentar a relevância do deferimento de limite de crédito em uma empresa de fomento, factoring, nas organizações. A obra objetiva a identificar e segregar os dados contábeis da empresa solicitante do crédito, averiguar como é realizada a análise de crédito baseada nestas informações e, por fim, revelar nível de utilidade destas informações para sua concessão. Foram revistos algumas maneiras do processo utilizado pela empresa de fomento que vai da produção do cadastro da empresa solicitante até a análise da visita efetuada pelo gerente comercial na tomadora do crédito. Após a avaliação dos dados acima é estipulado um limite de crédito em concordância com a política de crédito da empresa.

(METODOLOGIA) Para a produção desta pesquisa foi observado que o método descritivo é que melhor indicava, pois seguindo o ensinamento do autor Gil (2002) percebe-se que para sua realização foram observados, registrados, correlacionado e descrito os fatos de uma realidade sem manipulá-los.

(RESULTADOS) Realizou-se pesquisa em 12 empresas em portes e segmentos diversificados. Buscou-se nestas 12 organizações por causa das realidades bastante distintas, pois vai desde indústria, passa pelo comércio e chegam ao serviço, cujo faturamento médio fica entre R\$ 70 mil a R\$ 5 milhões, empresas optantes do simples, algumas possuem balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados. Os nomes destas empresas foram alterados para sua preservação e foram nomeados utilizando o alfabeto grego. Percebe-se com este estudo que após a identificação e a segregação dos dados contábeis, foi averiguado a realização da análise fundamentada nestas informações e revelado que o nível de utilidade destes dados para a concessão do limite não são suficientes. Portanto, para a empresa de fomento possa a continuar com suas atividades e que a exposição ao risco seja menor possível será necessário de informações adicionais.

(CONCLUSÃO) De todo exposto, conclui-se que a empresa de fomento está exposta aos riscos, que, se não forem geridos com muita cautela poderão alcançar patamares que poriam em jogo a ininterrupção das atividades.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE TERCEIRIZAÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Autor(es):

Vera Lúcia da Costa: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ricardo Biali Ribeiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho versa a cerca de um estudo de viabilidade econômica da terceirização ou privatização dos serviços de funilaria e pintura em uma concessionária de Veículos do Município de Natal/RN com base nas mensurações das informações contábeis. Tomar decisões é tarefa complexa, inclusive, quando se trata de terceirizar ou privatizar algum serviço ou atividade de determinada empresa, sendo alvo de análises e minuciosos estudos por gestores que necessitam obter os aspectos favoráveis e desfavoráveis para tomada de decisão que maximize os resultados dentro de um dado cenário. O presente estudo tem por objetivo relatar através de dados contábeis, os gastos com a terceirização e com a privatização, realizando análise de viabilidade econômica em ambos os processos, apontando descritivamente, o processo que apresenta os fluxos de caixa mais atrativos.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos será de natureza exploratória e a abordagem descritiva, pois tem o objetivo de demonstrar através de dados contábeis a viabilidade econômica de terceirização ou privatização, e descritiva, já que os dados foram analisados e interpretados. Quanto à coleta de dados será feita em uma das empresas parceira da concessionária a qual trabalha com os serviços de funilaria e pintura. A metodologia da pesquisa utilizada é de aspectos quantitativos e qualitativos, pois foram utilizadas tabelas de acordo com dados extraídos em documentos fiscais. Qualitativas porque através dessas informações será feita as interpretações. Caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, uma vez que, foram utilizados livros, revistas, artigos.

(RESULTADOS) Espera-se que mediante a coleta de dados, obter os custos com a mão-de-obra direta aplicada aos serviços com base em pesquisa de salários e encargos praticados em cada atividade. Identificando também o tempo necessário para a execução de cada serviço, o volume de venda no mês e se há desperdício da matéria-prima utilizada e fazer um levantamento de todo o imobilizado da empresa, pois é necessário que se saiba quais são as máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias para execução dos referidos serviços, e com isso, verificar a relevância do investimento observando o tempo de retorno do mesmo. Quanto aos valores referentes às receitas auferidas, os gastos com mão-de-obra indireta e os gastos com os insumos no mês, são obtidos com base nos demonstrativos contábeis e em documentos fiscais. A proposta deste estudo é demonstrar aos gestores da concessionária, quais são os serviços viáveis para a terceirização, juntamente com seus benefícios e fatores desfavoráveis a está terceirização ou privatização.

(CONCLUSÃO) Pode-se demonstrar aos Gestores da empresa mediante pesquisas, cálculos e demonstrativos a viabilidade de terceirizar ou privatiza os serviços de funilaria e pintura. Verificou-se o tempo gasto para execução de cada serviço, a quantidade de matéria prima utilizada, foi feito um levantamento dos salários pagos aos funcionários de mão-de-obra direta e indireta. A empresa adotou alguns procedimentos para o desperdício da matéria-prima utilizada onde foi implantado na empresa um laboratório para pigmentação das tintas, com isso, obtendo com precisão a quantidade de tinta a ser utilizada em cada serviço, quanto às outras matérias-primas utilizadas a quantidade vai depender do dano e do porte do veículo gerando um resultado mais eficiente e eficaz. Identifico-se tempo necessário para recuperar o capital investido, mediante estimativa de fluxo de caixa mensal e de uma avaliação no projeto de investimento onde foram utilizados dos métodos: do Payback, TIR e do VPL. Observa-se que mesmo tendo um investimento inicial privatizar parece à opção mais atraente.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE ÉTICA PROFISSIONAL PARA OS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FARN E UFRN

Autor(es):

Gleyce Kelly Silva Araújo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho teve por objetivo geral analisar qual a importância e o conhecimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis da FARN (FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE) e UFRN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE) a respeito da disciplina de Ética Profissional do Contabilista, como objetivos específicos analisar o comportamento dos alunos diante do Código de Ética do Contabilista, verificar a opinião dos mesmos que já cursaram a disciplina de Ética Profissional, e se a mesma teve uma contribuição relevante para a sua formação. A Ética é necessária para o desenvolvimento da sociedade, de sua crença, hábitos e costumes para que tenham um convívio harmonioso entre si. Não devendo obedecer simplesmente aos códigos específicos, mas é fundamental o respeito à sociedade e o comprometimento de contribuir para o crescimento e valorização da carreira.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada para tanto foi baseada em uma pesquisa bibliográfica, quantitativa e descritiva, embasada em um questionário com perguntas fechadas, contendo 12 (doze) questões objetivas, utilizado para a coleta de dados uma abordagem quantitativa. Foram feitas perguntas entre os estudantes FARN e UFRN, e uma amostra com o total de 50 (cinquenta) alunos da FARN, os quais cursam entre 4º (quarto) e 8º (oitavo) períodos, e 65 (sessenta e cinco) alunos da UFRN, dos períodos 7º (sétimo) a 10º (décimo) do curso de Ciências Contábeis, esta pesquisa de campo foi feita no período 1 (uma) semana, no mês de setembro.

(RESULTADOS) Os resultados comprovaram a intenção inicial deste estudo, pois os alunos da FARN e UFRN confirmaram uma maior percepção a respeito dos conceitos de Ética profissional, 100% (cem por cento) dos entrevistados de ambas as instituições confirmaram que a disciplina é muito importante para eles, os mesmos demonstraram de forma clara que a disciplina influencia na percepção de suas condutas a serem tomadas no exercício de sua profissão, pode-se verificar também que as maiorias dos entrevistados, entre 58% (cinquenta e oito por cento) da UFRN e 67% (sessenta e sete por cento) da FARN já tiveram acesso ao Código de Ética Profissional, embora poucos tenham um conhecimento mais profundo, o qual pode ser relatado em 10% (dez por cento), que por sua vez terão facilidade para cumprir com os princípios éticos.

(CONCLUSÃO) Então se pode concluir que esses resultados mostrados pela pesquisa levaram a acreditar que na medida em que os alunos avançam os estudos, conseqüentemente, aumentaram as suas percepções sobre a Ética pessoal e acima de tudo profissional, portanto pode-se chegar aos objetivos traçados.

O PAPEL DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO PROCESSO DE MUDANÇA CULTURAL E INSTITUCIONAL NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Autor(es):

João Elias de Farias Neto: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marise Magaly Queiroz Rocha

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como foco o papel da Lei de Responsabilidade Fiscal no processo evolutivo de mudança cultural na gestão dos recursos públicos. O tema foi abordado sob a perspectiva de contribuir para demonstrar como a Lei de Responsabilidade Fiscal influenciou na forma de apresentação das informações produzidas pela contabilidade governamental. Para tanto, busca-se identificar as alterações advindas da Lei Complementar n.º 101, de 04 de Maio de 2000 - comumente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - no tocante a transparência da gestão governamental. Assim, foi necessário fazer um estudo da Lei de Responsabilidade Fiscal, buscando entendê-la como instrumento de informação, transparência e controle dos recursos públicos. Os temas ligados à LRF na gestão dos administradores públicos passaram a despertar interesse a partir do momento em que a sociedade começou a cobrar uma administração pública eficiente que administrasse os recursos a ela confiados de forma justa e honesta. Para tanto a LRF destaca o planejamento como instrumento de uma efetiva gerencia, que tem buscado a transparência na gestão fiscal, o que reforça a responsabilidade dos entes governamentais em produzir informações e a responsabilização por descumprimento de metas e limites, da elaboração de relatórios da execução orçamentária e de gestão fiscal. A escolha do tema foi motivada por entender que a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF trouxe elementos inovadores e relevantes à contabilidade pública principalmente quanto aos aspectos da transparência e controle das contas do setor público.

(METODOLOGIA) Metodologicamente optou-se por uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória. Este tipo de pesquisa busca aprofundar e sistematizar os conceitos existentes em determinadas áreas do conhecimento contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado. Desta forma, as discussões levantadas sobre os conceitos abordados em relação a nossa temática, se basearam em diferentes fontes bibliográficas pesquisadas, que constituem o eixo central metodológico para a construção desse trabalho de conclusão de Curso. Em relação a coleta de dados foram feitas entrevistas e aplicados questionários.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos revelam que a Lei de Responsabilidade Fiscal influenciou na mudança institucional e cultural no trato com os recursos públicos na medida em que a nova gestão governamental está focada no cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o controle deixa de somente basear-se na legalidade dos processos para concentrar-se também nos resultados alcançados.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que, embora o Brasil ainda tenha um longo caminho a percorrer, constata-se que as iniciativas de adequar as práticas de execução e controle da gestão governamental às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal contribuiu para que se estabeleça uma relação construtiva entre gestores e gerenciados e isto por sua vez é decorrente da existência de uma mudança institucional e cultural no trato da res publica.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

O PERFIL DOS PROFESSORES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IES POTIGUARES E SUAS ÁREAS DE INTERESSE

Autor(es):

Rinaldo Medeiros Alves de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

Daniele da Rocha Carvalho

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A globalização dos mercados e a internacionalização das empresas gera uma necessidade de harmonização, convergência ou padronização de normas e procedimentos contábeis, de forma que a contabilidade possa ser usada como a chamada “linguagem dos negócios”, fazendo com que investidores de qualquer parte do planeta possam obter informações claras e objetivas a respeito das oportunidades de investimento disponíveis. Como não poderia deixar de ocorrer, os cursos superiores de Ciências Contábeis também tem passado por grandes e contínuas mudanças em função das alterações ocorridas na legislação empresarial brasileira e internacional. A Resolução nº 10/2004 do Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares desses cursos, tratando de tornar os currículos abrangentes e flexíveis para adaptarem-se às mudanças impostas pela nova ordem mundial dos negócios. Observa-se, portanto, que do ponto de vista dos componentes curriculares, os cursos de Ciências Contábeis tem evoluído de forma satisfatória para acompanhar as necessidades do mercado. Porém, uma questão que sempre ficou relegada à uma segunda escala foi a da formação docente dos professores desses cursos. Assim como em outras áreas do ensino superior, existe uma insuficiência de formação pedagógica para os professores dos cursos de Ciências Contábeis, que os faça dominarem o campo de conhecimento do ensino, e a enfrentar as situações de aprendizagem dos seus alunos.

(METODOLOGIA) Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado a uma amostra de 40 docentes representando todas as 18 IES do Estado que oferecem o curso de Ciências Contábeis. Esse questionário era composto, basicamente, de duas partes: uma procurou identificar o perfil pessoal do docente; outra tratou de investigar a trajetória do professor no que tange à sua formação para o ensino superior. Após a coleta, os dados foram tabulados com a utilização do Microsoft Excel, tendo os resultados apresentados sob a forma de distribuição de frequências percentuais, em gráficos de setores (“pizza”). O número estimado de docentes atuando nesses cursos é de cerca de 120. Devido ao fato de haver docentes atuando simultaneamente em mais de uma instituição, não há dados exatos relacionados à população docente.

(RESULTADOS) Vide poster

(CONCLUSÃO) Analisando os resultados obtidos, observa-se que a maioria dos professores dos cursos de Ciências Contábeis das IES potiguares apresentam uma faixa etária média de 25 a 40 anos, sendo 70% do sexo masculino e com tempo de experiência no ensino superior não superior a 10 anos. Evidencia-se também que dentre as diversas áreas de atuação docente, as preferidas pelos docentes são as de Contabilidade Geral e Contabilidade de Custos. No tocante à formação, pode-se concluir que a procura dos docentes de Ciências Contábeis por formação específica para a atividade docente ainda é muito pequena, limitando-se, quase na sua totalidade, aos cursos de pós-graduação que, conforme evidenciado em trabalhos anteriores, tem por objetivo maior a formação de pesquisadores e não de professores. Face ao exposto, também se pode verificar que devido à falta de formação adequada para a atividade docente, os professores dos cursos de Ciências Contábeis das IES potiguares encontram diversas dificuldades para desenvolverem sua atividade, dentre as quais destacam-se a distribuição do conteúdo no tempo da aula e a elaboração de instrumentos de avaliação.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

PROADI – UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE O IMPACTO ECONÔMICO DO INCENTIVO FISCAL E FINANCEIRO PERCEBIDO PELA EMPRESA DE PESCADOS LOCALIZADA NA CIDADE DE MACAÍBA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Priscila Peregrino Sales: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Yara Magaly Albano Soares
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante da carga tributária brasileira, os empresários e o governo assumem uma constante busca na melhor gestão dos recursos produzidos pelos tributos. Os empresários estão tentando ajustar a Lei nas suas atividades e conseqüentemente ao recolhimento do imposto correspondente e, o governo maximizando a arrecadação para que possa melhorar e proporcionar melhorias a população. Sendo assim, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte apresenta um incentivo financeiro ligado ao pagamento do ICMS, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI) que tem como um dos grandes eixos o financiamento deste tributo, dando um prazo de pagamento de um ano, podendo ser reduzido ainda em até 99%. Este trabalho descreve a importância desse incentivo, numa indústria de pescados, localizada no distrito industrial da cidade de Macaíba. Sendo uma das grandes fontes geradoras de renda para a cidade. Vendo que a empresa poderia se beneficiar através do retorno financeiro que o PROADI dar e, que poderia utilizar este retorno em investimentos os quais ajudam no crescimento industrial, a administração diante da sua gestão tributária acatou a proposta deste benefício. Diante disto, buscou-se nesta pesquisa descrever qual o impacto econômico observado nos relatórios contábeis desta Indústria de Pescados no ano de 2009, decorrente da adoção do incentivo e benefício financeiro. Para isto os objetivos específicos buscados foram: • Identificar quanto tempo a Indústria de Pescados utiliza o benefício do PROADI; • Montar a memória de cálculo do PROADI para a Indústria de Pescados; • Verificar os critérios de pontuação obedecidos pela Indústria de Pescados para a se beneficiar do PROADI; • Verificar as obrigações da empresa em decorrência do incentivo/benefício; • Montar um cenário identificando o impacto no lucro do ano de 2009 utilizando e não utilizando o PROADI na Indústria.

(METODOLOGIA) Este estudo de caso se qualificou como uma pesquisa exploratória e descritiva. Como fez a coleta de documentos para se basear qual o impacto econômico, também foi documental. Utilizou da montagem de tabelas e planilhas para observar e analisar os relatórios contábeis disponíveis, DRE, Livro Razão e o Livro de registro de ICMS. Foi montada uma memória de cálculos que identifica a ação deste; verificaram-se os critérios de pontuação obedecidos por ela para que se beneficie do incentivo como também as obrigações inerentes ao processo.

(RESULTADOS) Foi identificado nos relatórios contábeis desta empresa, montando um cenário com o benefício e outro sem o benefício, que esta teve uma economia de R\$ 188.695,35, tal economia possibilitou a expansão do negócio e a melhoria da qualidade dos produtos. Foram gastos R\$ 132.110,00 que envolve cursos e melhoria nos processos de limpeza e qualidade dos peixes e crustáceos, contratação de funcionários, ampliação das instalações, além da compra de imobilizado para a empresa.

(CONCLUSÃO) Esta pesquisa se mostra importante não só por esclarecer ao pesquisador a importância econômica do PROADI para a Indústria pesquisada, mas a possibilidade de mostrar que é possível fazer uma gestão de tributos de forma eficaz, beneficiando o empresário, o governo e o consumidor final, ou seja, sempre existirão formas de todos ganharem, bastam bons profissionais (contadores, administradores e governo) pensando e agindo para um mesmo caminho.

RESUMO MANOGRAFIA

Autor(es):

Elioenai Dantas de Lima Fernandes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Yara Magaly Albano Soares
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01.07.2007. Extinguindo assim o Simples Federal, aprovado pela Lei nº 9.317, de 05/12/1996 e extinto em 01/07/2007, conforme disposto do art. 89 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006. Sua abrangência é no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sendo regulamentado pelo CGSN – Comitê Gestor do Simples Nacional, vinculado ao Ministério da Fazenda, que trata dos aspectos tributários do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Este regime tributário teve como proposta conceder tratamento simplificado, favorecido e diferenciado em relação às empresas de grande porte, S.A's de Capital Aberto ou Fechado, "com destaque para concessão de vantagens nas compras governamentais, simplificação e redução na carga tributária, desburocratização no processo de abertura e fechamento de empresas, incentivo para a formação de consórcio empresarial, estímulo para a aquisição de recursos tecnológicos, acesso ao crédito dentre outros.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa se propôs, através de uma metodologia de multicascos, utilizou informações geradas em uma indústria, uma prestadora de serviço e um comercio de mesmo porte, aponta-se mesmo porte para não apresentar viés no tocante a resultados. Buscou identificar o impacto econômico em empresas com atividades distintas, como a opção da forma de tributação, o Simples Nacional. Para isto, foi realizada uma investigação exploratória, descritiva e bibliográfica. Metodologia que foi utilizada e o referencial teórico foram o foco desta pesquisa. Buscou-se organizar este estudo de acordo com as normas, técnicas e métodos deixando seus resultados apresentados validados. Como se trata de uma pesquisa em que espera o resultado final a apresentação mensurada de suas respostas, ou seja, através de número, pode-se classificá-la como quantitativa, ou seja, utiliza métodos quantitativos para chegar ao resultado da investigação científica.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada e com as devidas informações, pode-se observar uma considerável relevância nas observações dos impostos apurados ao comparar as três empresas, PLUGTECH DO BRASIL LTDA, (INDÚSTRIA) , como também a PLUGTECH DO BRASIL SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA (SERVIÇO) e por ultimo a empresa ANDRADE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA – ME, Ramo de Atividade: Comércio Varejista de Tecidos (COMÉRCIO). Obteve-se as seguintes informações comparando as três organizações com os três tipos de tributação. Para a Andrade Tecido, o valor a ser pago pelo simples é: R\$15.790,60. No lucro presumido: R\$94.342,00 e para o lucro Real R\$ 101.585,31. A empresa PLUGTECH DO BRASIL, apresenta um valor de R\$ 39.240,80 para o Simples. R\$ 207.764,00 para o presumido e R\$ 237.492,04 para o Real. Quanto PLUGTECH SERVIÇOS, os valores apresentados foram os seguintes: R\$ 20.257,50 para o Simples, R\$ 46.614,00 para o presumido e R\$ 51.710,30 para o real

(CONCLUSÃO) Observou-se que a melhor opção de tributos para as empresas é o Simples Nacional, e que pagar mais ou menos imposto é uma questão de planejamento tributário, pois as opções existem para facilitar o desempenho operacional da organização, assim como os resultados da economia, fazendo com que o governo em suas esferas reaplique de forma eficiente os recursos advindos dos tributos. Os fluxos de caixa empresarial e público melhoram com um bom planejamento tributário.

CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS NA INDÚSTRIA GRÁFICA: UM ESTUDO DE CASO

Autor(es):

Fernanda de Jesus Medeiros Dantas: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em um mundo tão competitivo, as pequenas indústrias estão cada vez procurando, melhoras. Para elas existem três objetivos principais para os negócios: gerar lucros, vencer a concorrência e satisfazer os clientes. Vendo dessa maneira é simples, porém para os dois primeiros, a pequena indústria deve ter o máximo de sucesso no terceiro. É por conta desse cenário, que a indústria no ramo gráfico está em processo de modernização, realizando sensíveis melhorias no sistema produtivo. Devido à competitividade que exige uma concentração de esforço no negócio da empresa, no contínuo processo de sua estrutura organizacional e na eliminação de desperdícios e, mais do que nunca para elas, é necessário controlar os custos, conhecer profundamente sua origem, como são gerados, como são apropriados aos produtos, quem são os responsáveis e sua relevância. Outro ponto relevante para a indústria gráfica é a formação de preços, pois para permanecer no mercado tem que ter pelo menos um preço competitivo e produtos de qualidade reconhecida. Para isso requer sempre aperfeiçoamento buscando alternativas para aprimorar seu desempenho e atingir altos níveis de qualidade, com os custos reduzidos e com a máxima flexibilidade possível. E é considerando esse contexto que elabora-se o seguinte problema de pesquisa: como é composto o custo de fabricação do jornal da empresa Alfa e como é formado o seu preço de venda? A partir desse problema, o objetivo geral traçado para esse trabalho é verificar a composição do custo de fabricação e a formação do preço de venda da empresa. E para atingir esse objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: Mapear os fluxos dos processos produtivos da empresa, identificar como é o processo de custos na fabricação dos jornais, e identificar como é o processo para a formação do preço para venda.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa quantitativa, no que diz respeito aos objetivos expostos, alinha-se à proposta de uma pesquisa descritiva e exploratória. O trabalho foi realizado através de um estudo de caso, com propósito de explicar alguns aspectos da realidade, onde foram levantados dados necessários para responder como são formados os custos e como é a realizada a formação de preços em uma indústria gráfica.

(RESULTADOS) Conforme os dados fornecidos pela empresa do estudo de caso em questão foi verificado que os custos da matéria-prima somam R\$ 1,02, os gastos com pessoal somam R\$ 1,28 e custos indiretos somam R\$ 0,37, totalizando o custo de impressão de um jornal no valor de R\$ 2,67. E foi através da análise feita nos custos de um jornal que verificamos que o preço gasto na impressão é maior que o preço unitário de venda que é de R\$ 1,50, dando uma margem de contribuição negativa de R\$ 1,17.

(CONCLUSÃO) Com base nas informações e dados obtidos, conclui-se que a análise dos dados está contribuindo para a compreensão da problemática definida para a pesquisa. Em suma concluímos que o preço da venda do jornal apurado nos custos está com margem de contribuição negativa, mas que isso não afeta na receita líquida da empresa, pois a mesma não sobrevive dos lucros das vendas dos jornais e sim das vendas de espaços que são feitas aos anunciantes (municípios, classificados, etc.).

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A IMPORTANCIA DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGIA NA GESTÃO DE UMA PEQUENA EMPRESA

Autor(es):

Marcelo Pinheiro de Oliveira e Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Yara Magaly Albano Soares
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Até pouco tempo atrás, tais controles eram feitos através de cadernetas de papel, os arquivos de registros eram armazenados em armários, acumulando grande quantidade de papel e utilizando pessoas em todo o processo. Estes, por sua vez, eram elaborados manualmente podendo acarretar erros e com isso prejudicar os negócios, fazendo com que a empresa perdesse tempo e dinheiro. Na maioria das vezes, os sistemas são integrados entre todos os setores, podendo manter contato com partes do mundo em questão de segundos. Este trabalho se propõe a apresentar a importância de sistema de informação de custos para uma pequena empresa da área de fabricação de peças em aço inox, através de informações geradas em outros subsistemas para permitir um melhor desempenho na gestão de custos. Então, como um sistema de informação de custos se posiciona como ferramenta estratégica na gestão de uma pequena indústria de transformação de aço?

(METODOLOGIA) Esta pesquisa quanto a sua natureza é um resumo de assunto, que “é um tipo de pesquisa que dispensa a originalidade, mas não o rigor científico. Trata-se de pesquisa fundamentada em trabalhos mais avançados, publicados por autoridades no assunto, e que não se limita à simples cópia das idéias.” (Andrade: 2007, p.113). Existem outros trabalhos desenvolvidos na área de sistemas de informações, porém pouco explorado na visão do autor, principalmente quanto este, associou o teoria com a prática vivenciada durante a pesquisa. Foi analisado os passos da construção de sistema e todo o processo de mensuração de custos para a indústria estuda, evidenciando a quantidade de novas informações que iam surgindo implicando para os gestores novas tomadas de decisão.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada observou-se que a empresa não possuía um sistema de controle integrado e toda a gestão de custos da empresa se limitava a um arquivo de uma planilha eletrônica sem nenhum método de custeio padrão utilizado. A partir daí, foi desenvolvido um trabalho para apresentar uma solução integrada através de um sistema de informação para melhor controlar todos os fatos importantes da empresa dos principais setores da empresa. Para isso seria necessária a informação de quanto tempo cada produto estava passando em cada setor, para que depois, fosse possível utilizar essas informações para ratear os custos indiretos na fabricação. Para resolver esse problema, apenas a união do conhecimento de contabilidade e de sistemas de informação, tornou possível criar uma solução para registrar e controlar o tempo em que cada produto permanecia em um determinado setor com um melhor custo-benefício. Um sistema de controle integrado ao sistema foi desenvolvido para que cada funcionário pudesse registrar o início e fim de sua tarefa, para isso cada produto a ser desenvolvido foi associado a uma ordem de produção (O.P.) onde cada ordem de produção foi associada a um chip de aproximação. Depois disso, ficou bem mais fácil acompanhar a produção individual de cada funcionário, além de utilizar as informações para melhor ratear os custos indiretos de fabricação.

(CONCLUSÃO) Com isso, ficou simples identificar que produtos estavam produzindo lucro e quais estavam trazendo prejuízos para a empresa. Depois da implantação do sistema, a melhoria na tomada de decisão ficou evidente, preços de venda foram alterados, descontos para clientes foram revistos, produtos saíram de linha e novos produtos foram criados com o simples conhecimento do custo unitário mais confiável que o sistema de informação estava entregando para a empresa. Fica claro então que, qualquer empresa, seja ela de qualquer porte, seria de extrema importância a utilização de sistemas de informação para controle e gerenciamento das informações de todos os setores da empresa.

OS LIVROS EMPRESARIAIS E A FUNÇÃO DO CONTADOR

Autor(es):

Irandir Dantas Bezerra: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade constitui uma ciência de registro dos fatos empresariais que subsidia as empresas com as informações comparando o bom desempenho de suas atividades. Nesse, o presente estudo avalia os livros empresariais e a função do contador, demonstrando a importância da ação da contabilidade para a gestão da empresa. Justifica-se a pesquisa em função da sua importância para o desenvolvimento da atividade empresarial, cujas evidências são claramente demandadas pela eficiência que a contabilidade exerce no dia-a-dia da empresa, cuja identificação de desempenho da contabilidade está expressa em registros dos livros empresariais, onde a função do contador torna-se fortemente definida nos relatórios contábeis e de desempenho empresarial.

(METODOLOGIA) O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, consultas a trabalhos científicos, dados disponíveis em livros na internet com posterior análise dos mesmos.

(RESULTADOS) A pesquisa confirma que o setor contábil já tinha grande importância desde o século XVIII seus princípios utilizados eram precários, mas de grande influência, sendo contabilizado por período dessa técnica surgiu o cálculo que registrava o somatório e diferença iniciando a então figura do contador que passou a desenvolver análises financeiras passando a registrar, mensurar e evidenciar todos os fatos primordiais das empresas o contador passou a ser figura principal para tomada de decisão, indispensável, pois o profissional devidamente habilitado no conselho de classe direciona a empresa, em relação à atuação do contador a área financeira e de grande importância, pois fornece informações básicas ao usuário como demonstrações, lançamentos, tomada de decisão e interpretação contábil são registradas nos livros empresariais os empresários tem como obrigação manter a escrituração regular dos livros tributários, trabalhistas previdenciário em função de legislação comercial, já o chamado livro empresarial pode ser obrigatório ou facultativo conhecido no setor como livro diário que registra todas as transações ocorridas no dia art.1.180 C.C. Os requisitos dos livros empresariais são autenticados pela junta comercial Lei 8.934 art.32 art.1.1831 ao art.1.183.

(CONCLUSÃO) A contabilidade é a ciência aplicada a avaliações de informação que têm por finalidade registrar, mensurar e evidenciar fatos contábeis. A evolução do capitalismo vem exigindo mudanças contínuas na gestão empresarial, a qual demanda novas formas de atuação da contabilidade, principalmente relacionadas à análise de desempenho da empresa, para todos os níveis de organização, desde a pequena e microempresa até as médias e grandes empresas. Portanto, a contabilidade deve acompanhar o processo evolutivo da gestão empresarial, o que exige novos conhecimentos do contador, principalmente relacionados à análise de conjuntura e de indicadores de desempenho micro e macroeconômico.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

O ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTROLADORIA: UM ESTUDO COMPARATIVO NAS IES PARAIBANAS, SERGIPANAS E POTIGUARES

Autor(es):

Maria da Conceição Torres Gomes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O conceito de Controladoria focaliza essencialmente a contabilidade, portanto com forte ênfase nos controles financeiros. A literatura apresenta uma série de definições para o que seja a controladoria, fruto de divergências entre os vários autores quanto ao seu conceito (LUNKES, 2009). A discussão dos efeitos dessas mudanças está se tornando cada vez mais normal e bem aceita pelas instituições. Além desses fatores, torna-se necessário discutir os motivos dessas mudanças à luz da teoria contábil para uma análise com demonstrações com resultados que contribuam e possam justificar o sentido do que é controladoria e qual contribuição possa ser dada a outras ciências. A Controladoria constitui uma área das Ciências Contábeis composta por um conjunto de conhecimentos interdisciplinares oriundos da Administração de Empresas, Economia, Informática, Estatística e, principalmente, da própria Contabilidade (MOSIMANN, 1993). Segundo Mosimann (1993) e outros autores, a controladoria é uma ciência autônoma que não se confunde com a Contabilidade, apesar de utilizar pesadamente o instrumental contábil. Dessa forma, pôde-se elaborar o seguinte questionamento: Quais os conteúdos abordados no ensino da disciplina de Controladoria nos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior paraibanas, sergipanas e potiguares? O objetivo geral desse trabalho é identificar os conteúdos abordados no ensino da disciplina de Controladoria nos cursos de Ciências Contábeis das IES paraibanas, sergipanas e potiguares, sob a forma de um estudo comparativo. Espera-se, ao fim dessa pesquisa, poder atingir os seguintes objetivos específicos: verificar as determinações legais estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis com relação ao ensino da disciplina de Controladoria; identificar os conteúdos abordados de acordo com os planos de ensino da disciplina de Controladoria das IES pesquisadas; realizar o estudo comparativo entre os conteúdos abordados nas IES de cada unidade da federação pesquisadas.

(METODOLOGIA) . A metodologia aplicada para a realização do trabalho é caracterizada por uma pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa. Quanto à finalidade, visa identificar as discussões sobre a temática dos planos de ensino da disciplina de Controladoria. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental, esse tipo de pesquisa objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar. Buscou-se, identificar os conteúdos mais abordados nas IES pesquisadas nos Estados da Paraíba, de Sergipe e do Rio Grande do Norte, verificando se a disciplina de Controladoria, mesmo sendo retratada diferentemente, tem o mesmo objetivo, uma vez que a Controladoria evoluiu de uma função estritamente de controle para uma ampla área de atuação, a qual vem englobando atividades de gestão estratégica, de pessoal e de organização.

(RESULTADOS) A partir das ementas analisadas, foi feita uma comparação com a ementa proposta pela Fundação Brasileira de Contabilidade

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a ementa que mais se aproxima contém oito itens, que são: Logística. Processo de gestão: Planejamento estratégico, tático e operacional; Avaliação de Resultados e Desempenhos; Medidas de avaliação de desempenho; A função do controller na estrutura organizacional; Visão sistêmica da empresa; Noções do sistema de de gestão econômica – GECON; Avaliação Global do resultado de desempenho e análise da geração de lucros; por fim Controladoria: empresa, missão, responsabilidade e autoridade, funções e instrumentos.

TCC

Autor(es):

Carlos Wendel Jorge Martins: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ricardo Biali Ribeiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como principal característica o acompanhamento a política de créditos e a inadimplência em um comércio varejista da região metropolitana de Natal/RN, administrando o crédito concedido, através técnicas qualitativas e quantitativas que permite a concessão do mesmo, e analisa de forma mais simplificada o potencial dos clientes e também possíveis clientes, administrando também a evolução do empreendimento bem como da sua capacidade de fornecer o crédito a pessoas de baixa renda, sem muita burocracia, além de presta assistência na gestão do negócio, e prevenção do risco de inadimplência. tem por objetivo relatar através de dados a viabilidade econômica e uma maior fluxo de caixa. mesmo com a concorrência desleal devido a facilidade na política de crédito dos grandes mercados.

(METODOLOGIA) foi abordado análise de crédito subjetiva e objetiva. Elaborando o modelo de credit scoring com detalhamento conceitual das variáveis sistêmicas que compõem o modelo. A análise vai permitir começar a alterar o foco para o desenvolvimento, analisando dados através de documentos e informações concedida pelos próprios clientes. Nesta fase são identificadas as classes, objetos e os mecanismos presentes no problema proposto. em seguida será realizada a análise de viabilidade de utilização do modelo pela empresa X, após uma testagem em uma amostra de 40 clientes ou futuros clientes da empresa X que se apresentam ativos, ou seja apto ao uso do mesmo.

(RESULTADOS) Através de técnicas realizadas e dos dados recolhidos, pode-se visualizar que a identificação dos critérios que levam os clientes se tornarem adimplentes e inadimplentes é de responsabilidade de uma boa análise realizada pela própria empresa, e realiza seu estudo em torno de informações fornecidas por terceiros. Informações estas, que podem identificar situações e cenários que podem levar os clientes a não cumprirem as obrigações contratuais. Observou-se, nas análises, que a empresa detém uma quantidade considerável de clientes com baixa renda, mas com histórico bom de adimplência, diluindo os riscos da incerteza financeira. Onde se tem a certeza que uma política não baseada simplesmente num sistema de recuperação de crédito, mas também, num monitoramento e uma conceituada administração constante do comportamento financeiro, verificando-se, a viabilidade potencial e o crescimento do ramo sem o medo do prejuízo por inadimplência.

(CONCLUSÃO) O presente trabalho teve como principal objetivo propor ações estratégicas para a concessão de crédito, administração e diminuição da inadimplência, estratégias essas passíveis de aceitação com a atual realidade da empresa, a política de créditos e a inadimplência em um comércio varejista da região metropolitana de Natal/RN. Para o alcance de tal objetivo, foram usados objetivos específicos, detalhando cada passo executado procurou-se estudar os níveis de inadimplência existentes onde foi analisado o quanto representa a venda à vista e a venda a prazo da organização, dividindo essa venda a prazo nas diversas formas de recebimentos da empresa. Com essas informações analisadas, conclui-se que essas ações chegam a permitir uma melhoria dos índices de inadimplência e uma grande aceitação do público alvo apresentados, sendo compatível de aceitação para a empresa X, como a melhoria dos procedimentos utilizados no processo de análise de crédito, Assim, conclui-se que as propostas sugeridas parecem simples, mas com resultado bastante satisfatório colaborando muito na diminuição do índice de inadimplência da empresa, gerando maior agilidade, eficiência e eficácia nos procedimentos realizados, não esquecendo a satisfação dos clientes e principalmente da empresa.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DOCENTE DOS PROFESSORES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IES POTIGUARES

Autor(es):

Mônica Valéria Souza de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A ampliação das relações socioculturais demonstra que nos dias atuais, procura-se através da integração o desenvolvimento socioeconômico, com o intuito de se proteger e fortalecer para enfrentar a competitividade a nível global. A globalização é um fenômeno que atinge todos os setores da sociedade; é um movimento que interfere na ação social, cultural e econômica de todos os países. Como não poderia deixar de ocorrer, os cursos superiores de Ciências Contábeis também tem passado por grandes e contínuas mudanças. Quais as características que estruturam e colaboram para o sentido das práticas pedagógicas dos professores que atuam no curso de Ciências Contábeis oferecidos pelas instituições de ensino superiores potiguaras. Diante do exposto este trabalho demonstra quais as trajetórias de formação para a docência, percorridas pelos professores que atuam nos cursos de Ciências Contábeis ofertados pelas instituições de ensino superior potiguaras. Tendo como objetivo geral identificar as trajetórias de formação para a docência, percorridas pelos professores que atuam nos cursos de Ciências Contábeis oferecidos pelas IES potiguaras. Os objetivos específicos desse estudo são identificar as IES existentes no Estado do Rio Grande do Norte; verificar quais IES potiguaras ofertam o curso de Ciências Contábeis; compreender os conceitos, fundamentos e objetivos da prática pedagógica; apresentar dados da pesquisa mencionada, contribuindo assim para expandir as discussões sobre a formação do professor universitário. Foi realizado um estudo descritivo e a coleta de dados deu-se através da aplicação de um questionário onde foram abordados aos professores das IES potiguaras.

(METODOLOGIA) Este trabalho foi escrito a partir de uma pesquisa exploratória, que se caracteriza em fontes de dados escritos, constituindo-se, portanto, uma pesquisa bibliográfica. A população ou universo desta pesquisa abrange 20 Instituições de Ensino – IES Potiguaras, possuidoras do curso Superior de Ciências Contábeis devidamente reconhecidos pelo MEC. De conformidade com o site do INEP <http://emec.mec.gov.br/>, as IES cadastradas no estado do Rio Grande do Norte, concentradas na Cidade de Natal, foi possível a confirmação de 20 IES na Região Metropolitana do Natal, sendo 10 com educação à distância e 10 com educação presencial.

(RESULTADOS) Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado a uma amostra de 25 docentes, representando todas as IES do Estado, procurando identificar o perfil pessoal do docente e investigar a sua trajetória no que tange à formação para o ensino superior.

(CONCLUSÃO) O estudo concluiu que a maioria dos docentes são do sexo masculino em 76% do total, com idade entre 31 a 40 anos, e cursaram especialização ou mestrado, 48% dos docentes participaram de eventos específicos na área de metodologia de ensino. Caracteriza-se o ensino em instituições públicas e universidades em 68%, com experiência de ensino de 2 a 10 anos. As áreas de atuação desses docentes são contabilidade geral, controladoria e gerencial, tendo como interesse maior nas áreas de contabilidade geral, intermediária, gerencial, pública, financeira e controladoria. Quanto aos motivos que os levaram a optar pela atuação docente ressaltam a vocação. E quanto aos motivos para não buscar cursos de formação docente ressaltam falta de oferta desses cursos na cidade onde reside e falta de tempo disponível. As principais dificuldades encontradas na atuação docente foram desconhecimento de metodologias de ensino e distribuição do conteúdo no tempo da aula.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS TOMADAS DE DECISÕES GERENCIAIS: ESTUDO EM UMA EMPRESA NO SEGMENTO AGROINDUSTRIAL E NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DERIVADOS PERDIGÃO S/A NOS ANOS DE 2007, 2008 E 2009.

Autor(es):

Raphael Alves de Paula: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo geral traçado para este trabalho foi analisar a situação econômica, financeira e patrimonial da Perdigão S/A através das demonstrações contábeis. E para atingir esse objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: conceituar análise das demonstrações contábeis; fazer análise horizontal e vertical, calculando os indicadores econômicos e financeiros e calcular os índices financeiros nos exercícios de 2007 a 2009.

(METODOLOGIA) Foram analisados o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos anos 2007, 2008, 2009 da empresa Perdigão S/A. trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, quanto aos seus procedimentos foram feitos um estudo de caso documental. A relevância desse trabalho teve como finalidade auxiliar os gestores da empresa em questão uma melhor administração para tomada de decisões como forma de alcançar uma maior lucratividade.

(RESULTADOS) Através das demonstrações foram feitas as análises verticais e horizontais onde, observamos que o seu ativo circulante com relação a ano base que é 2007 que era de 58%, teve uma diminuição em 2008 de 53%. Em 2009 de 41%, no ativo não circulante verificou-se que houve um aumento em relação ao seu ano base 2007 que era de 42%. Teve um aumento de 47% em 2008 e continuando em 2009 com o aumento de 59%. Na conta do passivo circulante observamos uma diminuição nas contas de curto prazo com relação a ano base 2007 que era de 30%, diminuindo em 2008 para 23% e em 2009 para 23%. Em relação a sua conta no passivo exigível a longo prazo teve um aumento gradativamente em relação a ano base 2007 de 21%, passando a aumentar 26% em 2008 e aumentando ainda mas em 2009 para 36%. Verificamos também que houve um aumento significativo nas vendas em 2008 de 172% e em 2009 de 240%.

(CONCLUSÃO) Embora o seu valor agregado tenha diminuído, a empresa continua agregando valor aos acionistas e se mostra uma boa opção de investimento dado a sua excelente rentabilidade e o risco relativamente baixo. De um modo geral, a empresa estudada encontra-se em uma situação econômica e financeira boa, pelo que podemos observar através dos índices e da comparação com o setor alimentício, ela apresentou com uma boa condição para apresentar diante de um cenário tão desafiador que é o setor alimentício. Palavras Chaves: Análise das Demonstrações Contábeis. Situação Econômica. Situação Financeira. Situação Patrimonial.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

UM ESTUDO NA CIDADE DO NATAL SOBRE A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS SOBRE O CÓDIGO DE ÉTICA

Autor(es):

Vitória Régia Lima de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo teve por objetivo verificar o conhecimento dos contabilistas sobre o código de ética do profissional contabilista, para tanto teve como objetivos específicos identificar a percepção dos contadores da cidade de Natal/RN, sobre o CEPC – Código de ética do profissional contabilista. Relatar através de dados contábeis um maior conhecimento sobre a ética na prática dos contabilistas, suas características básicas e sua importância para a sociedade atual, devido a ser uma ferramenta eficaz para a prevenção de erros, fraudes entre outros problemas. No código de ética Profissional do Contabilista onde encontramos os direitos e deveres da profissão contábil, os quais devem ser seguidos por todos os profissionais no exercício da mesma.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos foi de natureza exploratória e a abordagem descritiva, pois teve o objetivo de demonstrar através de dados contábeis um maior conhecimento a respeito da percepção dos contabilistas da cidade de Natal/RN sobre o código de ética do profissional contabilista. E descritiva, já que foram analisados e interpretados os dados reunidos no decorrer da pesquisa. Quanto à coleta de dados foi feita em quatro empresas de contabilidade as quais trabalham com serviços contábeis. A metodologia da pesquisa utilizada foi de aspectos qualitativos, pois se utilizou tabelas de acordo com dados extraídos em documentos fiscais. Através dessas informações foi feita as interpretações, ou seja, as análises qualitativas. Por fim, caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, uma vez que, foram utilizados livros, sites, artigos dentre outros.

(RESULTADOS) A pesquisa foi realizada em 04 empresas do ramo de contabilidade da cidade de Natal-RN, e com base no questionário aplicado foi constatado que 57% conhecem apenas alguns artigos do código de ética e os outros 43% conhece parcialmente e amplamente o mesmo, uma realidade difícil nos dias atuais, também foram avaliados as questões sobre o conhecimento dos direitos e proibições que obteve um percentual de 14% declarado referente ao não conhecimento de nenhum artigo sobre o referido tema abordado e os outros 86 conhecem parcialmente, amplamente e apenas alguns artigos do referido código, referente às penalidades 57% responderam conhecer apenas alguns artigos e os 43% dividiram-se nas demais respostas, na avaliação do quesito referente ao desrespeito de algum dos artigos 43% nunca praticaram tal ato, e os outros 57% ficaram divididos entre os outros quesitos da pesquisa. O questionário ainda demonstrou possíveis soluções para os profissionais que praticam a concorrência desleal possuem seu documento profissional cancelado pelo órgão competente, revelou-se ainda que 39% desrespeitam o código de ética devido a serem pressionados pela parcela da classe contábil que pratica a concorrência desleal, foi analisado que 72% dos profissionais não concordam completamente com o código de ética e 72% solicitaram alterações no mesmo. Ficou constatado também que o código de ética não é seguido à risca em nenhum dos estabelecimentos contábeis. Pretendendo melhorar para o futuro e contando com a ajuda mais efetiva do órgão responsável.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que o contador tem uma responsabilidade social muito elevada no combate à corrupção e ao mesmo deve ser conferido o valor profissional, pois entre os escritórios há muitos profissionais que possuem uma graduação, apenas para ser demonstrada a sociedade, porém quando esses conhecimentos são colocados na prática percebemos que os mesmos deixam a desejar, pois de acordo com a pesquisa realizada e a resolução do questionário conseguimos analisar que a grande maioria dos profissionais contabilistas só conhece o código de ética do contabilista parcialmente e devido a não procurar seguir o código de ética podem vir a causar prejuízos tanto nas empresas quanto na sociedade no geral. Palavras Chaves: Ética. Contabilista. Código de Ética do Contabilista.

BALANCED SCORECARD - BSC

Autor(es):

Rinaldo Medeiros Alves de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO Desde o período da industrialização clássica (1900 a 1950), tempo em que predominavam estruturas burocráticas centralizadas altamente rígidas e inflexíveis, passando pelo período da industrialização neoclássica (1950 a 1990) em que predominavam sistemas mais simplificados, enfatizando a departamentalização por produtos e serviços, tornando as estruturas mais mistas e matriciais, até chegarmos à era da informação (após 1990), que nos trouxe várias outras perspectivas de gestão, exigindo descentralização, fluência, flexibilidade e, principalmente, agilidade para acompanhar as constantes mudanças dos mercados consumidores (Chiavenato, 1999, Apud Bernardes, 2009), podemos observar que as empresas buscam, cada vez mais, adequarem-se a sistemas confiáveis de planejamento e controle que garantam sua sobrevivência no mercado em que estão inseridas, sempre prevalecendo a minimização de custos e maximização de resultados. Partindo dessa premissa, desenvolveram-se vários modelos de gestão, sempre buscando a integração de todos os setores da empresa, com o único intuito de se alcançar altos níveis de lucratividade aliados ao maior grau de satisfação e fidelização da clientela que se pudesse desenvolver. Desse cenário imposto pela acirrada competitividade e pela necessidade de se ter um controle constante sobre essa integração, propondo a análise da empresa em quatro perspectivas distintas que se inter-relacionam entre si, surgiu o Balanced Scorecard.

(METODOLOGIA) O trabalho é de natureza documental, haja vista que dispõe sobre conteúdo consultado em bibliografia. Também é de natureza descritiva e qualitativa

(RESULTADOS) Para que a empresa obtenha êxito na implementação do BSC, faz-se necessário seguir alguns passos, quais sejam: a) traduzir a estratégia em objetivos estratégicos específicos; b) estabelecer metas financeiras; c) deixar claro o segmento de cliente e de mercado a que está competindo; d) identificar objetivos e medidas para seus processos internos que é a principal inovação e benefício do BSC; e) destacar os processos mais críticos para obtenção de desempenho superior para clientes e acionistas e, f) definir as metas de aprendizado e crescimento. (PRIME, 2010) Daí por diante, busca-se, através de todos os meios de comunicação interna, implantar a cultura BSC, promovendo conhecimento de metas a todos os funcionários. Em seguida, busca-se o alinhamento das iniciativas estratégicas, dando enfoque aos procedimentos que venham a inibir a resistência às mudanças na implantação e, promove-se o melhoramento do aprendizado estratégico, esclarecendo a todos os departamentos a busca pelo cumprimento da missão e visão da empresa

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que o Balanced Scorecard deve ser tratado não só como sistema de avaliação de desempenho, como também, como um sistema de gestão indispensável para empresas que necessitam de melhorias no âmbito da gestão estratégica, eis que disponibiliza todas as ferramentas necessárias à melhoria dos controles de procedimentos internos que estrategicamente utilizados, levarão à maximização dos resultados.

O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA FINANCEIRA E NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DAS FAMÍLIAS NORDESTINAS

Autor(es):

Rinaldo Medeiros Alves de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

Daniele da Rocha Carvalho

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Observando o atual cenário político nacional, principalmente no âmbito dos programas sociais estabelecidos pelo Governo Federal, que em sua grande maioria objetivam disponibilizar não só o apoio financeiro, mas também o desenvolvimento educacional e funcional da população de baixa renda, podemos constatar toda a força eleitoreira dos recursos financeiros. Partindo do princípio do desenvolvimento sustentável, em que se procura a criação de projetos que possam viabilizar tanto às grandes empresas o poder de produzir de forma que venham a agredirem menos o meio ambiente, melhorando a qualidade de vida da população em geral quanto às populações mais pobres uma sobrevivência digna, considerando a possibilidade de que cada família possa produzir algo que venha a garantir o seu sustento ou se qualificar para que o mercado de trabalho o faça, é que falamos em alfabetização e qualificação das nossas crianças e adolescentes, futuros profissionais integrantes desse concorrido mercado de trabalho. Nesse contexto é que surge a necessidade de se realizarem pesquisas acerca dos verdadeiros valores desses projetos de apoio às famílias de baixa renda, para que se possa constatar até que ponto eles têm colaborado, de fato, com o desenvolvimento dessas famílias, principalmente no que tange à educação, à qualificação, à qualidade de vida e à possibilidade de sustentabilidade futura. Face ao exposto, utilizando dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para realizar comparação com os investimentos divulgados pelo Governo Federal é que este estudo se propõe a responder o seguinte problema de pesquisa: Qual é o impacto exercido pelo Programa Bolsa Família na melhoria financeira e na formação educacional e profissional das famílias nordestinas a que se destina?

(METODOLOGIA) 3.1 TIPO DE PESQUISA Portanto, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental de natureza descritiva e quantitativa.

(RESULTADOS) Face à pesquisa realizada e ao confronto das informações angariadas, puderam-se formatar gráficos que vieram a elucidar os seguintes resultados: Os investimentos do Governo Federal durante o período pesquisado, que se iniciaram em 2004 com R\$ 3.084.150.680,00 (três bilhões, oitenta e quatro milhões, cento e cinquenta mil, seiscentos e oitenta reais), evoluíram sempre positivamente, chegando à cifra de R\$ 6.569.026.634,00 (seis bilhões, quinhentos e sessenta e nove milhões, vinte e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais), no ano de 2009.

(CONCLUSÃO) Constataram-se aumentos significativos quanto à renda per-capta da população, diminuindo os índices de miséria absoluta, o que é um dos principais objetivos do Programa Bolsa Família, além do privilégio observado em relação ao comparativo dos 10% mais pobres e 10% mais ricos da população, que mostrou evoluções inversamente proporcionais, demonstrando a preocupação exclusiva do programa com a população menos favorecida. O impacto do Programa objeto da pesquisa em relação à educação da população nordestina mostrou-se bastante relevante, principalmente no que concerne à diminuição do trabalho infantil, induzindo mais jovens a frequentarem as escolas, com o intuito de diminuir os níveis de analfabetismo concomitantemente com um possível aumento no nível de profissionalização dessa população jovem. Por fim, quando ao problema de pesquisa a que se busca responder, pode-se dizer que o impacto exercido pelo Programa Bolsa Família na melhoria financeira e na formação educacional e profissional das famílias nordestinas a que se destina é bastante relevante, como se pôde observar nas descrições elencadas e nos comentários produzidos pelos resultados descritos.

A SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS: ASPECTOS LEGAIS E IMPACTOS NAS INSTITUIÇÕES EMPRESARIAIS E SUA CONTABILIDADE

Autor(es):

Francisco Vieira da Câmara: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho teve como finalidade básica um estudo sobre o funcionamento da cobrança do imposto de mercadorias sujeitas ao Regime de Substituição Tributária. Foi analisada a substituição tributária no ICMS, sob um ponto de vista da sua constitucionalidade, seus principais aspectos legais e doutrinários. A substituição tributária surgiu em consequência da necessidade dos governos evitarem a evasão fiscal através de um eficiente instrumento de arrecadação a um custo baixo, tributando os produtos na fonte produtora antes da sua distribuição no mercado. O objetivo geral deste trabalho foi abordar os questionamentos e a controvérsia do ICMS por Substituição Tributária, sua constitucionalidade, sua aplicabilidade no dia a dia das rotinas empresariais e como esta forma de tributação afeta a economia e a contabilidade dos entes empresariais e federativos brasileiros. Como também Analisar a constitucionalidade da figura jurídica do sujeito passivo de substituição tributária, criada pela EC 3/93, incorporada à CF pelo parágrafo 7º do artigo 150; Comprovar, do ponto de vista financeiro e contábil, que o ICMS por substituição tributária, atende apenas a voracidade fiscal e tributária dos entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – que se preocupam apenas em arrecadar, sem a devida preocupação de gastar racionalmente; Apresentar, com números e gráficos, a evolução do ICMS em suas várias rubricas (normal, substituto, antecipado e diferencial de alíquota), e sua importância para a arrecadação do estado do Rio Grande do Norte; Realizar lançamentos contábeis envolvendo exemplos da contabilização do ICMS por parte da contabilidade empresarial das empresas, bem como exemplos de como esta receita é contabilizada pelos entes públicos.

(METODOLOGIA) O trabalho apresentado a seguir foi escrito a partir de uma pesquisa exploratória, que se caracteriza em fontes de dados escritos, constituindo-se, portanto, uma pesquisa bibliográfica. A coleta de dados ocorreu através de coletas de dados inerentes ao tema de substituição tributária, em diversos tipos de publicações: livros, revistas especializadas, monografias.

(RESULTADOS) Não há dúvida e nem como deixar de reconhecer a importância e a aplicação do regime de substituição tributária do ICMS para os Estados da Federação e o Distrito Federal, sob o ponto de vista, sobretudo, do ingresso antecipado da receita e da racionalidade fiscal. Sem a substituição tributária, seria impossível para o fisco, obter um controle eficiente de todas as operações de vendas de mercadorias de um pequeno grupo de indústrias e atacadistas para um enorme e pulverizado número de empresas varejistas e, arrecadar o suficiente com baixo custo, garantindo ao governo uma boa parcela de recursos financeiros para que possa cumprir seus compromissos sociais.

(CONCLUSÃO) A substituição tributária só poderá ser exigida através de lei. E esta, precisa prever todos os aspectos da obrigação tributária. Os tribunais superiores, principalmente, após o advento da Emenda Constitucional nº 03/93 e da Lei Complementar nº 87/96, já citadas neste trabalho, vem se posicionando pela legitimidade do instituto

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

UM ESTUDO EMPÍRICO NA EMPRESA XXXXXXXX COMUNICAÇÕES SA SOBRE O IMPACTO ECONOMICO E SEUS RISCOS DIANTE DA OPÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DE SEUS FUNCIONÁRIOS

Autor(es):

Mycarla Fernandes de Sousa: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Yara Magaly Albano Soares
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No mundo atual dos negócios e, diante da necessidade de criar e sustentar vantagens competitivas, as organizações vem se mostrando pro ativa proporcionado o surgimento de novas estratégias de negócios com intuito de reduzir custos e tornar os produtos e serviços melhores. No contexto de reduzir e gerir estrategicamente os custos, surgiu a terceirização de mão de obra, que ganha destaque e se solidifica como uma das atividades mais eficiente na racionalização de recursos. (IMHOFF E MORATI, 2005) Pois, o custo desta variável se destaca como um dos itens mais oneroso na cadeia produtiva de uma organização seja prestador de serviços, industrial ou comercial. Portanto, a terceirização apresenta-se como ferramenta estratégica dentro do processos competitivos de uma organização, mesmo assim, é uma modalidade que não é adota em massa por todas as empresas, por muitas vezes ir de encontro com a própria atividade da empresa. O presente estudo tem o objetivo de relatar os impactos econômicos, os riscos na contratação da terceirização, abordando ao mesmo tempo, questões relacionadas aos custos e a legislação vigente. As vantagens e desvantagens foram demonstradas por meio de um estudo de caso prático em uma empresa de comunicação, que utiliza a terceirização em algumas de suas atividades.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi tanto qualitativa como quantitativa, pois se preocupou com dados numéricos. Os seja, os valores expressos e apurados em contratação de mão de obra terceirizada e não terceirizada, usando para isto, uma planilha transformando em horas o custo da mão de obra composta pelo salario recebido, férias, 1/3 constitucional, feriados remunerados, descanso remunerado, Décimo terceiro salario e os encargos recolhidos para os órgãos de classe, previdência e fgts. Também foi feita uma análise de conteúdo dentro da legislação vigente no que diz respeito aos direitos e deveres das partes contratadas Tudo isto cominando a uma pesquisa também qualitativa.

(RESULTADOS) Os primeiros resultados apontam que a terceirização apresenta uma vantagem econômica de 15% sobre o valor apurado nos dois cenários para o empresário, porém os salários pagos são inferiores ao do mercado. Quanto a Legislação, esta se mostra cuidadosa em preservar os direitos dos empregados. Para a empresa em estudo a terceirização se mostra vantajosa.

(CONCLUSÃO) Ao terceirizar uma atividade busca-se reduzir custos e aumentar a eficiência. Não apenas para a atividade terceirizada, mas para a organização como um todo. Pois de nada adianta obter maior eficiência em uma atividade, se o restante da empresa não melhorar a sua gestão. E, ainda, o custo pode ser reduzido para a atividade em questão, mas incorrer em sua elevação para o todo do processo. Isto é o que insinua a terceirização, mas ainda pode não ser suficiente para que a empresa consiga uma maior competitividade. Através desse trabalho identificamos, em termos gerais, os fatores precursores da terceirização no Brasil e no mundo, bem como suas vantagens e desvantagens, formas de utilização e motivos determinantes para a sua utilização. Verificamos que os mais prejudicados com a adoção da terceirização são os profissionais terceirizados. Os seus salários geralmente são inferiores aos percebidos pelos detentores dos mesmos cargos nas empresas contratantes.

PREÇO DE TRANSFERÊNCIA

Autor(es):

Maria da Conceição Torres Gomes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Marcelo Pinheiro de Oliveira e Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Mônica Valéria Souza de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Renan dos Santos Toledo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Tatiana de Meneses Barbosa: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O preço de transferência pode ser utilizado tanto em âmbito interno, entre filiais, centros de responsabilidade e departamentos de uma mesma organização, quanto externamente, entre partes relacionadas, situadas ou não em diferentes países, desde que observadas as legislações específicas. Em ambas as situações a finalidade é a maximização do resultado global da organização e a avaliação de desempenho das diferentes unidades. O preço de transferência pode ser conceituado nas perspectivas fiscal e gerencial. Em relação à primeira, na doutrina internacional (OCDE) o preço de transferência é o valor cobrado por uma empresa na venda ou transferência de bens, serviços ou propriedade intangível, à empresa a ela relacionada. Tratando-se de preços que não se negociaram em um mercado livre e aberto, podem eles desviar-se daqueles que teriam sido acertados entre parceiros comerciais não relacionados, em transações comparáveis nas pequenas circunstâncias. Na segunda perspectiva, o preço de transferência é um valor definido em termos monetários para registrar as transferências de bens e serviços realizadas entre os centros de responsabilidade de uma empresa ou entre empresas de um grupo. De acordo com Souza (1992), o preço de transferência como instrumento gerencial é uma das atividades fundamentais da alta administração empresarial que adota sistemas de controle e gerenciamento de resultados por divisão. Segundo Kaplan (1990), um ambiente externo instável e complexo demanda maiores recursos de controle e tomada de decisões mais descentralizada, pois exigirá conhecimentos mais específicos sobre variados assuntos. Este cenário é o principal motivador externo à descentralização das empresas. O objetivo geral do trabalho é demonstrar que o preço de transferência deve ser determinado de forma a cumprir as seguintes especificações: a) Proporcionar a cada segmento, a informação relevante necessária para permitir avaliações entre incorrer em custos da empresa e obter receitas; b) Induzir a decisões com congruência de objetivos, isto é, o sistema deve ser projetado de forma que as decisões que aumentam os lucros da unidade aumentem também os lucros da empresa; c) Contribuir para a avaliação do desempenho econômico de todos os centros de lucro; d) O sistema deve ser simples de entender e fácil de administrar.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada para a realização do trabalho é caracterizada através de uma pesquisa bibliográfica.

(RESULTADOS) Quanto à finalidade, visa identificar a importância do preço de transferência para as empresas de acordo com os seguintes itens: Preço de transferência baseado no mercado; Preço de transferência baseado em custos; Preço de transferência negociado; Preço de transferência administrado e Preço de transferência baseado no custo de oportunidade.

(CONCLUSÃO) De acordo com a pesquisa realizada, conclui-se que o trabalho tem como objetivo identificar os métodos de preços de transferência, observando-se que independente do segmento, prevalecem para transferência interna de bens e serviços, desempenho das unidades avaliadas com preços baseados no custo de mercado, tipos de decisão (centralizada ou descentralizada).

CUSTO DE QUALIDADE - CONCEITO E MENSURAÇÃO

Autor(es):

Joelma Silva Guimarães: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Denise Cristina da Silva Albuquerque: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Maria Cybelle Sousa da Silva Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Terezinha Rodrigues Fernandes do Nascimento: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O aumento da competitividade, tornando os consumidores cada vez mais exigentes não só em qualidade mas também em preço, tem tornado uma preocupação cada vez mais presente nas empresas. A implantação de programas de qualidade tem exigido que as empresas apliquem grandes somas de recursos com o objetivo de aumentar a qualidade de seus produtos e serviços. Da necessidade de informação, através de dados físicos e financeiros, nasce também a necessidade da Gestão e Mensuração dos Custos da Qualidade, que oportunamente é o tema a ser discutido no decorrer do presente trabalho. Será contextualizado o conceito de qualidade e de custo da qualidade. Será abordado também o entendimento de diversas escolas sobre qualidade, mostrando a visão de cada uma na mensuração dos seus custos.

(METODOLOGIA) Conceitos e Definições de qualidade. Conceito de custos da qualidade. Análise e comparações gráficas.

(RESULTADOS) Dentre os diversos objetivos que levam as empresas a mensurar os custos da qualidade, destacam-se: avaliar os programas de qualidade por intermédio de quantificações monetárias: as avaliações físicas da qualidade são importantes, no entanto, as avaliações monetárias sensibilizam ainda mais os gestores do programa; conhecer o quanto a empresa está perdendo por falta de qualidade: tem a intenção de individualizar para então saber aonde está o problema da falta de qualidade; identificar as oportunidades para diminuir a insatisfação do consumidor: os custos das falhas externas podem causar custos ao consumidor e assim provocando insatisfação. A identificação destes custos pode indicar quais os pontos de maior incidência de falhas: direcionar os esforços de melhoria da qualidade para os itens mais discrepantes: quantificando os custos de falhas, a empresa poderá concentrar esforços para os itens mais significativos; facilitar a elaboração do orçamento de custos da qualidade: sabendo a composição dos custos, a empresa poderá monitorar melhor os recursos; alertar para o aparecimento de novos problemas de qualidade: muitas vezes, quando um problema específico é sanado, outros problemas de qualidade aparecem e com um programa de acompanhamento dos custos de qualidade, os problemas que surgem são identificados e sanados e assim sucessivamente.

(CONCLUSÃO) O gerenciamento dos custos e benefícios da qualidade devem buscar a otimização dos recursos necessários à operacionalização, pois os mesmos resultados podem ser alcançados com menor quantidade de recursos através da eliminação de perdas. As informações dos custos e benefícios com a qualidade devem estar baseadas em dados estratégicos e não só na contabilidade, mas também em outras fontes. A gestão dos custos da qualidade contribui para melhor desempenho dos resultados econômicos, financeiros e operacionais da organização.

O QUE É CONTROLADORIA

Autor(es):

Edésio Gomes da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Ednaldo Muniz: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Francisco Vieira da Câmara: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Rinaldo Bezerra Negromonte Filho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) 1) É CONTROLADORIA A Controladoria não pode ser vista como um método, voltado ao como fazer. Para uma correta compreensão do todo, devemos cindi-la em dois vértice: o primeiro como ramo do conhecimento responsável pelo estabelecimento de toda base conceitual, e o segundo como órgão administrativo respondendo pela disseminação de conhecimento, modelagem e implantação de sistemas de informações. Ramo do conhecimento A controladoria enquanto ramo do conhecimento, apoiada na teoria da contabilidade e uma visão multidisciplinar, é responsável pelo estabelecimento das bases teóricas e conceituais necessárias para a modelagem, construção e manutenção de sistema de informações e modelo de gestão econômica, que supram adequadamente as necessidades informativas dos gestores e os induzam durante o processo de gestão, quando requerido, a tomarem decisões ótimas. As premissas básicas. ? A empresa é constituída sobre o pressuposto da continuidade; ? A empresa é um sistema em constante interação com seu ambiente; ? O resultado econômico é o melhor indicador da eficácia empresarial; ? O resultado econômico é a base para a tomada de decisões; ? O modelo de Gestão-derivado das crenças e valores será a carta magna que corresponde a um conjunto de definições relativas ao processo de gestão empresarial; ? As atividades empresariais são conduzidas, de forma estruturada, por um processo de gestão que analiticamente corresponde ao planejamento, execução e controle; ? As informações requeridas pelos gestores são devidamente suportadas por sistemas de informações.

(METODOLOGIA) Unidade administrativa A controladoria vista como unidade administrativa é responsável pela coordenação e disseminação desta tecnologia de gestão – quanto ao conjunto teoria, conceitos, sistemas de informações - e também, como órgão aglutinador e direcionador de esforços dos demais gestores que conduzam á otimização do resultado global da organização. Assim , materializa uma área de responsabilidade bem definida, responsável pela execução das atividades a seguir identificadas: ? Desenvolvimento de condições para a realização da gestão econômica ? Subsídio ao processo de gestão com informações em todas as suas fases ? Gestão dos sistemas de informações econômicas de apoio ás decisões: ? Apoio á consolidação, avaliação e harmonização dos planos das áreas:

(RESULTADOS) MISSÃO DA CONTROLADORIA Assegurar a otimização do resultado econômico da organização. OS OBJETIVOS DA CONTRALODORIA ? Promoção da eficácia organizacional ? Viabilização da gestão econômica ? Promoção d integração das áreas de responsabilidade.

(CONCLUSÃO) Opinião de KOLIVER Na primeira hipótese , a controladoria representa, pois um setor da empresa, com funções definidas, integrado na sua estrutura. Noutras palavras, é parte de um organograma funcional, o qual, como é normal, obedece a determinados princípios ou diretivas. Já na segunda conceituação configura, conforme declarado, área de conhecimento humano. Curiosamente, os autores em causa não lhe conferem autonomia, porquanto afirmam sua fundamentação epistemológica em outras ciências, o que significa, silogisticamente, que a controladoria não é uma ciências, pois todas as ciências devem ter, pelo menos, objeto e objetivos próprios. Mais adiante, na mesma obra, encontramos nova conceituação, especificando quais são as ciências referidas na definição da alínea b. A controladoria consiste em um corpo de doutrinas e conhecimentos relativos à gestão econômica. Pode ser visualizada sob dois enfoques: a) Como órgão administrativo, com uma missão, função e princípios norteadores definidos no modelo de gestão do sistema empresa. b) Como um a área de conhecimento humano com fundamentos, conceitos, princípios e métodos oriundos de outras ciências.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NO CONTROLE INTERNO DA COOPANEST/RN

Autor(es):

Mayza Andrezza Pereira da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar e avaliar a importância de uma auditoria interna no controle interno de uma sociedade cooperativa de trabalho, a Coopanest, a partir da idéia de que dentro de uma cooperativa, os controles internos têm a importante missão de manter e fortalecer a integridade da organização e de seus cooperados, consolidando a confiança nela depositada pelos convênios. No entanto, para fortalecer e manter a confiança dos associados, investidores financeiros, órgãos fiscalizadores, quadro de pessoal e do público em geral, surge a necessidade de um maior controle de riscos. Assim sendo, os objetivos específicos do presente trabalho foram demonstrar os principais conceitos de auditoria interna e controle interno; analisar os resultados do questionário aplicado na empresa Coopanest; verificar se as normas internas estão sendo seguidas; e avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação daquelas já existentes na referida cooperativa.

(METODOLOGIA) A escolha desse tema se deu em virtude do relevante significado dos conceitos abordados para uma empresa que possua tal perfil, como também devido à importância atual, acadêmica e empresarial em desenvolver um plano de controle interno na Coopanest. Para a concretização desse estudo, foi realizado um estudo de campo, através de uma experiência direta com a situação em estudo, com base nas informações colhidas pela visão da gerência da cooperativa de trabalhos médicos Coopanest. Para isso, foram adotados procedimentos teóricos e práticos, tais como a apresentação dos principais conceitos de auditoria e controle internos e o acesso a dados da empresa e de seus colaboradores, além da aplicação de um questionário composto por 18 perguntas (abertas e fechadas) direcionadas ao profissional que realiza a auditoria interna na Coopanest.

(RESULTADOS) A partir das informações obtidas nas respostas dadas pelo auditor ao qual foi enviado o referido questionário, serão apresentados os resultados com a abordagem dos principais tópicos contemplados pelas perguntas. Esta fase se encontra em andamento, uma vez que o profissional colaborador desta pesquisa ainda não enviou o questionário respondido.

(CONCLUSÃO) Sendo a auditoria interna uma função independente de avaliação criada dentro da empresa para examinar e avaliar sua atividade, atuando como um serviço a essa mesma organização, foi possível reforçar, através do desenvolvimento desta pesquisa, o papel fundamental de tal atividade para o crescimento de uma empresa como a Coopanest, uma vez que é através desse controle interno que a administração da cooperativa tem a possibilidade de verificar a existência de erros e irregularidades e assegurar que os procedimentos de controle interno sejam executados.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

QUEBRA DE PARADIGMA NA GESTÃO FISCAL: OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ANGICOS, NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Tâmara Raisal de Macêdo Rocha: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Daniele da Rocha Carvalho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Segundo Rebién e Amorim (2008) há um grande desafio por parte dos administradores públicos em administrar, controlar e otimizar a utilização dos recursos públicos, já que estes estão cada vez mais escassos, e mais crescente se tornam as despesas públicas. O orçamento público é um instrumento de planejamento na gestão pública, que dá suporte e orienta o gestor na tomada de decisões. A partir da criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº. 101/2000, o orçamento passou a ser também ferramenta de controle, fiscalização e monitoramento por parte da sociedade e dos órgãos internos e externos de fiscalização da aplicação dos recursos públicos. Ao contrário do que ocorria em períodos de altos índices inflacionários, hoje é possível planejar ações voltadas à realização eficiente de políticas públicas. Através da programação orçamentária há possibilidades de controlar gastos, bem como avaliar resultados. Com isso, o orçamento passou a ser peça estratégica para o controle financeiro, tornando mais possível o equilíbrio entre as receitas e despesas. Para que esse seja um instrumento de planejamento na tomada de decisão, é preciso avaliar a importância do orçamento como instrumento de controle, a fim de cumprir sua maior finalidade que é de atender as necessidades públicas com eficiência e eficácia. Desta forma o presente estudo busca verificar e analisar os instrumentos de planejamento e execução orçamentária, a fim de identificar as mudanças nos procedimentos que ocorreram no município Angicos do Estado do Rio Grande do Norte após a implementação da Lei da Responsabilidade Fiscal. Para atingir o objetivo do trabalho, será analisado os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) para averiguar se estes estão de acordo com a LRF, será também analisado os mecanismos de execução orçamentária antes e depois da LRF, bem como demonstrar a importância do orçamento público para o planejamento e controle das contas públicas, expondo os pontos forte e fracos.

(METODOLOGIA) Este estudo se trata de uma pesquisa empírica, pois será estudado fatos relacionados com a realidade do município em questão. Quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória e descritiva, pois apresentará alguns dados específicos do município de Angicos/RN, tais como: o seu histórico e os seus aspectos econômico-financeiros, também dados cedidos pela prefeitura, para que sejam analisados e interpretados. Quanto aos procedimentos será uma pesquisa de campo e bibliográfica, por estar analisando apenas um município dos 167 existentes no Rio Grande do Norte, devido o acesso as informações; serão aplicados questionários (população e gestor público) e analisados documentos cedidos pela prefeitura, tais como: PPA, LDO, LOA, e outros que assim se fizer necessários, bem como consulta as Leis 4.320/64, LC 101/00 e a Constituição Federal.

(RESULTADOS) Quanto aos resultados, espera-se contribuir para uma discussão acadêmica e política sobre a utilização do orçamento, bem como mudança que a LRF proporcionou nos procedimentos como forma de planejamento e tomada de decisão. Procurará sensibilizar o gestor público que esta ferramenta pode contribuir para o equilíbrio da contas públicas, não desmerecendo outras ferramentas existentes e utilizadas na administração, por essa se tratar de um instrumento forte e confiável, e de simples observância de irregularidades.

(CONCLUSÃO) Sendo o orçamento público uma ferramenta essencial para as contas públicas, e com a implementação da LRF, foi possível verificar sua importância para os gestores públicos, para a sociedade, proporcionando o crescimento da entidade pública, uma vez que é através desses, que é possível planejar, executar e controlar os gastos públicos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

INVESTIGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, NOS PONTOS DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE, A QUAL DESTACO APENAS: PEDRA GRANDE , SERRINHA E TANGARÁ.

Autor(es):

Joseane Cristina Varela de Andrade: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Daniele da Rocha Carvalho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Desde a Lei 4.320/64, que se prevê o controle e transparência dos gastos públicos, mas foi através da Lei de Responsabilidade Fiscal, também conhecida como Lei complementar 101/2000, que se propôs a criação de uma lei que controlasse os gastos dos gestores públicos nos estados e municípios brasileiros, se tornando desde então obrigatório. A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu Art. 1º § 1º reforça comprometimento dos gestores, pois é através desta que se pressupõem ações planejadas e transparentes, com intuito de prevenir riscos e corrigir desvios que afetem o equilíbrio da contas públicas. Agora os administradores públicos são obrigados a cumprirem metas e obedecerem a limites. Essa lei também obriga que as finanças sejam apresentadas ao Tribunal de Contas de sua esfera (União, Estado e Município), para que sejam fiscalizadas. Desta forma a pesquisa aborda uma investigação sobre o cumprimento da Lei da Responsabilidade Fiscal, nos pontos que dizem respeito à Transparência, controle e Fiscalização nos Municípios de Pedra Grande, Serrinha e Tangará pertencente então ao estado do Rio Grande do Norte. Tal pesquisa busca identificar as alterações contábeis advindas da LRF e os dispositivos do governo brasileiro para evitar com que prefeitos endividem as cidades, mais do que conseguem arrecadar através de impostos. Para o alcance do objetivo, a pesquisa se refere a análise dos comandos normativos necessários à confecção e à divulgação de relatórios e demonstrativos ligados às atividades de condução das finanças públicas, o qual estabelece regras e procedimentos de fiscalização, controle e avaliação do grau de sucesso obtido na administração das finanças públicas, e será analisada a aplicabilidade da legislação, em especial dos quatro eixos centrais da Lei da Responsabilidade Fiscal: Planejamento, Controle, Responsabilização e Transparência. Palavras-Chave: Lei da Responsabilidade Fiscal. Controle. Transparência. Fiscalização.

(METODOLOGIA) O estudo se trata de uma pesquisa de multicasos, com objetivos exploratórios e descritivos. Quanto aos procedimentos será uma pesquisa de campo e bibliográfica, pois será desenvolvido um estudo em três municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Pedra Grande, Serrinha e Tangará, apresentando dados históricos e aspectos econômico-financeiros. A escolha destes três municípios, diante de um universo de 167, foi devido à acessibilidade dos dados. Serão aplicados questionários ao gestor, contador e população, bem como serão analisados os dados acima exposto, disponibilizados pelas prefeituras e legislações pertinentes.

(RESULTADOS) Quanto aos resultados, espera-se conscientizar a sociedade à importância do controle e transparência, pois através destes serão possíveis implementações das metas propostas pela administração e o equilíbrio das contas publicas. Deverá a sociedade, bem como a fiscalização dos órgãos competentes, auxiliar neste processo para que haja a efetiva implementação de acordo com o que rege a LRF.

(CONCLUSÃO) A lei de Responsabilidade passou a ser considerada o código de conduta para os administradores públicos de todo o país, sejam eles da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios. Desta forma espera-se conscientizar a sociedade e o equilíbrio das contas públicas. Dentro do mundo acadêmico se propõe, através da Contabilidade Pública, que o tema seja mais debatido para que possa formar uma sociedade crítica e responsável pela tomada de decisão dos gestores.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E FRACOS NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL EM UMA LANCHONETE EM NATAL/RN

Autor(es):

Andrea Ponzi Costa da Rocha: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Segundo Liam Fahry (1951) estratégia empresarial são as diferentes formas que a empresa utiliza para alcançar seus objetivos em um determinado período de tempo. Esse tipo de processo envolve decisões que definem os produtos e os serviços para determinados clientes e mercados e posição da empresa em relação aos seus concorrentes. Este estudo mostra-se relevante, tendo em vista que o mercado encontra-se bastante competitivo. A pesquisa tem como o objetivo, analisar os pontos fortes e fracos no contexto organizacional da lanchonete do AeroClube, onde faço parte do quadro societário. O setor alimentício vem crescendo de forma acelerada, onde cabe a organização estabelecer, e criar seu diferencial para ganhar vantagens em cima da concorrência, uma vez que esse setor é considerado estratégico, pois trata-se de um lazer e qualidade de vida. Através de uma análise SWOT, teremos as informações sobre os pontos fortes e fracos, e espera-se que tais informações possibilitem uma visão ampla sob a concorrência, para que as estratégias possam ser elaboradas ganhando um campo de oportunidades para que elas sejam utilizadas para adquirir vantagem competitiva. A partir dessa visão o projeto esta voltado para uma análise sensorial dos pontos fortes e fracos organizacional da lanchonete do AeroClube, no município de Natal/RN.

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do tema Planejamento Estratégico, essencialmente fundamentada em obras de autores como PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: técnicas para análise da concorrência, 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004, GITMAN, Lawrence J.; JOEHNK, Michael D. Princípios de Investimentos. São Paulo: Pearson, 2004, MINTZBERG, Henry et al. O Processo da Estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva. No que concerne à coleta de dados, foram aplicados 26 questionários com perguntas abertas e fechadas, sócios frequentadores do AeroClube. Os dados serão tratados quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas.

(RESULTADOS) O resultado da pesquisa possibilitará a visualização de várias potencialidades da lanchonete no AeroClube. Onde será analisada a qualidade dos serviços, produtos e principalmente no atendimento. Verificando algumas fraquezas da organização estudada objeto desse estudo como também suas potencialidades.

(CONCLUSÃO) Portanto o estudo de mercado através de ferramentas como a análise SWOT proporcionará a elaboração de estratégias específicas, estratégias estas de desenvolvimento, diferenciação, correção e reestruturação. Tornando-se cada vez mais relevante para maximizar a capacidade e qualidade nos serviços oferecidos aos clientes e a partir daí aumentar com eficiência e eficácia na busca de uma organização não apenas para dividir mercado mais principalmente sendo competitiva em cenários cada vez mais exigente.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA – UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PARA A EMPRESA R P HOTELARIA LTDA – ME.

Autor(es):

Wânia Godeiro dos Santos Lima: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcos André da Silva
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo geral para este trabalho foi verificar: É o Simples Nacional a melhor opção tributária para a empresa R P Hotelaria LTDA-ME para o exercício de 2011? E para atingir esse objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: Efetuar comparativos entre o Simples Nacional com as demais formas de tributação, analisar através de planilha eletrônica as vantagens entre as formas de tributação: Simples Nacional, Lucro Presumido e o Lucro Real e demonstrar qual a melhor forma de tributação para o exercício de 2011. No referencial teórico será demonstrado o conceito de Contabilidade, Contabilidade Hoteleira, Contabilidade Tributária, Legislação Tributária, Tributos, Planejamento Tributário e opções de tributação.

(METODOLOGIA) Foram analisadas as Receitas, Despesas, Custos, Demonstração do Resultado do Exercício e Folha de Pagamento, no primeiro trimestre de 2010, da empresa romapraia motel. Trata-se de uma pesquisa, quanto aos objetivos, descritiva; quanto aos seus procedimentos, foi feito um estudo de caso documental e quanto a abordagem do problema, foi uma pesquisa qualitativa. A relevância desse trabalho consiste em facilitar a compreensão do planejamento tributário e mostrará a sua importância através de uma análise preventiva, fornecendo dados visando sempre a redução da carga tributária, dentro da legalidade, portanto, auxiliando a tomada de decisão dos gestores da empresa em questão.

(RESULTADOS) Conforme os dados fornecidos pela empresa no primeiro trimestre de 2010, constatou-se que ao se utilizar de um planejamento tributário através de uma análise comparativa entre as formas de tributação Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real, a problemática foi solucionada e os objetivos do trabalho foram alcançados através da utilização de uma planilha eletrônica que tornou viável e precisa a análise das informações pertinentes para a escolha da melhor opção tributária para o exercício de 2011, pois nela são evidenciadas as diferenças existentes entre as formas de tributação. A partir da análise das informações obtidas com o auxílio da referida planilha, foi possível verificar que no Simples Nacional, naquele período, houve um recolhimento de R\$ 56.808,14 (cinquenta e seis mil, oitocentos e oito reais e quatorze centavos), no Lucro Presumido o recolhimento seria de R\$ 92.788,43 (noventa e dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos) e no Lucro Real o recolhimento seria de R\$ 74.620,86 (setenta e quatro mil seiscentos e vinte reais e oitenta e seis centavos).

(CONCLUSÃO) Após análise das formas de tributação elencadas neste trabalho, conclui-se que a melhor opção tributária para a empresa R P Hotelaria LTDA – ME para o exercício de 2011 é permanecer com a opção do Simples Nacional, já que se mostrou como a menos onerosa para a empresa implicando numa redução significativa dos tributos. Palavras Chaves: Contabilidade Tributária. Legislação Tributária. Planejamento Tributário. Opções de Tributação: Simples Nacional; Lucro Presumido e Lucro Real.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A SOCIEDADE LIMITADA E A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS – O PAPEL DO SÓCIO NA SOCIEDADE LIMITADA

Autor(es):

Diná Soares de Macedo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Maxciliane Carla de Oliveira Peixoto: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Gonzaga Lira Dantas: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Iranilda Fernandes Campos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Maria Hozana dos Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN
José Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A SOCIEDADE LIMITADA E A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS – O PAPEL DO SÓCIO NA SOCIEDADE LIMITADA A Sociedade Limitada surgiu a partir das sociedades anônimas pela necessidade se ter uma organização societária, com o objetivo de possibilitar uma limitação da responsabilidade para pequenos e médios empreendimentos. Esse tipo societário é de origem alemã, tese defendida por muitos autores.

(METODOLOGIA) O artigo realizado foi desenvolvido com base pesquisas bibliográficas e online, o material pesquisado foi analisado pelo grupo durante o período do 1º semestre do ano 2010, depois todas as informações colhidas foram selecionadas de acordo com sua relevância. A conclusão do artigo científico teve a participação individual de cada autor, de forma que após essa etapa o trabalho foi analisado e finalizado pelo grupo na sua totalidade.

(RESULTADOS) O presente Trabalho contempla a análise de tópicos e demonstração dos aspectos específicos do papel do sócio junto à sociedade limita, no que se refere a: quotas, administração, Conselho Fiscal, deliberações, aumento ou redução de capital, sócios minoritários e dissolução. Com alusão ao que se determina o Novo Código Civil Brasileiro instituído pela Lei n.º 10.406/02. Portanto servirá para subsidiar o processo de ensino, como também a participação no Congresso de Iniciação Científica (CONIC).

(CONCLUSÃO) Podemos concluir que o Novo Código Civil determina que, as responsabilidades que cabem a cada sócio na sociedade limitada ficam restritas ao valor de suas quotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. E o papel de cada sócio na sociedade limitada terá previsão contratual, que seguirá princípios e as regras, tanto para a formação quanto para a dissolução do vínculo de sociedade. E havendo a remissão das quotas por parte de um sócio, no caso da não efetivação do pagamento da quota para integralização do capital social esse será excluído da sociedade diante a aprovação da maioria dos sócios. É importante salientar que a sociedade poderá ser administrada pela pessoa(s) previamente designada no Contrato Social, que seja participante do quadro social, ou que não tenha nenhum vínculo societário, podendo assumir o papel de apenas administrador designado pelos sócios. A lei veio assegurar que cada administrador da sociedade limitada tem o dever de prestar contas com os demais componentes do quadro societário, apresentando-lhes os resultados obtidos daquela sociedade durante o tempo da sua gestão. E será atribuição do Conselho Fiscal o papel de fiscalização sobre a administração da sociedade, fundamentalmente sobre o estado do caixa, os negócios e operações sociais, de erro, fraude ou atos criminosos, bem como a lisura dos resultados econômicos. Portanto cada sócio conhece e escolhe os outros sócios. A saída ou entrada de um sócio dependerá do consentimento dos demais, pois prepondera a personalidade e opiniões pessoais de cada um, mas prevalecerá a vontade da maioria. Tais sócios não são responsáveis pessoalmente pelas obrigações contraídas pela a sociedade, mas respondem para com a sociedade e para com terceiros solidariamente.

**IMPACTO DOS GASTOS AMBIENTAIS NO RESULTADO CONTÁBIL: UM ESTUDO DE CASO NA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**

Autor(es):

Maria do Socorro Jacinto: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ricardo Biali Ribeiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo geral deste trabalho é identificar quais os impactos dos gastos ambientais no resultado contábil da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Cosern no período de 2002 a 2009. Mensurar, evidenciar o impacto ambiental no patrimônio da organização, tomando como base os gastos feitos pela COSERN na prevenção, proteção e recuperação do meio ambiente em comparação com seu resultado contábil. E para alcançar objetivo e atender as normas do órgão regulador foram definidos os objetivos específicos: descrever a necessidade de preservação e sustentabilidade ambiental por parte da COSERN; Identificar os impactos dos gastos relacionados com a prevenção, proteção e recuperação do meio ambiente; Confrontar os dados ambientais com o resultado contábil da Companhia.

(METODOLOGIA) Os dados da Cosern estão sendo analisado quanto a estrutura, trata-se de uma pesquisa exploratória; quanto a abordagem o método é indutivo; quanto aos procedimentos trata-se de um estudo de caso; quanto ao sujeito nos referimos a população como todas as distribuidoras do setor elétrico que tem um total de 64 (sessenta e quatro distribuidoras) e a mostra é a Companhia Energética do Rio grande do Norte que trata-se da empresa em estudo.

(RESULTADOS) os resultados ainda não são possíveis serem evidenciados, tendo em vista que a pesquisa encontra-se em andamento. Os resultados esperados devem mostrar que os gastos da COSERN com ações ambientais, devem situar-se em torno de 1% do faturamento, anual o que representa um reduzido orçamento, em termos dos aspectos positivos resultantes das referidas ações de recuperação e prevenção ambiental. Essas ações ocorrem sobre a forma de educação ambiental, orientando o público interno e externo como contribuir com a recuperação e preservação do meio ambiente.

(CONCLUSÃO) o estudo conclui que as ações ambientais constituem os maiores desafios institucionais contemporâneos, considerando os propósitos de desenvolvimento sustentável previstos pelos planos de desenvolvimento delineados para todos os países do mundo atual.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

INVESTIGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DE UM RESTAURANTE PRESTADOR DE SERVIÇOS: ESTUDO DE CASO EM UM FLAT NA CIDADE DE NATAL/RN

Autor(es):

Camila Carvajal: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O mercado, cada dia mais voraz em todos os segmentos, faz com que as empresas busquem incessantemente alternativas para reduzirem custos e, por conseguinte, aumentarem sua rentabilidade e melhoria de seus serviços e produtos. No setor turístico essa voracidade torna-se ainda mais ávida, devido à sazonalidade, pois o período de grande demanda é inferior ao período de menor demanda. E mesmo na chamada “alta estação – maior demanda”, a rentabilidade do serviço prestado pode não suprir os elevados custos gerados pela “baixa estação – menor demanda”, pois são diversos os fatores econômicos mundiais que podem afetar tal processo, como as sucessivas crises econômicas que desestruturam todo o mercado. Grandes investimentos externos no setor hoteleiro de Natal auxiliam na transformação dessa competição, conseqüentemente, hotéis tipo flat têm procurado formas viáveis para reduzir seus custos buscando a terceirização de alguns serviços com o intuito de aumentar seu faturamento e focar sua gestão apenas para sua atividade fim. Face ao exposto, chega-se ao seguinte questionamento: Como é composto o custo de um restaurante prestador de serviços de um flat? A partir desse questionamento, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar a composição dos custos de um restaurante prestador de serviços em um flat. Já os específicos são identificar os processos que influenciam na composição dos custos do restaurante no flat; verificar os sistemas de custeamento que seriam aplicáveis ao restaurante no flat; e modelar um sistema de apuração e de mensuração de custos do restaurante.

(METODOLOGIA) A metodologia usada para responder tal pesquisa é de caráter exploratória, pois há pouco conhecimento sobre o tema abordado. Há uma grande limitação com relação a publicações específicas referentes aos restaurantes e suas características. É um estudo de caso, pois é de natureza teórica e a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória da pesquisa, pois é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente, quando se objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta. Investigar significa buscar e nesta pesquisa, tal feito ocorre através da averiguação de números expostos pela análise dos custos de um restaurante, portanto, de acordo com o exposto, a metodologia da pesquisa soma o estudo de caso à pesquisa bibliográfica através de uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa.

(RESULTADOS) O trabalho foi desenvolvido em um restaurante de um flat da cidade de Natal. O cálculo dos custos foi realizado com base no levantamento de dados durante o mês de setembro de 2010, de acordo com informações fornecidas pelo proprietário, que mantém um controle das entradas e saídas através de anotações.

(CONCLUSÃO) Esta pesquisa foi elaborada com a intenção de modelar um sistema de custeio para a apuração dos custos em um restaurante de um flat, porém, devido à falta de informações adequadas, não foi possível a implantação deste. Os demais objetivos propostos foram alcançados através do levantamento dos dados e da utilização da sistemática citada, onde, com base no faturamento total, obteve-se os percentuais correspondentes a cada segmento de acordo com a capacidade de geração de recursos, sendo agregados aos produtos, de acordo com o total de custos que cada um suporta, obtendo, assim, um custo estimado para cada um.

GERENCIAMENTO DA CADEIA DE VALOR

Autor(es):

João Elias de Farias Neto: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Joseane Cristina Varela de Andrade: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Alex Fonsêca Fernandes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Vitória Régia Lima de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Ilana Alves de Souza: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Considerando que uma das principais metas de qualquer empresa é o crescimento da rentabilidade de seus produtos, até por uma questão natural de sobrevivência, aumentar sua lucratividade não apenas compreendendo sua própria cadeia de valor do projeto à distribuição, mas também compreendendo como suas atividades de valor encaixam-se nas cadeias de valor dos fornecedores e dos clientes. É que, estruturalmente a cadeia de valor de uma unidade empresarial, é composta por atividades estratégicas as quais são exercidas por seus respectivos componentes funcionais, incluindo desde os fornecedores das matérias-primas básicas, até os consumidores finais. Portanto, compreender as atividades estratégicas, pelo menos as mais relevantes dentro da cadeia de valor, levará à compreensão dos custos e à fonte de diferenciação dos produtos, em relação aos concorrentes. Para que uma empresa possa alcançar metas de melhoria de desempenho, e conseqüentemente um aumento significativo na sua lucratividade, deverá a partir do conceito de cadeia de valor, analisar quatro áreas fundamentais de melhoria: as ligações com os fornecedores e clientes, os processos dentro de uma unidade empresarial e as ligações através da cadeia de valor da unidade empresarial dentro da organização.

(METODOLOGIA) Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado em um comércio varejista de bebidas finas em geral, a sua área de vendas abrange bebidas em geral tais como: vinhos, licores, champagne, whiskys, vodka, tequilas, gim, cachaças. Esse questionário era composto, basicamente, de duas partes: uma procuramos identificar em relação às funções desempenhadas pelos entrevistados. A estatística descritiva utilizada para proceder à uma primeira análise e à interpretação das variáveis que influenciaram a vantagem competitiva. A outra tratou de mostrar os fatores de Influência na Vantagem Competitiva. Entre os fatores relacionados no instrumento de coleta de dados, os níveis de concordância mais elevados corresponderam aos aspectos logística de entrada e logística de saída, com moda na escala Concordo Plenamente. Estes dados acentuam, assim, a importância da gestão da logística e da cadeia de suprimentos

(RESULTADOS) Este resultado foi significativo, pois teve como base opiniões de um grupo de respondentes situados em funções executivas das empresas. Entre as dificuldades na busca da vantagem competitiva destacaram-se as demais variáveis, como a infra-estrutura da empresa, o gerenciamento dos recursos humanos, o desenvolvimento da tecnologia, a aquisição, as operações e a assistência técnica, com moda na escala Concordo. A variável marketing e vendas, tem também alta frequência para a escala Indeciso. Estes resultados, excetuando-se às variáveis da logística, apontam as dificuldades de ajustamento das empresas às variáveis que compõem a cadeia de valores, como fatores contribuintes à vantagem competitiva. Após a coleta, os dados foram tabulados com a utilização do Microsoft Excel, tendo os resultados apresentados, em gráficos de setor.

(CONCLUSÃO) As atividades de valor estão relacionadas por meio de elos dentro da cadeia de valores, ou seja, são relações entre o modo como uma atividade de valor é executada e o custo ou o desempenho de uma outra. Os elos são numerosos, e alguns são comuns a várias empresas. Os elos mais óbvios são aqueles entre atividades de apoio e atividades primárias. Um correto gerenciamento de uma cadeia de valor, na maioria das vezes, se torna um diferencial competitivo, na medida em que colabora para a melhoria da rentabilidade do empreendimento, por meio da identificação e eliminação de atividades que não adicionam valor ao produto. Assim sendo, trabalhar uma estratégia de produção considerando como parâmetro a cadeia de valor pode se configurar na diferença entre o sucesso e o fracasso de um empreendimento, uma vez que leva em consideração todas as etapas do processo produtivo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

EVIDENCIAÇÃO DA PERDA POR IMPAIRMENT DOS ATIVOS NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COM AÇÕES NEGOCIADAS NA BOVESPA

Autor(es):

Renan dos Santos Toledo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ricardo Biali Ribeiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O teste de Impairment é uma das ferramentas utilizadas para a adequação das demonstrações contábeis a realidade das empresas, a confiabilidade das demonstrações contábeis estiveram durante muito tempo sob olhar crítico, provavelmente pelo grande impacto das fraudes contábeis que atingiram todo o mercado mundial, como o fato ocorrido no final dos anos 90 e no início desta década onde passou por uma grande crise, ocasionando desconfiância na realidade econômico-financeira das grandes empresas existentes no mundo, através da manipulação de informações com brechas existentes nas leis que regem o procedimento contábil destas multinacionais. Os objetivos deste trabalho são: Investigar o universo de empresas com ações negociadas na Bovespa reconhecerem o teste de impairment; Selecionar as empresas que apresentaram maior comprometimento na evidenciação das informações contábeis aos usuários externos com base no volume de negociação das ações e posição frente ao mercado acionista; Apresentar em valores quantitativos e qualitativos a afetação do impairment test nas empresas da Bovespa.

(METODOLOGIA) configura-se o presente trabalho dentre os itens supracitados como Empírico-analítico, observando que os dados coletados são apresentados como prova da experiência do modelo de impairment já aplicados a empresas de capital aberto, evidenciando o impacto do teste e sua relação de causa-efeito conforme descrito por, Marconi e Lakatos (1999, p.73), "A pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo". Sendo a abordagem do estudo reconhecida na literatura como Indutiva.

(RESULTADOS) A verificação dos impactos que o teste de recuperabilidade traz para as empresas Braskem, Vale e Petrobrás, foram extraídos dos demonstrativos financeiros divulgados e auditados do ano de 2008, são empresas com ações negociadas na Bovespa e até mesmo em outros países, escolhidas pelo seu alto nível de comprometimento na informação contábil e relatórios da administração prestado aos seus acionistas, governo e demais interessados. De acordo com os dados acima, verifica-se que no ano de 2008 a Braskem operou em prejuízo que ao final do ano totalizou um resultado negativo de R\$ 2.737 bilhões, parte deste prejuízo se deve ao reconhecimento de perda de recuperabilidade de alguns ativos que totalizou as cifras de R\$ 29.641 milhões, representando um aumento do prejuízo em 1,09%. Desta forma a utilização do teste de impairment acentuou ainda mais a má situação da companhia. No caso da Vale o impacto da evidenciação da perda pela recuperabilidade de ativos ocasionou em uma diminuição dos lucros em 9,86%. Esta diminuição dos lucros traz uma série de colocações pertinentes, entre elas, menor despesas com tributos e para os acionistas traz um impacto relevante a respeito da valorização de suas quotas já que o resultado foi um pouco menor caso ainda não tivesse sido reconhecido a desvalorização dos ativos da empresa. Para a Vale as mudanças no resultado da empresa foram extremamente relevantes, visto que diminuiu o resultado em 9,86%, chegando a um valor absoluto de R\$ 2.447 bilhões. O impacto do teste de recuperabilidade na Petrobrás implicou em uma diminuição do lucro em 1,14%, totalizou uma perda em R\$ 602.675 milhões. Estas mudanças apesar de percentualmente pequenas, são necessárias visto que demonstra a realidade dos ativos da empresa e apresentam aos seus investidores grande relevância.

(CONCLUSÃO) Diante da internacionalização da contabilidade, ou seja, a unificação da linguagem e entendimento contábil de todos os envolvidos do mercado mundial principalmente aos que estão contidos no ramo contábil seja na elaboração de demonstrativos como para os investidores que irão utilizar as informações para a tomada de decisão, tornou-se importante que a evidenciação da situação fidedigna das empresas, principalmente quando se fala em seu ativo, que é o responsável pela geração de toda a riqueza das empresas.

OS POTENCIAIS IMPACTOS SOFRIDOS PELO GRUPO JS PEÇAS LTDA SE FOR IMPLEMENTADA A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL

Autor(es):

Alex Fonsêca Fernandes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ricardo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como principal característica abordar de uma forma imediata condições para esse grupo de se adequar as regras da redução da jornada de trabalho sem sofrer possíveis impactos diretos e indiretos; O presente estudo consiste em desenvolver um projeto que auxilie o grupo js peças ltda a não sofrerem impactos que possam ser causados pela redução da jornada de trabalho no Brasil se isso de fato ocorrer, a intenção é que o grupo continue com sua meta de crescimento sem ser afetada pela redução, baseando-se em pesquisas, relatos e entrevistas publicadas no decorrer dos anos que se passaram desde que houve de fato uma intenção certa de que poderia de fato ocorrer essa redução no Brasil. A redução da jornada de trabalho causa polêmica dentro do mundo contábil. Temos por um lado a questão inerente de tentar reformar a constituição federal e a CLT, e do outro a aplicação dos sindicatos de cada categoria que batem na maioria das vezes de frente com os insatisfeitos empresários que acreditam que essa redução irá prejudicá-los.

(METODOLOGIA) Foi feita uma pesquisa do tipo bibliográfica, onde fundamentei minha pesquisa em reportagens e relatos de estudiosos da contabilidade nacional e internacional, buscando as melhores formas de adequar a redução da jornada de trabalho no Brasil ao grupo em que fundamentei minha pesquisa. Essa pesquisa foi feita em estudo de campo, visitei a filial alocada na cidade do Natal, entrevistei o gerente respectivo responsável da filial onde por meio de perguntas importantes tentei identificar maneiras de o grupo não sofrer impacto algum por meio da redução da jornada de trabalho no Brasil me fundamentando em estudos de países que já passaram por essa experiência. Após realizar meus estudos estou juntamente com o gerente da filial Natal instruindo ao grupo a melhor maneira de se adequar as normas impostas pela redução da jornada de trabalho baseando-me em estudos bibliográficos passados por outros países que já passaram por essa transição, para que o grupo se adeqüe as normas internacionais sem qualquer impacto.

(RESULTADOS) Através de estudos bibliográficos baseado em técnicas utilizadas em outros países, juntamente com a gerência e os funcionários da filial Natal estabelecemos maneiras de se adequar as normas internacionais como; diminuir 1 hora de trabalho durante os 4 primeiros dias na semana e não fechar aos sábados onde é dia que de acordo com pesquisa feita com vendedores é um dos dias de maior venda. O grupo não quer fechar aos sábados e os vendedores não querem perder vendas por isso essa foi a melhor maneira que os funcionários encontraram de acordo com pesquisa realizada com os mesmos de não sentirem possíveis impactos causados da redução ao grupo.

(CONCLUSÃO) O presente trabalho teve como principal objetivo propor ações estratégicas para que o grupo Js peças ltda não venha sofrer impactos causados com a redução se ela ocorrer de fato no Brasil, com esse estudo eu juntamente com a gerencia da filial natal encontramos uma maneira de se adequar a essa redução sem baixas, tanto de funcionários quanto de números de vendas ou até mesmo de crescimento estrutural do grupo sendo assim acordado entre os funcionários que essa será a melhor maneira para ambas as partes de ultrapassarem essa barreira adequando-se cada um da sua maneira sabemos que não é fácil como mostrei a eles que também não foi fácil quando na década de 30 o Brasil passou por esse mesmo problema onde houve a redução de 48 para 44 horas semanais; e foi assim que juntamente com eles conseguimos entrar em um consenso.

DIREITO

ANAIS

2010
**X CONIC
FARN**
A PESQUISA PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RN

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

**28 a 30 de
outubro**



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

MAUS TRATOS E O PROJETO DE LEI 2.654/03: EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Autor(es):

Carla Heduarda Oliveira Barbosa: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Victor Manoel de Oliveira Nunes: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho de pesquisa versa sobre os maus tratos domésticos em crianças e adolescentes, propondo que a punição corpórea viola o direito à dignidade, como sustentado no projeto de lei 2.654/03, o qual estabelece o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal. Objetiva-se verificar os aspectos psicológicos e jurídicos do tema, analisar dados referentes ao número de maus tratos no Rio Grande do Norte (RN) e indicar a relevância do “projeto de lei da palmada”. A necessidade de garantir os direitos da criança e do adolescente em face do abuso dos meios de correção ou disciplina é uma medida indispensável para a concretização dos preceitos fixados pela Constituição Federal pátria.

(METODOLOGIA) Para a consecução do trabalho utilizou-se o método dialético, a partir da análise concreta dos aspectos essenciais do objeto de estudo: forma, conteúdo, fundamento jurídico, realidade, constituição, histórica e evolutiva. A pesquisa é baseada na doutrina do Direito da Criança e do Adolescente, Direito Penal e Direito Constitucional, bem como foi realizada pesquisa de campo à Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente.

(RESULTADOS) As estatísticas da Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente do Estado, no período entre Janeiro a Agosto de 2010, registraram 508 ocorrências de maus tratos, sendo 314 na capital. Considerando apenas este último dado, a Zona Norte notificou a maioria dos casos, apresentando 123 (39,17%) denúncias. Entretanto, notou-se está na Zona Oeste o bairro com maior incidência de maus tratos, haja vista que Felipe Camarão notificou 27 (8,59%) casos. Por sua vez, a região metropolitana de Natal apresentou 90 registros enquanto no interior do Estado, foram notificadas 104 ocorrências no mesmo período. Em relação ao local de ocorrência, constatou-se que o ambiente intrafamiliar foi o mais comum, sendo a mãe a principal figura agressora. De acordo com as informações obtidas, membros inferiores; tórax e costas foram as partes do corpo mais atingidas utilizando-se principalmente de corda, cinto, faca, ferro, colher, fio e chinelos.

(CONCLUSÃO) Com o presente estudo, pode-se concluir que apesar da eficácia imediata do uso da punição física na educação de crianças e adolescentes, a adoção de tal método constitui um ato de violência e atentado à dignidade e à integridade física, psíquica e moral. Visando tais considerações, o projeto de Lei 2.654/03 procura estabelecer a concretização da percepção da criança e do adolescente como sujeitos merecedores de respeito e tolerância pelos pais, abolindo a prática dos maus tratos.

A VIENA DE KELSEN E WITTGENSTEIN

Autor(es):

David Oscar Macedo de Moura: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Trata-se de um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Uma fonte do neopositivismo jurídico de Hans Kelsen: Wittgenstein?”, – que funciona através de programa de bolsa de iniciação científica da FARN, coordenada pelo professor José Eduardo Moura –, tem como objetivos gerais as caracterizações da “Teoria Pura do Direito” como obra típica da “filosofia vienense” do início do século XX, assim como a exposição dos argumentos usados por Kelsen como argumentos de natureza neopositivista e explicitar os pressupostos da teoria kelseniana, que tenham como base filósofos cujas teorias estavam presentes em sua época em Viena, particularmente o “Tractatus Logico-Philosophicus” de Wittgenstein. O trabalho a ser apresentado foca-se na primeira fase do projeto de pesquisa, e tem como objetivo específico analisar as inter-relações entre dois grandes intelectuais contemporâneos: Ludwig Wittgenstein e Hans Kelsen, procurando desmitificar uma possível influência do primeiro sobre o segundo. O estudo da teoria mais representativa de Kelsen tem suma relevância para esclarecer a ordem de seus fundamentos e contribuir para uma melhor compreensão da mesma.

(METODOLOGIA) A partir de uma vertente metodológica de perspectiva histórica, foi realizada uma seleção de livros e artigos tais como “A Viena de Wittgenstein” e “Kelsen and his Circle: The Viennese Years”, com o intuito de investigar as teorias de Kelsen e Wittgenstein, assim como o seu contexto sócio-histórico.

(RESULTADOS) Após o levantamento dos dados da pesquisa bibliográfica surgiram elementos que podem constatar ou não a hipótese de que Kelsen não sofrera influência de Wittgenstein, mas possivelmente do contexto cultural de sua época. No “Tractatus” Wittgenstein afirma no último aforismo “sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”. Tomando como base essa principal proposição, muitos doutrinadores de Direito comparam os fundamentos da “Teoria Pura do Direito”, obra de Kelsen, com a obra supracitada de Wittgenstein. Alguns pontos irão convergir dessa determinada visão, a saber: a) Wittgenstein e Kelsen nunca foram amigos e é passível de dúvida que tenham se conhecido pessoalmente, embora ambos tivessem várias opiniões em comum, tais como o “repúdio” à metafísica, posto que suas idéias fixam-se em uma visão lógico-positivista; b) é provável que as idéias se pareçam, não em função da influência de uma obra sobre a outra, mas sim do contexto histórico-social em que ambos viviam – a decadência do império Austro-Húngaro –, marcado pela ascensão de uma interdisciplinaridade singular, na qual Viena era dominada por uma visão de epistemologia unitária, enquanto EUA e Inglaterra passavam por uma efetiva separação das áreas do conhecimento; c) A vivência que os dois autores tiveram da cultura intelectual do período, pois com as fervorosas atividades nos Círculos de Viena – reuniões de intelectuais da época – o conhecimento se difundiu, ainda, entre os pensadores que se reuniam para discutir sobre as obras de sua época, sobre questões éticas e morais, assim como tentar resolver os problemas pertinentes à sociedade. Podemos entender, portanto, que ambos partilhavam da mesma herança cultural judaica, bem como do núcleo comum da educação intelectual da época – fato que se reflete na arte e nos estudos, podendo, posteriormente, suas teorias serem assemelhadas por tais aspectos.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que Wittgenstein e Kelsen dividiram o mesmo contexto cultural, todavia suas teorias, assim como as de muitos outros pensadores daquele período, formularam uma conveniente unidade em razão dos problemas sócio-culturais da Áustria daquele momento, de tal maneira que se percebe pensamentos similares em diferentes áreas do conhecimento, hoje consideradas “distintas” e, assim, faz-se entender e desconsiderar que foram idéias do “Tractatus Logico-Philosophicus” que influenciaram a “Teoria Pura do Direito”.

PARA UMA SUPERAÇÃO DO SILOGISMO JURÍDICO

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) É incontestável a importância da argumentação para o Direito, além de que analisar uma sentença, um acórdão e/ou súmula foi e continua sendo uma grande questão a ser resolvida pela ciência. Ademais, como dizer se uma decisão judicial é ruim, inadequada, correta ou boa? Para isso, a ciência do direito recorre à lógica e seus métodos que fornecem não um, mas inúmeros instrumentos para analisar as fundamentações das decisões jurídicas. Este trabalho pretende exibir o método que se apresenta frequente na argumentação jurídica, o silogismo. Outrossim, apontar que o silogismo jurídico é inadequado à argumentação prática do direito, pois mostra-se insuficiente para analisar os argumentos usados na resolução dos complexos litígios da hodierna sociedade brasileira. Igualmente, propor uma análise dos argumentos jurídicos através do modelo de um argumento que Stephen Toulmin desenvolveu. Em conclusão, sugerir o modelo de Toulmin como técnica de identificação, análise, desenvolvimento e crítica dos argumentos utilizados no âmbito jurídico.

(METODOLOGIA) A fim de elencar resultados fez-se necessário abordar o tema sob um olhar bibliográfico-dedutivo, embasado, principalmente, nas obras "Direito, Razão, Discurso" de Robert Alexy e "Os Usos do Argumento" de Stephen Toulmin, aplicado, por conseguinte, a teoria apresentada por esses eminentes autores a decisões judiciais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ-RN) que versam sobre matéria penal. Urge salientar que, para concretizar resultados, adotou-se uma técnica de observação direta intensiva, sistematizando os argumentos que sustentam uma decisão, relacionando-os com o modelo lógico-dedutivo e com o de Toulmin.

(RESULTADOS) Após a leitura de acórdãos oriundos do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, constatou-se que predomina na fundamentação o método silogístico, precisamente o "modus ponens". Quanto à insuficiência do silogismo, torna-se indispensável afirmar que além da limitação da forma, seus critérios de avaliação, estritamente formais, não dão conta da variabilidade das práticas argumentativas e ainda classificam como falaciosas formas muito comuns de argumentação jurídica, dispensando-as de outras análises e avaliações. Isso demonstra a falibilidade do método apofântico. Ademais, na área jurídica existem argumentos que não concluem, no sentido de análise silogística, mas indicam uma possibilidade que, por conseguinte, orienta decisões. Em contrapartida, o modelo de um Argumento de Toulmin demonstra que não é aplicável somente na argumentação jurídica, supera as deficiências do silogismo, além de permitir uma diagramação que, faz o argumento ser visualizado por completo, melhora a análise, a avaliação crítica e o aperfeiçoamento dos argumentos.

(CONCLUSÃO) Realizada a análise das decisões jurídicas foi constatado que o silogismo jurídico apresenta bons resultados, entretanto é limitado e permite complicações formais e teóricas. Em oposição, o modelo de Toulmin mostra-se completo por superar o processo silogístico na identificação, análise, desenvolvimento e crítica argumentativa.

FRIEDRICH MÜLLER E O AMBIENTE NEOCONSTITUCIONAL

Autor(es):

Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Mario Sergio Falcão Maia
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa que se apresenta tem o objetivo de verificar a possibilidade de um discurso de convergência entre a Teoria Estruturante do Direito, desenvolvida por Friedrich Muller, e os desenvolvimentos neoconstitucionalistas nos moldes da estruturação sintética de Pietro Sanchis. Parte-se da hipótese da existência de argumentos nesse sentido, considerando o recorte temporal – segunda metade do século XX – de desenvolvimento dos aportes teóricos. Ressalta-se que existe na atualidade forte debate acadêmico envolvendo a definição dos limites e características do constitucionalismo contemporâneo, motivo pelo qual se pretende justificar o trabalho de pesquisa que se apresenta.

(METODOLOGIA) Considerando-se as grandes vertentes da pesquisa jurídica afirma-se a vinculação à linha crítico-metodológica (GUSTIN; DIAS, 2006:21). Trata-se de pesquisa bibliográfica documental que se desenvolve preponderantemente a partir da análise dos textos bibliográficos de síntese teórica, em especial a Teoria Estruturante do Direito (Müller, 2008) e El Constitucionalismo de los Derechos (SANCHIS,2007). Utiliza-se, em grande parte, do raciocínio dedutivo e dos métodos de procedimento histórico e comparativo.

(RESULTADOS) Considerando o caráter parcial da pesquisa, que se insere no norte mais amplo do projeto “Para entender a Teoria Estruturante do Direito: um estudo sobre o método de trabalho de Friedrich Müller” – desenvolvido sob coordenação do Professor Mário Sérgio Falcão Maia, através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN) –, apresenta-se como resultado a possibilidade de se afirmar a validade de um discurso inicial de convergência, quando se analisa os aspectos críticos ao positivismo contidos nas duas vertentes teóricas estudadas nos termos explicitados no corpo do trabalho.

(CONCLUSÃO) Percebe-se, com o fechamento parcial da pesquisa, que apesar de ser possível um discurso de convergência entre os aportes teóricos, começam a se delinear diferenças marcantes entre os dois ambientes. Deve-se aprofundar o estudo no sentido de buscar as bases filosóficas que fundamentam as construções referidas, com o objetivo de visualizar os aspectos divergentes. Somente após esse estudo posterior será possível uma afirmativa mais adequada sobre o tema.

A PROGRAMATICIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS SOB A ÓTICA DE JOSÉ AFONSO DA SILVA

Autor(es):

Allyne Dayse Macedo de Moura: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Mario Sergio Falcão Maia
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho consiste em uma análise da obra de José Afonso da Silva acerca da classificação das normas constitucionais no que se refere à sua aplicabilidade. O ambiente neo-constitucionalista é caracterizado pelo fortalecimento dos princípios, dos direitos fundamentais e da supremacia constitucional, favorecendo, assim, a justiciabilidade dos Direitos Sociais. Entretanto, devido ao caráter abstrato das normas programáticas, um dos principais problemas do constitucionalismo contemporâneo concentra-se, justamente, no grau de eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Embora a pioneira obra de José Afonso tenha sido formulada na década de 1960, sua análise se faz extremamente presente no direito constitucional brasileiro sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores na contemporaneidade. A pesquisa analisa sua paradigmática classificação com o objetivo de verificar a sua atualidade e na tentativa de contribuir para a superação da dicotomia entre normas políticas e jurídicas. Sob um prisma mais amplo busca-se contribuir para a ampliação das possibilidades de justiciabilidade de direitos a partir das normas programáticas.

(METODOLOGIA) O trabalho metodológico da presente pesquisa se desenvolve preponderantemente a partir da análise dos textos bibliográficos de síntese teórica, em especial: *A Aplicabilidade das normas constitucionais* (SILVA,2007), *El constitucionalismo de los derechos* (SANCHIS,2007) e *Curso de Direito Constitucional* (BONAVIDES,2010). Utiliza-se, em grande parte do raciocínio dedutivo e dos métodos de procedimento histórico e comparativo. Trata-se, portanto, de pesquisa bibliográfica e documental que se vincula a vertente crítica da pesquisa jurídica.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos a partir do recorte temático proposto devem ser entendidos considerando o norte mais amplo da pesquisa intitulada “Os direitos sociais para além do programático: uma análise do estado da justiciabilidade na jurisprudência brasileira do STF pós – 1988” em andamento no âmbito da iniciação científica da FARN. Apresenta-se como conclusivo o entendimento da importância da classificação de José Afonso da Silva no contexto do constitucionalismo social brasileiro, principalmente, pelo reconhecimento resultante da juridicidade das normas programáticas positivadoras de direitos sociais. Em verdade o grau de juridicidade reconhecido se deve ao desenvolvimento da chamada eficácia negativa das referidas normas. Na Classificação de Silva, as normas programáticas possuem força jurídica por possuírem uma eficácia negativa que, ao menos, impede o adicionamento de normas ao ordenamento jurídico brasileiro que com elas sejam conflitantes.

(CONCLUSÃO) Concluímos que a eficácia negativa presente na classificação das normas programáticas sob a ótica de José Afonso da Silva, embora tenha contribuído de forma significativa para a teoria constitucional e para o fortalecimento jurídico das normas programáticas, ainda é insuficiente para garantir a efetivação dos Direitos Sociais. Entendemos que para ser possível a concretização da justiça social é necessário buscarmos uma aplicação direta e uma eficácia positiva de todas as normas constitucionais. Ainda importa dizer que se pode inferir, a partir da teoria estudada, o reconhecimento da politização do Direito. Embora o autor busque a eficácia jurídica das normas programáticas, ele não nega o caráter político-ideológico que permeia o texto constitucional, muito pelo contrário, fica claro em sua obra a necessidade de se estudar as normas programáticas sempre vinculadas à disciplina das relações econômico-sociais.

CYBERBULLYING: ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS

Autor(es):

Georgia Franklene Carvalho: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Rayanne da Silva Araujo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como objetivo apresentar a comunidade acadêmica, a violência da prática do cyberbullying e suas implicações na vida sócio-jurídica dos seus participantes ativos (agressor, vítima e expectador) e também, a família, a escola e a sociedade. O cyberbullying ou bullying virtual ocorre no meio virtual, em decorrência da utilização dos instrumentos tecnológicos de comunicação e transmissão de dados, com o intuito de constranger, humilhar e maltratar a vítima, pois essa não está de acordo com as crenças e condutas de um determinado grupo. O cyberbullying deixa o ambiente físico, a escolar, e ganha uma dimensão bem maior, em virtude da retransmissão da imagem ou mensagem. Portanto, se faz necessário uma análise e estudo da temática exposta, tendo em vista, buscar meio para coibir essa prática danosa, tendo a prevenção como principal meio, pois promoverá a conscientização do uso das ferramentas tecnológicas aos jovens e demonstrar os malefícios da prática do cyberbullying, uma vez que essa vai de encontro ao Estatuto da Criança e do Adolescente e do direito constitucional, principalmente na matéria da dignidade da pessoa humana, prevista na Constituição Federal de 1988 e vigente até a presente data.

(METODOLOGIA) O método utilizado para a realização desta pesquisa será o dialético, através de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo a partir da Doutrina do Direito da Criança e do Adolescente, Direito Penal e Direito Constitucional, além da análise da legislação vigente, bem como artigos e pesquisas científicas pertinentes à temática abordada. O trabalho apresenta também um caráter descritivo, pois tem como objetivo principal, a descrição de características de um determinado fenômeno.

(RESULTADOS) Como resultado para o presente trabalho será observado, que em decorrência da dificuldade de determinar o possível agressor, pois esse se utiliza das ferramentas tecnológicas para se ocultar, a vítima por não crer nas leis e na impunidade do seu algoz, também passa a replicar o mesmo comportamento do seu agressor, pois encontra outro alvo (vítima) para maltratar, portanto, convocam-se os educadores e os pais para entrar nessa luta, afim de minimizar tal situação, demonstrando e conscientizando os jovens que existe uma previsão na legislação para combater tal delito. No caso de ser maior de idade configura-se crime, cabe ação penal privada e ação penal pública. Entretanto, se as condutas forem praticadas por menores de 18 anos, caberá ao Ministério Público pleitear ao juiz competente a apuração do ato infracional. Esse, por sua vez, poderá aplicar as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

(CONCLUSÃO) Por fim, conclui-se que a prevenção é o melhor meio de evitar os efeitos do cyberbullying. Dentro desta perspectiva de prevenção faz-se mister que os pais promovam em seus lares um ambiente salutar, para que as crianças possam se sentir confiantes e amadas, podendo crescer e se desenvolver como adultos saudáveis, responsáveis e cidadãos. A escola, por sua vez, deve adotar no seu regimento interno medidas para combater o cyberbullying e disseminar aos seus profissionais, discentes e aos pais como deter e combater tal prática, além de disponibilizar meios de comunicação para que o jovem possa expor seu sofrimento e possibilitar que a escola apure o caso, de preferência com a participação dos pais.

BULLYING: MAL QUE PRECISA SER COMBATIDO NO AMBIENTE ESCOLAR.

Autor(es):

Georgia Franklene Carvalho: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Rayanne da Silva Araujo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O bullying é um problema endêmico presentes nas escolas de todo mundo, portanto, faz-se necessário o estudo da temática apresentada, uma vez que, o propósito deste trabalho é disseminar o tema para a comunidade acadêmica, procurando dessa forma, a conscientização de todos para o combate desse mal tão presente no ambiente escolar. O termo bullying é pouco conhecido na sociedade atual e não tem tradução para a língua portuguesa. A palavra, bullying, tem sua origem no termo bully, que significa: indivíduo valentão, tirano, mandão ou brigão. A prática do bullying corresponde ao conjunto de atitudes físicas e/ou psicológica, que o agressor tem para com sua vítima. Em virtude disso, é relevante apresentar o perfil do agressor, vítima e plateia e quais as consequências futuras para esses, em decorrência de tal prática. Convocar a participação dos pais e educadores para fazerem-se presentes no combate desse mal, elencar a atuação de alguns Estados como: Paraíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, que instrumentalizaram leis para o combate do bullying, em virtude desse, está aumentando a cada dia, tornando-se um mal social e tendo a criança, principal elemento, no papel de agressora, vítima ou expectadora e apresentar também o Projeto de Lei do Senado (PLS), Nº 228 de 2010, do Senador Gim Argello, que propõe a alteração da Lei Nº 9.394, de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para a promoção de um ambiente escolar salutar e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying. A prática violenta do bullying vai de encontro ao Estatuto da Criança e do Adolescente e Constituição Federal, principalmente na matéria da dignidade da pessoa humana.

(METODOLOGIA) O método utilizado para a realização desta pesquisa será o dialético, através de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo a partir da Doutrina do Direito da Criança e do Adolescente e Direito Constitucional, além da análise da legislação vigente, bem como artigos e pesquisas científicas pertinentes à temática abordada. O trabalho apresenta também um caráter descritivo, pois tem como objetivo principal, a descrição de características de um determinado fenômeno.

(RESULTADOS) Como resultado para o presente trabalho será observado, principalmente as consequências psicológicas para com os envolvidos na prática do bullying, acreditando-se que tal situação refletirá na vida adulta, uma vez que, a criança está em processo de formação de sua personalidade. O bullying pode ser combatido, quando desarticula-se a plateia, tendo em vista que, esse elemento incentiva a violência, pois enaltece o agressor e ao mesmo tempo é omissa na defesa da vítima. Outro resultado de supra importância, demonstra a criança e a comunidade civil, que o bullying não tem previsão legal no ordenamento brasileiro, mas por analogia as autoridades competentes invoca o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aplicar os dispositivos relativos à prática de atos infracionais e às medidas de proteção e socioeducativas correspondentes.

(CONCLUSÃO) Por fim, conclui-se que a prevenção é o melhor meio de evitar os efeitos do bullying, portanto, convoca-se a criança, pais e a sociedade para combater esse mal. Incentivar a criança a disseminar as ações do antibullying para as demais e ensiná-las a respeitar os diferentes, para que futuramente possam ser adultos tolerantes e responsáveis pelas suas atitudes. Os pais estarem mais presentes na vida de seus filhos e se perceber alguma alteração no comportamento da criança, informar imediatamente na escola. As escolas adotarem nos seus regimentos internos as práticas do antibullying e fazer anualmente campanhas educativas, visando à conscientização do seu corpo profissional e demais sobre esse e as medidas cabíveis.

A ABERTURA DA INCERTEZA

Autor(es):

Ronalty Neri dos Santos: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Jacob Helder Guedes Oliveira Jácome: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Mendell Fernandes de Medeiros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Rodrigo Homem de Siqueira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Copa do Mundo de 2014 é nossa e já começou. Ela coloca em jogo nada menos do que a capacidade de todo um país se organizar para tornar realidade às oportunidades que um evento dessa magnitude propicia não apenas ao esporte, mas à economia, à sociedade e ao futuro da nação. É inegável a visibilidade que o Brasil e mais precisamente Natal terá com a promoção dos mega-eventos esportivos agendados, contudo os benefícios econômicos que tais eventos trarão para o país e para a cidade são difíceis de estimar, pois dependem do envolvimento do estado para com essas obras. A função do Estado segundo João Ubaldo Ribeiro, é a institucionalização do poder de quem governa e de quem é governado. Do governo espera-se muito pois segundo o portal oficial da copa2014 os gastos em obras estruturantes estão orçados em 79 bilhões de Reais que envolvem obras de infra-estrutura urbana, reformas/construção de estádios, fluxos turísticos, investimentos privados (rede hoteleira, por exemplo) e divulgação internacional do país. Esse montante anteriormente citado impressiona e nos dá a real noção da dimensão dos negócios que serão gerados e que poderão ser revertidos em desenvolvimento. A copa 2014 traz a possibilidade efetiva da realização de um megaevento que esteja pautado na sustentabilidade social e urbana. Segundo a ONU esse é o sétimo objetivo do milênio e visa o desenvolvimento da atual geração sem comprometer o desenvolvimento das gerações futuras. Em um país emergente como o Brasil o custo do capital é maior, ou seja, dinheiro gasto no evento representa dinheiro não gasto em outras áreas, tal como o sistema de saúde. Nesses termos, a principal questão posta é se o financiamento dos mega-eventos com recursos públicos promove um retorno mais eficiente quando comparado com os retornos de outras formas de investimentos, como por exemplo, no sistema de saúde e de educação (Swinnen e Vandemoortele, 2008). Esse estudo teve como objetivo avaliar se a realização da copa do mundo de 2014, em Natal, poderá trazer realmente benefícios para a sociedade e quais são as implicações deste evento no desenvolvimento econômico e social na cidade de Natal.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de se identificar as reais possibilidades do Estado na execução da Copa do Mundo de 2014. Essa pesquisa é considerada o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, pois recolhe e seleciona conhecimentos prévios e informações acerca de um problema ou hipótese.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos neste trabalho apontam os megaeventos esportivos como catalizadores de desenvolvimento das suas cidades-sede e que estes mesmos servem também para a melhoria tanto da infra-estrutura bem como das condições socio-econômicas do Estado, desde que conduzidos através de um planejamento bem direcionado e organizado.

(CONCLUSÃO) Como resultado final de nossa pesquisa chegamos ao consenso de que existe sim a possibilidade de sucesso na realização da Copa do Mundo de 2014 desde que haja, por parte dos órgãos competentes envolvidos, a assunção das responsabilidades inerentes a cada setor da sociedade. Aliado ao aspecto negativo da dívida pública, a falta de planejamento após o mega-evento esportivo pode provocar a subutilização das infraestruturas construídas e, com isso, produzir alto custo de manutenção. Existem grande riscos para os países em desenvolvimento e os estádios construídos para o mega-evento venham a se tornar “elefantes brancos” (Barclay, 2009).

ALIENAÇÃO PARENTAL, SAP, LEI Nº 12.318/2010 E GUARDA COMPARTILHADA

Autor(es):

Egle Karoline Martins de Azevedo: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Alienação Parental é um assunto debatido há muito tempo, porém só definido em 1985, nos Estados Unidos, por Richard Gardner, médico e professor de psiquiatria infantil da Universidade de Columbia. Ele descreveu a situação como uma consequência da separação dos pais, onde um dos genitores, em regra o detentor da guarda, incita o filho contra o outro ou interfere na relação entre visitante e filho. Esse processo ficou conhecido como Síndrome da Alienação Parental (SAP). Hoje em dia procura-se combater a alienação parental e impedir o desenvolvimento da SAP, para isso um dos meios encontrados é a guarda compartilhada, prática que consiste na responsabilidade conjunta dos genitores de proteger o menor. Para tanto, o direito brasileiro aprovou recentemente a Lei nº 12.318/2010, a qual especifica o conceito de alienação parental e torna ilegal o ato. Com o intuito de proteger as crianças e o convívio delas com seus genitores, o que é assegurado tanto na Constituição Federal como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

(METODOLOGIA) O método utilizado para a realização desta pesquisa será o dialético, através da pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, a partir da doutrina do Direito da Criança e do Adolescente, além da própria Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e convenções e tratados internacionais firmados pelo Brasil pertinentes ao tema. Como fontes indiretas foram usados sites, opiniões de juristas, artigos, como também livros que especificassem os conceitos pretendidos.

(RESULTADOS) O tema aborda a problemática da alienação parental, mostra os reflexos na criança e os problemas desenvolvidos ao longo de uma vida atormentada pelo ódio do guardião contra o outro genitor, forçando a ausência deste. Neste sentido, trata-se destes aspectos com a lei da alienação parental e a guarda compartilhada. É possível, ainda, inferir que ao longo do texto um auxílio verdadeiramente ululante advindo da lei 12.318/2010 é proporcionado aos genitores que sofrem com a alienação parental, bem como a necessidade de haver guarda compartilhada, além das consequências catastróficas para a criança vitimada pela Síndrome da Alienação Parental.

(CONCLUSÃO) A partir da pesquisa realizada pode-se perceber que a alienação parental é um problema grave, pois crianças são privadas da presença do genitor não detentor da guarda desde cedo e obrigadas a conviver com um vazio, ódio, raiva, dúvidas, entre muitos outros sentimentos inúteis em razão do genitor que decide não permitir o contato de um dos genitores com o filho para de alguma maneira vingar-se dele. É perceptível também a diferença entre alienação parental e a síndrome, pois a primeira refere-se ao ato e a segunda aos reflexos causados na criança. A guarda compartilhada vem como uma medida de prevenção à síndrome e a própria alienação parental, bem como uma alternativa para o convívio entre pais e filhos. Saliente-se que a lei da alienação parental está disposta na nossa legislação como forma de garantia extra para o cumprimento da guarda compartilhada e a extinção dos problemas entre pais e filhos.

O RESGATE DO CARÁTER EDUCATIVO DO DIREITO

Autor(es):

Riev Correia Dantas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
José Reinaldo Coelho Peixoto Filho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Sabe-se que em seus primórdios, o direito possuía uma íntima ligação com a noção de justiça, pois a mesma estava intrinsecamente ligada ao homem por constituir-se uma virtude associada ao prazer de que um ser justo não perturba o outro, e por isso afasta problemas, dissabores, ódios, vinganças e demais dores que possam advir das atitudes tomadas, já que a mesma constituía seu fundamento de validade. O jovem interessado pelas questões jurídicas o fazia por vocação interna, um chamado individual, qual era convocado a pensar o justo, e o fazia por prazer, visto que este respeitava a norma e a considerava como algo natural ao homem. Não existia distancia entre o sujeito e o objeto do conhecimento jurídico. O sujeito, portanto, cumpria a norma jurídica através de um processo de intelectualização. Dizia-se, que a norma possuía um caráter educativo e não autoritário. O cumprimento da norma estava intimamente ligado com a realização interna do sujeito, já que não se notava a ocorrência de imposição forçada. Este caráter perdeu-se com o tempo, levando a mudança do paradigma jurídico, qual modernamente o direito não mais educa, mas domestica o sujeito, compelindo-o ao cumprimento de uma norma qual não concorda, ou mesmo que a considere justa. Cada sujeito é guiado em sua existência pelo primado de determinado valor, pela supremacia de um foco de estimativa que dá sentido a sua concepção devida. O não cumprimento da norma, mesmo sem uma coação física por parte de alguma entidade política, causa desconforto ao infrator gerando-lhe peso na consciência e a sensação de que o justo e o correto não foram cumpridos, além de causar repulsão de si mesmo. Portanto o objetivo do direito educativo é tornar o homem apto a fim de que se possam eleger comportamentos para a realização de fins.

(METODOLOGIA) Este trabalho constitui-se no resultado de uma pesquisa teórica, de cunho exploratório, na doutrina especializada da filosofia do direito e história do direito. Constitui-se numa abordagem comparativa da noção de direito e norma jurídica na Antiguidade e na Contemporaneidade.

(RESULTADOS) Constitui-se como resultado de alcance geral pensar uma forma moderna de pensar o direito mais próximo do sujeito e cujo cumprimento não se dá unicamente sob a rubrica da sanção e, sim, pela satisfação de realizar a norma.

(CONCLUSÃO) Com base nisso, conclui-se que o resgate do caráter educativo do direito forma-se de extrema importância no âmbito da geração de uma democracia plena. Observando nossos resultados obtidos pudemos ver a necessidade eminente de mudar alguns aspectos do direito, visando uma melhor convivência entre nós e a norma jurídica.

JUSTIÇA - A UTILIDADE DA VIRTUDE ARTIFICIAL DE DAVID HUME

Autor(es):

Renata Nascimento Nobre de Amorim: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Nalison Magnus da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) "Todo homem tem consciência da necessidade da justiça para conservar a paz e a ordem, assim como todo homem tem consciência da necessidade da paz e da ordem para a conservação da sociedade". Com essa proposição, David Hume, filósofo escocês do século XVIII, evidenciou em seu tempo, os benefícios sociais que decorrem da justiça e à sua utilidade pública, que se bem administrada e seguida com obediência consegue prestar ao fim a que se destina, a preservação da sociedade. A ordem nas coisas garante ao homem sua sobrevivência. Assim sendo, investigamos à luz de seus argumentos, sobre a justiça como virtude, um sentimento de satisfação, que agrada sendo artificial e de utilidade. Justiça que se origina nas convenções humanas, e que tem como finalidade e utilidade, remediar certas inconveniências e harmonizar desequilíbrios sociais.

(METODOLOGIA) A pesquisa é uma investigação de um tema filosófico e jurídico e uma análise de conceitos, críticas e idéias presentes na tradução do Tratado da Natureza Humana, obra de David Hume, para tanto vamos nos apoiar em teses, dissertações, textos, conceitos, exploração e fundamentação em bibliografias de autores e comentadores de relevância.

(RESULTADOS) Como resultado de pesquisa, observamos que é longa a luta travada pelo poder e disputas por bens na história da humanidade. Para David Hume, o lado maligno da natureza humana favorece esses atritos, sendo necessário criar uma forma de garantir a obediência, tendo em vista que por meio dos hábitos, os homens aprendem a aceitar sem questionamentos e construir um dever para conservação da sociedade, resultando na criação da justiça. Essa justiça é o caminho buscado pelo Direito para apaziguar relações de conflitos, como bem descreve o Professor Gabriel Bertin de Almeida: "há uma obrigação natural de justiça, através da qual o homem age, em geral, de acordo com seus interesses particulares (egoísmo) e segundo interesses de pessoas que lhe são próximas (benevolência parcial). Esse interesse evita que se pratiquem atos lesivos ao pequeno grupo social e ao próprio indivíduo. Além desse grupo, como não há na natureza humana interesse público ou sentimento de humanidade que sirva de móbil para a ação, a existência das sociedades mais numerosas estaria comprometida. Por isso, dependem do artifício, isto é, da convenção humana sobre as regras de justiça."

(CONCLUSÃO) A justiça é necessária para o alcance da paz social, o que garante o bem estar de todos e sobrevivência da sociedade. Logo, o seu manuseio pelos governos, desde tempos antigos, deve atingir satisfação, tornando-a útil e para isso deve conseguir obediência, mesmo diante do conflito entre autoridade e liberdade, que surge nessa legitimidade de governo como garantidor do bem estar social. Afinal, deve na sua administração propiciar esse bem comum a todos, caso contrário, não cumpre seu papel na preservação da sociedade. David Hume ensina "quando acharmos regras para nossa conduta, seremos filósofos, quando aplicarmos elas na prática, seremos sábios".

A EFICÁCIA DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E REFLEXÕES SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.

Autor(es):

Aracelle Batista Gonzaga: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem como objetivo fazer uma reflexão a respeito da aplicação da medida sócio-educativa de liberdade assistida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) – ECA, e a discussão sobre a redução da maioridade penal. O Estatuto da Criança e do Adolescente é fundamentado na Doutrina de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, e determina um conjunto de medidas a serem aplicadas mediante autoria de ato infracional. Nesse contexto a medida-socioeducativa de Liberdade Assistida se insere na categoria das medidas em meio aberto, não privativas de liberdade, executadas através de programas de entidades governamentais ou não-governamentais de atendimento e destina-se a acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente autor do ato infracional. Como o próprio nome indica, o adolescente é submetido a uma intervenção educativa centrada no atendimento personalizado, garantindo a promoção social do adolescente através de direcionamento conduzido por orientador social, sob quatro aspectos: família, escola, vida profissional e comunidade. O ECA prevê um tratamento diferenciado para os adolescentes infratores, classificando-os como pessoas em desenvolvimento e por isso merecedores de tratamento diferenciado. A redução da maioridade penal, por sua vez, vem questionar a eficácia da aplicação de tal medida. Os defensores da redução da idade de responsabilidade criminal, acreditam que o adolescente infrator não recebe a punição devida pois o ECA é muito tolerante com os infratores e conseqüentemente não intimidam os que pretendem transgredir a lei, por outro lado, existem os que acreditam que esse discurso é falacioso e equivocado, porque o governo possui um sistema educacional sucateado, ampliando a exclusão social e este por sua vez, gera a violência.

(METODOLOGIA) O método utilizado para a realização desta pesquisa será o dialético, através de pesquisa bibliográfica de caráter descritivo a partir da Doutrina do Direito da Criança e do Adolescente, Direito Penal e Direito Constitucional, além da análise da legislação vigente, bem como artigos e pesquisas científicas pertinentes à temática abordada.

(RESULTADOS) A pesquisa apresenta como resultados visões antagônicas a respeito do tema, no qual a eficácia da medida sócio-educativa de liberdade assistida e a redução da maioridade penal são questionadas, por um lado na defesa dessa redução, e por outro, no combate a ela, sob a argumentação que as medidas são eficazes pois o ECA pode servir de modelo para a responsabilização penal do adulto, e não o contrário.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o discurso sobre os crimes com a participação de adolescentes o sistema penal voltado para eles, não pode perder de vista a questão da justiça penal, e que a sociedade deve buscar esclarecimentos a respeito do tema, pois o debate, de maneira geral, gira em torno de visões preconceituosas, distorcendo o que está proposto no ECA, colocando a rigidez descrita no Código Penal acima da Doutrina de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, dando importância somente a medida punitiva, descartando a intencionalidade pedagógica do processo. Por fim, o trabalho propõe contribuir com uma abordagem sobre um tema atual e relevante, que se encontra em discussão em toda a sociedade brasileira com fins de esclarecimento a respeito do tratamento do ordenamento jurídico ao adolescente infrator brasileiro, mostrando uma posição não dominante, nem tendenciosa, e sim, um discurso sobre a problemática analisando o que está proposto no Estatuto da Criança e do Adolescente apresentando reflexão a respeito da natureza jurídica da medida-socioeducativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE UM BOM ARGUMENTO

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Seria exagero dizer que a argumentação é o coração do fenômeno jurídico, pois há quem não considere desta forma. No entanto, expor argumentos constitui a forma pelo qual o advogado, procurador, juiz, desembargador, ministro, cientista do direito peticiona, contesta, apela, recorre, prova, julga, absolve ou condena, propõe e discute teorias do direito. Diante disso, torna-se indispensável perquirir o que pode ser considerado um argumento bom. Ademais, construir e saber contestar bons argumentos forma, necessariamente, um profissional jurídico melhor. Atento em como avaliar um argumento, este trabalho pretende pesquisar os critérios de avaliação de um bom argumento sob a ótica de Stephen Toulmin e David Hitchcock, assim como apontá-lo e testar sua eficiência. Em conclusão, comparar os critérios de avaliação de Hitchcock com os do silogismo.

(METODOLOGIA) Com propósito de produzir resultados, foi necessário abordar o tema sob um olhar bibliográfico-dedutivo, fundado, principalmente, nas obras "An introduction to reasoning" de Stephen Toulmin, Richard Rieke e Allan Janik, "A Ordem dos Conceitos: Lógica Menor" de Jacques Maritain e na análise presente no artigo "Good Reasoning on the Toulmin model" de David Hitchcock. Por conseguinte, foram pesquisados nas obras os critérios de avaliação de argumentos e, após listados, foram aplicados em situações práticas do cotidiano e hipotéticas. Em conclusão, objetivando testar sua eficiência, foi adotada uma técnica de observação direta intensiva, construindo, analisando e criticando os sistemas argumentativos desenvolvidos, utilizando, conseqüentemente, o modelo de Toulmin como esquema de um argumento e o modelo silogístico.

(RESULTADOS) Finalmente, foram elencados os seguintes critérios para avaliar um argumento, sob a ótica de Hitchcock: a) clareza sobre o tipo de questão que o argumento tenta levantar; b) clareza sobre o propósito subjacente ao argumento; c) dados relevantes para a conclusão; d) dados suficientes para apoiar a conclusão; e) garantia aplicável ao caso sob discussão; f) garantia baseada sobre fundamento sólido; g) modalidade ou força da conclusão obtida feita explícita; h) possíveis refutações ou exceções bem entendidas. Outrossim, sob a ótica de Maritain, os critérios silogísticos foram os listados: a) presença de apenas três termos; b) a conclusão não deve ser maior que as premissas; c) Jamais o termo médio deve estar na conclusão; d) o termo médio deve ser ao menos uma vez universal; e) de duas premissas negativas nada resulta; f) se as premissas afirmam, a conclusão não pode negar; g) a conclusão segue sempre a "pior" premissa; h) Nada resulta de duas particulares. Ademais, os argumentos que foram extraídos do cotidiano jurídico, após serem subjugados aos critérios de Hitchcock, foram reconstruídos e ficaram relativamente mais sólidos e qualitativamente melhores, além de permitir a visualização dos caminhos da refutação. Por fim, quando comparado as duas formas de analisar os argumentos, foi verificado que os critérios de Hitchcock são mais adequados ao universo jurídico do que os do silogismo, pois vão além da forma.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados, percebeu-se que empregar os critérios de Stephen Toulmin, aprofundados por David Hitchcock, permitem avaliar melhor um argumento. Igualmente, constatou-se a utilidade de adotar os oito critérios listados não só para identificar, avaliar ou construir um bom argumento, mas para conhecer como contestá-lo. Em conclusão, foi constatado que o método silogístico aplica-se a forma deixando lacunas que são preenchidas pelos critérios de Toulmin.

A NOVA LEI DO DIVÓRCIO E SEUS IMPACTOS JURÍDICOS E SOCIAIS

Autor(es):

Luciana Alessandra Nunes de Araújo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Priscila Nóbrega de Miranda: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Gabriela Viegas Costa Cabral: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O divórcio é o rompimento legal e definitivo do vínculo casamento civil, foi instituído oficialmente no Brasil com a emenda constitucional número 9, de 28 de junho de 1977 que regulava as modalidades de Divórcio-conversão como básica e divórcio direto como excepcional. A Constituição de 1988 trouxe mudanças nos prazos exigidos nas duas modalidades já previstas, estas vigoraram até a metade deste ano quando foram novamente modificadas pela nova lei. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgaram, na data de 13 de julho de 2010, a Emenda Constitucional nº 66, originada da PEC (proposta de emenda a Constituição) nº 28 do ano de 2009, proposta pelo suplente de deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ). A nova emenda altera a redação do § 6º, do art. 226, da Constituição Federal de forma discreta, mas com conteúdo muito significativo, acabando com a exigência de separação judicial e tornando obsoleto o quesito temporal de dois anos, antes necessário, para a dissolução do casamento civil. O trabalho tem como objetivo abordar áreas polêmicas do tema escolhido, e esclarecê-las, visto que a mudança é recente e ainda não é conhecida por parte da população brasileira. Apresenta, portanto, significativa relevância nas áreas jurídica e social, por tratar da interferência do Estado sobre a vida privada dos cidadãos.

(METODOLOGIA) Serão abordados os reflexos que o divórcio direto pode trazer, com o uso de artigos de doutrinadores, estudos na área da psicologia, do Direito Civil e do Direito Constitucional. Para tanto, o método utilizado nesta pesquisa foi o dialético. Seria a mudança algo que veio para auxiliar na formação de novos casais e conseqüentemente novas famílias? Ou seria algo que contribuiria para dissolver o matrimônio mais rápido, evitando possíveis reconciliações? Questões como essas serão preferencialmente tratadas, ressaltando ainda os impactos causados no Poder Judiciário.

(RESULTADOS) Ademais de transformar a separação em letra morta, o novo dispositivo constitucional colocou fim à necessidade de fluência de prazo para o pedido de divórcio, suprimindo ainda a discussão da culpa no processo. Verificou-se que o Divórcio Direto veio para contribuir e tornar mais rápido um processo burocrático e que demandava muito tempo; entretanto, essa celeridade gerou muitas controvérsias sobre impactos positivos e negativos que pode causar nas famílias. Portanto, a lei trouxe aspectos positivos para o Poder Judiciário, mas ainda se discute os ímpetos nas uniões matrimoniais.

(CONCLUSÃO) Este trabalho demonstrou que de fato a nova Emenda Constitucional nº 66 vai contribuir para agilizar o trabalho do Poder Judiciário, porém os resultados de sua influência sobre a incidência de constituição ou dissolução de matrimônios ainda não são concretos, visto que a nova redação da lei vigora há pouco tempo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DIREITO DO CONSUMIDOR INFANTIL: REFLEXOS JURÍDICOS DO PROJETO DE LEI Nº. 150/2009

Autor(es):

Adriana Cristina Azevedo de Sousa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Cláudia Rayanne Miranda Bernardo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Numa visão global, notável é a tendência de uma regulamentação da publicidade de alimentos e bebidas. Visando a promoção da saúde pública, diversos países já tomaram iniciativa no sentido de adotar medidas reguladoras, preventivas, do ramo publicitário apontado. Nesse sentido o Projeto de Lei nº. 150/2009, da Senadora Marisa Serrano, propõe regulamentar a publicidade de alimentos voltados ao público infantil, com o intuito de promover o bem-estar e pleno desenvolvimento saudável da criança. Então, com base nisto, analisaremos os reflexos jurídicos do projeto, bem como as conseqüências de sua aplicabilidade.

(METODOLOGIA) A partir do método dialético, este estudo se desenvolve à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Constituição Federal, Código do Consumidor, bem como dos ensinamentos da doutrina dos direitos da criança e do adolescente, além de sites atuantes na defesa dos direitos da criança, assim como dados do IBGE e SISVAN.

(RESULTADOS) A pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 detectou um aumento considerável na proporção dos adolescentes brasileiros com excesso de peso: em 1974-75, estavam acima do peso 3,9% dos garotos e 7,5% das garotas entre 10 e 19 anos; já em 2002-2003, os percentuais encontrados foram 18,0% e 15,4%, respectivamente; Em 2009, dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) revelam que 13% da população adolescente de 10 a 19 anos está com sobrepeso e 3% com obesidade. A publicidade muito raramente influencia o consumo de produtos recomendáveis à saúde, tampouco faz menção às conseqüências em relação ao consumismo desenfreado de certos produtos pouco nutritivos que são especialmente voltados para o consumidor infantil. Com base nisso, o PLS visa regulamentação da publicidade de alimentos e bebidas baseada em recomendações da ANVISA no tocante a alimentos não saudáveis. Este projeto, pode ser uma forma de efetivar os direitos da criança tão enfatizados pela CF e pela declaração dos direitos da criança.

(CONCLUSÃO) Apesar de haver uma discussão acerca de uma possível censura à liberdade de expressão publicitária, esta não se sustenta, pois a regulamentação não é gravosa para a coletividade, pelo contrário, é justa e necessária frente à realidade fática com a qual nos deparamos, onde a obesidade infantil se destaca. Todas as medidas administrativas e legislativas devem ser pautadas no maior interesse da criança, visando sua proteção integral. Nesse sentido, este projeto se enquadra nos moldes do que preconiza a legislação especial voltada para a criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Declaração dos Direitos da Criança. A obesidade é a doença em destaque na pós-modernidade, haja vista dados alarmantes do IBGE e da OMS, que demonstram números crescentes de obesidade e sobrepeso infanto-juvenil. Trata-se de uma questão de saúde pública que deve ser combatida de forma preventiva. A partir do momento em que a publicidade não é voltada para a criança, acredita-se que aquela não irá influenciar de forma tão agressiva sobre o que consumir e por que consumir. Deve-se restringir tal publicidade, pois ela condiciona o consumidor infantil ao consumismo de produtos não benéficos para sua saúde e desenvolvimento. Sendo assim, é necessário que a legislação avance e se torne mais abrangente para que haja uma melhor observância dos direitos da criança.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

ASPECTOS JURÍDICOS DA PUBLICIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS DIRECIONADOS AO CONSUMIDOR INFANTIL

Autor(es):

Adriana Cristina Azevedo de Sousa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O consumo desenfreado de certos “alimentos” vem causando uma série de doenças, tais como doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade, etc.; diante disso, houve a necessidade de pesquisadores se debruçarem sobre estudos epidemiológicos a fim de descobrir quais fatores ou causas existem por trás desta realidade. Resta comprovado que o consumo exagerado de alimentos açucarados é danoso à saúde de todos e pode ser considerado como um fator contribuinte para a obesidade, sobretudo a obesidade infantil no Brasil e no mundo. Dados do IBGE comprovam que a população infanto-juvenil está com preocupantes percentuais de sobrepeso e obesidade. Diante disso, há que se estudar e discutir sobre o tema cuja relevância sócio-jurídica vem sendo considerada ante a existência de vários projetos de lei, em andamento, visando uma maior proteção dos direitos da criança. Este estudo tem como foco analisar e pôr em discussão a publicidade de alimentos e bebidas não saudáveis, voltada para o consumidor infantil e sua relação com o consumismo exacerbado e o crescente percentual de obesidade infantil. Além de informar, o presente artigo visa também conscientizar a população para esta realidade, buscando uma reflexão sobre as relações de consumo envolvendo crianças e suas conseqüências na vida destas.

(METODOLOGIA) Para este trabalho foi empregado o método de abordagem dialético. Parte-se da análise de referenciais teóricos da doutrina dos direitos da criança e do adolescente, de dados de pesquisas do IBGE, atuações do Ministério Público Federal, bem como da pesquisa legislativa baseada na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Declaração dos Direitos da Criança e no Código de Defesa do Consumidor.

(RESULTADOS) A publicidade causa impactos na saúde, na vida social e no psicológico das crianças; há um arcabouço jurídico que tutela a proteção integral da criança; são abusivas práticas que se aproveitam da fragilidade do consumidor infantil para promover alimentos nocivos à saúde. Nota-se uma inobservância dos direitos da criança.

(CONCLUSÃO) Mister se faz o controle de práticas publicitárias, sobretudo a publicidade de alimentos pouco saudáveis, como os ricos em açúcares, gorduras e sódio, que contribuem para o crescimento da obesidade infantil, já considerada uma questão de saúde pública. A publicidade causa impactos na vida de crianças, não somente na saúde, por conta de escolhas alimentares inadequadas, mas na vida social. Crianças vítimas de obesidade costumam sofrer de baixa auto-estima e, como já não bastasse são possíveis alvos de práticas de violência moral como o chamado buylling, afetando a performance escolar e os relacionamentos. Mais vulneráveis e hipossuficientes enquanto pessoas em desenvolvimento, as crianças são público alvo de publicidade que se aproveita do pouco discernimento do consumidor infantil para alavancar lucros. Mediante uma interpretação sistemática da legislação utilizada, pode-se concluir que nosso ordenamento jurídico proíbe esta prática publicitária voltada para o público infantil. Porém, nota-se que as normas protetivas não estão tendo plena eficácia social, por isso, deve-se ter melhor observância dos direitos que se deve tutelar. Nesse sentido, a edição de lei específica sobre a publicidade em questão, contribuiria para uma maior efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

EDUCAÇÃO FAMÍLIA E ESTADO. FUNÇÕES E LIMITES, SOB A VISÃO DE DURKHEIM.

Autor(es):

Fernanda Gomes Guareschi: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Fernanda Gabriela Oliveira de Figueiredo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Ellen Nayane Rodrigues Costa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Wanderlan Santos Porto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A educação é uma ação coercitiva, descendente, que forma os indivíduos para viver em sociedade. Está para os educadores e educados assim como a consciência coletiva está para os indivíduos: seus formatos independem das vontades de um só e se modificam apenas com a modificação da sociedade, e cada uma, em determinado momento histórico, desenvolve seu conceito e as finalidades específicas da educação. As sociedades antigas tratavam a criança como uma “coisa” de seu meio, que estava sempre integrada à comunidade, a ciência é a norteadora da educação. Pedagogos, psicólogos, pediatras, constroem uma nova imagem da criança, não mais mero um membro da família, mas o centro dela e o limite da autoridade possível de ser exercida pelos pais sobre seus filhos está fixado na lei.

(METODOLOGIA) Pesquisa teórica, realizada com orientação semanal pelo professor orientador wanderlan porto, e apresentado em seminário na sala de aula em formato de pôster.

(RESULTADOS) Como não se trata de um trabalho de pesquisa, e sim teórico, os resultados também o são e acabam por confundir-se com a conclusão.

(CONCLUSÃO) Chega-se aos dias atuais com uma delimitação precisa dos limites estreitos que separam família e Estado. A educação perpassa as duas instâncias e é considerada matéria não mais privativa da família/escola, é matéria social. Dela não se furtam os mecanismos de controle do Estado. Prova disso são as diversas legislações protetivas da infância que, direta ou indiretamente, regulam o poder que os pais e educadores exercem sobre os infantes, alcançando, portanto, o ato educativo. A relação educador-criança, outrora essencialmente impositiva e livre, hoje ganha contornos diferenciados com a reafirmação da responsabilidade do Estado e da família pela proteção e educação das crianças.

DESMISTIFICAÇÃO DO CONCEITO DE POLÍTICA E PODER

Autor(es):

Linian Larielle de Paula Brasil: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Danielle Lirio de Brito: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Danielle Saturnino Corrêa: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Parte-se da necessidade de mostrar a sociedade o verdadeiro significado do termo política, pois de acordo com análises cotidianas a cerca do tema, verifica-se que o equívoco em relacionar a política somente como relação partidária, é cada vez mais frequente entre a grande massa social. O bom político seria aquele que pensasse e agisse em prol de todos, de maneira racional, visando o bem-comum; enquanto o mau político só pensaria em si e governaria em benefício de seus próprios interesses e convicções.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresentada é de caráter exploratório, não visando apenas desmistificar o conceito e descrever os elementos que o formam, mas também mostrar concepções passadas e presentes sobre o tema, embasando-se nas explanações do filósofo Platão e do cientista político João Ubaldo Ribeiro. Utilizar-se-ão de frases e figuras que permitirão ao expectador do trabalho refletir sobre o estudo e ir além, chegando aos seus próprios resultados. A exposição ocorrerá em forma de slides e para a pesquisa, foram utilizadas fontes como a internet e alguns livros, que dissertam sobre a vida e opinião dos dois autores.

(RESULTADOS) Busca-se fazer com que as pessoas possam entender que a política não é apenas partidarismo, voto, mas sim qualquer ato público, que vise não só o indivíduo, como toda a coletividade. O entendimento a respeito do poder, que não é algo próprio dos políticos, mas de todos que estão inseridos na sociedade. Mostrar que os políticos são seres humanos idênticos a nós e que por isso, ninguém pode ser inferior a eles, possuindo os mesmos direitos e deveres, como qualquer cidadão. A solução para a mudança social viria através da educação, permitindo que os indivíduos desde crianças, tivessem acesso a política e comesçassem a interiorizar novos conceitos e futuramente exercê-la de forma correta, obedecendo a certos princípios, como a ética e a justiça.

(CONCLUSÃO) Dessa maneira, procura-se levar o ser humano, enquanto ser racional, a pensar e verificar se os conceitos que tem como verdadeiros, realmente o são. Abrir seus horizontes e quebrar diversas barreiras, demonstrando através de análises que a política é muito mais do que se imagina ser, é algo que integra as pessoas e faz com que ambas lutem e defendam os objetivos de todos. A política pode ser vista como profissão, mas principalmente entendida como arte, talento e vocação, pois é por meio dela que se governa e ordena a vida em sociedade. Essa vocação que, com o passar dos anos, vem perdendo espaço e cedendo lugar para uma atividade meramente lucrativa, uma forma abusiva de poder, visando apenas interesses próprios e se distanciando do foco principal, que é o bem-comum.

SOBRE UMA FUNDAMENTAÇÃO DO DOUTOR MÁRIO JAMBO

Autor(es):

Flavia Maria de Oliveira Gondim: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura

Instituição de Ensino: FARN

Ana Paula Oliveira Cacho

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A importância da boa argumentação na prática do Direito e na ciência jurídica é algo inquestionável e, por isso, o estudo de suas estruturas por teorias da argumentação faz-se fundamental. Entretanto, a aplicação da lógica formal mostra-se insuficiente para abarcar a complexidade argumentativa que o Direito apresenta. Diante dessa problemática, este trabalho se propõe a analisar a estrutura dos argumentos da fundamentação de uma sentença jurídica, aplicando a lógica informal e o método de análise propostos por Stephen Toulmin. Tal filósofo se opõe de maneira radical à tradição que parte de Aristóteles, na qual a lógica é uma ciência formal e comparável à geometria. Por isso, apresentou um esquema, em que ele prevê que um argumento não é uma mera lista de premissas para sustentar uma conclusão. Essas premissas têm funções diversas: as “Razões”, que são os dados, na maioria das vezes, concretos, em que se baseia o argumento; a “Garantia”, que é a aplicação do princípio mais geral a um caso concreto e é ela que permite que seja feita a passagem das “Razões” para a “Pretensão”; o “Respaldo”, que é a premissa mais abrangente e só é apresentada quando a garantia não parece suficiente; os “Refutadores”, que são as premissas que se opõem ao argumento apresentado e são elas que determinam o “Qualificador”, este é o modalizador que antecede a Conclusão. Enfim, esta pesquisa objetiva comprovar o valor heurístico desse modelo, demonstrando como ele possibilita a diagramação dos argumentos e, assim, permite uma melhor visão e uma análise mais criteriosa deles.

(METODOLOGIA) O método de abordagem de tal pesquisa é o Indutivo (análise de caso). E o material empírico utilizado para comprovar a tese inicial foi uma sentença (Delito tipificado no Art. 33, caput, cominado o Art. 40, inciso I, ambos da lei 11.343/06; Processo nº 2009.84.00.007603-4) do Doutor Mário Azevedo Jambo da 2ª Vara Federal da Quinta Região, na qual ele não limita a sua argumentação apenas à aplicação metódica da lei, uma vez que recorre também às normas legais, à analogia, aos costumes e princípios gerais do Direito, como prevê o Art. 126 do Código de Processo Civil. Foi aplicado à fundamentação dessa decisão, o modelo proposto por Stephen Toulmin. Utilizou-se do programa Araucaria para diagramar os argumentos.

(RESULTADOS) Muito se fala das penas inusitadas e da contribuição do Doutor Mário Jambo para o Direito Penal Moderno. Mas essa pesquisa se propõe a encarar por outro ângulo as suas decisões e um dos principais aspectos observados foi a maneira eficaz como esse Juiz argumenta e uma das características que chama mais atenção nessa sentença é o fato dele percorrer diversas linhas argumentativas para justificar um mesmo posicionamento. Após a aplicação do modelo de Stephen Toulmin à sentença do Doutor Jambo, o resultado encontrado foi uma cadeia composta por nove micro-argumentos, que constituem três argumentos principais que atendem, explicitamente, pelo menos ao esquema básico: Dado, Garantia; Conclusão. Além disso, foi possível resumir em três esquemas as 13 páginas que foram destinadas à Fundamentação da sentença.

(CONCLUSÃO) Ao final da pesquisa realizada, as expectativas foram alcançadas. Pois o modelo argumentativo utilizado consegue esmiuçar a complexa argumentação jurídica presente na bem estruturada sentença do Doutor Mário Jambo. A partir desses resultados, pôde-se comprovar a importância e a contribuição desse esquema desenvolvido por Toulmin para o meio acadêmico e para a prática jurídica. Além disso, mesmo que de maneira indireta, pode-se concluir também que se perfectibiliza a superação da aplicação da lógica formal nos modelos argumentativos pela “lógica informal” de Stephen Toulmin.

ABORTO DE ANENCÉFALOS: UMA CONDUTA NÃO CRIMINOSA.

Autor(es):

Luzia Priscilla de Araujo Aquino: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Natalia Louise Lopes Pessoa: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Ingrid Farias Pinheiro: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Alan Dias Barros

Instituição de Ensino: FARN

Ana Mônica Medeiros Ferreira

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Perante o avanço do direito e da medicina os quais procuram adequar-se ao desenvolvimento da sociedade, ainda há questões a serem analisadas e possivelmente modificadas para uma melhor condição de vida. Uma delas é a questão dos fetos anencefálicos no Brasil e a situação jurídica em que se encontram as mulheres que clamam pelo direito de interromper esta gestação. Ficando em contra ponto o direito fundamental (a vida em formação) e o princípio da dignidade da pessoa humana (amplamente defendido em toda a comunidade internacional).

(METODOLOGIA) Estudo mediante investigação teórica, qualitativa e bibliográfica em textos, livros, na legislação, sites jurídicos especializados, leitura da ADPF-54, que é uma arguição de descumprimento de preceito fundamental que pretende a garantia do direito a antecipação terapêutica do parto, cabendo a gestante manifestar tal vontade, buscando subsídios necessários ao desenvolvimento deste trabalho.

(RESULTADOS) Sobre a questão, podemos aferir que há momentos em que se torna preciso transpor as barreiras do Direito e ir além, recorrendo às demais ciências sociais e às natu-rais. Foi essa certeza que nos levou a recorrer aos ensinamentos da Medicina e, dessa forma, chegar à indubitável certeza de que a gravidez de feto anencefálico possui a particularidade de consistir em uma total ausência de expectativa de vida, o que poderíamos chamar de uma não vida. O feto só sobrevive à custa da grávida e, ao nascer, acaba morrendo. É necessário ainda o reconhecimento da mulher como sujeito de direitos, como um fim em si mesma; de se respeitar a sua dignidade, a sua privacidade, a sua liberdade e a sua autonomia sexual e reprodutiva. Forçar a mulher a manter a gestação de feto anencefalo contra sua vontade é uma manifesta afronta ao seu direito à integridade física já que há uma verdadeira ameaça a sua vida e um desrespeito a sua autonomia reprodutiva e aos seus direitos sobre o próprio corpo. E a ausência de autorização à interrupção da gravidez de feto anencefálico constitui violação grave ao direito fundamental à saúde, já que “saúde é um estado de completo bem-estar físico-mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Também representa uma violação à integridade moral da gestante, que terá sua imagem abalada e sua moral atingida por todo tipo de constrangimento perante a sociedade, seja no ambiente de trabalho ou no familiar.

(CONCLUSÃO) Dos resultados alcançados, é evidente a adesão à legalização e descriminalização do aborto dos fetos portadores de anencefalia, pois percebe-se assim, que a anencefalia é uma má-formação, uma lesão de parte do encéfalo, a sua parte mais importante, não sendo possível observar nos fetos portadores desta anomalia qualquer sinal de consciência, cognição, vida relacional, comunicação, afetividade e emotividade. Sendo digno interromper essa gravidez como forma de minorar o sofrimento da mãe, que saberá que estará gerando uma criança sem cérebro e que acabará morrendo logo ao nascer.

A CRIANÇA E O ADOLESCENTE SOBRE A ÉGIDE CONTEMPORÂNEA DO DIREITO TRABALHISTA E PENAL BRASILEIRO

Autor(es):

Marcel Soares Abdon: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Sarah Melo Rodrigues de Souza: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
João Victor de Macêdo Marinho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Danilo Medeiros Braulino: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN
Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho em epígrafe tem por objetivo tratar sobre a visão da legislação contemporânea brasileira nos âmbitos do direito penal e do trabalho, com fulcro de abordar temas controversos como a maioridade penal, os atos infracionais cometidos pelas crianças e adolescentes, as medidas sócio-educativas, a eficácia da legislação trabalhista no que toca a criança e o adolescente.

(METODOLOGIA) Realizamos uma pesquisa de natureza teórica, utilizando-se de investigações bibliográficas, documentais, de textos e artigos virtuais em conjunto com a análise da legislação vigente. Posteriormente realizamos um paralelo entre a letra da Lei, e a sua execução, com a sua eficácia e seus reflexos práticos na criança e no adolescente brasileiro, logo, a partir daí produzimos o trabalho em comentário.

(RESULTADOS) Com a presente obra acadêmica foi possibilitada a observação de alguns pontos em nosso ordenamento ou na execução deste, que merecem uma atenção quanto a sua real eficácia, tendo em vista a realidade volátil e as peculiaridades sociais a que são submetidos o jovem. De modo que podemos apontar uma lacuna na real eficácia prática da justiça na proteção do jovem, pois, é fato que o jovem na sociedade atual ainda é vulnerável as mazelas sócias de todos os tipos, como a exploração infantil no meio laboral, a criminalização precoce da criança e do adolescente. A legislação brasileira considera como criança a pessoa de idade entre zero e doze anos. Já o adolescente é aquela pessoa entre doze e dezoito anos, ambos sendo passíveis apenas de medidas protetoras quando cometem infrações. Devido à evolução da sociedade em seus diversos aspectos, cada vez mais cedo crianças e adolescentes vêm praticando atos infracionais. A sociedade, muitas vezes desconhece o que está por trás de tais atos cometidos pelas crianças e adolescentes, e acabam simplesmente clamando por justiça, sem saber, ou sem se dar conta da injustiça, miséria, falta de apoio, em que muitas vezes, cerca a vida dessas crianças e adolescentes. O aumento crescente da violência urbana causa uma sensação de insegurança, principalmente nos grandes centros urbanos do país. Assim, em todos os segmentos da sociedade é buscada uma forma de resolver o problema que envolve a delinquência juvenil. A inimputabilidade penal é um tema bastante polêmico, para muitos o jovem amadurece muito cedo, devido às informações oferecidas pelos diversos meios de comunicação. Com isso, teria discernimento completo para saber distinguir o que é lícito do que é ilícito mesmo antes dos dezoito anos. Porém, a redução da maioridade penal não é a solução para os problemas das crianças e adolescentes, o que é necessário são medidas sócio-educativas eficazes, um maior compromisso de todos diante da efetivação plena do Estatuto da Criança e do Adolescente. Já no tocante ao Direito do Trabalho, foram criados mecanismos na legislação para regular o trabalho de adolescentes. Entretanto, o que se observa na prática são as totais burlas à legislação, com consequências danosas as crianças e adolescentes, com fim de fomentar os lucros. Abusos de trabalhos infantis são muito comuns no nosso país, tanto com trabalho infantil ilícito quanto com o desvirtuamento dos institutos, como a do estágio e da aprendizagem, levando a precarização.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a legislação brasileira precisa sofrer adaptações para se adequar a realidade de violência e ganância capitalista, que gera consequências malélicas ao jovem. De forma que a justiça deve ter como objetivo, a real tutela da criança e do adolescente, norteadas na eficácia prática da norma, levando em conta os aspectos sociais e comerciais, sempre com o fim de proteger o futuro do jovem.

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NOS CASOS DE CALAMIDADE PÚBLICA: UM ENFOQUE NAS TRAGÉDIAS DO RIO DE JANEIRO.

Autor(es):

Marcy Keveny de Lima Freitas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Aline Alves de Barros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Bianor Francisco de Lima Júnior: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Patrícia Melo Ramalho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Laís Azevedo de Brito: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marcelo Lauar Leite
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A nação brasileira assistiu, atônita, aos lamentáveis episódios ocorridos em Niterói, no Rio de Janeiro no ano de 2010, em que um bairro residencial construído no morro sobre um antigo lixão veio abaixo, causando mortes, sofrimento e inúmeros prejuízos às pessoas. Qual o grau de responsabilidade da administração pública nesse caso? É possível que aqueles cidadãos prejudicados busquem indenização do poder público pelos danos materiais e morais sofridos?

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa bibliográfica, fundada em entendimentos doutrinários e atuais decisões jurisprudenciais. Ambas com o objetivo de obter fundamentação teórica a respeito do tema abordado.

(RESULTADOS) A responsabilidade civil da administração pública, ou do Estado, traduz-se na obrigação de reparar danos patrimoniais ou morais, culminando com a indenização. A questão da responsabilidade do Estado por danos aos cidadãos experimentou três momentos históricos importantes: primeiramente, a chamada irresponsabilidade, peculiar aos governos monárquicos e absolutistas, na qual era inadmissível que um cidadão pleiteasse, perante a Coroa, alguma indenização. Seguiu-se, depois, avanço importante: passou a prevalecer a responsabilidade com culpa ou civilística comum, cabendo ao cidadão provar a culpa do agente causador do dano. Um terceiro momento veio à tona no século XIX: o da responsabilidade pública (atual e predominante), haja vista o reconhecimento da superioridade do Estado em relação ao indivíduo, não sendo justa, pois, a aplicação dos princípios subjetivos da culpa civil. Essa responsabilidade pública, hoje predominante no Direito Público, deu origem a três teorias: A primeira delas foi a do risco administrativo, que fez surgir a obrigação de indenizar o dano em consequência do ato lesivo. Nela, não se exige qualquer falta do serviço público, nem culpa dos seus agentes. Basta a lesão, sem concurso do lesado, e que a vítima demonstre o fato danoso e injusto ocasionado por ação ou omissão do poder público. A teoria da culpa administrativa, leva em conta a falta do serviço, para, daí, inferir-se a culpa da administração. Finalmente, a teoria do risco integral, que, na prática, está abandonada, por conduzir ao abuso, pois, mesmo que a vítima tenha agido com culpa ou dolo, o Estado seria obrigado a indenizar.

Analisando-se o caso do desabamento do morro, em Niterói, em que centenas de moradias foram construídas sobre um lixão, cabe invocar a teoria da culpa administrativa, com base na inexistência do serviço, ou seja, a administração municipal não teria tomado as providências essenciais à não ocupação daquela área.

(CONCLUSÃO) Contaminada pela teoria do risco, a responsabilidade do Estado apresenta-se hoje, como objetiva. A doutrina e a jurisprudência, sempre tiveram clara a evolução da responsabilidade do Estado, no sentido de sua objetivação, afastando-se da culpa e aproximando-se do risco: a responsabilidade do Estado passou a ser objetiva. O princípio da indisponibilidade do patrimônio público não pode ser usado como um escudo para protelar o direito dos administrados ao ressarcimento nascido de danos experimentados em situações de patente omissão administrativa no desempenho de suas funções. Cabe ao poder público zelar para que sejam cumpridas as normas de edificação e o fiel cumprimento do plano diretor do município, que estabelece as áreas com suas devidas finalidades. Nesse esteio, deve-se impor soluções administrativas, sem embargo da via judicial existente, a fim de que se proceda à indenização a qual o administrado faz jus, conforme o caso, no âmbito de um devido processo legal administrativo.

COMPRA E VENDA ELETRÔNICA NO BRASIL

Autor(es):

Marcy Keveny de Lima Freitas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Aline Alves de Barros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Bianor Francisco de Lima Júnior: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Patrícia Melo Ramalho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Laís Azevedo de Brito: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho
Instituição de Ensino: FARN
Fernando Gaburri de Souza Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Tendo em vista a elevada expansão do comércio eletrônico, as compras pela internet se tornaram uma prática cada vez mais constante na vida do consumidor brasileiro, que busca a comodidade de pesquisar preços e realizar compras sem sair de suas casas. Entretanto, esse costume nem sempre vai trazer somente facilidades, pode também trazer problemas. Sendo assim, o presente estudo vem analisar de maneira simples e concisa a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil Brasileiro nas relações contratuais firmadas por meio da internet.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa bibliográfica, fundada em entendimentos doutrinários e atuais decisões jurisprudenciais. Ambas com o objetivo de obter fundamentação teórica a respeito do tema abordado.

(RESULTADOS) Segundo Garcia Junior “contrato eletrônico é aquele em que oferta e aceitação ocorrem exclusivamente por meios eletrônicos”. Como se trata de uma relação contratual, a vontade nos contratos on-line pode ser comprovada pelo ato do usuário-consumidor de digitar os números do seu cartão de crédito, por exemplo, ao utilizar a assinatura digital, o usuário confirma a compra, mas somente isso não é considerado perante nosso direito privado como uma assinatura, portanto, essa aceitação não dá validade ao documento. As teorias sobre a comprovação da aceitação se divergem, pois o e-mail também é visto como confirmação, porém, a forma mais evidente é o ato do consumidor efetuar o pagamento e receber a mercadoria, seja essa remetida a ele pelo correio, ou então através de download, que é a forma de entrega dos programas de computadores. O fornecedor deverá dentre as obrigações que consta no artigo 6º, III e inciso IV do Código de Defesa do Consumidor expor seu produto sem que haja uma propaganda enganosa ou abusiva, pois o fornecedor que assim o fizer tem responsabilidade com esse ato. Um princípio que pode ser visto de forma especial no contrato eletrônico é o pacto sunt servanda, a exceção pode ocorrer no contrato eletrônico, pois segundo Manucci o provedor poderá vir a responder solidariamente aos danos causados ao consumidor, se o site for mantido ele também estará fazendo parte da corrente de fornecedores, já que o provedor está intermediando o negócio.

(CONCLUSÃO) Quando se trata dos contratos nas relações de consumo, no caso, acordos de vontades que devem preencher requisitos previstos na Lei Brasileira para serem juridicamente válidos, e assim exigíveis, dão as partes os nomes de consumidor e fornecedor, ambos com obrigações recíprocas, um de entregar e o outro de efetuar o pagamento para assim estabelecer a relação de compra e venda. A internet se tornou uma realidade que se faz presente no dia a dia de milhões de usuários, que se utilizam da facilidade que é a contratação por meio desta. Tal facilidade não consegue ser acompanhada pelas leis devido à rapidez no desenvolvimento. Apesar das compras realizadas por meio da internet terem proteção e validade previstas no Código de Defesa do Consumidor, quando forem verificadas relações de consumo, e pelo Código Civil, se as relações forem de natureza civil, não há, no entanto, no Brasil Lei específica que trate do tema. Portanto, quando o usuário – consumidor ao efetivar sua compra em site seguro, nada terá a perder, só estará aproveitando de uma das inúmeras facilidades que a internet pode proporcionar.

A PENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Autor(es):

Maria da Conceição Silva Dalama: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Carla de Oliveira Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Thaís Ramos de Barros Cavalcanti: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN
Kaleb Campos Freire
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa visa abordar entendimentos dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, onde abonou a tese dos princípios constitucionais da isonomia e do direito à moradia (art. 6.º, caput, da CF, e EC nº 26), entendendo ser constitucional e permitindo a penhora do bem de família do fiador em contrato de locação.

(METODOLOGIA) Nosso estudo se fundamentou na análise à legislação, jurisprudências do STJ e STF e, doutrinas correlacionadas ao tema: DINIZ, M^a Helena. Lei de locações de imóveis urbanos comentada, e Jorge Miranda, Manual de Direito Constitucional, além de refletir sobre o Projeto de Lei Federal nº 6.413 de 2009, que visa impossibilitar este tipo de penhora.

(RESULTADOS) José Canotilho ensinou que "ser igual perante a lei não significa apenas aplicação igual da lei, ela própria, deve tratar por igual todos os cidadãos. Contudo, uma posição minoritária entende ser essa previsão inconstitucional, por violar a isonomia (art. 5.º, caput, CF) e a proteção da dignidade humana, art. 1.º, III, CF. Em reforço, haveria desrespeito à proteção constitucional da moradia, art. 6.º CF. Ocorre que tal regra não pode ser invocada para igualar as condições entre o fiador e o locatário, por ambos terem funções distintas no contrato de locação, o primeiro de garantir, sendo função acessória, inclusive com contrato diverso; o segundo de habitar no imóvel, seguindo as cláusulas do contrato principal. De acordo com as normas legais, quando uma pessoa física ou jurídica assume a qualidade de fiadora, implica dizer que a partir daquele momento assumiu a responsabilidade de assegurar, com o seu patrimônio, o cumprimento do contrato de locação. Hoje é entendimento consolidado no STJ e no STF que o único imóvel de pessoa que assume a condição de fiador em contrato de aluguel pode ser penhorado em caso de inadimplência do locatário. . Para tentar reverter esse quadro, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6.413/2009, que proíbe a penhora de bem da família do fiador. Se virar lei, a proposta alterará as leis do Inquilinato (8.245/1991) e da Impenhorabilidade (8.009/1990). Após inúmeras batalhas jurídicas acerca da possibilidade ou não da penhora, a matéria chegou ao STF, por intermédio do recurso extraordinário nº. 407688, onde o pleno decidiu pela constitucionalidade, do art. 3º, XII da lei 8.009/90. No que tange ao princípio da isonomia, não há que se falar em ferimento, uma vez que fiador e locatário não se encontram na mesma situação, embora, o objeto das prestações, devidas por ambos, ser o mesmo, os contratos que deram origem a elas são diferentes, possuindo vicissitudes e requisitos próprios. Importante mencionar também que um dos grandes fundamentos da corrente a favor da penhorabilidade do bem de família é a falta de regulamentação do direito à moradia, apenas exposto na Constituição. Conseqüência disso é a eficácia da norma não ser plena, portanto, indiscutível quando posta ao lado da Lei nº 8009/90.

(CONCLUSÃO) Percebemos que, com o advento do projeto de Lei Federal nº 6.413 de 2009 que visa impossibilitar a penhora, se aprovada, gerará insegurança para os locadores nos contratos de locação. Prevaleceria o princípio da isonomia entre locatário e fiador, colocando-os numa mesma garantia de direitos. Essa seria a interpretação que se esperava dos tribunais, visando consubstanciar um Direito Civil, mais justo e solidário. Portanto, resta-se consubstanciado a falta de regulamentação do direito à moradia, repercutindo na discussão acerca da penhorabilidade do bem de família do fiador nos contratos de locação. Sendo essa omissão do legislador crucial para destacar a constitucionalidade entendida pelo STF, dispondo ser possível penhorar o bem de família de fiador, para garantir dívida, decorrente de contrato de locação.

BRASÍLIA E DEMOCRACIA, UM HIATO DA MODERNIDADE SOB AS LINHAS DE M. BERMAN

Autor(es):

Rafael Rodrigues Paiva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: FARN
Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No mundo hodierno, repleto de hipertextos e mensagens voláteis, se produz a ilusão de superações conceituais, quer pelo desuso ou desestímulo experimental. Têm-se, então, um ambiente perfeito para reciclar o frívolo e velar o cerne. Tal mascaramento ocorre quando folheamos a Constituição e vemos artigos e parágrafos entrelaçando Brasil com Estado Democrático, e este último tendo Brasília como capital. Logo, se deduz que Brasília representaria toda a nação por incorporar e disseminar a democracia, como arrazoaram Juscelino, Lúcio Costa e Niemeyer. Porém, há um descompasso entre o mundo material e as linhas Magnas, e será por meio desta incongruência que o seguinte trabalho será erguido. Propomos a transição de olhares sobre os adjetivos que formatam nossa capital federal, afim de sublinharem e ratificarem seu teor antidemocrático, que de tanto grifadas instiguem uma inevitável mudança, homeostaticamente mais ponderada.

(METODOLOGIA) Diante tal cenário de ofuscamento conceitual elencamos o tema da Modernidade sob a ótica de Marshall Berman que, em sua obra 'tudo que é sólido se desmancha no ar', define "modernismo como qualquer tentativa feita por homens e mulheres no sentido de se tornarem não apenas objetos mas sujeitos da modernização, de apreenderem o mundo moderno e de se sentirem em casa nele" (2010, p. 11). Nos valeremos de um referencial primordialmente bibliográfico de resgate ao modernismo, este devir constante que se inscreve mesmo sabendo dos perigos que o esfacelarão.

(RESULTADOS) O autor sublinha um rol de expoentes, artísticos e intelectuais, que em eras distintas (mas conexas) compartilharam do Modernismo em sentido amplo, flutuaram sob o abismo do espaço-tempo e caíram, todos, na vertigem paradoxal de um Anti-modernismo. Foi esta a saída que Marx, Nietzsche, Dostoiévski, Goethe, Baudelaire, e outros tantos como Trilling, Moses e Gogol se valeram. É estar aberto a novas possibilidades criativas, mesmo que nauseado pela fenda niilista que vaporiza tudo a sua volta. É querer criar um castelo de areia à beira mar, mesmo sabendo que ao final da tarde uma onda qualquer o desmanchará. E toda essa energia, todo esse desejo se materializa nas inter-redes com cada um de seus "acoplamentos estruturais", onde novos sujeitos e atos surgem o tempo todo, nas congruências e reentrâncias das ruas, lúgubres ou não, mas todos respirando uma única democracia. A modernidade e seu elo democrático, se consubstancia nas ruas, nas vias e praças.

(CONCLUSÃO) A partir desta leitura, percebemos que Brasília, se simboliza o coração nacional, não pode representar a democracia, pois ela incorpora a estrutura de uma monarquia absolutista, silenciadora, terminada e que ojeriza qualquer alteração. É uma cidade que nasce propondo uma única e acabada mudança, divergindo do espírito da modernidade e da democracia. Assim, projetada de fora para dentro, numa sistematização disciplinar de blocos e espaços vazios, e localizada no centro geométrico do país (lançando, equidistantemente, seu olhar panóptico), ela colide com a tradição latina de uma urbanização que nasce de dentro para fora, com reuniões em praças públicas e com ruas que reverberam as vozes cidadinas. Então, se um país é espelhado em sua capital, ou mudamos esta ou nossos escritos constitucionais, afim de quebrarmos as fronteiras, os muros e tudo que gera descompasso. Devemos resgatar o Modernismo das ruas, pois sua vida, arte e pensamento possuem "uma capacidade de autocrítica e auto-renovação perpétuas" (idem, p. 17), e desconfiar daqueles "pós-modernistas" que gritam aos quatro ventos sobre fim da linha da modernidade. Mesmo que fadado ao devir, seu cerne nos convoca à imprimi-lo, pois logo em seguida, cabe-nos igualmente sua implosão. Palavras chave: Brasília, democracia, vertigem, Modernidade, Berman.

DOSIMETRIA DA PENA: O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NA ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL.

Autor(es):

Edmilson Leão Júnior. Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho busca identificar os equívocos mais comuns cometidos por alguns Magistrados de Varas Penais na prolação de uma sentença penal condenatória, que concerne na análise deficitária das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, no momento do cálculo da pena-base na forma do artigo 68 – Sistema Trifásico – o que, por conseguinte, vem a prejudicar o cômputo final da pena, seja deixando-a por demais gravosa ou mesmo aquém do justo. Tal pesquisa se mostra cientificamente relevante, tendo em vista que o ideal de justiça equitativa – que fundamenta a atuação do Estado em quanto titular do jus puniendi – deve ser respeitado, de modo a garantir que o réu seja punido de forma razoável e proporcional ao ilícito cometido, não permitindo que o Julgador haja equivocadamente no exercício de sua discricionariedade de modo a “dosar” uma pena injusta por ser mais grave do que o necessário, ou injusta por ser abaixo do que seria razoável.

(METODOLOGIA) A pesquisa parte da análise da fundamentação das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal empregada em sentenças condenatórias por alguns Magistrados, as quais, o autor teve acesso por ser estagiário numa Procuradoria Criminal do Ministério Público do Rio Grande do Norte. A exposição deste trabalho se dará por meio da apresentação de slides com os respectivos comentários do autor – na modalidade “comunicação livre” – e também, expondo a transcrição de alguns trechos de sentenças condenatórias penais, no que tange à dosimetria.

(RESULTADOS) Após a análise empreendida, ficou constatado que o instituto da dosimetria de pena empregada no processo penal ainda não foi plenamente adequado aos princípios constitucionais, mais especificamente ao princípio da individualização da pena, que norteia a graduação e a personalização da punição imposta pelo Estado ao Réu em virtude do ilícito cometido.

(CONCLUSÃO) A correta análise das circunstâncias judiciais numa sentença condenatória penal se mostra imprescindível, tendo em vista que a Lei as instituiu com fito de proporcionar aos Julgadores dos mais diversos casos em concreto, meios para “orientar” suas decisões de modo que procedam na individualização das reprimendas impostas, respeitando e garantindo aos apenados os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. Depreende-se deste trabalho, que alguns magistrados sentenciadores ainda não se adequaram aos princípios constitucionais que asseguram a todos os cidadãos um tratamento equânime. Observou-se que as sentenças penais condenatórias, indevidamente estão seguindo um tipo de padronização, ou seja, a análise dos aspectos objetivos implementados pelo Legislador – consubstanciados nas circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal – estão sendo ignorados, ou mesmo, estão sendo incorretamente avaliados, produzindo assim sentenças injustas, pelo fato de serem gravosas demais ou abaixo do que seria razoável.

ABORTO CRIMINOSO

Autor(es):

Ornella Tatianny Bezerra da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Lorena Deyse da Cruz Nunes: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este é um trabalho acadêmico dentro do Direito Penal, parte especial, sobre o Aborto Criminoso, ou seja, realizado por mulher grávida que decide abortar, sendo esta saudável, praticante de condutas geradoras de gravidez e não estuprada. A pesquisa é sobre esta temática por ser bastante polêmica, causadora de inúmeras discussões e debates. Neste trabalho analisa-se apenas o aborto praticado de forma ilegal, conseqüentemente considerado criminoso.

(METODOLOGIA) A pesquisa se deu com bases em livros através do método dialético, entendendo a perspectiva interdisciplinar da temática, através de conceituação, classificação e opinião de doutrinadores renomados no âmbito do direito constitucional, direito penal e medicina legal. Considerações a cerca do artigo 124 do código penal brasileiro, e também por meio de buscas na internet em sites que versam sobre este assunto.

(RESULTADOS) Constatou-se na referida pesquisa que o aborto criminoso é a interrupção prematura e violenta da gravidez antes do tempo normal, com ou sem a expulsão do feto, sendo este provocado. O principal direito fundamental proclamado pela constituição protege de forma precípua, a vida humana em desenvolvimento, desde o momento da fecundação. Não a qualifica como melhor nem pior, mais curta ou mais longa, nem muito menos diz se vale ou não a pena. A vida por ser um direito indisponível não pode de maneira alguma ficar a mercê da vontade de terceiros para que possa ou não perpetuar-se. O código penal de 1940, atualmente em vigor, classifica o aborto entre os crimes contra a vida, puni-se no art. 124 a mulher que praticou em si mesma ou permitiu que lhe praticassem o aborto. Os instrumentos utilizados para a prática de tal conduta são os mais variados. Existem também casos extremos na qual a literatura médico legal registra a ocorrência de grávidas que foram levadas a morte, conseqüente a introdução, pelo canal cervical, de soluções de sabão, de permanganato de potássio e de água sanitária. As complicações do aborto provocado são as mais variáveis, resultando lesões corporais de natureza leve ou grave, ou até mesmo a morte. Mesmo sendo o processo abortivo extremamente perigoso e violento, ainda hoje, os índices de ocorrência de abortos só aumentam. De acordo com o Data SUS, em 2009 foram realizados 2.123 abortos espontâneos, 35 por razões médicas e outras 1676 outras gestações que terminaram em aborto. Não existem informações precisas sobre o número de abortos provocados, porém este último número pode refletir parte desse total, já que a prática é ilegal e muitas mulheres ao cometer tal crime optam por não procurar ajuda médica. Segundo reportagem do diário de Natal, cerca de 200 curetagens por mês, são feitas na Maternidade Januário Cicco, acredita-se que a minoria é conseqüência do aborto provocado, raramente se identifica tal prática, pois as mulheres não precisam dizer se foi ou não aborto provocado, sendo que isto não faz parte do questionamento médico. No Hospital Santa Catarina são realizadas cerca de 72 curetagens por mês, no qual 10% desse valor decorre de aborto provocado.

(CONCLUSÃO) A constituição federal protege, de forma precípua, desde o momento da fecundação, a vida humana em desenvolvimento. Com o advento do cristianismo o aborto passou a ser definitivamente condenado, com base no mandamento “Não Matarás”. Essa posição é mantida até os dias de hoje pela Igreja Católica. Na antiguidade a mulher era punida com o exílio ou com castigos corporais extremados, na prática imperava quase sempre a impunidade. Nos dias de hoje o aborto criminoso é tipificado pelo ordenamento jurídico brasileiro. A prática de tal conduta gera dano material, físico e psicológico. Atualmente há a ocorrência de inúmeros casos de mulheres que provocam o aborto ou permitem que outrem lhe provoque.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A ABORDAGEM DO DIREITO ATÉ O PÓS-POSITIVISMO, COM BASE NA TEORIA DE HERÁCLITO DE ÉFESO.

Autor(es):

Fernanda Mery Crema: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Nohara Torquato Costa: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O direito está em constante mudança. Como ele surgiu com a sociedade, tanto esta quanto aquele acabam por se influenciar, onde um não poderia se manter sem a existência do outro. Partindo desta observação, fez-se uma associação com o pensamento de Heráclito de Éfeso, que defende o devir, ou seja, que tudo está em constante mudança, seria um acender e apagar contínuo do fogo primordial, e este assegura a permanência e a lei da sua mudança. Coloca que a realidade seria aparência, e o logos é o que nos mostra o real, seria a unidade nas mudanças e nas tensões a reger todos os planos da realidade, assim como, a unidade nas transformações. Mesmo que haja a renovação constante do direito, acredita-se que chegou a um ponto em que não se faz tão eficaz. Principalmente no pensamento ocidental, pois este tornou-se tão materialista que a sociedade, ou mesmo o direito, não estão conseguindo se sustentar, criar ordem, apaziguar conflitos satisfatoriamente. Percebe-se uma brecha para considerar o fato do ser humano ter além do racional os seus sentidos e sua parte espiritual, a partir de pesquisas científicas abordando um ser mais completo e complexo, o homem tendo inteligência racional, emocional e espiritual. Isto leva a crer em assuntos que não eram considerados, ou mesmo banalizados a pouco tempo atrás. Com isto, há a necessidade de uma nova concepção dentro do direito, para que não fique desarmônico; pois mesmo que este não seja justo em todos os seus procedimentos, precisa de um equilíbrio, e criar novas possibilidades de agir para alcançá-lo, senão pode estancar no tempo e perder sua real função. Por este motivo pode-se fazer uma analogia das diversas aplicações do direito ao decorrer de sua história até os dias atuais através da abordagem de Heráclito.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório que utilizou fontes bibliográficas. Este trabalho objetiva demonstrar resumidamente o pensamento de Heráclito de Éfeso; da mesma forma, estudar sinteticamente a história do direito; por fim, analisar o percorrer do direito na história através da abordagem heraclitiana.

(RESULTADOS) Ao pesquisar o direito, enfocando sua história e sua aplicabilidade, constatou-se que ele muda. A concepção dada na sociedade antiga, com uma abordagem mais filosófica, já não é a mesma da atualidade, extremamente capitalista e muito menos das sociedades medievais, controlado pela Igreja Católica. Essa transformação deve ser considerada de acordo com a sociedade nos diversos períodos históricos, pois cada época determina seu próprio ordenamento jurídico. O pensamento de Heráclito de Éfeso apresenta a ideia de um mundo fluido, animado por um jogo de forças contrárias e levado a transformar-se perpetuamente. Considera o mundo físico e transportando para o estudo em questão, analisa-se que este jogo será encontrado no equilíbrio entre os componentes da sociedade, buscando encontrar a paz na defesa da lei civil (nomos).

(CONCLUSÃO) Nota-se que atualmente o direito não está sendo tão eficaz e necessita da sua modificação mais coerente com a sociedade, deixando pra trás conceitos ultrapassados para dar maior fluidez ao seu exercício e cumprimento, que viria de encontro com a proposta do pós-positivismo jurídico. Esta nova visão pode ser explicada pelo pensamento de Heráclito onde a harmonia se daria com o direito incluindo, como um dos fatores decisivos na sua prática, a realidade social.

A INFLUÊNCIA DO DINHEIRO NA POLÍTICA

Autor(es):

Breno Sales Brasil: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Gabriela Xavier: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Vanessa Pessoa da Rocha Aires: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN
Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO. Esse tema será abordado devido a sua grande relevância no contexto social, porque a democracia é teoricamente “o governo do povo, pelo povo e para o povo” enquanto que na política brasileira o governo fica nas mãos de uma elite detentora de um poder econômico que se utiliza de cargos políticos como um meio de satisfazer os interesses de uma minoria. Sabemos que no Brasil, a democracia nunca foi plenamente alcançada, visto que, para que haja seu exercício pleno, a política não deve estar diretamente associada ao dinheiro. Podemos exemplificar com o fato de que, atualmente, o candidato só é eleito se tiver grandes investimentos econômicos em sua campanha, excluindo, não raro, pessoas com verdadeira vocação política e bem intencionadas. Essa interferência do poder econômico causa um enorme desperdício de verba que poderia ser destinada para a melhoria das condições do corpo social, e para isso é necessária que se faça uma reforma política e conscientização da sociedade como um todo. Dentro dessa seara, pretendemos analisar o contexto político-econômico-social do Brasil e apontar o que consideramos antidemocrático no regime atual.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA. Análise de prestação de contas dos candidatos utilizando os dados inseridos no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Utilizou-se também de uma entrevista com um magistrado do TRE abordando a relação entre os eleitos e seu poder econômico, registrando a necessidade de uma reforma política. Com base em um referencial teórico, em especial, a obra Manual Prático das Eleições, de Jarbas Bezerra, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, e Lígia Limeira, Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública e A República de Platão.

(RESULTADOS) RESULTADOS. Constatamos, por conseguinte, de acordo com nossas pesquisas que é necessário que se realize uma reforma eleitoral capaz de tornar as eleições brasileiras mais justas. Propomos, portanto, que cada candidato tenha direito a um valor fixo e predeterminado para a sua campanha, a depender do cargo pretendido, disposição de tempo de mídia igual para todos os candidatos, além de utilização desses mecanismos de forma padronizada, para que isso seja eficaz seria necessária criação de um órgão devidamente capacitado para a fiscalização. Além de continuar utilizando a internet como meio propagador das idéias e plataforma políticas dos candidatos e publicar suas despesas com a campanha

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO. As reformas acima mencionadas são essenciais para que esses gastos, de valores consideráveis, com as campanhas eleitorais não tenha um fim tão individualista e sejam convertidos em verbas que terão como fim o benefício da sociedade Palavras Chaves: Política, dinheiro, eleições, reforma

QUESTIONAMENTOS SOBRE A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

Autor(es):

Rafaela Carla Melo de Paiva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Marco César Dantas de Araújo: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Jonh Kennedy Bezerra da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Alexsandra Menescal de Carvalho Luna: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Fernando Gaburri de Souza Lima
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O tema em questão tem como escopo correlacionar o princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais à luz do código de defesa do consumidor vigente, e sobretudo da constituição federal. Este princípio define que, a prestação de tais serviços indispensáveis não serão interrompidos por fato que venha a ferir o princípio da dignidade humana, pois este garante o assistencialismo à sociedade. Em específico, questiona-se a constitucionalidade da suspensão do fornecimento dos serviços essenciais, em face do inadimplemento do ente público com o fornecedor. Para tal questionamento utiliza-se a lei de greve que define com exatidão os serviços públicos essenciais e urgentes, além de determinar que aos trabalhadores fica obrigado a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, são elas que, não atendidas, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população. Caso haja inobservância, o poder público assegurará a prestação dos serviços contínuos. Tal estudo demonstra-se relevante, pois se alguns serviços públicos não fossem classificados como essenciais e contínuos não seria possível garantir segurança, vida sadia, num meio ambiente equilibrado, tudo à respeito da dignidade humana, sem os quais não seria possível o crescimento ordenado da sociedade.

(METODOLOGIA) Com fundamento em referências bibliográficas no ramo das ciências jurídicas, partimos do método dedutivo de análise, ou seja, por meio de estudo de conceitos e casos concretos visualizamos que a doutrina e a jurisprudência vigente, em sua maioria, apesar de toda a divergência existente, adota um posicionamento protecionista ao consumidor, de que não se deve, em momento algum, interromper a continuidade da prestação dos serviços.

(RESULTADOS) Fora observado através das legislações correlatas que a interrupção da prestação de serviços públicos essenciais não deve ser admitida quando feita de maneira arbitrária pelas empresas fornecedoras de serviço, acabando por ferir os princípios constitucionais que asseguram o seu fornecimento, salvo nos casos em que o consumidor possui recursos para efetuar o pagamento e assim não o faz por má-fé. Mesmo com uma criação datada em mais de duas décadas, pode-se ver que o CDC e a Lei de greve, continuam fortes em nosso ordenamento jurídico, sendo atuais e regendo corretamente a vida em sociedade, tornando assim, uma lei mais específica, como a que rege a interrupção dos serviços públicos será dispensável, já que esta acaba indo de encontro com uma norma suprema.

(CONCLUSÃO) Podemos afirmar que a suspensão da prestação de serviço por motivo de dívida não é legal, quando feita por abuso de poder, visto que há outros meios para serem cobradas as dívidas dos consumidores, sendo estes os próprios órgãos públicos, prestadoras de serviços e outros. Não é justo com o consumidor o fato das prestadoras coagi-los de forma humilhante, através de interrupção de seu serviço, a pagar suas dívidas. Em regra, concordamos com o posicionamento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, que toma partido na ilegalidade da interrupção desses serviços. Portanto, cabe aos nossos magistrados serem contra a utilização de uma regra que não contribui para o progresso dos nossos serviços públicos, já que esta acaba limitando os direitos dos cidadãos e diminuindo a crença no Estado de Direito.

ESTÁGIO REMUNERADO: CAMUFLAGEM DE MÃO-DE-OBRA BARATA

Autor(es):

Raissa Gurgel Ponte: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Igor Adriano Nascimento Mesquita de Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Ana Carolina Rodrigues Chaves: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Mario Augusto Silva Araújo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Lei 11.788 de 25/09/2008 define estágio como sendo ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular, em instituições de educação superior, educação profissional, ensino médio, educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Pesquisas mostram que a maioria dos estagiários se vê como mão-de-obra barata, reclamam da pouca informação que recebem e do baixo índice de efetivação como funcionário da empresa, fato esse que fez com que a nova lei de estágio fosse aprovada recentemente. Torna-se extremamente necessário reconhecer a definição do estagiário e o princípio da isonomia como pleito judicial de equiparação salarial para que esse componente não se torne apenas “Mão de Obra Barata”, mas um fator de mudanças e novos conhecimentos.

(METODOLOGIA) O estágio deve ser visto como o espaço adequado para o discente colocar em prática a teoria ministrada em sala de aula. É o que defende Mauricio Godinho Delgado, afirmando que “o estágio foi pensado e regulado para favorecer o aperfeiçoamento e complementação da formação acadêmica profissional, devendo ser correto, harmônico ao objetivo educacional que presidiu a sua criação, sendo incorreto e irregular trata-se de uma simples empregatícia dissimulada.”. Numa outra vertente, percebe-se o estágio com mão-de-obra barata, para o setor público e privado, burlando o que prevê a legislação vigente. Baseando-se nessas duas vertentes do estágio, e em sua lei reguladora – Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, iremos expor uma forte tendência da relação trabalhista brasileira hodierna: estágio remunerado como mão-de-obra barata. Para isso, invocamos o Direito de Trabalho, e algumas de suas características principais, e o Direito Constitucional, através do Princípio da Isonomia, explícito na Carta Magna pátria, para fundamentarmos nosso trabalho. Pretendemos propor um debate acerca do que é visto em nossa sociedade, e a real função pedagógica do estágio. As principais conseqüências dessa técnica empregatícia também serão analisadas.

(RESULTADOS) É possível elencarmos três principais problemáticas que fazem do estágio hoje um local de desencontros e frustrações. Em diversos cursos de graduação o estágio é obrigatório para complementar a matriz curricular, oportunidade essa que deveria ser proporcionada pelas Universidades, mas termina, por vezes, tornando-se uma preocupação extra para o estudante. O segundo problema é a dificuldade de aceitação do estagiário. Isso se revela um tanto frustrante para o acadêmico, visto muitas vezes como uma ameaça, um aspirante a vaga futura, sendo recebido nesses casos de mal grado pelo seu condutor. O estágio deve ser o local de efetivo aprendizado da prática, porque a teoria é apenas um instrumento. O terceiro fator reside justamente na percepção de estágio como mão-de-obra barata, resultando vantagem para as empresas.

(CONCLUSÃO) Somente a mudança de foco entre o abandono da figura da mão-de-obra barata qualificada e da necessidade de cumprimento de um currículo mínimo pode induzir ao compromisso de desenvolver os profissionais que, certamente, o futuro exigirá. Apesar de toda a legislação existente, muitas vezes o objetivo pedagógico do estágio é esquecido. Os baixos salários pagos ao estagiário e o caráter não-empregatício do vínculo transformam o estudante em mão-de-obra barata, que substitui o profissional formado no mercado de trabalho. Enquanto algumas universidades prevêm nos seus programas de curso um estágio curricular obrigatório com o objetivo de colocar em prática os conteúdos vistos em sala de aula, para outras ele é apenas uma alternativa a contratação de novos funcionários. As alterações feitas nesta Lei número 11.788, de 25 de setembro de 2008 aprovada pela Câmara são louváveis, amenizando a situação a que muitos estagiários são expostos em nosso país.

PAZ MUNDIAL: A PRECURSORA DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Danielle Alecrim Montoril Teixeira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Elbia Moura de Miranda Henriques: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN
Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Desde o início da História, percebe-se a natureza beligerante do ser humano. Tal característica impulsionou a união dos homens para formação dos Estados, levando-os a intercalar períodos de guerra e de paz que derivavam de motivações próprias, voltadas ao comércio e ao bem-estar individual. O interesse pela paz assumiu diferentes nuances, perpassando pelo conceito de Justiça, Direito e Estado. A paz, enquanto objetivo maior, oscilou em torno da criação de um Estado Mundial que, para existir, carecia da mitigação da soberania de cada Estado. Em busca dos Direitos dos Povos, desenvolveu-se uma linguagem capaz de transpor as barreiras étnicas, religiosas, econômicas e culturais, a qual seria a resolução dos conflitos através do imperativo da paz. Atualmente, o elemento unificador dos povos em uma comunidade jurídico-global, denomina-se Direitos Humanos. Por considerar a relevância do tema para a comunidade jurídica e a necessidade de uma reflexão crítica na formação dos profissionais do Direito, estudaremos os Direitos Humanos numa perspectiva de dominação. Para tanto, faz-se necessário refletir a partir da História, sob os aspectos filosóficos, conceituais e ideológicos da paz, e ponderar sobre a influência dos Direitos Humanos na formação de um Estado Mundial.

(METODOLOGIA) A partir da leitura, fichamento e problematização do livro “A democracia no mundo de hoje”, do filósofo alemão Otfried Höffe, analisou-se, conceitualmente, a paz como precursora dos Direitos Humanos e expressão máxima da dignidade deste homem enquanto membro de uma família de iguais. Subsidiariamente, dialogou-se com temas afins na abordagem de Kant e Hannah Arendt.

(RESULTADOS) É inegável a interpenetração da paz com a ordem jurídica global. Pensadores de todas as épocas contribuíram com as principais concepções sobre a paz e as relações entre os Estados, a partir das quais se criaram modelos para uma ordem jurídica internacional vigentes ainda hoje. Constatou-se que na Antiguidade Clássica, a prática política contava com modelos rudimentares voltados a um ordenamento jurídico internacional. Inobstante, a filosofia carecia de elementos teóricos internacionais e supranacionais. Já na Idade Média e Antiga, apesar de terem surgidos inúmeros conceitos sobre a paz, não houve consenso sobre a formação de um Estado Mundial. Concordou-se quanto a mitigação da soberania de cada Estado em favor da paz por ser um bem comum a todos. Atualmente, em decorrência das revoluções econômicas, técnicas, científicas e da dominação de alguns agentes mundiais, a sociedade experimenta a mundialização. Este processo é fomentado pela universalização da língua, da cultura, dos modos de produção, da moeda e do Direito. Também pelas concepções de justiça, paz, ética e dignidade humana. Com esse viés, os Direitos Humanos integram a visão de paz mundial configurando a conquista maior de uma comunidade capaz de condensar os interesses globais e de defendê-los, inclusive dos equívocos e das desmedidas dos Estados não alinhados. Assim, um Estado Mundial, construído sob a égide da Democracia, seria o tutor desses direitos apoiando-se neste ideal humanitário para legitimar suas ações.

(CONCLUSÃO) Face ao exposto, é impróprio considerar os Direitos Humanos apenas sob uma visão humanitária, destituindo-o dos interesses políticos e econômicos, omitindo o viés da dominação.

COOPERATIVA: FLEXIBILIZAÇÃO X PRECARIZAÇÃO

Autor(es):

Marlos Victor Bezerra Alencar dos Santos: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Anna Clara da Rocha Gurgel: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Cooperativa é a associação de pessoas, sem fins lucrativos, a fim de obter para si as vantagens que o grupamento pode propiciar, frisa-se, ainda, que os serviços prestados são espontâneos, eventual e sem subordinação. Estas características são um modelo de flexibilização, que consiste historicamente em uma reivindicação empresarial para a solicitação de menores custos sociais e maior governabilidade do fator trabalho, ou seja, uma redução da intervenção estatal no contrato de trabalho. Nas cooperativas, a flexibilização é vista no art. 442, CLT, em seu parágrafo único, diz que, para qualquer ramo de atividade da cooperativa, não existe vínculo empregatício entre os associados, nem entre estes e os seus tomadores de serviços. Todavia, o que se vê, nos tempos hodiernos, é a criação de inúmeras cooperativas sem a sua verdadeira finalidade, visto que são criadas com o objetivo de sonegar ao trabalhador a sua proteção existente na CLT, como o recebimento do 13º salário. Ressalta-se, também, que essas falsas cooperativas encontraram no parágrafo único do art. 442 da CLT o grande estímulo para a sua criação, já que esse artigo afirma que entre o trabalhador e o tomador ou cliente da cooperativa, não pode existir o vínculo de emprego. Acrescenta-se, a situação dos trabalhadores atual, os quais, com a necessidade de ter um salário para sua sobrevivência, muitas vezes preferem abrir mão dos seus direito em troca de um emprego, mesmo este sendo precarizado como é o caso das cooperativas de fachada, cooperativas essas, que exploram a mão de obra subordinada, fraudando o cumprimento das obrigações trabalhistas. Nesse contexto, o presente trabalho irá discutir se as cooperativas de trabalho estão, atualmente, objetivando a utilização da mão-de-obra em condições precarizadas, ou visam o surgimento de postos de trabalho, como uma alternativa ao desemprego, através da flexibilização proporcionadas por elas.

(METODOLOGIA) Para realização deste trabalho foi utilizado bases de pesquisas científicas, doutrinas e revisão de literatura.

(RESULTADOS) Constatou-se que falta de subordinação no cooperativismo, ou seja, a carência de vínculo empregatício entre os associados houve um crescente surgimento de cooperativas, conforme dados contido na Folha de São Paulo de 18/01/98 e que afirma que mais de 2.500.000 empregados no Brasil perderam o registro na carteira de trabalho para serem rotulados e tratados como sócios de cooperativas, apesar de terem continuado a trabalhar para os mesmos empregadores, nas mesmas condições anteriores e dentre elas com o intuito de precarizar, sonegando os direitos trabalhistas inseridos na CLT.

(CONCLUSÃO) Desde a inclusão da nova redação do art. 442 da CLT, as cooperativas tornaram-se um meio para que as relações trabalhistas fossem sonegadas, a partir das falsas cooperativas e também um meio de flexibilização a partir da ausência do vínculo empregatício.

A MULTICULTURALIDADE E A VISÃO OCIDENTAL DO DIREITO ISLÂMICO

Autor(es):

Marla Karenina Guedes Davim Silveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Thaíza Felipe dos Anjos: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN
Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Sabe-se que o direito islâmico é totalmente vinculado a religião e nascido na idade média, diferentemente do que alguns pensam sobre o islamismo, que é um movimento político-religioso surgido na Arábia, no século VII d.C, e teve como fundador o profeta Mohamad, que através de mensagens ditadas pelo anjo Gabriel, reunidas após sua morte, compõem o livro sagrado da religião: O Alcorão. Atualmente, o Direito islâmico é base religiosa de cerca de um quinto da humanidade, independentemente da sua nacionalidade, isto se dá em virtude, sobretudo de ser um direito que resulta da religião que cultuam. Além disso, as suas fontes não é só o alcorão, livro sagrado da religião muçulmana; como também a suna, tradição relativa ao profeta, sua vida, e suas decisões; o Idjmâ, acordo unânime da comunidade; e o qiyâs, que é o raciocínio por analogia. No que diz respeito as sanções, esse direito preocupa-se mais com as ligadas ao estado de pecado, ou seja de cunho moral, ético, se detendo, portanto, muito pouco com sanções nas regras que prescreve e, pelo mesmo motivo, somente é aplicável aos fiéis.

(METODOLOGIA) Este trabalho constitui-se nos resultados de inúmeras pesquisas teóricas tanto de cunho científicos como de cunhos meramente informativos. Constitui-se também numa abordagem de modo a colocar em pauta a multiculturalidade do Direito através do direito islâmico para com o direito ocidental com enfoque no papel da mulher.

(RESULTADOS) Tendo em vista que atualmente um dos direitos mais polêmicos, o Direito Islâmico, traz a tona questões referentes como, por exemplo, o papel da mulher e suscita diferentes questões seja pelo discurso ocidental, na maioria das vezes se mostrando radical e pejorativo ao posicionamento do oriente; seja no discurso oriental, que visa defender veementemente o seu direito do julgamento dos demais países, sobretudo através da religião, o trabalho aqui presente objetiva analisar de forma imparcial e neutra muitas das deturpações apontadas pelo ocidente em seu discurso perante o Direito Islâmico, bem como o contrário também ocorre, isto é, tendo como resultado, compreender de forma pontual os mecanismos previstos pelo Direito Islâmico, principalmente no tocante a mulher, de modo a não condenar e muito menos apresentar críticas destrutivas a esse.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, é notório que fica difícil se chegar a um consenso quanto a questão do Direito Islâmico para com o Direito Ocidental, em virtude de ambos possuírem fundamentações e levantamentos divergentes quanto ao tema colocado em pauta, prioritariamente no que diz respeito ao papel da mulher no Direito Islâmico.

A CIDADANIA AMBIENTAL DO IDOSO: SUA PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO ECOLÓGICA

Autor(es):

Mariana Oliveira Ferrolho de Carvalho: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Vânia de Vasconcelos Gico
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O homem conseguiu, através dos avanços científicos, biotecnológicos e do avanço da qualidade de vida, acrescentar anos à vida e hoje tem um novo desafio: acrescentar vida a esses anos; um dos meios para consegui-lo poderá ser o exercício da cidadania ambiental, tanto por ter presenciado a transformação ambiental, dada pelos anos vividos, no caso do idoso, quanto pela consciência da negatividade dessa transformação; aqueles que estão na terceira idade pertencem ao segmento social de maior experiência humana, e, em geral, dispõem de tempo e credibilidade, em virtude do acúmulo de experiência e conhecimento. A pesquisa teve como objetivo analisar o papel do idoso na preservação do meio ambiente, tendo como viés temático a cidadania ambiental e a educação ecológica.

(METODOLOGIA) O estudo foi realizado a partir de uma visão transdisciplinar da ciência, e como caminho de interpretação, o método dialético. Realizou-se no Parque das Dunas em Natal/RN, com uma população de 26 pessoas que possuem acima de 50, no período de 13-16 de outubro de 2010. Após revisão da literatura, aplicou-se como estratégia da pesquisa para coleta de dados primários, uma pesquisa de campo exploratória com amostragem não probabilística, com entrevista qualitativa semi-estruturada e roteiro pré-estabelecido, indagando sobre o conhecimento do entrevistado a respeito da preservação ecológica da sua cidade de origem, a conscientização do mesmo em relação à preservação do meio ambiente e o papel que ele poderia desempenhar em relação à educação ambiental, complementada por um documentário fotográfico.

(RESULTADOS) A maioria dos entrevistados possuía 75 anos ou mais; 14 (53,85%) são do sexo feminino e 12 (46,15%) do sexo masculino. A maioria, 15 idosos (57,69%), era casada e 50% deles era aposentado. Quanto à moradia 24 (92,31%) morava em casa própria e um morava sozinho. No tocante ao nível de escolaridade, observa-se que 9 deles (34,62%) possuíam o ensino médio completo e apenas 1 era analfabeto. Percebe-se que 92,31% possuem plano de saúde e destes 73,08% é UNIMED. Dentre os entrevistados, 17 provinham do interior, 8 de capitais e 1 provem do exterior (França); 57,69% deles julgaram que durante a sua juventude essas cidades preservavam mais o meio ambiente, mesmo assim, 50% deles preferem a cidade como está atualmente, pois o desenvolvimento destas, apesar de ter causado impactos ambientais, facilitou-lhes a vida. Eles também consideram que atualmente a arborização é escassa, a reciclagem de lixo ainda é pouca e é constante a poluição de rios e praias, no entanto, o ar ainda é purificado, a poluição sonora não é constante, não há tanta poluição visual e 53,85% alude que o desmatamento ainda não é um problema. Coincidentemente 77% dos entrevistados acreditam que podem ajudar a solucionar os problemas ambientais educando as novas gerações e quando foram questionados a respeito das práticas de preservação que eles já realizam 22 pessoas (85%) afirmaram que já evitam agredir o meio ambiente e 18 (69%) já transmitem educação ecológica para as novas gerações.

(CONCLUSÃO) Verificou-se que durante a juventude dos entrevistados o meio ambiente era mais preservado, porém eles preferem a atual realidade, em virtude das facilidades que ela oferece. Os idosos têm consciência que são os responsáveis pela atual situação ambiental, pois no decorrer dos anos eles e seus antecedentes não preservaram o meio ambiente e só com o avanço da urbanização perceberam a devastação, pois, os problemas ambientais foram agravados e se tornaram mais visíveis; os dados demonstram que atualmente os idosos preservam o meio ambiente, tentam transmitir educação ecológica para as novas gerações e pretendem continuar exercendo a cidadania ambiental, mas é fato que muitos deles ainda não têm noção do poder que detêm.

O NOVO DIREITO CONSTITUCIONAL: ANÁLISE DO FENÔMENO NEOCONSTITUCIONALISTA E SUAS REPERCUSSÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Autor(es):

Ari dos Santos de Azevedo Filho: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Laís Luz de Menezes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Max Mullher Barbosa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

José Rafael de Oliveira Neto: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Teresinha Valente Araújo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Decorridos vinte anos desde a promulgação da Constituição de 1988, observa-se no sistema jurídico brasileiro um fenômeno: a passagem da constituição para o centro desse sistema, onde ela passa a desfrutar não só da supremacia formal, como da supremacia material e de uma supremacia axiológica. Quando a constituição passa a ser o centro do sistema jurídico, dali é deslocado o Código Civil, que por décadas figurava no centro desse sistema como o verdadeiro direito comum. A constituição passa a ser um filtro através do qual se deve ler as categorias e os institutos de todos os ramos do direito. Assim, toda interpretação jurídica passa a ser direta ou indiretamente interpretação constitucional. Portanto, a constituição passou a ser um instrumento operacional indispensável para todos os operadores jurídicos.

(METODOLOGIA) Para atingir aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento bibliográfico buscando analisar o fenômeno de constitucionalização do direito, a partir da mudança de três paradigmas: o reconhecimento de força normativa para a constituição; a expansão da jurisdição constitucional Brasil; o desenvolvimento de uma nova interpretação constitucional.

(RESULTADOS) Embora o fenômeno neoconstitucionalista possua inegável importância, ainda há a predominância de um sistema jurídico positivado, em que a ênfase está na lei codificada e na segurança jurídica, que ela traz. Porém, observa-se que há uma transição lenta do sistema jurídico positivado para um sistema que tenha na sua centralidade a constituição. Havendo, então, uma reaproximação entre o direito e a ética e entre o direito e a filosofia; e um reconhecimento de normatividade aos princípios, como o da dignidade da pessoa humana, da justiça e do devido processo legal.

(CONCLUSÃO) A Constituição de 1988 é o advento de uma cultura filosófica pós-positivista e como marco teórico O constitucionalismo democrático foi a ideologia vitoriosa do século XX. É nele que se condensam as grandes promessas da modernidade: poder limitado, dignidade da pessoa humana, centralidade dos direitos fundamentais, justiça material, tolerância e quem sabe até felicidade. Entretanto, há ainda uma necessidade de se aprofundar a aplicação dos preceitos neoconstitucionais nas relações jurídicas, onde ainda predomina a utilização do sistema jurídico positivado. Portanto, somente com o aprofundamento dessa aplicação, a constituição passará a ser um instrumento indispensável para todos operadores jurídicos.

OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR: INSTITUTO JURIDICO NA RECUPERAÇÃO DA MAIS VALIA URBANA

Autor(es):

Monick Ezequiel Chaves: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Raquel Maria da Costa Silveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A cidade surgiu da contradição entre as relações humanas, sendo assim, a cidade já nasceu de relações desiguais e, da mesma forma, serve de espaço para refletir tais desigualdades. Com relação à urbanização, o Brasil seguiu a regra dos demais países subdesenvolvidos: pulou etapas e construiu suas cidades sem o mínimo de planejamento urbano, fazendo aflorar na malha urbana o problema da desigualdade que já marcava a sociedade em geral. Para freiar este tipo de crescimento surgiram leis que visavam garantir uma estruturação lógica e sustentável do solo urbano. Neste sentido, há a criação do Estatuto das Cidades que propiciou o estabelecimento dos Planos Diretores em muitas das cidades brasileiras. Assim, a partir da criação de tais normas regulamentadoras ocorreu a gênese de alguns institutos jurídicos que tentam controlar o desenvolvimento do espaço urbano. Um dos dispositivos de relevante importância é a outorga onerosa do direito de construir, objeto principal do presente trabalho. Neste sentido, desenvolve-se neste artigo uma investigação sobre o direito à construção acima do coeficiente único de aproveitamento do solo urbano e sua relação com a recuperação da mais valia urbana por parte do Poder Municipal. De forma contínua, busca-se estabelecer os impactos de tais normatizações para o desenvolvimento urbano no Brasil, bem como as possibilidades de adequação do instituto. Sobressai ainda, uma pesquisa a cerca da utilização da contrapartida dada pelo particular ao Ente Público para poder exercer o direito ao “Solo Criado”.

(METODOLOGIA) Para analisar os desdobramentos acima citados foi necessário o desenvolvimento de pesquisa de caráter bibliográfico e documental.

(RESULTADOS) Os resultados apontam para um superficial conhecimento a cerca do Solo Criado, restando assim, uma má utilização da outorga onerosa do direito de construir, o que prejudica a dinâmica espacial do território urbano no Brasil. Nota-se ainda a carência pelo investimento em infraestrutura nas cidades, o que decorre diretamente da correta utilização da contrapartida dada para adquirir o direito de construir acima do coeficiente básico de adensamento nas áreas urbanas.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, que após a intensa luta do movimento urbano pela concretização de normas que viessem a reger o uso e construção no espaço urbano brasileiro, muitos institutos jurídicos criados deveriam servir ao fim de fazer com que a impactante desigualdade que emerge da sociedade brasileira fosse, de certa forma, amenizada por políticas públicas por parte do Município. Dentre tais institutos jurídicos criados está a Outorga Onerosa do Direito de Construir, que constitui uma maneira de recrudescimento de capital por parte dos empresários da construção, servindo ao mesmo tempo como forma de recuperação de mais valia urbana, oportunizando ao Município capital para investir na infraestrutura das áreas que se mostram necessárias. Todavia, o que se pode perceber diante da pesquisa realizada é a pouca importância dada a esse retorno de investimentos, pois, ocorre na maioria das vezes a cobrança de um montante pífio diante do tamanho do lucro obtido pela empresa privada. Além disso, os recursos arrecadados, às vezes, não são aplicados como deveriam, pois, a concessão da outorga implica consequências para o meio urbano, o que enseja a dotação da cidade de infraestrutura capaz de suportar uma construção que vai além do que permite o coeficiente máximo de adensamento do solo urbano.

O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA NO ESTADO ACONFSSIONAL BRASILEIRO

Autor(es):

Gabriel Seabra de Freitas Medeiros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Rodrigo Barros Mendonça
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo dessa pesquisa é demonstrar, no panorama atual do nosso ordenamento jurídico, como se dá o princípio da liberdade religiosa, desconstruindo a concepção de Estado laico para defender a aconfessionalidade do Estado brasileiro. Para tanto, discutir-se-á, de maneira preliminar, a relação conceitual entre ambas as nomenclaturas, a fim de esclarecer, inclusive pelo direito comparado, a situação desse princípio no sistema jurídico pátrio. Destacaremos, com o intuito de apontar as razões para a consideração do Estado brasileiro como sendo aconfessional, o impedimento à cobrança de tributos sobre “templos de qualquer culto”; o oferecimento do “ensino religioso” como disciplina de “matrícula facultativa” dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental; bem como o poder do casamento religioso de produzir efeitos civis, nos termos da lei; além de outros exemplos. Ademais, destacaremos as duas faces do princípio da liberdade religiosa, ou seja, o seu próprio exercício (panorama individual) e o exercício institucional (panorama coletivo), analisando sua evolução e as consequentes implicações no que concerne ao direito à liberdade humana, sejam de forma positiva ou negativa.

(METODOLOGIA) Os procedimentos e as estratégias utilizadas na coleta de dados advieram de pesquisas em revistas jurídicas, consultas a jurisprudências e, em especial, da consulta ao direito comparado, haja vista a escassez de material nacional sobre o tema. O ambiente do qual provém a pesquisa consiste na própria legislação constitucional, como fonte direta do tema na seara nacional. O trabalho em questão está em forma de pesquisa científica, como análise bibliográfica de livros que, de forma magnífica, abordaram o supracitado tema.

(RESULTADOS) A presente pesquisa teve como resultado principal que, o corolário da liberdade religiosa na República brasileira é a sua parcial privatização: parcial, porque enquanto as garantias constitucionais em si (como a liberdade religiosa individual, a liberdade dos cultos, a liberdade associativa coletiva religiosa superior à liberdade associativa ordinária, por exemplo) são eminentemente públicas, a prática religiosa em si é sempre privada. Mas ela não pode ser considerada privada no direito ao seu exercício, que é público, e já constitucionalmente reconhecida; mas nas formas de manifestação dessa liberdade, tanto individual quanto coletivamente pelos cidadãos associados para um fim religioso, as organizações religiosas, ou, inclusive na própria descrença em preceitos religiosos.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, pelo princípio da autonomia privada especial dos cultos que o “embaraçamento” de seu “funcionamento” está vedado pela República brasileira, garantia conjugadora e ampliadora das liberdades de consciência e de associação, diretamente relacionada com os direitos humanos. Ademais, percebe-se que, conforme o ordenamento jurídico pátrio, as organizações religiosas são como pessoas jurídicas de caráter especial, para as quais a mais ampla autonomia privada possível é imprescindível, o que não implicaria necessariamente na concessão de benefícios públicos, privando-se por evitar os extremos, a fim de assegurar uma efetiva liberdade religiosa: a República não é confessional, mas tampouco é religiosa, sendo o fenômeno religioso visto não com indiferença, mas com interesse pelo Estado, que o reconhece positivamente. O Estado pode manter relações com as igrejas e cultos para a colaboração de interesse público, mas a ele é vedado embaraçar o funcionamento destes, em uma incisiva restrição do poder da Administração.

FORMAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA COMO JUSTIFICATIVA PARA CRIMES ELEITORAIS

Autor(es):

Maria Luiza de Almeida Carneiro Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Lorena Bezerra da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Thaís Alves de Meneses: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Nathália de Souza Martins: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A política brasileira, desde a sua formação apresentou uma má institucionalização por meio do conflito de interesses, sendo assim os valores da ética e da cidadania foram deixados para trás, corrompidos a partir da República Velha, através do voto de cabresto e coronelismo no qual os eleitores não podiam votar de forma livre e democrática. Essa concepção contribuiu para o que conhecemos hoje de crime eleitoral, ou seja, atitudes anti-sociais lesivas à regra jurídica preestabelecida, sendo essas atitudes vinculadas aos atos eleitorais. Se vivemos hoje em uma situação política desfavorável é também pela falta de prática da justiça em nosso sistema, essa questão era essencial para Platão ao se tratar da boa política, que põe a justiça em ação, residindo nas qualidades morais de cada cidadão.

(METODOLOGIA) Este trabalho trata-se de uma pesquisa de cunho investigatório que utilizou fontes bibliográficas e documentais, tais como Convite à Filosofia de Marilena Chauí, História e Consciência do Brasil 2 de Gilberto Cotrim, Instituições de Direito Eleitoral de Adriano Soares da Costa.

(RESULTADOS) Visando abrir uma discussão sobre o quanto a política está inclusa na vida de cada indivíduo, já que ela é a condução de nossa própria existência coletiva, com reflexos imediatos sobre nossa existência individual; e ao mesmo tempo mostrar, dentro da história do Brasil, a má formação da cultura política de nosso povo. Tendo em vista que a falta de acesso à educação não é diretamente proporcional a falta de educação política, pois são poucos que são considerados “conscientes políticos”, mesmo a “maioria” possuindo instrução. Devido aos escândalos de corrupção nos quais os políticos só visam os interesses particulares, as pessoas veem a política de forma maléfica, ao invés de tratá-la como algo que concerne à sociedade como um todo. Dessa forma, as pessoas passam a não dar valor à política por pensar que ela não funciona na prática, mas na verdade deve-se ter a consciência das implicações de não se preocupar com a política, pois trata-se de uma atitude de passividade que favorece quem está no controle. É através da consciência política que a sociedade pode ser mudada, este é o princípio que norteia a Constituição Federal: “Todo poder emana do povo, para em seu nome ser exercido.” Isto pode explicar a necessidade de se cultivar o “analfabetismo político” em nossa sociedade. Aquelas pessoas que não sabem que a garantia de escola, saúde e emprego não são gestos de boa vontade, são obrigação do governante e direito do povo, assim como também não sabem que o preço da sua comida, a possibilidade de seu emprego e o valor do seu salário depende das decisões dos políticos.

(CONCLUSÃO) Para Platão, nossa sociedade é empírica e não racional; a sensibilidade não é confiável, pois leva o ser humano ao erro e não mostra as coisas do jeito que são. Assim, o caminho da felicidade é conquistado quando as discussões políticas são pautadas na racionalidade. E na nossa realidade as pessoas possuem impressões erradas sobre a política e não tem consciência ou não vem a necessidade de mudança, principalmente por serem vítimas da alienação política imposta sob diversos modos, por certos veículos e por poucos interesses, sendo os principais meios de comunicação de massa os mais poderosos veículos de publicação no Brasil e se encontram na mão da elite financeira nacional. Historicamente, esta nunca se ateu a resolver os problemas sociais e contribuir com a liberdade democrática real do país, nem esteve nem está disposta a usar os meios de comunicação para ajudar nisso.

O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO: A VERTENTE TRABALHISTA E A CONSUMEIRISTA

Autor(es):

Monick Ezequiel Chaves: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Kamila de França Queiroz: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Laíce Farias Leite de Menezes: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Ana Carolina Fernandes de Medeiros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Fernando Gaburri de Souza Lima
Instituição de Ensino: FARN
Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A nova conjuntura social que ensejou a alteração legislativa de 1988 trouxe para o texto constitucional vertentes fortes acerca de direitos com caráter de assistência, assim sendo, as normas da Carta Magna foram dotadas de intenso cunho protecionista. Destarte, a Constituição Federal de 1988 apresentou em seu texto uma gama de direito, titulados direitos fundamentais. Tais considerações feitas na Constituição refletem a presença marcante do Princípio da Proteção no direito brasileiro. Este princípio encontra-se em sintonia com outros que possibilitam enfatizar que o ordenamento jurídico brasileiro se preceitua segundo determinantes principiológicas. Neste desiderato, este novo desenho jurídico brasileiro pode facilmente ser visualizado quando da análise do direito do trabalho e do direito do consumidor, logo, podem ser enumerados diversos dispositivos legislativos que evidenciam a presença marcante do princípio da proteção no ordenamento jurídico brasileiro. Assim sendo, busca-se no presente trabalho analisar a relação entre o princípio da proteção e a atual legislação em vigor no Brasil, servindo-se dos ramos do trabalho e consumeirista para abalzar tais discussões. É ainda enfoque da referida pesquisa verificar a necessidade de adoção de tal princípio para garantir o Estado de Direito sob o qual se encontra o Brasil.

(METODOLOGIA) fundamentar estes estudos, se demonstram necessárias pesquisas de caráter bibliográfico, documental e ainda pesquisas jurisprudenciais que enfatizassem as posições aqui defendidas.

(RESULTADOS) Os resultados apontam para uma notória inserção do princípio da proteção no direito brasileiro, como se percebe mais facilmente quando se analisa o direito do trabalho e o código de defesa do consumidor. Ambos os ramos possuem uma carga legislativa e jurisprudencial que tem o escopo de proteger uma classe ou indivíduos que se encontram em relação jurídica de desequilíbrio. Esta relação de hiposuficiência enseja a tomada de soluções legislativas que conduzam tais partes a uma posição idêntica na relação estabelecida. Neste sentido, tanto a Consolidação das Leis do Trabalho, quanto o Código de Defesa do Consumidor, apostaram em dar suporte protecionista ao hipossuficiente.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, o ordenamento jurídico brasileiro, extremamente ligado ao viés neoconstitucional, estabeleceu um Estado de Direito de cunho protecionista com produto da característica principiológica do direito. De tal modo, as análises doutrinárias e jurisprudências demonstram a necessidade de se estabelecer um limite à utilização de tais princípios, tendo em vista que esta forma de julgar concede ao magistrado amplo espaço para formar seu próprio convencimento, trazendo portanto, uma preocupação quanto à segurança jurídica. Outra interessante conclusão diz respeito as recentes correntes do pensamento jurídico que já apontam para a indispensável proteção aos hipersuficientes da relação. . Todavia, o que se pode perceber diante da pesquisa realizada é a forte utilização do princípio da proteção, sendo necessário que se delimitem o campo de atuação em que se cabem julgamentos com bases principiológicas.

NÍSIA FLORESTA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988: UMA ANÁLISE SOBRE A (DES)IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE HOMENS E MULHERES.

Autor(es):

Neyber Auridéia Wanderley Pípolo de Macedo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Roberta Cristina de Souza Soares da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Djalma da Costa Guimaraes: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Raquel Andreia de Souza: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

Erica Ludmila Cruz Barros

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Neste trabalho estudou-se a história de Nísia Floresta e sua relação com o direito constitucional brasileiro como uma forma de homenagear o bicentenário da escritora, que nasceu em 12 de outubro de 1810 e faleceu em 24 de abril de 1884. Mulher guerreira, lutou pelos direitos das minorias, entre eles: os das mulheres, dos índios e dos escravos. Tornou-se precursora do feminismo brasileiro, além de educadora, abolicionista, escritora, idealista, indianista, nacionalista. Escreveu romances, poemas, ensaios, crônicas e novelas, não só em português, mas em francês e italiano. Ela foi a voz da mulher brasileira no Séc. XIX e sua luta influenciou na conquista dos direitos da mulher no Brasil quando denunciou a desigualdade de sexo como algo desumano. A escritora lutou para dar visibilidade à questão da mulher, na sociedade do Século XIX, tendo essa luta também contribuído para a modernização do direito brasileiro quando se antecipou na discussão dos Direitos Humanos no Brasil. Os direitos fundamentais foram consolidados no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, marco para o processo de redemocratização do País. No que se refere às mulheres, a atual Carta Magna é, sem sombra de dúvidas, a mais avançada, pois há garantia constitucional de igualdade entre homens e mulheres prevista em seu art. 5º. Entretanto é preciso que tal garantia chegue ao cotidiano de mulheres que vivem em condições desiguais em relação ao sexo masculino, fazendo com que não seja meramente uma Constituição de papel.

(METODOLOGIA) Este estudo se constituiu numa análise de natureza bibliográfica sobre a história da escritora potiguar Nísia Floresta e a modernização do direito constitucional brasileiro, no que concerne aos direitos fundamentais esculpidos na Carta Magna, que tratam sobre a igualdade entre homens e mulheres.

(RESULTADOS) Homens e mulheres no Brasil ainda vivem de forma distinta no que diz respeito à carreira, educação, política e saúde. Enquanto a igualdade entre os sexos está aumentando na maioria dos países, no Brasil, ela só piora. De acordo com o Gender Gap 2010 (Relatório Global de Desigualdade de Gêneros), do Fórum Econômico Mundial, o Brasil caiu do 81º lugar, em 2009, para a 85ª posição, este ano. Ao todo, o fórum analisou 134 países do mundo. A queda, explica o estudo, é consequência de pequenas perdas em educação e capacitação política, mas também dos ganhos de outros países nos rankings relativos. Ao comparar a remuneração entre homens e mulheres, o Brasil despenca para a 123ª posição. Segundo o estudo, a estimativa de ganhos salariais para a mulher é dois terços menor do que para os homens - US\$ 7.190 anuais, em média, para mulheres, contra US\$ 12 mil pagos aos homens. As mulheres que trabalham representam 64% da população feminina no Brasil, ante 85% entre os homens

(CONCLUSÃO) A luta de Nísia Floresta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres avançou com a Constituição de 1988, que delineou em seu art. 5º, inciso I, a garantia da igualdade entre homens e mulheres - bandeira levantada por essa ilustre potiguar no decorrer da sua vida como escritora. Contudo, diante do quadro apresentado sobre a desigualdade entre os sexos, percebe-se que o anseio por tal igualdade ainda é uma luta presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, é importante que a sociedade e o Estado continuem trabalhando para que os ideais defendidos por Nísia Floresta e que estão expressos no texto constitucional façam parte da agenda política dos governos municipais, estaduais e federal através das políticas públicas de combate à desigualdade de gênero.

O FUTURO DO DIREITO COM O AUMENTO DA TECNOLOGIA

Autor(es):

Everton Felipe de Santana Félix: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Direito é uma área de conhecimento que muda muito rápido, porém perante certos acontecimentos que virão muito em breve, o direito vai passar, literalmente, por uma revolução. Se a humanidade não for extinguida por uma guerra nuclear, a natureza vai pressionar tanto o ser humano para que este entre num sistema de vida sustentável, que a humanidade vai vivenciar aquilo que muitos filmes de ficção científica mostram: um mundo onde a tecnologia controla praticamente tudo. Sem acidentes de trânsito, sem prejuízos à natureza, sem profissões desgastantes como auxiliar de limpeza, telefonistas, vendedores, publicitários ou auxiliares administrativos, sem utensílios ou conhecimentos descartáveis, sem patrões, sem o 4º poder (mídia), sem limites entre nações etc. Sem os limites do capital a computação e a robótica vão controlar tudo ao nosso favor, permitindo ao ser humano buscar sua realização plena.

(METODOLOGIA) Este trabalho foi elaborado a partir de uma análise bibliográfica da obra de Jacques Fresco, Kenneth S. Keyes Jr. Roxanne Meadows e Peter Joseph criadores e líderes do Projeto Venus e do Movimento Zeitgeist. Para sua construção utilizei o método dedutivo, teorias de físicos, correntes filosóficas modernas e análises histórico-comparativas.

(RESULTADOS) Como se trata de estimativas sobre o futuro, algo sempre incerto, meus resultados se limitam à verificação de possibilidades dignas da curiosidade e da imaginação do conhecedor de direito, o qual verá nas minhas estimativas processos já vividos pela humanidade no passado, adaptados às novas tendências.

(CONCLUSÃO) É muito provável que no futuro: os códigos sejam mundiais, não possuam muitos artigos, dêem muita autonomia aos juizes, o direito não versará sobre tantos nem tão clássicos assuntos, pela mudança da cultura os crimes e as razões para cometê-los serão muito diferentes, o conceito de juspositivismo e jusnaturalismo mudará radicalmente e a humanidade viverá numa verdadeira utopia.

A DIGNIDADE DA PESSOA IDOSA EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Autor(es):

Alessandra Noronha de Lima: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Otávio Araújo Neto: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Rafaela Câmara da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Pedro Ruben Peres da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A dignidade foi eleita como princípio fundamental da República Federativa do Brasil pela Constituição de 1988, isto é, tornou-se um atributo da pessoa humana. Atualmente, este preceito, apresenta-se infringido sob aquelas pessoas com mais de 60 anos, chamadas, no Brasil, de idosas, dentro de algumas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIS). As ILPIS, também chamadas de abrigos, asilos ou casas de repouso, devem garantir um atendimento integral e institucionalizado ao idoso, uma assistência que supra todas as carências e fragilidades apresentadas em decorrência da idade. Porém, existe hoje, um desvio destas regras. O que mais se pode observar através dos veículos de comunicação, como a televisão, são casos de abusos, maus tratos físicos e psicológicos à pessoa idosa. Esse fenômeno social é preocupante, haja vista que, familiares, por exemplo, confiam, cada vez mais, a estas instituições, a vida de seus entes da 3ª idade. A expectativa de que os idosos sejam bem tratados e possam obter uma velhice saudável, não está sendo efetivada em algumas ILPIS, como estas propõem. Para agravar, não há na sociedade, nenhuma outra organização que as substitua ou exerça algum tipo de ação judicial para erradicar essas verdadeiras "casas de massacre" espalhadas por todo Brasil. "Embora a expectativa de vida tenha aumentado, a duração da vida não..., não cabe a nenhum indivíduo aproximar a morte de outrem, mesmo que esse outrem esteja em seu prazo final." (PIOVESAN Flávia, Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional). Em virtude dessa situação, objetivamos apontar a existência de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIS) que se desviam de sua real competência e dever, ferindo a dignidade da pessoa idosa, por não assisti-la devidamente. Esclarecer que o idoso deve sempre estar distante de todos os tipos de violência e, que mesmo sendo o envelhecimento humano um processo individual, todos devem contribuir, com ações rápidas e concretas, para resguardar esta etapa da vida com dignidade, qualidade e respeito, principalmente aqueles que se comprometem a isto, como é o caso das ILPIS.

(METODOLOGIA) O trabalho se configura numa pesquisa sobre os maus tratos sofridos pelas pessoas idosas, dentro das Instituições de Longa Permanência para Idosos, partindo de um método de abordagem indutivo, com base referencial bibliográfico na "Cartilha do Idoso", produzida pelo Ministério da Saúde; foram utilizadas obras como o "Manual do Cuidador: Cuidar melhor e Evitar a Violência", de Maria Cecília de Souza Minayo; "O Princípio Constitucional e a Dignidade da Pessoa Humana", de Rizatto Nunes; e "Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional", de Flávia Piovesan

(RESULTADOS) Constatamos que existem inúmeras instituições de assistencialismo a pessoa idosa e que, na sociedade atual, a grande maioria, das mesmas instituições, está fugindo de sua original função. Observamos ainda que, não existe Políticas Públicas que combatam esse tipo de comportamento e que, por isso, é necessário uma ação rápida para ajudar o idoso

(CONCLUSÃO) Percebemos, ao longo do trabalho, que no decorrer da vida, o corpo humano apresenta uma maior fragilidade física e mental, necessitando, em contrapartida, de maior assistência. Que, atualmente, algumas Instituições de Longa Permanência para Idosos, órgãos que deveriam funcionar como apoio a estes, opõem-se a sua função original, não resguardando as necessidades da pessoa idosa devidamente. Que o Estado deve motivar a criação de políticas públicas que distanciem os idosos dos diversos tipos de violência ao qual são submetidos, para que o seu direito fundamental, a dignidade, possa assumir, de fato, seu caráter inviolável, intemporal e universal.

COOPERATIVISMO NÃO GERA VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Autor(es):

Lorena Garcia Divino: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Luciene de Melo Santana: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Beatriz de Souza Fernandes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Emanuela Cardoso Fontes de Lima: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho visa explorar um assunto amplamente discutido no direito do trabalho pelos juristas da área, que é a análise do cooperativismo sob a ótica de não gerar vínculo empregatício. Para o estudo do tema é fundamental, primeiramente, a correta distinção entre o cooperativismo e o emprego. Pretende-se mostrar a experiência da COOPAPI – Cooperativa Potiguar de Apicultura e os seus devidos argumentos e estratégias utilizadas para justificar a desvinculação trabalhista, bem como o incentivo e planejamento do Estado no apoio ao cooperativismo.

(METODOLOGIA) Apresentaremos o tema em pauta a partir da comunicação livre das componentes do grupo, as quais estarão embasadas em pesquisas efetuadas em livros e na internet. Utilizaremos como auxílio técnico “data show” com exibição de imagens, além de distribuir panfletos para os que forem assistir a apresentação, a fim de ajudar em uma melhor compreensão do assunto.

(RESULTADOS) O cooperativismo é uma sociedade de pessoas que tem como objetivo principal na prestação de serviços, a valorização do trabalhador e suas condições de trabalho e vida, através de assembleias e controle democrático. Conforme o parágrafo único do art. 422 da Consolidação das leis trabalhistas que diz não haver vínculo empregatício em se tratando de qualquer ramo de atividade da sociedade cooperativa, é que se baseiam as cooperativas que existem hoje, principalmente no ramo da agricultura familiar como é o caso da COOPAPI. Visando unicamente não estabelecer relação de emprego com seus cooperados, o cooperativismo utiliza-se de certa liberdade, autonomia e independência, em que todos estão subordinados ao mesmo estatuto social. Procura-se, também, priorizar e incentivar a participação, nas cooperativas, de pessoas advindas das associações provenientes do mesmo ramo, com apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais para assegurar a desvinculação do emprego. Além disso, as cooperativas estão asseguradas pela Constituição Federal no seu art. 174, § 2º, o qual estabelece que o Estado tem que apoiar e estimular o cooperativismo. Sendo este um dispositivo constitucional, não se podem tomar decisões que prejudiquem ou desestimulem as cooperativas, como no caso, por exemplo, de se permitir a relação de emprego nessas entidades, pois isso é o mesmo que desestimulá-las, uma vez que causa uma elevação considerável dos seus tributos.

(CONCLUSÃO) Ao término desse trabalho, concluímos que muito embora a questão ainda seja polêmica, já existem julgados no Tribunal Superior do Trabalho no sentido de admitir que na cooperativa não há o vínculo empregatício. Demonstrando, assim, diferenças nítidas entre o cooperado e o empregado, já que em uma sociedade cooperativista o compromisso é educativo, social e econômico, promovendo uma integração na busca de ajuda mútua e apoio. Por conseguinte, nos inclinamos a concordar com as decisões provenientes do Tribunal Superior do Trabalho, tendo em vista a autonomia e liberdade estabelecida nas cooperativas, proporcionando ao associado e cooperado benefícios como o retorno dos investimentos que são equivalentes ao que é trabalhado. Ou seja, aquele que trabalha em curto período não ganhará o mesmo excedente daquele que trabalhou por mais tempo, além do cooperado ser sempre dono dos meios de produção e dos produtos obtidos e possuir o gozo da democracia e da igualdade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A ÓPTICA CONSTITUCIONAL DAS PENAS, PRIVATIVA DE LIBERDADE E RESTRITIVA DE DIREITO, NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO

Autor(es):

João Vitor Paulino Moreira da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Athos Fernandes de Queiroz: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Bruno Cortez Gomes da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Rhaif Rodrigues Rocha: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Fabrcio Lélis Pinheiro Rego: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Na realidade brasileira, ao compararmos a pena privativa de liberdade com a restritiva de direito (alternativa), fica evidente a falência daquela perante esta na sua finalidade de retribuição e prevenção do crime. Nessa perspectiva, Rogério Grecco, no seu livro Curso de Direito Penal (2007, p. 283), apresenta o seguinte conceito do que é pena: “A pena é a consequência natural imposta pelo Estado quando alguém pratica uma infração penal. Quando o agente comete um fato típico, ilícito e culpável, abre-se a possibilidade para o Estado de fazer valer o seu *ius puniendi*”. Com base nisso e na óptica humanística de punição, se faz necessário questionarmos a eficiência da aplicação das penas privativas de liberdade, na qual trata o apenado como um mero objeto, ofendendo um dos fundamentos da República Federativa do Brasil – a dignidade da pessoa humana -, e da restritiva de direito que, por sua vez, aspira não atingir de forma brutal o indivíduo. Ademais, a sanção alternativa se mostra mais eficaz e respeitosa aos princípios constitucionais. Com isso, queremos enfatizar a importância do conceito do que vem a ser o apenado, o identificando como sujeito de direito, na condição de que ao vislumbrarmos seu futuro possamos acreditar que a pena cumpriu sua finalidade, e nesta medida, o preso estará apto a conviver novamente em sociedade.

(METODOLOGIA) O tema em questão será abordado por meios de pesquisas bibliográficas, com base em livros, monografias e sítios online. Além de nos utilizarmos de pesquisas de campo, incluindo questionário entre autoridades judiciais da área penal.

(RESULTADOS) Como produto dessas ações esperamos perceber, através das respostas dos questionários aplicados aos operadores do direito penal, uma mudança no comportamento do judiciário ao abarcar os princípios constitucionais em suas ações jurisdicionais, observando assim uma maior aplicabilidade das penas alternativas.

(CONCLUSÃO) Diante dos aspectos analisados, inferimos que há a necessidade de reestruturação do sistema carcerário brasileiro devido à degradação que o condenado sofre ao lhe ser imputada uma restrição de sua liberdade ao permanecer em um ambiente insalubre, inadequado e que não favorece a sua ressocialização. Dessa forma, esse estudo comparativo entre as penas privativas de liberdade e a restritiva de direito nos revela o não cumprimento de forma apropriada dos Direitos Humanos, previsto na Lei de Execução Penal nº 7.210/84, fazendo com que o presidiário não receba o tratamento adequado por parte do Estado que possui o *ius puniendi*. A partir do que já foi mencionado, queremos desenvolver um sentimento de humanização em relação aos condenados de sorte que aqueles que foram levados ao cárcere sejam vistos de maneira igualitária ao restante da sociedade, conforme defende Louk Houlsmann.

A CAVERNA - UMA ANÁLISE MARXISTA DA OBRA DE JOSÉ SARAMAGO

Autor(es):

Vitor Lopes Varella: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Ronaldo Ramon Aguiar Da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Felipe Baía Araújo Fernandes Rosado: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivos: realizar um estudo analítico, partindo de uma visão marxista, do romance "a caverna", do Prêmio Nobel de literatura José Saramago - que trata de uma família de oleiros e sua conflituosa relação com o chamado "Centro", a partir da qual se inicia um exame da crítica marxista; relacionar o romance de maneira objetiva com as mazelas da sociedade contemporânea – às quais o autor se refere inicialmente a partir da fixação de um contrato abusivo entre o Centro e a olaria, e sobre as quais o íncito escritor discorre ao longo do livro; demonstrar que é possível realizar uma análise sociológica e político-econômica da sociedade a partir de uma obra artística, principalmente de uma obra crítica como a de José Saramago.

(METODOLOGIA) Os três integrantes (Felipe Baía Araújo Fernandes Rosado, Ronaldo Ramon Aguiar da Silva e Vitor Lopes Varella), orientados pelo professor Marco Aurélio de Medeiros Jordão, realizaram uma pesquisa, na qual foram promovidas as leituras do romance "a caverna", de Saramago; "A ideologia alemã", "O capital" e "Contribuição à crítica da economia política" de Marx; "O marxismo de Marx" de Raymond Aron; "A alegoria da caverna" de Platão. Após a leitura, deu-se início a um processo de discussão para confluir os pensamentos de Saramago e de Marx e relacioná-los com os dias atuais, trazendo como pano de fundo a metáfora da caverna de Platão. Decidimo-nos, por uma questão de objetividade, a realizar um aprofundamento maior no pensamento marxista, já que a metáfora platônica já se encontra de certo modo explícita no próprio romance.

(RESULTADOS) Após a pesquisa, percebemos que José Saramago partiu de uma metáfora platônica com o intuito de chegar à economia política marxista e, com ela, analisar uma sociedade fictícia, não obstante sua proximidade com a realidade. Na interpretação que o romancista faz da alegoria da caverna, os sujeitos no mundo atual se encontram presos nos grilhões das mercadorias, de entidades como o quase onipotente "Centro" e, em última análise do capitalismo. Entendemos, também, que diversos conceitos marxistas (considerados por muitos ultrapassados) estão, na verdade, muito presentes na nossa realidade cotidiana e que, se nos desvencilharmos dos grilhões que nos prendem e caminharmos para a luz poderíamos compreendê-los bem melhor. O próprio José Saramago, ao examinar a última crise mundial (pouco antes de seu falecimento), declarou que, no seu entendimento, Marx nunca esteve tão certo como hoje. Comprovamos, pois, a atualidade da obra marxista a qual, aliada ao engenhoso trabalho romanesco de Saramago, torna-se um artifício científico mais que válido na tentativa compreender as relações sociais na sociedade capitalista do século XXI.

(CONCLUSÃO) Após o final da pesquisa, chegamos à conclusão de que foi possível realizar um estudo analítico, partindo de uma visão marxista, do romance em questão (levando em consideração conceitos de Karl Marx como alienação, valor, preço, mais-valia), bem como relacioná-lo de maneira objetiva com a sociedade capitalista contemporânea e suas peculiaridades, e realizar uma análise sociológica e político-econômica através da arte - no presente caso, da literatura.

O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E A PRECARIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

Autor(es):

Eduarda Bernardino Correa Sobral: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Ludimila Silva Gondim: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Marcy Keveny de Lima Freitas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Shandra Lucena Marques: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Vitória Gurgel de Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas

Instituição de Ensino: FARN

Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O fenômeno da flexibilização no Direito do Trabalho é notório, haja vista estarem as relações de trabalho, assim como as relações sociais, em constante mudança devido às mutações econômicas ou às transformações na realidade produtiva. A flexibilização, então, surge para adaptar a legislação à realidade trabalhista, podendo, inclusive, reduzir os direitos antes assegurados ao trabalhador, apesar da política protetiva em relação a este, causando, assim, a precarização das condições do contrato trabalhista. Entre as formas de desregular o Direito do Trabalho, o contrato de prestação de serviços é uma forma de precarização de tal Direito, já que não há subordinação jurídica do empregador, podendo este impor regras que ferem a dignidade do empregado, fazendo com que haja retrocessos referentes às medidas protetivas já conquistadas pelo Direito Trabalhista.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa tem característica exploratória devido à sua finalidade de apresentar informações mais aprofundadas sobre o contrato de prestação de serviços, a sua natureza e as implicações no âmbito das relações trabalhistas. Desse modo, para desenvolver o tema abordado analisou-se a legislação vigente, jurisprudência, doutrina e artigos jurídicos relacionados à questão, além de pesquisas na internet.

(RESULTADOS) O Direito do Trabalho está estreitamente vinculado à dignidade do trabalhador; flexibilizá-lo ou desregulará-lo significa transformar o trabalhador em mercadoria desvalorizada e descartável. Quanto à flexibilização, Ives Gandra Martins assinala que aquela representa a atenuação da rigidez protetiva do Direito do Trabalho, com a adoção de condições trabalhistas menos favoráveis do que as previstas em lei, em que a perda de vantagens econômicas poderá ser compensada pela instituição de outros benefícios de cunho social, que não onerarão excessivamente a empresa nos períodos de crise econômica ou de transformação na realidade produtiva. A flexibilização que se ocupa exclusivamente com a redução dos direitos dos trabalhadores deve ser entendida como precarização do contrato de trabalho e não como forma de criação de melhorias nas condições de contratação. Dentre as distintas formas de desregular o Direito do Trabalho, ou até mesmo de “burlar” suas disposições de proteção ao empregado, há o contrato de prestação de serviços, o qual, segundo Alice Monteiro de Barros, “estende-se a toda espécie de serviço lícito, material ou imaterial, não sujeitas às leis trabalhistas ou a lei especial”, e encontra-se disposto nos artigos 593 a 609 do Código Civil. Ele apresenta-se como substituto do contrato individual de trabalho por eximir o empregador de subordinação jurídica, a qual, assim como a habitualidade, a onerosidade e a pessoalidade, é indispensável à caracterização da relação de emprego. Entretanto, inúmeras relações empregatícias simulam um contrato de prestação de serviços quando há, na verdade, um contrato individual de trabalho, acabando por precarizar, assim, as relações trabalhistas.

(CONCLUSÃO) Com vista ao exposto, conclui-se que a flexibilização é discussão presente no Direito do Trabalho, como necessidade de adequar as leis trabalhistas vigentes a um mercado em constante mutação. O que deveria ser uma forma de beneficiar e manter equilibrada a relação empregado-empregador se torna uma brecha no ordenamento jurídico que possibilita que empregadores “burlem” as normas protetivas ao empregado. Os contratos de prestação de serviços são um exemplo claro disso, precarizando as relações de emprego ao instigar a contratação por meio desses contratos em substituição ao contrato individual de trabalho, já que os empregadores se eximem de alguns encargos trabalhistas. A flexibilização pode ser conveniente para alguns fins, mas deve ser acompanhada da adoção de outras medidas que possam evitar a perda do ponto de equilíbrio na relação jurídica de trabalho. Uma coisa é certa: a flexibilização dos direitos trabalhistas, sozinha, não cria empregos e, muito menos, empregos bons.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

ANÁLISE DA DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO PÚBLICO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Autor(es):

Silas de Brito Moreira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A dispensa de empregado público, hodiernamente, reveste-se de notória importância, pois há a discussão acerca da sua possibilidade, ou não, no sistema jurídico pátrio. A empresa pública integra a Administração Pública Indireta, e, como tal, deve respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37, da Constituição Federal (CF) de 1988, bem como seus desdobramentos jurídicos. Contudo, por ter sua relação laboral regida pelo regime jurídico de direito privado, mais especificamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o empregado público não goza de estabilidade em seu vínculo, prerrogativa atinente ao servidor público. Assim, o presente trabalho de pesquisa analisará a possibilidade de dispensa imotivada do empregado público, e suas conseqüências jurídicas.

(METODOLOGIA) Procedeu-se a análise da legislação atual, doutrina e jurisprudência, por intermédio do método bibliográfico, consistindo em uma pesquisa exploratória descritiva.

(RESULTADOS) O Tribunal Superior do Trabalho tem entendimento sedimentado, através do enunciado n.º 390, no sentido de permitir a dispensa imotivada de empregado público, ainda que aprovado em concurso público, posto que a relação laboral sucederá sob a égide da CLT. Destarte, não há de se falar, segundo o referido tribunal, da estabilidade preconizada no artigo 41 da CF, esta que é garantia de servidor público, porquanto substituída por valor pecuniário de caráter indenizatório, a saber, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Contudo, há caso concreto que mostra o prejuízo ao interesse público, face à suscetibilidade do trabalhador ao arbítrio do administrador da empresa estatal, que pode valer-se da sua posição e do seu poder para obter vantagem ilícita, tanto para ele quanto para outrem. Com efeito, a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) para reformar a decisão que a condenou a reintegrar empregado aprovado em primeiro lugar em concurso público e demitido como inapto. Ademais, a instrução processual evidenciou qual teria sido o real motivo da dispensa, pois a dispensa do empregado possibilitou o aproveitamento de candidatos que obtiveram classificação inferior no concurso, inclusive o segundo colocado, filho do gerente da mesma unidade da Corsan em que atuava o funcionário demitido. Inclusive, esse gerente participou da avaliação do trabalhador dispensado, a quem não foi possibilitada ampla defesa em seu processo administrativo de dispensa.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o ato de dispensa de empregado público é ato administrativo, e como tal, deve ser motivado, segundo o princípio da motivação dos atos administrativos. Malgrado não goze de estabilidade em sua relação contratual, o empregado público não pode ser dispensado ao alvedrio do administrador da empresa estatal. Carece de motivação o ato de dispensa, pois é viabilizada a fiscalização de sua legalidade, e até mesmo da moralidade e impessoalidade administrativas, tanto pelo Poder Judiciário, quanto pelos cidadãos. Ao se colocar em cotejo os princípios norteadores da Administração Pública, o Estado de Direito atual, e a relação gestor-empregado, é forçoso concluir que não é permitido pelo ordenamento jurídico vigente a dispensa imotivada de empregado público, devendo ser anulado o ato de demissão e determinada, pelo Poder Judiciário, a reintegração do trabalhador, não obstante a possibilidade de indenização pelos danos materiais e morais provocados ao trabalhador pela empresa estatal.

O DIREITO DO TRABALHO E AS REFORMAS NEOLIBERAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RETROCESSOS DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988.

Autor(es):

Neyber Auridéia Wanderley Pípolo de Macedo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Constituição Federal de 1988 ancorou em seu texto o norte jurídico para a construção de um Estado Democrático Social; esse prima pela solidariedade entre os mais abastados e os menos favorecidos para construir uma sociedade mais justa e igualitária. O Poder Constituinte Originário foi exemplar para delinear os pilares para um Estado Democrático de Direito; em contrapartida, o Constituinte Derivado fez retroceder muitos direitos sociais consagrados em seu texto original, o que ensejou a base para os governantes implantarem no Brasil, na década de 1990, o projeto neoliberal iniciado nos anos de 1980 pelos governos dos E.U.A e da Inglaterra. Muito embora a Carta Política tenha sido esculpida sob o manto do princípio da dignidade da pessoa humana, de onde emanam todos os direitos sociais, inclusive a proteção ao trabalho destacada em seu art. 6º, houveram diversas emendas de cunho neoliberal que refletiram negativamente no mundo do trabalho, como por exemplo: desemprego, enfraquecimento da força sindical, aumento da informalidade e da precarização das relações trabalhistas.

(METODOLOGIA) O delineamento metodológico para a viabilização deste estudo constitui-se numa análise histórica e crítica das reformas neoliberais que fizeram retroceder os direitos sociais, entre eles o direito à proteção ao trabalho esculpido no texto da Carta Magna.

(RESULTADOS) A Constituição Federal de 1988 projetou os anseios da sociedade por um país mais democrático e justo socialmente, mediante a garantia dos direitos sociais que foram esculpidos na Carga Magna. Esses direitos são meramente exemplificativos, ou seja, são mínimos invioláveis que asseguram sua irredutibilidade por lei infraconstitucional, não havendo proibição alguma à ampliação de direitos pela legislação ordinária. Portanto o princípio basilar dos direitos sociais é o da proibição do retrocesso, pois determina que há de ser rejeitada qualquer alteração constitucional ou legal que atente contra os direitos sociais, extinga-os ou mitigue-os, sob pena de ofensa ao núcleo essencial legislativamente concretizado desses direitos humanos fundamentais. Na Constituição Federal, as únicas possibilidades de flexibilização são encontradas no artigo 7º, incisos VI, XIII e XIV, e somente quando houver disposto em convenção ou acordo coletivo. Isso quer dizer que: o direito do trabalho é protecionista e procurou resguardar o trabalhador de possíveis mudanças de rumo no que concerne à redução de direitos. Isso pode ser comprovado pelo princípio da norma mais favorável ao trabalhador, implícito na Constituição Federal. Diante do exposto, defendemos a tese de que a reforma neoliberal, que desregulamentou direitos trabalhistas adquiridos, afetou a proteção da classe trabalhadora e feriu a Constituição Federal.

(CONCLUSÃO) Fazendo um balanço sobre a Novel Carta Política, para a sociedade brasileira, evidencia-se que ela contribuiu para a efetivação da democracia no Brasil e, com isso, para o fortalecimento das instituições. Todavia, a Constituição “Cidadã” foi descaracterizada pelas emendas constitucionais, que propiciaram as reformas neoliberais. Nesse sentido, para os que defendem a bandeira da social-democracia, o saldo foi negativo, pois houve um grande retrocesso dos direitos sociais. Portanto conclui-se que a Constituição Federal de 1988 projetou os anseios da sociedade por um país mais democrático e justo socialmente, mediante a universalização da proteção social ao trabalhador, a exemplo da Seguridade Social, garantida pelo dispositivo do art. 195, da Carta Maior, mas, na prática, foram efetivadas as políticas de ajustes do Estado Mínimo. Para assegurar à sociedade os direitos fundamentais previstos na Constituição, é preciso que o Direito assumia a função de instrumento de transformação social na garantia dos direitos constitucionais. (STRECK, 2009).

"SEGUIR UMA REGRA" É CUMPRIR UMA NORMA?

Autor(es):

Julliana Lins Câmara Marinho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Danielle Rosado Targino de Oliveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Norma jurídica é uma regra e, antes de tudo, uma proposição, uma entidade linguística. O ser humano, ao longo da história, utilizou essa linguagem como instrumento para pensar o passado e o futuro, planejar seu projeto de vida, constituir sua racionalidade e se relacionar socialmente. A norma, também, pode ser classificada, diferentemente das frases declarativas, como sendo dotada de sentido, incluída nas fontes do direito, válida em determinado país e lugar e se propõe a expressar o que regula o comportamento da sociedade. Espera-se, desse modo, que os indivíduos, submetidos a um Estado que tem o poder de criar normas, sigam as regras que lhes foram impostas. No entanto, todo homem é livre para efetuar suas escolhas. Assim, o que se observa é um enorme descumprimento de normas jurídicas, seja pela falta de sanções mais incisivas, seja porque, quando expressas em uma linguagem vaga, abrem brechas que permitem seu não cumprimento, seja pelo próprio desconhecimento delas ou mesmo pelo prazer de descumpri-las. A partir dessa constatação, este trabalho tem como principal objetivo responder aos seguintes questionamentos: O que significa, sob a ótica jurídica, seguir uma regra? E o que leva os indivíduos a transgredirem essas mesmas regras?

(METODOLOGIA) Para que o trabalho fosse realizado, utilizou-se uma metodologia teórico descritiva, através de periódicos, artigos científicos eletrônicos e pesquisas em livros, tais como: as Investigações Filosóficas de Wittgenstein, o Manual de Introdução ao Estudo do Direito de Dimitri Dimoulis, as Noções Preliminares de Direito de Miguel Reale, a Teoria da Norma Jurídica de Noberto Bobbio, Dos Delitos e Das Penas de Cesar Beccaria, além de consultas ao Dicionário de filosofia de Nicola Abbagnano.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos com a pesquisa realizada em torno da temática foram as seguintes: na concepção de Wittgenstein, seguir uma regra nada mais é do que um hábito, uma convenção que não necessariamente é considerada correta ou errada. Criou-se, então, um paradoxo em torno dessa temática: "uma determinada regra não poderia determinar um modo de agir, pois cada modo de agir deveria estar em conformidade com a regra". Enfrentar esse paradoxo obriga a uma revisão da definição de regra ou a um ajuste nas teorias que discutem as relações entre norma jurídica e regra. Eis por que há uma tendência a afirmar que todo modo de agir, segundo a regra, é uma interpretação. Aliando essa concepção ao âmbito jurídico, a primeira observação relevante é que, sendo uma norma eficaz, ela é considerada, apenas, válida ou inválida e não verdadeira ou falsa. Questiona-se, portanto, o cidadão: Por que devo seguir determinada norma se não há garantia de que ela é válida? Qual benefício me trará? Há, ainda, pessoas que por simplesmente não terem acesso às regras formais impostas à sociedade, agem de acordo com sua conveniência. Outros, por fim, mesmo conhecendo as linhas frias das leis, descumprem-nas, apenas pelo prazer de ir contra o Estado que os rege.

(CONCLUSÃO) Chega-se ao fim do trabalho com a certeza de que é necessário que toda sociedade crie regras para serem seguidas, pois o ser humano precisa de um norte para que seu comportamento seja harmônico com a coletividade. No entanto, por não ter a convicção de que estão diante de proposições corretas, mas sim, de convenções que, durante o tempo, podem ser modificadas, os indivíduos acabam questionando essas normas e as transgressões acabam surgindo. Assim, conclui-se que uma sociedade só funciona com regras, e no caso de violação, devem ser impostos meios coercitivos pela autoridade competente, mesmo sabendo que sempre haverá descumprimento das normas que imperam na sociedade.

DIREITO A MEDICAMENTO: UMA GARANTIA CONSTITUCIONAL

Autor(es):

Talita Maria de Farias Sousa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Analisa-se a responsabilidade estatal com o fornecimento de medicamentos, abordando-se a tripartição dos entes federativos, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios como co-responsáveis pelas políticas públicas da saúde. Como garantia constitucional, todo o cidadão brasileiro, não importando a sua classe social, tem o direito a medicamento que venha necessitar. A problemática está nos medicamentos de alto custo que não fazem parte da lista de medicamentos fornecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) os quais são objetos nas demandas judiciais. Neste contexto, temos como objetivo saber do posicionamento jurisprudencial com relação a esta temática, e qual o procedimento a ser tomado quando o Poder Estatal não respeitar o direito do cidadão negando o medicamento. A partir desta análise, tanto os operadores do direito quanto a sociedade terão meios de verificar quais, onde e como obter o medicamento.

(METODOLOGIA) O método utilizado foi o dialético. Inicialmente foi feito um estudo teórico do tema abordado, dos direitos constitucionais fundamentais e o funcionamento da Unicat, como unidade de distribuição de medicamentos na cidade de Natal. Posteriormente foi feito levantamento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte referente as ações impetradas com o pedido de medicamento contra um ou os entes federativos (União, Estados e Municípios) nos últimos três anos. Com o levantamento destes dados analisamos a realidade do Sistema de Distribuição de Medicamento e as decisões judiciais favoráveis às ações de medicamentos.

(RESULTADOS) A Constituição Brasileira assegura o direito à vida, conseqüentemente a obrigação estatal de propiciar políticas públicas da saúde como um dos direitos fundamentais sociais, afirmando no art.196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, tendo como competência (art. 23, II, CF) a União, Estados, Distrito Federal e Municípios cuidar da saúde e da assistência pública provendo condições indispensáveis ao pleno exercício. Está incluído o medicamento que o cidadão necessitar para melhoras na saúde ou reduzir o risco da doença, não importando o valor do medicamento ou a classe social que pertence. Aqueles que não foram atendidos recorreram ao Poder Judiciário que condenou o Estado ao fornecimento sob pena de pagamentos de multas e a possibilidade de indenização pelos danos causados. O TJ/RN tem como entendimento majoritário que a obrigação de prestação de serviços e a práticas de ações que visem resguardar a saúde dos cidadãos é solidária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, podendo ser exigida conduta de cada um dos entes isoladamente. Assim, decisões são mantidas nos tribunais condenando o Estado a fornecer medicamento que não está na lista de distribuição da Unidade Central de Agentes Terapêuticos (Unicat) mesmo alegando não ter recursos para atender a demanda sem comprometer o orçamento da saúde.

(CONCLUSÃO) Em cumprimento ao princípio da dignidade da pessoa humana, ao direito a vida e conseqüentemente ao direito a saúde, o cidadão brasileiro tem buscado os seus direitos e lutado para que os entes federativos cumpram os seus deveres nas realizações de políticas públicas de saúde, e em especial no fornecimento de medicamento. Para isto, muitos dos cidadãos procuraram o Poder Público como meio de aquisição de medicamentos necessários ao combate de moléstias graves, principalmente contra o câncer através da Unicat e quando negados recorrem ao Poder Judiciário que na maioria das decisões são favoráveis, condenando o Estado o fornecimento de medicamento. Esta demanda contra o Estado do Rio Grande do Norte vem crescendo por ter o Cidadão e os operadores do direito encontrado na Justiça o meio mais eficiente para o tratamento com medicamentos de alto custo sem que comprometa o orçamento do paciente.

ANTÍGONA E A QUESTÃO FEMININA

Autor(es):

Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Camila Amorim de França: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Jessika Mayara Silva Rufino: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Tarzia Maria de Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Allyne Dayse Macedo de Moura: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Flávio Macedo Freire

Instituição de Ensino: FARN

Rasland Costa de Luna Freire

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esta pesquisa analisa a figura de Antígona – protagonista da tragédia homônima de Sófocles, fonte na qual buscamos conteúdo para fomentar o debate sobre o papel da mulher na sociedade. Sobre esse tema a Tragédia em questão nos dá dois exemplos – Antígona e Ismênia –, e sob o olhar daquela fizemos as observações que guiaram este trabalho. Durante a análise nos deparamos com uma personagem precursora, à frente do seu tempo: Antígona representa a luta de todas as mulheres que vão de encontro ao que está estabelecido e lutam por uma melhor situação da mulher na sociedade, em contraposição à figura de Ismênia, que representa a mulher na pólis clássica –frágil e submissa. Na tragédia sofocliana a protagonista transgride a lei imposta pelo tirano Creonte, que a impede de enterrar seu irmão Polinice, por este ter atentado contra a cidade de Tebas. A questão da mulher, em geral, e todas as questões a ela inerentes, constituem um tema atual. Ao longo da História o papel e as funções da mulher passaram por variações, e nas discussões sobre o assunto há uma base na qual encontramos discriminação e preconceito, entre outras coisas. Muito se avançou, principalmente a partir da segunda metade do século XX, no sentido das conquistas femininas. Sabemos, porém, que ainda há muito a avançar, a conquistar, a construir e a desconstruir.

(METODOLOGIA) O trabalho metodológico da presente pesquisa se desenvolve preponderantemente a partir da análise da obra Antígona, de Sófocles. Aborda questões nos âmbitos da Filosofia, da Sociologia, da História e do Direito. No primeiro momento buscamos na História Antiga uma compreensão da atitude de Antígona para com seu irmão Polinice. Na obra de Fustel de Coulanges encontramos resposta, pois A Cidade Antiga nos mostra o respeito dos povos antigos por seus familiares mortos. Outra questão observada foi o papel do Estado. Historicamente as civilizações têm em suas bases estruturas patriarcais. A partir da observação dessa realidade histórica, pudemos partir para a análise de alguns pontos importantes em nosso debate.

(RESULTADOS) O comportamento dos povos antigos girava em torno da religião e esta determinava uma série de rituais para com os mortos de cada família. Em Tebas, palco da desgraça abatida sobre a família de Antígona, não era diferente. A crença depositada na vida além da morte e nas obrigações dos vivos para com os mortos era tão grande, tão profunda, que já se faz, por si só, uma justificativa para a atitude desobediente de Antígona. Através da transgressão de uma lei tirânica, Antígona aparece como defensora do feminino e do mundo privado da casa, que se ergue contra a lei masculina e a ação na vida pública. Indo mais fundo na essência do tema em questão, afirmamos que os papéis sociais não podem ser subjugados pelo gênero. Essa informação é simples, objetiva e verdadeira - sendo fundamentada na observação de diversas conquistas femininas e masculinas ao longo da história -, mas a vemos negada em várias passagens da Tragédia Antígona, quando das falas de Creonte. A pesquisa realizada, através do questionamento do papel feminino sob a perspectiva de Antígona, mostrou que tal papel é de contribuição na luta por uma sociedade mais justa e mais digna para todos.

(CONCLUSÃO) O resultado aqui apresentado só se concretiza – e quem nos mostra isso é a História de todos os tempos – através da ousadia. Assim, é em atitudes semelhantes à de Antígona que está o caminho para uma sociedade igualitária e livre da discriminação. Chegamos à resposta de nossa problemática, sem a intenção de esgotar o tema, mas de contribuir para as discussões sobre uma questão atual, interessante e necessária.

SOBRE A ANÁLISE DO "ETHOS" EM UM DISCURSO POLÍTICO.

Autor(es):

Mariana de Lima Siqueira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura

Instituição de Ensino: FARN

Marco Aurelio de Medeiros Jordão

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A linguagem é o que motiva a ação. A política depende da ação. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica o estudo do político pelo discurso. Não existe um ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. Assim, o discurso é a co-criação de uma identidade resultante da fusão entre quem fala e quem interpreta, caracterizando máscaras estratégicas construídas pelo "ethos" - meio discursivo descrito também por Charaudeau e que é um dos três tipos fundamentais de discurso, desde A RETÓRICA de Aristóteles. O presente trabalho consiste em decifrar o discurso político, analisando suas razões, aparências e fundamentações a partir de um estudo crítico que revele os pressupostos que se escondem sob sua enunciação.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa é de cunho analítico, fundada nas obras de Platão - A República, Charaudeau, P. - Discurso Político e Aristóteles - A Retórica, para uma póstuma análise do discurso de posse da ex-governadora do Estado, Wilma Maria, datado de 2007.

(RESULTADOS) Após a análise empírica do material, que mostra a presença dos "ethos" Identificação, Credibilidade, Caráter – Provocações, Caráter – Força Tranquila, Coragem, Humanidade, Chefe, Máscara – Competência, Máscara -Virtude e Máscara – Sério; concluímos que nos discursos políticos só se encontram frases persuasivas e técnicas argumentativas. Tudo o que é dito são apenas demonstrações psicológicas, que quando envoltas em um ambiente emocionalmente fervoroso, passam imperceptíveis e ganham a adesão do público, não condizendo com o estado real de quem o fala. Aristóteles tanto quanto os atuais analistas do discurso ligam o "ethos" – meio discursivo político – ao exercício da palavra, e não ao indivíduo real, caracterizando assim as várias máscaras de um sujeito.

(CONCLUSÃO) Embasados nas informações empíricas oriundas de trechos do discurso já referido, podemos concluir que a formação política dos políticos se reduz a aprender a manipular, linguisticamente, os temas clássicos (tópicos) que mobilizam o povo em torno da imagem que criam. Da mesma forma, a população, sem a formação política mínima, aceita sem crítica tais discursos como a manifestação de verdades indiscutíveis.

.Atribuindo novas palavras a Platão, concluímos que para se fazer política em sua totalidade e com toda sua significância, necessita-se de uma formação que inclua conhecimentos daquelas matérias que, ignoradas por grande parte da sociedade e adiada no ensino aos jovens, formarão o pensamento crítico, o questionamento necessário dos ideais impostos na sociedade, a consciência política. Essas matérias são: sociologia, antropologia cultural, ciência política e filosofia – incluindo o estudo da lógica e da argumentação. A inserção de estudos acerca da política, com fundamentação filosófica crítica, gerará a formação que culminará numa verdadeira reforma política voltada para a cultura de toda uma sociedade. Essa reforma, a longo prazo, formará melhores políticos e uma sociedade mais capacitada para exercer sua cidadania.

SOBERANIA, FATO OU IDEAL?

Autor(es):

José Augusto de Lima Neto: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão

Instituição de Ensino: FARN

Ronaldo Alencar dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Introdução: O objetivo central desse trabalho é definir o que seria uma soberania, como foram as suas diversas interpretações ao longo dos séculos, trazer definições atuais e compará-las com a realidade, e fazer uma crítica acerca de sua relação com o direito internacional. Além disso, pude dispor da ajuda dos diversos pensadores a respeito do termo "Soberania", como Thomas Hobbes, Maquiavel e Jean-Jaque Rousseau.

(METODOLOGIA) Metodologia: Utilizei-me a princípio do conceito exato da palavra "Soberania", Logo em seguida parti para uma segunda etapa, saber como os homens primitivos passaram de uma vida individual para uma sociedade coletiva (Estado soberano). Thomas Hobbes e Rousseau partem do pressuposto de que a partir de um contrato social, os homens que viviam em constante estado de guerra (estado de natureza), passam a viver numa coletividade, onde renunciam a toda sua liberdade de outrora, em prol de um líder, um governante, um soberano (estado absoluto); cabendo a este regulamentar a sociedade e proteger seu povo de ameaças externas, podendo utilizar-se de poderes ilimitados para obter esses fins (soberania). Logo em seguida tratar-se-ai de mostrar que os conceitos de Hobbes e Maquiavel eram conceitos que provinham de certo absolutismo do estado, porém foram os primeiros a afirmar que o soberano é o estado, e não o governante. Rousseau por sua vez era favorável a uma "soberania popular", onde o estado deveria apenas atender os anseios do povo, e não ter total poder para fazer o que quiser fato que inspirou a revolução francesa. Por fim, busca-se fazer uma crítica ao conceito de soberania atual, no sentido de saber até que ponto ainda é respeitada. Quais os empecilhos a criação de um direito internacional firme?

(RESULTADOS) Resultados: Minha idéia central é reaver a discussão a respeito dos problemas acerca da soberania dos povos e do direito internacional, fazer uma análise crítica do tema, e tentar abordar soluções viáveis para esses problemas.

(CONCLUSÃO) Conclusão: Tendo em vista o que foi abordado, conclui-se que as definições do Hobbes e Maquiavel são conceitos que perduram até os dias de hoje, que funcionam como conceito básico do que é soberania. Hobbes e Rousseau partiram da idéia de "contrato social" para definir a origem do estado (soberania). Vejo que realmente a soberania não pertence apenas ao governante, mas sim ao estado, que está lá para representar e atender os anseios do povo, que é quem compõe o estado. Acredita-se que nos dias atuais a soberania tem sido tanto de suma importância, como também um empecilho para a efetivação do direito internacional, que também é de suma importância. Nos dias atuais o conceito de soberania é bastante relativo, pois vai depender exclusivamente do interesse das grandes potências, maior exemplo disso? A guerra do Iraque, onde os Estados Unidos não respeitaram a soberania do Iraque e subjugam diariamente a população local; outro exemplo claro é na questão do Irã, aonde o país tem todo direito de construir bombas atômicas dentro de suas fronteiras. Realmente será que o direito internacional é mesmo um fato? Ou está apenas resumido aos grandes pensadores?

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL - OS FLANELINHAS E GUARDADORES DE CARROS

Autor(es):

Adriano Cesar Freire da Costa e Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Pedro Calixto Neto: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Sami Felicidade da Rocha: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Wanderlan Santos Porto

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No Brasil encontramos um elevado índice de pobreza. Para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), 36,2 milhões de brasileiros estão vivendo com até R\$125,00 por mês. Essas pessoas estão classificadas na chamada “linha de pobreza”. Apesar de termos esses valores, podemos dizer que houve uma redução na pobreza em nosso país. A percentagem de brasileiros que viviam em extrema pobreza era de 19,31% em 2006. Em 1993, ano anterior ao Plano Real, era de 35,31%. Dentro dessa chamada linha de pobreza, podemos distinguir os diversos tipos de grupos sociais, como os flanelinhas e guardadores de carros. Estes estão inseridos em um grupo que se mantém através do emprego informal.

(METODOLOGIA) Esta é uma pesquisa que se classifica quanto ao seu objetivo como sendo do tipo bibliográfica e tem por finalidade mostrar o comportamento de uma classe social que vem crescendo de uma forma desordenada pelas ruas de Natal. Os Flanelinhas utilizam da informalidade para garantir os recursos que irão prover suas famílias. Para tanto, a coleta de dados foi realizada em livros, artigos na internet e depoimentos pessoais adquiridos com uma flanelinha.

(RESULTADOS) A Profissão de Flanelinha Os Flanelinhas e Guardadores de Carros tem sua profissão regulamentada desde 1975, onde, através do Presidente da República ERNESTO GEISEL foi promulgada a lei Nº 6.242 de 23 de Setembro 1975. Para o exercício da profissão o guardador deverá ter o registro na Delegacia Regional do Trabalho. Apesar da existência da lei os guardadores de carros não contam com uma estrutura organizacional adequada. A primeira pessoa que se estabelece no local (ponto) é o dono e os demais devem ter a autorização dele mediante ao pagamento de um aluguel. Algumas cidades do Brasil, incluindo Natal, estão criando as associações de flanelinhas com o objetivo de organizar e dar mais credibilidade a profissão. Os guardadores utilizam coletes e crachás com identificação e fazem cursos de capacitação, prestando assim, um melhor serviço a sociedade e trazendo a satisfação dos motoristas.

(CONCLUSÃO) Os Flanelinhas e Guardadores de Carros ainda são discriminados pela sociedade, vistos como desocupados e marginais eles tentam desempenhar seus trabalhos. Sabemos que muitos deles cometem delitos na profissão, entretanto, com a formação adequada e uma organização sistemática da classe a sociedade passaria a dar mais credibilidade a esse profissional. Podemos tirar como exemplo a Associação dos Guardadores de Veículos de Curitiba que conta com mais de 180 flanelinhas cadastrados e os mesmos contam com cursos de capacitação, acompanhamento psicológico, médico, entre outros. Segundo o flanelinha Raimundo Luiz da Cruz Moraes da Silva, “o uso do uniforme dá crédito ao flanelinha diante do cliente”. Com a criação das Associações a profissão de Guardadores de Carros terá mais credibilidade e os motoristas terão maior satisfação na prestação do serviço, assim como, os profissionais terão mais assistência.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO RECUO NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, CONFLITO DE NORMAS E FUNÇÃO SÓCIO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE

Autor(es):

Danielle Sousa da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Os recuos são distancias medidas entre o limite externo de projeção horizontal da edificação e a divisa do lote. Seu objetivo consiste em garantir adequadas condições de aeração e iluminação, em evitar que as moradias sejam devassadas preservando o direito de vizinhança. O Código Civil lei 10.406/2002 no art. 1.301 trata do Direito de Construir, limitando o espaçamento mínimo de 1.50m entre as construções, enquanto que o Plano Diretor do município e o Código de obras e Edificações, criados por determinação do Estatuto da cidade lei 10.257/2001, conferem que sejam estabelecidas as diretrizes gerais da política urbana, destinadas a reger a conduta dos indivíduos quanto ao uso e ocupação do solo, delimitando também o espaçamento mínimo de 1.50m entre as edificações, sendo que em alguns municípios há a sua dispensa pela própria norma. Diante disso, podemos estar diante de um conflito de normas, pois, no caso em comento, temos a disposição normas que se contrapõe, a observância de uma implicaria o descumprimento de outra, tratamos, portanto, de uma antinomia de 2º grau, onde há uma norma geral posterior e uma norma especifica anterior.

(METODOLOGIA) Analisando o fator cronológico seria aplicado o Código Civil, por ter sido criado posteriormente ao Estatuto da Cidade, porém o Estatuto da Cidade é mais especifico, devendo prevalecer sobre o mais novo. De acordo com Sílvio de Salvo Venosa, “quanto á especialidade, a regra a ser lembrada é que, havendo norma geral e norma especial sobre a mesma matéria, prevalece à especial, uma vez que a lei geral só revoga a especial quando assim expressamente o declarar”. (2004, p.135). A especificidade do Plano Diretor e do Código de Obras e Edificações delimita as necessidades de cada município que integra a região metropolitana da cidade, tentando dar uma ordenação justa aos mesmos. Porém a norma do Código Civil é mais integra, não se preocupa somente com a ordenação urbana mais também leva em consideração à função sócio ambiental da propriedade, constantes em nosso ordenamento jurídico, cujo objetivo, dentre outros, é a regulamentação da relação social e jurídica existente entre os titulares de direitos reais sobre imóveis, sobretudo diante da proximidade existente entre eles.

(RESULTADOS) A partir da revisão conceitual da norma urbanística “recuo”, do levantamento, análise, sistematização e avaliação comparativa dada aos seis municípios, são possíveis constatar quanto aos efeitos da aplicação do instrumento sobre a estrutura urbana, que os conflitos existentes geram evidentes perdas de qualidade ambiental e prejuízos quanto à proteção da arquitetura modernista da cidade.

(CONCLUSÃO) Entende-se que o instrumento em si não responde por esses problemas, mas sua aplicação dissociada de outros mecanismos e políticas que minimizem os impactos sobre o ambiente construído. No trabalho concluo que, a atribuição do direito está vinculada ao cumprimento do dever que lhe é intrínseca, para um determinado fim, e que por força de dispositivos constitucionais citados a função social da propriedade necessariamente vincula à questão que concerne à preservação ambiental.

PROTEÇÃO AMBIENTAL: BREVES APORTES SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Autor(es):

Milenna Dantas Lacava de Almeida: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Devido às constantes discussões cada vez mais notórias mundialmente e da conscientização global a cerca da complexidade dos problemas ambientais, este trabalho tem como objetivo geral explorar de forma teórica o tema do licenciamento ambiental frente a sua importância na proteção ambiental, entendendo o licenciamento como mecanismo de verificação prévia para a utilização dos recursos naturais finitos. Assim sendo, através de breves aportes teóricos, verificou-se a distância entre as pretensões da lei e sua implementação, como também abordou-se as etapas desse licenciamento e seu panorama jurídico. O licenciamento ambiental, seguindo as diretrizes intituladas em 1981 e 1990, é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente o qual envolve análises técnicas e discussões públicas das informações produzidas de modo a guiar o órgão licenciador quanto ao consentimento da estruturação de obras (LIMA,2006). Viabilizando-se, portanto, as restrições dos impactos ambientais causados. Desse modo, esse licenciamento concerne a uma obrigatoriedade em âmbito federal e caracteriza-se como uma forma de poder executivo que deve ser respeitado, dada a sua fundamentação quanto as questões ambientais.

(METODOLOGIA) A consecução desse trabalho se deu através de procedimentos de cunho qualitativo por meio de levantamentos bibliográficos, documentais e legais (GIL,1999). A pesquisa baseou-se em revisão de literatura, analisando conceitos diversos presentes em livros, teses e dissertações, além da abordagem da Lei 6.938/1981 e do Decreto de Lei 99.274/1990, assim como resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e artigos da Constituição Federal (CF), a fim de integrar o licenciamento a abordagens práticas e didáticas para melhor demonstrar a sua importância frente à proteção ambiental.

(RESULTADOS) O licenciamento ambiental trata-se de um ato jurídico/administrativo pelo qual compete ao órgão licenciador legitimar as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas para que efetivamente haja a implementação de empreendimentos. Assim, foi por meio dessa pesquisa que verificou-se a importância do licenciamento ambiental como instrumento para proteção ambiental, de modo a objetivar seu poder executivo como poder de polícia dada as conseqüências desse licenciamento, por meio de suas penalizações administrativas e civis. Essas são as chamadas condicionantes as quais estão dispostas no documento que viabiliza o funcionamento de empreendedores. Entretanto, nem todas as obras estão sujeitas ao licenciamento, como foi visto através da pesquisa, apenas aquelas causadoras de degradação ou poluição ambiental ou as que utilizem recursos naturais, cabendo ao CONAMA delimitá-las.

(CONCLUSÃO) De acordo com as considerações abordadas nesse trabalho, constatamos que o Poder Público avalia os possíveis impactos através da ferramenta do licenciamento ambiental de forma a controlar a situação do meio ambiente e a atuação dos empreendedores, impedindo, portanto, a ocorrência de danos ou a minimização deles. Assim, caracteriza-se como um controlador prévio de proteção ambiental. É inegável, portanto, a importância da utilização dos critérios estabelecidos pelo licenciamento, sendo um poderoso mecanismo incentivando o diálogo setorial com a tendência de ações corretivas e individualizadas aplicando a transversalidade de políticas públicas e privadas por meio da conscientização da responsabilidade para com a conservação ambiental (PNLA). Contudo, é por meio da publicidade que o licenciamento ambiental mantém sua força tanto no ordenamento jurídico quanto com a coercitividade popular de forma a intencionar um meio ambiente equilibrado, sustentável, minimizando os danos diariamente sofridos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

OLHAR JURÍDICO-RELIGIOSO SOBRE O JULGAMENTO DE JESUS CRISTO

Autor(es):

Valfredo Batista: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Flávio Macedo Freire

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Sempre nos causa constrangimento ao visualizarmos, através das telas de cinemas ou TV, a via crucis do Cristo rumo ao calvário, principalmente a partir da última película, intitulada “Paixão de Cristo”, de Mel Gibson. É perplexa e constrangedora a sua exposição ridicularizada, carregando, a um tempo só, o madeiro infamante, e sendo açoitado por chibatadas. Tudo isso, nos conclama a uma reflexão: seria necessário tudo aquilo? A decomposição humana, para que a humanidade pudesse compreender o maior gesto de desprendimento e humildade? Na realidade, desejaríamos, sim, ver o expoente maior do Cristianismo, demonstrar toda força, coragem, sabedoria, filosofia, que sempre lhe foi peculiar em suas andanças em terras da Galiléia, Jesusalém, enfim, da grande Israel. Que utilizasse de toda argumentação, defesa, como fizera desde os 13 anos, por entre os doutores e, dali saísse, fortalecido, para defender e conduzir a humanidade sobre as premissas da lei de amor e caridade.

(METODOLOGIA) Pesquisa bibliográfica

(RESULTADOS) Tornar o tema mais discussivo e divulgado no meio acadêmico e para meu aprendizado.

(CONCLUSÃO) Concientizar o tema para abordagem.

A MULHER SOB A ÓTICA DO DIREITO

Autor(es):

Gabriela Azevedo Varela: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Luiza Marinho de Magalhães: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Lorena Nicolau Gurgel: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Raisa Colaço Villarin: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO. A globalização do mundo desencadeou transformações econômicas e, principalmente, nas relações sociais, entre elas pode-se notar uma maior participação da figura feminina em diversos cenários, tendo como maior destaque o mercado de trabalho. Em vista disto, iniciou-se um processo de violência e discriminação por parte, em sua maioria, dos homens. Este tema é de grande relevância, pois não atinge só o Brasil, mas todos os países de maneira diversificada, e, a agressão não se dá só de forma física, podendo ser também de maneira simbólica, atingindo indiretamente o psicológico das pessoas. Partindo desse ponto, o objetivo principal deste trabalho é apresentar para o público a importância de reverter este quadro, fazendo com que a população se empenhe na formação de programas e ONG's que tentam combater esse tipo de agressão, as possíveis punições para quem pratica o ato, o desenvolvimento da Constituição brasileira para com a mulher e sua evolução histórica, de acordo com cada Constituição e o que é e quais são as formas de violência que acontecem.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA. O estudo dos métodos foi baseado em livros que abordam sobre o Direito Constitucional brasileiro, Direitos Humanos, como por exemplo O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana (Doutrina e Jurisprudência), Rizzato Nunes, Curso de Direito Penal, Rogério Greco, internet, relatos históricos e conhecimentos próprios. A pesquisa foi realizada de acordo com a análise de todos estes instrumentos, sob a ótica social do Direito em relação à mulher. Fez-se o uso de palavras chaves para efetuar a pesquisa, algumas como "mulher", "agressão", "maus tratos" e "princípio".

(RESULTADOS) RESULTADOS. Com a realização da pesquisa foi constatado que após incansáveis lutas históricas femininas, o objetivo foi alcançado, apesar de ainda sofrerem discriminação. A conquista de Direitos se deu gradativamente e de acordo com os lugares, a partir da elaboração da Declaração Universal cada país optou pelo modo de aplicar o direito das mulheres em seu código de leis. Sendo assim, diversas Constituições mudaram, um exemplo é a brasileira de 1988 que em seu artigo 5º prevê que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano; bem como que a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, enquadrando todas as formas de violência contra a mulher e garantindo a sua prática como crime. Hoje a mulher tem assegurado seus direitos civis como o voto, acesso a informação, planejamento familiar, como também é constitucionalmente prevista a situação da mulher enquadrada com os conceitos de soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do seu trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. No âmbito Penal, a Lei Maria da Penha possibilitou que agressores de mulheres no ambiente doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. A legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos, não esquecendo que a nova lei prevê medidas que vão da saída do agressor do domicílio até a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO. Por fim, diante dos resultados foi constatado a luta da mulher pela sua igualdade e vem obtendo sucesso, pois de tempos em tempos os seus direitos vão se amplificando e igualando aos dos homens, como é assegurado pela Constituição onde todos são iguais perante a lei. Com tudo isso, a luta por uma vida digna e livre de preconceitos é incessante, pois por mais que a Constituição assegure isto, na prática não é o que ocorre.

A PUNIÇÃO GENERALIZADA EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Autor(es):

Maria Gabriela Furtado Marinho: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

José Carlos da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Francialdo Cassio da Rocha: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Luciana Santana Pessoa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Maria Veridiana Avelino da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho ora exposto versa sobre a Punição Generalizada, a luz da obra “Vigiar e Punir” de Michel Foucault. Teve por objetivo realizar uma análise crítica acerca do protesto contra os suplícios, que se encontram na segunda metade do século XVIII. Dentro desse contexto, visa compreender como nasceu a percepção de que era preciso punir de outro modo. A relevância do tema consiste na forma como ele se torna atual se lembrarmos da forma pela qual os detentos são tratados hodiernamente. O cruel prazer de punir presente no século XVIII parece persistir aos nossos dias, o que corrobora a necessidade de se pensar melhor acerca do texto mencionado. Entendemos como imprescindível que, como futuros profissionais, tenhamos uma visão crítica perante o limite do direito, mais especificamente, no contexto da fronteira legítima do poder de agir. É preciso, portanto, compreender o nascimento da ‘suavidade’ nas penas.

(METODOLOGIA) Segundo Gonsalves (2001), as pesquisas se classificam de acordo com os seus objetivos, os seus procedimentos de coleta, as suas fontes de informação, bem como a natureza de seus dados. Assim, o trabalho exposto consiste em uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa, segundo Traldi e Dias (2004), objetiva explicar um problema com base em auxílios teóricos publicados em livros, revistas, etc. e não por intermédio de relatos de pessoas ou experimentos.

(RESULTADOS) O protesto contra os suplícios é encontrado em toda parte na segunda metade do século XVIII: entre os filósofos e teóricos do direito, entre juristas, magistrados e parlamentares. O suplício tornou-se rapidamente intolerável, revoltante, visto da perspectiva do povo. Os reformadores do século XVIII denunciaram, ao contrário, o que excede. É preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar. O século XVIII abriu a crise dessa economia e propôs para resolvê-la a lei fundamental de que o castigo deve ter a "humanidade" como "medida". No século XVIII, há uma diminuição considerável dos crimes de sangue e, de um modo geral, das agressões físicas; os delitos contra a propriedade parecem prevalecer sobre os crimes violentos. Figurando uma passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude. Os suplícios ainda são frequentes, mas há tendência para uma justiça mais desembaraçada e mais inteligente para uma vigilância penal mais atenta do corpo social.

(CONCLUSÃO) O verdadeiro objetivo da reforma penal não é tanto fundar um novo direito de punir à partir de princípios mais equitativos, mas estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar; assegurar uma melhor distribuição dele; fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua. No Antigo Regime, as camadas sociais tinham ilegalidade tolerada através da: não aplicações de regras; Inobservância de inúmeros editos ou ordenações. Essas tolerâncias eram condição do funcionamento econômico da sociedade. As ilegalidades eram enraizadas e necessárias à vida de cada camada social, tendo coerência e economia própria. Ordenações eram publicadas e renovadas constantemente sem nunca chegar à aplicação. A partir da revolução, a passagem do sistema de produção determina mudanças nas ilegalidades: o que antes era tolerado (abandono de antigas obrigações, pasto livre, uso da propriedade) são perseguidas pelos novos proprietários, que caracterizavam como infrações puras e simples. A ilegalidade de direitos que assegurava a sobrevivência de alguns despojados torna-se ilegalidade de bens, portanto, passível de punição. A economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista: a ilegalidade de bens foi separada da ilegalidade de direitos.

AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Autor(es):

Maria Gabriela Furtado Marinho: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Maria Veridiana Avelino da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Francialdo Cassio da Rocha: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
José Carlos da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Luciana Santana Pessoa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho visa trazer um breve histórico das causas da desigualdade social no Brasil. A princípio, apresentamos uma visão mundial de Karl Marx, a respeito das desigualdades sociais geradas pela divisão de classes no sistema econômico capitalista. Em seguida, traremos a crítica do diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães Neto, que comenta as diversas estratégias existentes para superar as dificuldades econômicas, sublinhando a importância da visão política do problema e por fim, a visão do senador e professor Cristóvam Buarque, que esmiunça o tema da desigualdade, considerando os resquícios da escravidão do Brasil como principal fator determinante e atual para as disparidades sociais existentes. A partir dessa problemática, os autores também apresentam possíveis soluções, no tocante a sanar ou minimizar essas desigualdades, visando melhores condições de vida para a população brasileira.

(METODOLOGIA) Segundo Gonsalves (2001), as pesquisas se classificam de acordo com os seus objetivos, os seus procedimentos de coleta, as suas fontes de informação, bem como a natureza de seus dados. Assim, o trabalho exposto consiste em uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa, segundo Traldi e Dias (2004), objetiva explicar um problema com base em auxílios teóricos publicados em livros, revistas, etc. e não por intermédio de relatos de pessoas ou experimentos.

(RESULTADOS) Durante o exposto, foi observado que a desigualdade no Brasil é fruto de um sistema econômico falho, que vem desde a mudança do sistema de produção mundial (do feudalismo para o capitalismo), sendo que no Brasil, isso se deu de forma tardia e atrasada, acrescido do passado escravocrata da nação que continua latente, pois segundo Cristóvam Buarque, essa abolição está incompleta, gerando a degradação da população, que sem ter meios que garantam sua própria subsistência, vivem portanto, à margem da criminalidade e da pobreza. Segundo Samuel Pinheiro Guimarães Neto, há no Brasil uma macroestrutura hegemônica de poder, constituída por grupos “extraordinariamente minoritários” e formada pelo complexo arcabouço da legislação, dos organismos e da alta burocracia do Estado e dos múltiplos vínculos entre grandes proprietários rurais, industriais e financeiros, partidos conservadores, associações civis e de classe e organizações religiosas conservadoras, a qual desenvolveu uma série de estratégias e de mecanismos visando à expansão e a conservação de seu poder. Essa estrutura hegemônica de poder – organizada de forma articulada com a estrutura hegemônica de poder no plano internacional – é, ao mesmo tempo, causa e consequência das disparidades, das vulnerabilidades e do subdesenvolvimento que caracterizam o País.

(CONCLUSÃO) De posse dessas informações trazidas pelos autores, pode se traçar um perfil de enfrentamento dessa realidade através das possíveis soluções como a inserção desse grupo que se encontra abaixo da linha de pobreza no processo econômico, através do aumento de sua produtividade, para isso, seria necessário traçar estratégias para efetivação dessa meta. A inserção dos cidadãos no processo político e social de forma ativa e não como meros expectadores e a socialização da força de trabalho, a participação e controle social nos meio de produção e riqueza, que também minimizariam o número de 50 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza.

A RELEVÂNCIA DO PROCESSO DE ADOÇÃO E AS INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 12.010/09 NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Autor(es):

Silvania Matias Cavalcante: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Lídia Ana Gomes Brito da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Ana Luiza Melo Bezerra de Oliveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Carla Reny Tagamori: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Carolina Guerreiro e Medeiros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN
Luciana Flávia Nunes Casimiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O direito à convivência familiar e comunitária é tido como direito de personalidade exclusivo de crianças e adolescentes, em razão de sua peculiar condição de ser em desenvolvimento, sendo indivíduos detentores de direitos especiais e fundamentais distintos dos direitos dos adultos. No entanto, o que se transmuda na atual condição sócio-econômica, educacional e cultural do Brasil é um contexto de abandono e violência em que vivem parte das crianças e adolescentes do País, que se encontram em instituições à espera de um núcleo familiar estável, estruturado e afetivo que lhes possibilite as condições necessárias para um desenvolvimento sadio. Tais circunstâncias tornam evidente a importância da discussão a respeito da adoção e a necessidade de incentivá-la. Destarte, o objetivo do presente estudo é realizar uma análise histórica, demonstrando a evolução (e a involução) do instituto, polemizando a questão da adoção no âmbito jurídico e social, com o intuito de refletir criticamente acerca das principais alterações introduzidas pela Lei n.12.010/2009, à luz dos princípios constitucionais e do princípio do melhor interesse do menor.

(METODOLOGIA) O trabalho está inserido no âmbito acadêmico, baseado em um estudo de caráter teórico, qualitativo, nível exploratório, desenvolvendo-se através de levantamento bibliográfico, bem como por meio da realização de entrevistas e visitas a instituições envolvidas com a causa da adoção. Sua abrangência dá-se em termo nacional, tendo em vista, a análise da Lei n. 12.010/2009 e demais legislações nacionais atinentes ao tema, utilizando-se para tanto do método dialético.

(RESULTADOS) A elaboração desta pesquisa revelou a efetiva importância da nova Lei de adoção que promoveu a desburocratização, delineando novas diretrizes para o processo adotivo, tais como: a) criação do Cadastro Nacional de Adoção, de modo a impedir a adoção direta; b) a preparação psicológica dos adotantes, assim como das mães dispostas a entregarem seus filhos ao processo de adoção; c) a criação do conceito de família extensa ou ampliada, inserida no art. 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA; d) a determinação de que crianças e adolescentes que vivem em abrigos terão sua situação reavaliada a cada seis meses, estabelecendo o prazo de 02 (dois) anos como o máximo de permanência nos abrigos; e) a disposição de que, quando houver pluralidade de irmãos, eles terão que ser adotados pela mesma família, com o intuito de preservar o vínculo familiar originário; f) a lei estabelece como medida protetiva a figura do acolhimento familiar; g) a inovação de que o adotado após atingir a maioridade civil tem direito de vir a conhecer sua origem biológica; h) podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos.

(CONCLUSÃO) Deduz-se, então, que as alterações trazidas pela Lei n.12.010/2009 que está por completar um ano de vigência, foram elaboradas com o intuito de aprimorar o instituto da adoção, garantindo o direito a convivência familiar e comunitária elencado no art.227 da Lex Matter da ordem jurídica brasileira. Destarte, embora a nova lei de adoção privilegie a família de origem, tendo a colocação em família substituta como hipótese subsidiária, reservou extrema importância para o processo de adoção, levando-se em consideração que o Brasil é um País extenso e diversificado, onde milhares de crianças e adolescentes, seja por destituição do poder familiar, pelo abandono ou pela morte dos pais biológicos, estão em abrigos a espera de uma família, necessitando, desta maneira, da inserção em famílias substitutas dispostas a praticarem a adoção, um ato jurídico solene e irrevogável, dotado de amor incondicional, onde os laços sanguíneos são postos de lado a fim de que prevaleça o afeto, o respeito, a solidariedade, buscando-se incansavelmente o melhor interesse da criança e do adolescente.

LEI MARIA DA PENHA NA ZONA RURAL E URBANA

Autor(es):

Carolina da Escossia Walraven: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Aldenir Rodrigues dos Reis: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Rafael da Escossia Walraven: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Roberta Pereira Garcia de Araújo: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Por toda história percebemos que sempre houve a subordinação da mulher ao homem, desde a antiguidade verifica-se a mulher dependente economicamente, emocionalmente ao marido. Sem dúvida, não é de hoje que a imposição a uma subordinação da mulher seja por todos conhecida, pois Encontramos raízes deletérias deste triste acontecimento desde o primeiro alicerce fundado na construção da falsa ideologia, até então aceita, “da superioridade do homem”. Esta já é existente há 2500 anos nos continentes antigos, onde a mulher era vista apenas como um objeto, um bem ou um mero brinquedo de luxo. Num país onde o modelo familiar é predominantemente patriarcal como o Brasil, não é algo difícil ver mulheres sendo tratadas como objetos ou mesmo uma extensão do pai ou do companheiro. A violência contra as mulheres é um fenômeno antiqüíssimo e considerado o crime encoberto mais praticado no mundo. A lei 11.340 (Lei Maria da Penha) de agosto de 2006 surge criando mecanismos que visam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Assegura em seu art.2º oportunidades e facilidade para viver sem violência, preservar a saúde física e mental, o seu aperfeiçoamento intelectual e social, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião. Ao abordar a Lei Maria da Penha, intenta-se demonstrar uma mudança de paradigma. Mediante uma comparação do número de casos com a eficácia da mencionada lei de proteção à mulher na zona urbana e rural do Brasil, pretendemos demonstrar que, não obstante a edição desta, sua eficácia não se perfectibilizou. Procura-se comprovar a importância dessa lei na nossa sociedade atual e na vida cotidiana feminina, revelando o nível de conhecimento da lei Maria da Penha, de agressão e impunidade nesses casos na zona rural e urbana, assim como seus motivos (como a dependência emocional e financeira da mulher ao seu agressor).

(METODOLOGIA) A presente pesquisa é de cunho exploratório e descritivo. O presente trabalho intenciona descrever os elementos componentes do conceito estudado, com base em dados de pesquisa da OMS, fontes bibliográficas, históricas, documentais e atuais, serão analisadas a dependência econômica da mulher ao homem e à escolaridade de cada um relacionando-as com a não efetivação da mencionada Lei protetiva da mulher.

(RESULTADOS) Por meio deste trabalho, foi possível comprovar que, apesar da lei Maria da Penha estar em vigor, ela ainda sofre muitos casos de ineficácia, fato mais comum na área rural, mas não inexistente na zona urbana. Também pudemos averiguar que a falta de conhecimento a respeito da lei não é um problema tão grave levando em conta que 80% da população brasileira tem conhecimento sobre ela. O fato é que a mulher conhece a lei, mas de forma superficial e não raro opta pelo silêncio pela dependência econômico afetiva que tem ao seu agressor.

(CONCLUSÃO) Chega-se ao entendimento de que o direito da mulher ainda sofre de grandes carências, não só pelo lado jurídico (impunidade), mas também em virtude do silêncio da vítima, que muitas vezes é influenciado não só pelo costume, mas pela dependência financeira e emocional da mulher ao homem, e que a falta de conhecimento ainda é um grande empecilho no firmamento dos direitos femininos não só na sociedade rural, mas em todo o Brasil.

A PRISÃO ESPECIAL SOBRE O PRISMA DA REFORMA NO PROCESSO PENAL

Autor(es):

Alexandra Camilo de Souza Guedes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Ivania Maria da Silva Araújo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Jussara Cardoso Palmieri: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Erica Ludmila Cruz Barros

Instituição de Ensino: FARN

Assis Rogério Maia Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa aborda aprovação por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) em 01 de junho de 2010, o projeto de lei 4208/01 do Poder Executivo que acaba com a prisão especial para detentores de diplomas como de algumas autoridades, ministros de Estado, governadores, deputados, prefeitos e vereadores. Seria mantida a prisão especial apenas para o presidente da República, juízes e membros do Ministério Público da União. Os juízes poderão decidir ainda por prisão especial em casos que envolvam risco de vida ou ameaça à integridade física de quem cometeu crimes.

(METODOLOGIA) Nosso estudo se fundamentou na análise à legislação, correlação ao tema e no posicionamento controverso, publicado no jornal Carta Forense entre Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Guilherme de Souza Nucci.

(RESULTADOS) Miranda Coutinho favorável, cita antecipadamente o pensamento de José Canotilho onde; o grau de civilidade de um povo é medido, sobretudo, pelo modo como são salvaguardados os direitos e garantias dos réus e investigados no processo penal e, assim, não se pode retroceder em conquistas democráticas. Defende Miranda Coutinho que a prisão especial é apenas um meio de execução da prisão cautelar, modalidade esta constitucionalmente admitida e que garante a finalidade do processo penal. Seguindo preceitos constitucionais o indivíduo mesmo que na condição de preso cautelarmente é considerado inocente antes de condenação definitiva; (art 5.º, CF, LVII); ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória ou seja, a prisão especial contribui dessa maneira para a proteção do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Por sua vez, Nucci contrário a prisão especial; aborda a igualdade de todos perante a lei (art. 5º, caput, CF), e a redução das desigualdades regionais e sociais (art. 3º, III, CF). Não se cogitando a distinção entre as pessoas por possuírem títulos e cargos, a diferenciação deveria ser de acordo com a periculosidade do crime praticado, devendo apenas existir a separação do preso cautelar do condenado. O Brasil por não deve possuir divisão no direito penal entre os presos comuns dos especiais, ou seja, a igualdade de fato deve ser para todos.

(CONCLUSÃO) Percebemos, que a reforma no CPP é inevitável, mudanças devem estar pautadas nos preceitos constitucionais, a igualdade deve servir de equilíbrio entre ricos e pobres, analfabetos e doutorados, cidadãos brasileiros apenas com direitos e garantias iguais. O Projeto poderia abranger todos perante a lei de forma mais igualitária incluindo também o Presidente da Republica, os Juízes e os Membros do Ministério Público.

Possibilitando dessa maneira que a classe elitizada sinta na pele o que significa estar do outro lado das grades. Causando uma possível mudança no atual sistema carcerário do Brasil, que atualmente é desprovido de qualquer natureza de incentivo, possuindo uma superlotação que por si é uma violação aos direitos humanos. O fim da prisão especial possibilita em parte ao que chamamos de elemento discriminador, forma esta que não encontra amparo na isonomia formal. Não podemos aceitar num Estado Democrático de Direito em que vivemos; pessoas serem discriminadas por títulos que possuem. As normas devem ser seguidas por todos, e todos devem ter o mesmo tratamento de acordo com o crime cometido.

A TUTELA DO AMBIENTAL ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL

Autor(es):

Raphael Targino Dias Gois: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Mariana Lustosa Fonsêca: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O fio condutor deste trabalho é o estudo descritivo teórico sobre direito ambiental e sua consolidação na Constituição. Nos tempos atuais não há dúvida de que o Direito deve, de forma eficiente e eficaz, tutelar a natureza, pois se sabe que a sua preservação e o equilíbrio ecossistemático são essenciais, não só para garantir a qualidade da vida humana e de outras espécies, mas a continuidade de fruição dos bens para as futuras gerações. O presente trabalho tenta mostrar a forma como o meio ambiente foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, sua categorização como Direito fundamental e sua relação com outros direitos fundamentais. Utilizamos o método histórico dialético, de forma a mostrar, na medida em que os conceitos foram aparecendo na linha do tempo, as diversas interpretações que ganhou suas idas e vindas e a síntese na qual repousa atualmente, indagando-nos sobre os princípios fundamentais correlatos a proteção ambiental e salientando o princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana. Destacamos a proteção ambiental como Direito Fundamental de terceira geração, reconhecido pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972, reafirmado pela Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 e pela Carta da Terra de 1997, que vêm conquistando espaço nas Constituições mais modernas, e sua repercussão nos institutos do direito Constitucional e no constitucionalismo moderno. Entendemos que teremos chegado ao nosso objetivo, quando elucidarmos as questões teóricas básicas que fundamentam a prática, de forma que os frequentes mal entendidos comuns àqueles que apenas copiam sem compreendê-los, colocando-os em seus trabalhos científicos ou petições, possam tomar um entendimento mais firme. Não queremos, contudo esgotar o tema, antes disso, suscitar novas e frutíferas discussões.

(METODOLOGIA) Este trabalho baseia-se no resultado de uma pesquisa de cunho teórico, na doutrina especializada associada ao direito ambiental e aos direitos fundamentais ligados à constituição. Constitui-se uma abordagem comparativa da noção. Torna-se como objetivo deste trabalho ressaltar a importância da preservação de um ambiente ecologicamente conservado, garantido às futuras gerações o direito de usufruir, assim, de um meio favorável ao desenvolvimento sustentável, garantido pelo direito.

(RESULTADOS) Com os resultados dessa pesquisa, foi possível observar o desenvolver das normas que visam a garantia de um ambiente propício à continuidade do crescimento humano.

(CONCLUSÃO) Com base nos artigos expostos acima, conclui-se que o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado deve ser corroborado como fundamental a todos nós.

O QUE HÁ DE KELSEN NO CÍRCULO DE VIENA?

Autor(es):

David Oscar Macedo de Moura: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Trata-se de um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Uma fonte do Neopositivismo Jurídico de Hans Kelsen: Wittgenstein?”, em que se busca verificar, entre outras coisas, a acuidade de muitas afirmações presentes na literatura atual sobre a invenção da “Teoria Pura do Direito”, que atribuem a Wittgenstein uma influência decisiva na elaboração da obra inicial kelseniana. Acredita-se na possibilidade de uma interpretação “distorcida” da obra de H. Kelsen, o que significa que seus intérpretes podem ter se esquecido de algum aspecto importante dessa teoria, que a afasta de ideias de Wittgenstein.

(METODOLOGIA) Este trabalho baseou-se em uma revisão bibliográfica com o objetivo de verificar diversas leituras da relação entre Kelsen e Wittgenstein. Analisa-se a filiação de Kelsen ao Círculo de Viena, que foi um dos ambientes de fermentação das ideias do primeiro Wittgenstein. Para isso, foram lidos diversos comentadores já consagrados na academia, entre eles: Fábio Ulhoa Coelho, Tércio Ferraz Jr., Robert Walter e Mario Losano. Buscou-se também uma obra autorizada sobre o Círculo de Viena, qual seja “Logical Positivism” do A. J. Ayer. Feito isso, foram comparadas estas diversas posições, visando analisar possíveis contradições entre comentários.

(RESULTADOS) Verificou-se que Fábio Ulhoa, Tércio Ferraz e Jair Gonçalves afirmam categoricamente a participação de Kelsen no Círculo de Viena. Isso, certamente, significa que a presença das ideias neopositivistas, principalmente a eliminação da metafísica, é considerada marcante na teoria de Kelsen. Já Mario Losano, em um de seus textos, sequer faz referência a tal ligação; e Robert Walter, presidente do Instituto Kelsen em Viena, afirma que Kelsen foi influenciado pelo Círculo. Pelo mesmo viés segue o comentário do Neurath em artigo no livro do Ayer, em que o autor não inclui Kelsen na lista de membros do círculo quando aborda a história do círculo de Viena em seu livro. Muitos investigadores da história das ideias desse período ressaltam a relevância de Kelsen e do que ele desenvolveu na Viena no início do século passado que – como muitos pensadores de sua época – moldou novas formas de ver o mundo e a ciência.

(CONCLUSÃO) Diante dos fatos expostos, há de se considerar que, conforme demonstrado por Ayer, Kelsen não fazia parte do Círculo de Viena. A confusão que se forma neste ponto advém do fato de tanto Kelsen como o Círculo de Viena terem uma visão anti-metafísica, de acordo com Robert Walter. O Círculo de Viena nega as ciências normativas, ao contrário de Kelsen e, além disso, há de considerar que, conforme colocado por Menger, existiam diversos Círculos de discussão na Viena da década de 1920 considerando o de Kelsen apenas um deles e o de Schlick outro, em que este último ficaria mundialmente conhecido como O Círculo de Viena. Uma confusão sobre a configuração intelectual da Viena da década de 1920 leva a tal conclusão sobre a filiação kelseniana com o Círculo de Schlick.

A CONSTITUCIONALIDADE DA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Autor(es):

Raíssa de Magalhães Vieira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Maria Nazaré da Silva Pinheiro: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Magali Rossana Fernandes de Araújo: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Fellipe Iahweh Marques de Oliveira Andrade Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN
Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A adoção é o ato do adotante pelo qual o traz para sua família, e, na condição de filho, pessoa que lhe é estranha. Neste sentido, a Constituição outorgou especial proteção à família. Contudo, a família não se define exclusivamente em razão do vínculo entre um homem e uma mulher ou da convivência dos ascendentes com seus descendentes. A Constituição Federal, ao contrário, no conceito aberto de família, não dá azo para restrição de direitos no que tange à caracterização de entidade familiar. Tentar vedar, simplesmente, a adoção por homossexuais gera, pois, outra inconstitucionalidade, por obstar o exercício de um direito, também fundamental, qual seja: o de formar família pelos laços do afeto. O tema abordado apresenta profunda relevância no cotidiano das faculdades de Direito e dos Tribunais. A possibilidade de adoção por casais homoafetivos muito tem sido discutida nos últimos tempos, principalmente com o pioneirismo das recentes decisões enfrentando o tema. Este artigo tem o objetivo de estabelecer uma reflexão crítica a respeito da Constitucionalidade da Adoção por Casais Homoafetivos no tocante aos princípios que lhe rege e à sua aplicação.

(METODOLOGIA) No que tange à estrutura, este trabalho inicia-se com uma abordagem histórica da Adoção no Brasil; em seguida é sugerido um entendimento acerca das uniões homoafetivas como entidades familiares, à luz da Constituição; e por fim, propõe-se a uma reflexão sobre a Constitucionalidade da Adoção por Casais Homoafetivos, nesse último ponto, embasando as conseqüências práticas do tema. A construção da argumentação apresentada nesse trabalho foi organizada a partir do levantamento e análise de dados em fontes secundárias, através de pesquisa bibliográfica, e fundamentada por teóricos e autores.

(RESULTADOS) De fato, tendo estabelecido a dignidade da pessoa humana como fundamento-base da República Federativa do Brasil, diante dos dois objetivos fundamentais do Estado, quais sejam, o de construir uma sociedade livre, justa e solidária e o de promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, um hipotético critério diferenciador, consubstanciado em uma disposição legal restringindo direitos com base na orientação sexual, feriria normas basilares da Constituição, dentre as quais os princípios da dignidade humana e da isonomia, criando uma discriminação de natureza restritiva de direitos sem a necessária e rigorosa fundamentação jurídica, capaz de autorizar o ente estatal a tratar, de modo diferenciado, os cidadãos. O Projeto da Nova Lei de Adoção, por exemplo, está bem sintonizado com tal necessidade de não gerar discriminação injustificada, mantendo (ainda com a retirada da referida autorização expressa), a mesma possibilidade interpretativa de adoção em favor de pessoas de orientação homossexual, seja enquanto solteiras, seja mediante a consideração da solidez da união (analogia com a união estável), para efeito de adoção em conjunto. Ademais, os trabalhos científicos que existem a respeito da inserção e do desenvolvimento de crianças em lares homoafetivos dão conta de que não foram percebidos danos à formação da prole e nem distúrbios a justificarem que pessoas homossexuais sejam menos preparadas para o bom exercício da paternidade/maternidade. Os filhos oriundos de tais relações apresentaram formação da personalidade com os mesmos desafios e nuances daqueles educados por heterossexuais.

(CONCLUSÃO) Qualquer interpretação impeditiva de que alguém possa adotar fundada apenas em sua opção sexual é, grosseiramente, inconstitucional. Nesse sentido, família não se trata de um dado biológico, mas de uma realidade afetiva, com variadas formas de composição, dentro das quais não existe padrão de regularidade ou de normalidade, muito menos que esse possa estar associado, direta ou indiretamente, com as orientações afetivo-sexuais dos seus membros. PALAVRAS-CHAVE: Adoção. Casais Homoafetivos. Entidade Familiar. Princípios Constitucionais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

ACEPÇÕES JURÍDICAS DO ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, À LUZ DO DIREITO PENAL E TRABALHISTA

Autor(es):

Raíssa de Magalhães Vieira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Maria Nazaré da Silva Pinheiro: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Magali Rossana Fernandes de Araújo: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Fellipe Iahweh Marques de Oliveira Andrade Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN
Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Assédio Sexual para o Direito do Trabalho é um tema extremamente novo, que deve ser enfrentado pela jurisprudência em decorrência da falta de legislação própria que o regule. Este ramo do Direito não trata do assédio sexual especificamente, tendo que buscar suporte no Direito Penal para solucionar questões ocorridas no âmbito do Direito do Trabalho. O Código Penal, com a alteração da lei nº 10.224/2001, tipifica-o como o ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função. O assédio sexual não existe apenas do superior hierárquico para o subordinado, diversos casos são verificados nas relações de emprego, ao qual quem constrange é empregado de mesma posição hierárquica ou até mesmo de posição inferior. Os doutrinadores trabalhistas conceituam o assédio sexual por intimidação que caracteriza-se por insinuações inoportunas e por chantagem caracterizando-se, este último, por abuso de poder do empregador.

(METODOLOGIA) O presente trabalho faz uma pesquisa bibliográfica, buscando analisar os diversos aspectos sobre o tema. Primeiramente, buscou conceituar o assédio sexual por uma visão do Direito Penal, assim como na vertente do Direito do Trabalho. Analisando as diferenças, buscou-se evidenciar a importância do tema nas relações de emprego, enfatizando a necessidade de uma atenção maior por parte dos doutrinadores e juristas sobre o assunto.

(RESULTADOS) O Assédio Sexual no âmbito do Direito do Trabalho é tratado de forma bastante precária, pois não há previsão desta situação na CLT. Cabendo aos juristas, na análise do caso concreto, que busque a melhor solução do litígio, contudo, devido à ausência de um sistema jurídico trabalhista aperfeiçoado de proteção ao empregado assediado e de sanção ao superior hierárquico assediador, busca-se o Direito Penal, sendo que este não esgota o tema, deixando lacunas em diversos casos concretos, não oferecendo nenhuma garantia ao empregado com relação ao seu emprego. Com isso, o assediado, além do constrangimento sofrido, ainda tem o prejuízo da perda da atividade laboral. A falta de uma normatização própria no Direito do Trabalho, estabelecendo medidas impeditivas faz com que esta prática torne-se cada vez mais corriqueira, prejudicando as relações de trabalho e fragilizando o relacionamento interpessoal entre os colaboradores.

(CONCLUSÃO) É necessário que o legislador proporcione uma maior atenção a este tema, criando medidas realmente sérias para que as relações de trabalho não sejam ainda mais precarizadas, lesionando o empregado e aumentando a sua vulnerabilidade com relação ao empregador e ao seu emprego. Outro aspecto importante é dar subsídios e amparo para aqueles que sofrem este tipo de abuso no âmbito do Direito do Trabalho, fazendo com que possam denunciar os assédios, diminuindo a impunidade. PALAVRAS-CHAVE: Assédio Sexual. Trabalho. Direito do Trabalho. Direito Penal.

O TRIBUNAL DO JÚRI COMO OPINIO DELICTI

Autor(es):

Géssica Renáissa Ferreira Caldas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Constituição Federal Brasileira de 1988 no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, mais precisamente no art. 5º, XXXVIII, reconhece a instituição do júri, assegurando, a plenitude de defesa; o sigilo das votações; a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. No entanto, verifica-se empiricamente, que os integrantes do Tribunal do Júri, não estão preparados para tal competência, a qual necessita de cultura e especialização na área jurídica, portanto executam, geralmente, decisões injustas, por estarem mais propensos às influências de todo um conjunto de fatores sócio-demográficos, econômicos, psicossociais e, até mesmo, dos antecedentes jurídicos ou penais; e, principalmente por tais decisões serem desprovidas de qualquer fundamentação. Ratifica Francesco Carnelutti na obra “As misérias do Processo Penal, 2002,” quando afirma que “... as pessoas crêem que o processo penal termina com a condenação e não é verdade; as pessoas crêem que a pena termina com a saída do cárcere e não é verdade; as pessoas crêem que o cárcere perpétuo seja a única pena perpétua; e não é verdade. A pena, se não mesmo sempre, nove vezes em dez não termina nunca. Quem em pecado está é perdido. Cristo perdoa, mas os homens não.” No livro “Condenar ou Absolver: A Tendência do Júri Popular”, pesquisas de campo feita com jurados que já participaram de sessões plenárias de julgamento, informam que “a análise do crime em si, perde parte de sua relevância, sendo substituída pela consideração de uma série de características, antecedentes e influências que pode dizer respeito, quer ao acusado, que à vítima,” o que se confirma diante dos depoimentos obtidos, quais sejam, “Se eu tivesse lido o processo, visto algum ponto favorável a ele, e ele fosse primário, eu o absolveria”, “Dependeria da vida pregressa dele.”, “Se ele fosse uma pessoa que nunca tivesse cometido um crime...”.

(METODOLOGIA) O trabalho descritivo realizado por pesquisa bibliográfica será apresentado na forma de comunicação livre oral, utilizando slides para melhor explanação.

(RESULTADOS) De acordo com a análise realizada para esse trabalho, percebeu-se que o enquadramento das infrações penais pelos meios de comunicação, via de regra, formadores das opiniões públicas, apresentam-se sem o mínimo de magnitude ao devido processo legal, visto que na busca incessante pela audiência, tendem a realizar um apelo emocional entre os telespectadores, fazem do inquérito meio de prova absoluta, julgam e condenam o acusado sem que este tenha direito ao contraditório e a ampla defesa, inclinam os expectadores para “sentimento de justiça” inquisitivo, afetando sobremaneira “a atuação do jurado na sessão de julgamento, a tal ponto que, principalmente nos casos de grande repercussão, seu veredicto encontra-se elaborado antes mesmo do seu nome para compor o Conselho de Sentença”.

(CONCLUSÃO) Nesse diapasão, urge para a sociedade o direito de efetivação do Judiciário em julgamentos sadios, observadas as regras penais e processuais, o sistema processual acusatório, o valor relativo de inquérito policial e a imparcialidade, bem como a efetivação da democracia através do Júri, servindo esta última apenas como opinio delicti para o magistrado, a fim de que o mesmo fique a par da opinião pública, e querendo, fundamente a sua decisão final em razão dela.

PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS DAS PROVAS NO NOVO CÓDIGO PROCESSUAL CIVIL

Autor(es):

Raphaella Pereira dos Santos Câmara: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Rayssa Karla da Mata Santos: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Bruna da Silva Teixeira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Raissa Duarte Gabriel: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O atual Código de Processo Civil brasileiro vem mostrando-se ultrapassado para a realidade da nossa sociedade. Em vigor desde 1973, ele funcionou de forma satisfatória por aproximadamente vinte anos. No entanto, a morosidade da justiça brasileira evidencia a necessidade de adaptação de suas normas processuais às mudanças da sociedade e às instituições. Nesse contexto, surgiu a elaboração de um novo Código Processual Civil, o qual encontra-se em tramitação no Senado Federal, e busca atender aos reclames da sociedade hodierna, diminuindo o tempo de tramitação dos processos e proporcionando uma justiça menos formal. Uma das mudanças propostas diz respeito às provas, que no novo diploma serão reguladas no Título IX – Das provas. Trataremos especificamente do capítulo I – Das Disposições Gerais – do código proposto, a fim de evidenciar as principais modificações desse assunto em relação ao código vigente. Se o novo CPC vier a ser aprovado, as novidades trazidas por este no tocante às provas serão de grande valor jurídico e social, pois pretendem favorecer a produção e a condução das provas no processo da forma mais adequada ao caso concreto, proporcionando julgamentos melhores e menos vagarosos.

(METODOLOGIA) Este trabalho teve uma análise teórica dos artigos relativos às provas, artigos estes contidos tanto no Código Processual Civil vigente quanto no novo, sendo que os artigos referentes ao novo CPC foram obtidos por meio de pesquisas em internet de dados presentes no site do Senado. Diante disso, utilizaremos pôster mostrando uma tabela com a comparação dos artigos do Título IX, Capítulo I – Das Disposições Gerais – do novo código com o CPC atual. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>>.

(RESULTADOS) Alguns artigos do Título IX do novo CPC são mera reprodução de artigos já existentes no código atual – artigos 264, 265, 266, 267 e 268 do novo código. Outros apenas explicitam idéias já existentes, como o artigo 257 ao ressaltar a importância das provas e do contraditório para o convencimento do juiz, o 258 explicitando a necessidade de fundamentação das decisões, o artigo 259, que confirma o sistema do livre convencimento motivado, o artigo 260 ao regular a prova emprestada em artigo próprio, o 263, sobre as hipóteses em que o ônus da prova não pode ser negociado, e o artigo 269 ao reforçar o dever de colaboração da parte. Contudo, há artigos que representam verdadeira inovação – artigos 261 e 262 – ao positivizar a teoria dinâmica do ônus da prova, e o artigo 270, que amplia os poderes do juiz ao permitir a aplicação de sanção a terceiros. Caso o novo CPC entre em vigor, espera-se que essas disposições referentes à prova possam propiciar um processo mais célere e justo.

(CONCLUSÃO) No tocante as disposições gerais da prova no novo CPC, percebemos que alguns artigos consistem em simples reprodução dos artigos do código vigente. Apresentam, no entanto, algumas modificações substanciais, como a positivação da teoria dinâmica do ônus da prova, com uma participação mais ativa por parte do juiz. Essas mudanças, a nosso ver, serão de extrema importância para o curso do processo civil brasileiro, uma vez que as inovações presentes no novo código poderão proporcionar a produção e a condução das provas da maneira que for mais adequada ao caso concreto, permitindo uma aproximação com o ideal de justiça e uma boa prestação jurisdicional.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRESSUPOSTO PARA FALIBILIDADE DO SISTEMA PRISIONAL

Autor(es):

Renan Franco Camilo Barros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO: O princípio da dignidade humana tem se revelado e é considerado como a justificativa e fundamento de nosso ordenamento jurídico, vale dizer, do direito como um todo. Entretanto essa afirmação é passível de uma análise na qual se observe o direito como um dos instrumentos ideológicos a serviço do Estado. Face ao exposto, a seguinte pergunta pode ser formulada: o princípio da dignidade humana, que deve ser materializado pelo aparelho estatal, pode ser usado como pretexto para a falibilidade das instituições prisionais que são de responsabilidade do próprio Estado? Diante disso, a pesquisa se justifica, na medida em que a análise fática da situação carcerária brasileira nos garante que as penas alternativas são melhores do que as privativas de liberdade, e essa afirmativa pode ser abordada de outra forma. Portanto, o objetivo do trabalho é analisar o sistema prisional sob o ponto de vista ideológico, a fim de questionar o uso do princípio aqui abordado como forma de declarar a falência do sistema prisional.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA: A pesquisa se baseou numa revisão bibliográfica, levantando fundamentos presentes em artigos científicos que tratavam sobre o sistema prisional brasileiro e seus desdobramentos, quais sejam: a falibilidade e a omissão do Estado. Também foram vistos trabalhos sobre Durkheim e criminologia, bem como a análise de livros de Direito penal que tratam diretamente sobre o tema.

(RESULTADOS) RESULTADOS: Diante da análise, foram observados alguns resultados importantes. Inicialmente, ficou entendido que o princípio da dignidade humana é considerado, para boa parte da doutrina, como a gênese dos direitos fundamentais, da Constituição, e, por conseguinte, o fim máximo do direito. Essa compreensão pode ser vista como ideológica e paradigmática, na medida em que o direito, quando visto pelos fatos, ainda está distante dos padrões que festejariam o princípio analisado. Após isso, observou-se que a pena alternativa é posta como melhor do que a pena privativa de liberdade, porque leva em conta a socialização do preso, fato inexistente na pena privativa de liberdade. No entanto, isso ocorre porque a pena de veto à liberdade não atende ao fim que se destina, porque o Estado se omite diante do sistema carcerário, sendo o princípio da dignidade humana usado para justificar qualquer pena que não ponha o apenado em uma instituição de reclusão, e dessa forma, o Estado se justifica mantendo o sistema penitenciário de forma inadequada, se omitindo de uma reforma no setor, o que seria o mais correto, e usando as decisões judiciais para usar a pena alternativa como meio de correção social. Isso contribui para a concretização do fenômeno da desprisionalização.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO: Não é novidade que as questões jurídico-sociais devem ser vistas sob o ponto da complexidade, onde o diálogo entre saberes é necessário. Diante disso, entende-se que o sistema prisional está em condições precárias por omissão estatal e por outro fator importante: a idéia de crime como um fato social, visão Durkheiminiana, gera a noção de que o crime é um mal que deve ser tratado fora da sociedade, causando o isolamento e a pena privativa de liberdade. Também ficou clara a idéia de que a pena alternativa é usada como meio de recuperação social, mas esse é um artifício para impedir a chagada do condenado à instituição carcerária, que permanecerá precária porque o Estado se omite diante da situação. A pena alternativa, portanto, não é melhor que a privativa de liberdade, mas é usada como paliativo, e vendida sob o valor da socialização e humanização.

O USO DE ALGEMAS NECESSIDADE PROFISSIONAL OU ABUSO DE PODER DA POLÍCIA

Autor(es):

Carlos Luiz Ferreira Mendes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Jefferson Pereira da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Ailton Leandro Martins da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Cristoph Xavier Maciel: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como escopo a intenção de confrontar se o uso de algemas por parte das nossas polícias, é necessidade profissional ou se caracteriza um abuso de poder. Pois estes funcionários públicos não têm interesse direto no uso de algemas, pois este tipo de ação não os auto-promovem, mas sim provoca no conduzido desconforto e revolta, por acharem que este ato fere princípios já consagrados.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho eminentemente acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como a leitura virtual de textos e artigos, além de discussões entre seus componentes.

(RESULTADOS) O uso de Algemas em nosso país vem sendo discutido há muito tempo pelos parlamentares, já no ano de 1961, o então deputado Pereira Nunes, do extinto Partido Democrático Social (PSD), propôs a proibição das do uso de algemas a todo e qualquer homem no Brasil. Em 1965, o deputado do Estado da Guanabara Eurico de Oliveira (do extinto Movimento Democrático Brasileiro – MDB) apresentou Projeto de Lei quanto ao uso banalizado das algemas nos presos políticos. Porém, o uso de tal instrumento, sempre foi regulamentado no Brasil, tendo sido expressamente descrito nas Ordenações filipinas no Século XVII, passando pelo Código Criminal do Império em 1830 e chegando aos dias atuais com o advento do Código de Processo Penal em 1941. E no ano de 2008, o STF expediu a súmula vinculante numero 11, onde regulamenta o uso de algemas no caso de iminente perigo de fuga dos presos ou possível agressão ao agente condutor do detento. Criando assim restrições a função do policial no ato da prisão ou condução. Inegavelmente, essa decisão fora precipitada, pois deveria ter ocorrido antes um debate entre a sociedade, as instituições policiais e o Ministério Público. Em verdade, o que pode ocorrer com a publicação tal sumula vinculante, é um recuo dos polícias ao cumprimento de suas obrigações funcionais, uma vez que tal súmula inviabiliza o trabalho policial, pois retira dos agentes do Estado a plena utilização de importante instrumento de trabalho, muitas vezes responsável por impedir tragédias e fugas de perigosos sujeitos. Por outro lado tem os que alegam que o uso de tal instrumento fere diversos direitos garantidos no nosso ordenamento jurídico, iniciando com o maior de todos os Princípios o da Dignidade da pessoa Humana, que alega ser tratamento desumano e humilhante algemar alguém, que em tese naquele momento não oferece algum perigo, tendo em vista que ele já estaria sob a guarda da justiça ao ser preso, e que muitas vezes as polícias buscavam ao algemar políticos e empresários importantes a autopromoção junto à sociedade. Estes são os mesmos que alegam que a Súmula número 11, apenas busca proteger estes atores e não todo e qualquer cidadão indiscriminadamente, bem ocorre aí um agressão ao Princípio da Isonomia, criando assim o tema central de nosso trabalho é o uso de algemas instrumento de trabalho ou abuso das Polícias.

(CONCLUSÃO) O uso de algemas por parte de nossas policia, não tem por finalidade infringir os direitos dos cidadãos, sejam estes de qualquer classe social, portanto, o que de fato é alvo da polícia é a efetivação de sua função já consagrada na nossa Constituição, que é proteger a sociedade dentro do que a lei protagoniza e norteia a ação de seus agentes públicos. Porém, o que alguns mais privilegiados, ou seja, ricos e importantes, acham que estão acima da lei, e ao infringi-la, merecem tratamento diferenciado, o que já ocorre, como é previsto em nossa legislação penal. Com isso cria-se uma polêmica, que em nossa opinião já á muito superada.

LICENÇA-MATERNIDADE: AMPLIAÇÃO DO PERÍODO EM PROL DA CONVIVÊNCIA MATERNO-FILIAL.

Autor(es):

Carolina de Freitas Sindeaux: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Mariana Medeiros de Albuquerque Nobre: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Andressa Romano Marinho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Larissa Soares Albuquerque Bezerra: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O direito à licença-maternidade de cento e vinte dias é garantido constitucionalmente pelo Art. 7º, XVIII, CF/88. Atualmente tramita no Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional (PEC Nº30/2007) que tem por objeto ampliação da licença para o período de seis meses. Trata-se de incontestável discussão que envolve os interesses das classes empresarial e laboral, e que, antes da sua introdução ao nosso Direito do Trabalho, se faz necessário um estudo aprofundado da sua aplicabilidade e seus efeitos positivos a ambas as partes envolvidas.

(METODOLOGIA) O trabalho desenvolveu-se a partir da legislação já existente, e da Lei 11.770/08 que, desde a sua edição, faculta às empresas a aderirem ao Programa Empresa Cidadã e ampliarem a licença-gestante para seis meses, tendo como contrapartida o recebimento de benefícios fiscais, bem como, a repercussão desta Lei nos contratos de trabalho em vigência, até a conclusão da PEC Nº30/2007.

(RESULTADOS) O direito à "licença-maternidade" é previsto pela Constituição Federal, em seu artigo 7º, XVIII o qual garante "licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias". A partir daí a CLT e outras Leis especiais disciplinam a licença maternidade em suas diversas searas. O art. 392 da CLT prevê, dentre outros: o direito à licença-maternidade de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário; em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos cento e vinte dias previstos neste artigo; o direito à licença maternidade, com prazos diferenciados, também da empregada adotante ou que recebe guarda judicial para fins de adoção. Percebe-se que a contagem da licença-maternidade se dá em dias, e não em meses. Assim, em consonância com os dispositivos supra, o benefício tem duração de 120 dias, podendo, agora, uma vez obedecidos os pressupostos previstos na nova legislação, ser prorrogado por mais 60 dias. Sendo os pressupostos: Tratar-se de empregada de pessoa jurídica; Adesão da pessoa jurídica empregadora ao Programa Empresa Cidadã; Requerimento da prorrogação, pela empregada (gestante) no prazo estabelecido: até o final do primeiro mês posterior ao parto; Concessão imediata após o término dos 120 dias de licença maternidade. Nessa linha, em se tratando de iniciativa privada, objetiva-se incentivar as empresas a conceder a prorrogação, e, o mecanismo utilizado é a concessão de incentivo fiscal, concretizado pelo abatimento, no Imposto de Renda da pessoa jurídica, do valor correspondente à remuneração dos 60 dias de prorrogação. Além da licença-maternidade é também garantido à gestante o direito à estabilidade durante a gestação, desde a confirmação da gestação, e até cinco meses após o parto objetivando a proteção do recém-nascido de ser cuidado pessoalmente pela mãe. Por isso sendo-lhe vedada a licença arbitrária ou sem justa causa. O direito da gestante é garantido com base no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, elencado na CF art. 5º, de modo que até se o contrato de trabalho da empregada vier a ser considerado nulo, ele produzirá efeitos quanto à estabilidade e o direito à licença maternidade, bem como o recolhimento do FGTS, apenas sem a multa rescisória.

(CONCLUSÃO) A Lei nº 11.770/2008 pode ser considerada um grande avanço. Porém, caso venha a se tornar Lei a PEC30/2007 poderá a vir produzir um grande impacto na economia das pequenas e médias empresas, por que embora a princípio, por ser um benefício previdenciário, a licença-maternidade não gere ônus ao empregador, a verdade é que o afastamento da empregada por prazo tão longo e às vezes simultâneo com outras empregadas gera para o empregador a necessidade de contratação de novos empregados, com novos encargos e obrigações trabalhistas.

O INQUÉRITO POLICIAL: SIGILO X MÍDIA

Autor(es):

Lara Mirian Costa Vieira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Débora Cristina e Silva Dantas: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Thaís Aline Cruz Aquino: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Thaiane Aline Cruz Aquino: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Rafael Varella Gomes da Costa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais, a mídia, com seu forte poder de influencia sobre todos os setores da sociedade, e por conta da busca incessante de altos níveis de audiência, estão ferindo os direitos fundamentais dos indivíduos, expondo o cidadão de forma brutal, gerando danos morais, profissionais e em alguns casos, físicos. A veiculação da informação de forma inverídica e incompleta, como também a quebra do sigilo pelo sensacionalismo da imprensa faz com que os receptores da informação veiculada erroneamente acabem criando um juízo de valor de determinado indivíduo indiciado, acarretando transtornos a este ser no que diz respeito à sua retomada de vida normal durante e até mesmo após os trâmites investigatórios e processuais.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico, é resultado do esforço conjunto das alunas do 3º ano de Direito da FARN. A estratégia metodológica recaiu sobre mostrar o poder de influencia que a mídia, como meio de comunicação eficaz, pode provocar na sociedade e o dano moral e até físico que pode causar ao indicado. Com núcleo de estudo voltado a entrevista e documentários, bem como, a leitura de textos virtuais, livros constitucionais, penais e processuais, elaborou-se o presente estudo.

(RESULTADOS) A ausência de defesa do indiciado não autoriza a Polícia Judiciária a desprezeitar as garantias jurídicas que o assistem, afinal, como mesmo prevê a nossa Carta Magna, ele é sujeito de direitos e dispõe de garantias, legais e constitucionais. Por isso o inquérito policial garante ao indivíduo o sigilo, que é, antes de tudo, uma garantia conquistada e positivada pela Declaração dos Direitos do Homem, objetivando a elucidação dos fatos sem comprometer a integridade física e moral do indivíduo. Diante e para auxiliar esse sigilo, nosso Estado Democrático utiliza o princípio da presunção de inocência como direito basilar para se guiar as investigações criminais e a instrução criminal, onde o próprio Estado terá que comprovar a culpabilidade do indivíduo, pois este é considerado inocente até prolação de sentença com transito em julgado.

(CONCLUSÃO) Com esta pesquisa, conclui-se que, se a mídia alterar sua linha de ação, deixando de lado essa competição por ibope, e buscando o crescimento da cidadania haverá mais ética e respeito aos direitos fundamentais, aos direitos da personalidade. Não se exige que os meios de comunicação deixem de noticiar os delitos que acontecem no meio social, mas que mostrem aos seus ouvintes, telespectadores e leitores que determinado fato delituoso aconteceu, entretanto o suposto responsável tem o direito de manter à sua imagem, honra e intimidade íntegras.

O PODER DA CONCILIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS JUDICIAIS

Autor(es):

Renata de Araújo Carvalho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Renata Duarte Gabriel: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Maa-Rara Ralliane Andrade Gurgel: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Ana Beatriz Figueiredo Procópio: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A conciliação é um instrumento de resolução de conflitos que tem como princípios basilares a voluntariedade, o consenso e o acordo de vontades. Este instrumento vem sendo cada dia mais utilizado pelo Poder Judiciário como uma forma de enfrentar a crescente demanda gerada pela excessiva jurisdicionalização dos conflitos. Porém a conciliação vai mais além do que uma forma do judiciário atender a população de uma maneira eficiente e ágil. É o modo pelo qual as próprias partes se engajam para resolver o problema de forma mais justa, uma vez que ambas serão atendidas.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de nível exploratório e descritivo, de caráter teórico e eminentemente bibliográfico, cujo campo, exploratório bibliográfico, aborda as vantagens da conciliação.

(RESULTADOS) Diante da elaboração da pesquisa verificou-se que com a conciliação passou a existir uma verdadeira e profunda mudança na cultura da litigiosidade. Inicialmente, a conciliação foi idealizada para pequenas causas como uma maneira de contribuição para a celeridade, ou seja, uma forma de desafogar o judiciário. Atualmente a conciliação é cada vez mais utilizada e tem se mostrado uma via satisfatória de solução de conflitos, preservando a garantia constitucional do acesso à Justiça e consolidando a ideia de que um acordo espontâneo é muito mais positivo do que uma decisão imposta por tribunal. De acordo com artigos publicados pelo Conselho Nacional de Justiça, o modo de conciliação prévia facultativa em causas que envolvam patrimônio privado e em algumas causas de direito de família, previsto no artigo 447 e parágrafo único do CPC, vem sendo ultrapassado na prática do dia-a-dia forense. As grandes empresas, os bancos e até mesmo o poder público, estão se prestando cada vez mais à conciliação para resolver seus litígios antes que eles se transformem em processos judiciais. Somente na Semana da Conciliação (movimento proposto pelo CNJ), afirma a juíza do TJ/RJ Andréa Pachá que, em 2006, 56 Tribunais realizaram 306 mil audiências de conciliação em todo o país, das quais 44,3% dos processos foram solucionados. Em 2008, mutirões foram realizados em todos os Estados e só um grupo de trabalho criado junto ao INSS resultou na solução de mais de 100 mil processos. Além disso, segundo artigo da Ministra Ellen Gracie, no site do STF, em 2007, o TRF da 4ª região solucionou 90% dos processos de desapropriação relativos à duplicação da BR-101 e o TJ/MG propiciou a conclusão de acordos em 93% dos casos de pagamentos de precatórios devidos por 16 municípios mineiros.

(CONCLUSÃO) Deduz-se, então, que a jurisdição, embora dirima o litígio do ponto de vista de seus efeitos jurídicos, gera uma maior animosidade entre as partes, pois a parte vencida dificilmente aceita que o seu direito não era melhor do que o da outra. Já na conciliação não existem vencedores nem perdedores. Esta é baseada no entendimento das partes, que constroem a solução para os próprios problemas, tornando-se responsáveis pelos compromissos que assumem e resgatando, tanto quanto possível, a capacidade de relacionamento. Diante da importância deste instrumento - hoje previsto com maior atenção no anteprojeto do novo código de Processo Civil em seu artigo 134, inclusive com o prazo para contestar começando a fruir a partir da audiência de conciliação - para a pacificação dos conflitos, pode-se afirmar que a justiça conciliativa terá grande potencial no judiciário do futuro.

OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

Autor(es):

Vitor Lopes D: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Thales Marques da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Roberta Livia Marques Lucas de Araújo: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Gontran Costa de Azevedo Júnior: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Carlos Gomes de Melo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esse trabalho tem por finalidade abordar o exercício de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) pelas forças armadas, que consiste em superar e controlar pressões que se manifestam e produzem efeitos no âmbito interno. Essa operação é realizada pela ação coordenada das forças armadas e dos órgãos de segurança pública a fim de garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem quando insuficiente ou indisponível os meios estaduais. As forças armadas são empregadas primariamente a garantir a segurança externa do estado, mas secundariamente dos poderes constitucionais no âmbito interno. Esse emprego das forças armadas é de decisão exclusiva do Presidente da República.

(METODOLOGIA) Dentro desse assunto aprofundaremos nossos conhecimentos sobre Operações de Controle e Distúrbio (OCD). Atividade freqüentemente empregada em GLO. Somente depois de esgotados os meios da Polícia Militar, ou quando o distúrbio ocorrer em área sujeita à administração militar deverá ser empregada. O adestramento de uma tropa em OCD visa o preparo técnico, tático e emocional do pessoal empregado. Distúrbio pode ser definida como uma ação de um grupo de cidadãos compreendida como desobediência civil contra atos ou contra autoridades do poder constituído. Turba é uma reunião de pessoas sob efeito de intensa excitação e agitação. Uma multidão em desordem. A ação de uma OCD requer certo planejamento. Tal como fazer o reconhecimento de prováveis vias de acesso, realizar uma demonstração de força visando inibir determinadas ações, emitir uma ordem de dispersão feita pelo comandante aos meliantes visando desorganizar todo o pessoal, procurar sempre deter os agitadores ou líderes. Sempre recolhendo provas que justifiquem as ações adotadas. Utilização de armamento e munição não letais.

(RESULTADOS) Teremos como objetivos, explicar a função e as características das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Sabemos que as condições em que o Exército cumprirá suas atribuições na GLO são detalhadas em leis, decretos, medidas provisórias, portarias e diretrizes e regras de engajamento então faremos um desenvolvimento sobre a aplicação do pelotão de fuzileiros dentro de operações de GLO, onde abordaremos Conceitos básicos relacionados ao assunto, Fundamentos das ações de GLO, Forças Adversas, Divisão territorial para a execução das Operações de GLO e Operações de GLO.

(CONCLUSÃO) Com esse trabalho vimos a importante atuação das forças armadas para garantir a integridade constitucional do nosso país. Um exercício que nos últimos anos tem se tornado cada vez mais freqüente, exigindo assim um adestramento contínuo e cada vez mais eficiente. A fim de garantir a ordem nacional o estado que venha a se deparar com conflitos cívicos ou desordem populacional possa contar com atuação desta força sem maiores danos para a sociedade, seja civis ou instituições.

DEMOCRACIA E "ISLAMOFOBIA": REFLEXÕES INICIAIS

Autor(es):

Flavia Maria de Oliveira Gondim: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Thalita Souza Domotor: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Naama Celi Lucena Lobo Maia: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Ao longo de toda a filosofia política, uma das questões sobre a qual mais se refletiu é referente à melhor forma de regime político. Desde a sua origem na Grécia Antiga, a Democracia esteve no centro dessas reflexões. Apesar de significar “Governo do Povo”, tal Regime sempre foi repleto de contradições, uma vez que as significativas exclusões sociais e políticas sempre - de maneira incoerente - caminharam paralelamente com o ideal de liberdade e igualdade proposto por tal Regime. É motivado pela possibilidade fascinante de esmiuçar as diversas faces da Democracia, pelo modo como ela pode estar sendo ameaçada por correntes fundamentalistas e nacionalistas, e pelos contraditórios artifícios de que se utiliza para proteger-se, que esse trabalho se propõe a iniciar o estudo sobre uma problemática que está ocorrendo atualmente em alguns países - democráticos - da Europa, a qual gira em torno da proibição de manifestações da cultura islâmica, sobretudo a da utilização de véus. Além disso, essa pesquisa objetiva demonstrar as incongruências entre os preceitos do Regime democrático e os posicionamentos xenofóbicos; e levantar algumas hipóteses que possam justificar essa “islamofobia” observada.

(METODOLOGIA) O método de abordagem de tal pesquisa é o Dialético. E os livros utilizados para fundamentar teoricamente parte das conclusões foram: “A filosofia política hoje” de Christian Delacampagne; e “A Crise do Estado-Nação”, cujo organizador é Adauto Novaes. Além disso, foram utilizadas matérias jornalísticas para comprovar o fenômeno “anti-islâmico” observado em alguns países da Europa.

(RESULTADOS) O resultado dessa pesquisa foi a identificação de diversos posicionamentos tomados por alguns Governos europeus, que visam proibir as manifestações religiosas da cultura islâmica, sobretudo, a utilização de véus e a construção de Minaretes. Apesar de a xenofobia ser um fenômeno predominante em toda a Europa, essa pesquisa ocupou-se em destacar apenas os países nos quais as medidas que visam legitimar as posições contrárias ao islamismo já foram aprovadas, ou estão muito próximas disso. Tais nações identificadas foram: a Bélgica, um dos percussores na proibição do uso do véu islâmico; a Itália, que estuda a possibilidade de proibir o véu e alega ser uma “medida de segurança”; a Holanda, que além de querer proibir o véu islâmico, ainda pretende endurecer as leis contra imigrantes; a Espanha, pois a cidade de Barcelona já aprovou a proibição do véu; a Suíça, que proíbe a construção de Minaretes; e, por fim, a França, que já proibiu definitivamente a utilização do véu islâmico.

(CONCLUSÃO) Ao final dessa pesquisa, pôde-se concluir que a possibilidade de uma corrente nacionalista - tão forte em meados do século XX – está voltando, uma vez que essas proibições da manifestação da cultura islâmica na Europa (por trás das justificativas de “proteger-se do terrorismo”) podem simbolizar a tentativa de preservar a identidade cultural e a empregabilidade dos cidadãos dos países em questão. Indo mais além, concluiu-se também que tais medidas podem ser uma forma dos Estados democráticos lutarem contra os adeptos do Fundamentalismo, pois tal corrente se mostra como uma ameaça à Democracia, já que existe uma forte tendência das religiões em recusar a laicidade e apresentar um forte caráter político, pois são expansionistas e dispõem de meios que podem regular toda a nossa vida cotidiana. Enfim, ao final desse trabalho pode-se inferir que um dos maiores problemas do Regime Democrático é lidar com a liberdade de expressão, considerado por Delecampagne como a “liberdade das liberdades”, pois como dar voz aos que se posicionam hostis à Democracia, sem prejudicá-la?

INÍCIO DA PERSONALIDADE EM FACE DAS TEORIAS NATALISTAS E CONCEPCIONISTAS E OS REFLEXOS NO NASCITURO

Autor(es):

Filipe Ribeiro Carlos: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Flávio Miranda Rocha: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Flaviano Costa Galvão Teixeira Machado: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN
Kaleb Campos Freire
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Temos como objetivo principal do presente trabalho, aduzir as principais diferenças entre as teorias natalista e concepcionista com os devidos reflexos no nascituro e no início da personalidade da pessoa humana, incluindo ainda o pensamento atual do STF sobre o referido tema.

(METODOLOGIA) Pode-se de início apresentar, que no Brasil, a personalidade jurídica inicia-se com o nascimento com vida, ainda que por poucos momentos. Essa é a teoria natalista, ou da natalidade. É mister salientar que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, conforme artigo 1º do CC.

(RESULTADOS) De acordo com o exposto, constata-se que a posição do nascituro é a de um mero expectador de direitos, como mostra o doutrinador Venosa, essa expectativa “é a mera possibilidade ou simples esperança de se adquirir um direito” (2000, p.374). Destarte, esta teoria não considera o nascituro como pessoa. Essa corrente, afirma que não existe direito subjetivo sem que haja titular, da mesma forma que não há titular sem personalidade jurídica. Para que se possa atribuir personalidade ao ser, deve ocorrer o nascimento com vida. Em que pese à teoria natalista estar numa posição até certo ponto “cômoda” esse sistema adotado ser compatível com o romano-germânico – principais influências do Código Civil Brasileiro – visto que se ampara nos conceitos e preceitos da Igreja Católica. Quando partimos para uma segunda corrente, a teoria concepcionista, há um choque de conceitos em que muitos doutrinadores pensam da seguinte forma: já existe vida com a simples concepção, ou seja, a fecundação no óvulo materno. Aderem a esse pensamento doutrinadores como Maria Helena Diniz, Teixeira de Freitas, Clóvis Beviláqua, entre outros. Dessa maneira, o conceptus adquire a capacidade de direito. Os concepcionistas tomam uma veia moderna, vez que não limitam os direitos do nascituro ao nascimento, pois se o fizesse, e este não nascesse, é como se não tivesse sido concebido. É cabível citar, que na primeira corrente, ou seja, que o real direito a personalidade existe tão-somente só com o nascimento com vida do feto, asseverada pela a posição do STF, conforme a AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE BIOSSEGURANÇA (2008). Ao enfrentar esse caso, o Supremo Tribunal Federal, teve que encarar a situação e se posicionar quanto a qual teoria seria adotada pelo nosso ordenamento jurídico, confirmando que a teoria da natalidade seria a mais coerente. Reconhecida a gravidez por exame médico, o juiz, por sentença, declarará a requerente investida na posse dos direitos que assistem ao nascituro (art.878). Se a requerente não couber o poder familiar, inclusive quando incapaz, o juiz nomeará curadora ao nascituro (art.878, parágrafo único). A sentença que reconhecer a gravidez declara situação preexistente, inclusive ratificando tudo o que já foi feito em defesa do nascituro, tanto que a ausência do exame médico não lhe prejudica os direitos (art.877).

(CONCLUSÃO) Com isso concluímos que, diante do posicionamento do STF e do nosso Código Civil onde o seu art. 2 diz “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.” O ordenamento jurídico brasileiro considera que toda pessoa é sujeito de direito, mas nem todo sujeito de direito é pessoa. Ou seja, apesar do STF posicionar-se de acordo com a teoria natalista, dá garantias aos direitos do nascituro. A posse dos direitos que assistem ao nascituro é entendida em amplo sentido, a ponto de considerar-se como se fosse ele próprio exercê-los.

PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Anderson Vicente da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Leonardo Gonçalves de Almeida: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por escopo demonstrar um modelo alternativo de reestruturação do sistema penitenciário brasileiro por meio da parceria público-privada, em virtude das péssimas condições encontradas atualmente no sistema carcerário brasileiro. A nossa realidade escancara a ineficiência do Estado em reeducar e reabilitar os seus apenados, fato corroborado pela insuficiência de verbas públicas, as quais estão mais voltadas à implementação de políticas sociais, assim como a crescente participação do Estado brasileiro na economia mundial provocando um forte aumento nos gastos governamentais, fato que dificulta o investimento na infraestrutura das penitenciárias brasileiras. Situação que dificulta o objetivo previsto na lei de execução penal que é reeducar e reabilitar o apenado. Diante dessa crise que se encontra o sistema prisional brasileiro, a privatização seria uma alternativa interessante para reestruturação das penitenciárias brasileiras, já que o Estado demonstra incompetência em gerir o atual sistema.

(METODOLOGIA) Os procedimentos usados no presente trabalho foram levantamentos de dados sobre a privatização do sistema penitenciário brasileiro. Assim, abordamos o tema através de pesquisas virtuais realizadas, tanto através de teorias quanto através de fatos particulares, extraídos dessas pesquisas, assim como, das experiências do nosso cotidiano.

(RESULTADOS) A pesquisa revela a realidade do sistema penitenciário brasileiro, como um sistema falido e sem grandes perspectivas de melhora. Como alternativa de melhoramento do sistema prisional brasileiro, surgem dois modelos, os quais são considerados embriões no desenvolvimento dos sistemas penitenciários privatizados no mundo: o modelo norte-americano e o modelo Francês, modelos estes que geram debates e posições divergentes a respeito de aspectos jurídicos, éticos e políticos. Entre os principais aspectos não favoráveis, estão à afronta a liberdade individual, sendo o Estado o único responsável pela coação moral, a associação do preso ao lucro que o mesmo representa, não só pelo taxa paga pelo Estado como também por ser, no interior do presídio, mão-de-obra barata, dócil e manipulável, outro ponto importante de destaque é o fato das prisões com finalidade lucrativa multiplicar as regras durante os períodos “de baixa temporada”, de maneira a propiciar o aumento do número de infrações dentro da penitenciária, visando a negar a liberdade condicional. Como pontos favoráveis à pesquisa identificaram a permanência do Estado na função jurisdicional, deixando o administrador particular responsável pela comida, pela limpeza, pelas roupas, pela chamada hotelaria. Outros fatores positivos são o fato das empresas particulares disporem de maior agilidade e menor burocracia, o que aperfeiçoaria os serviços e reduziria as despesas. Em contrapartida, no serviço público, a morosidade e a burocracia são demasiadas. No Brasil, o Estado de Minas Gerais foi o pioneiro na utilização do modelo público-privada aplicado no sistema penitenciário, sendo motivado pela necessidade de uma gestão profissional de unidades penitenciárias, de modo a imprimir conceitos de qualidade e eficiência na custódia do indivíduo infrator, promovendo à efetiva ressocialização do detento.

(CONCLUSÃO) Diante da problemática pesquisada, verificamos que o atual sistema penitenciário está decadente e longe de cumprir os objetivos propostos pela Lei de Execução Penal – LEP. Assim sendo, é importante buscar alternativas que solucione esse problema antigo das penitenciárias brasileiras. Em nossas pesquisas, observamos que as parcerias público-privadas é um instituto recente, porém muito oportuno, visto que possibilita o acesso à eficiência da iniciativa privada, sendo uma ferramenta que pode ser muito útil para governantes que não tenham recursos financeiros suficientes para realizar a reestruturação adequada para o desenvolvimento do nosso sistema prisional. Pretendemos com o presente trabalho trazer à discussão uma proposta de alternativa para solucionar o caos penitenciário.

O ARTIGO 123 DO CÓDIGO PENAL: UMA INCONGRUÊNCIA JURÍDICA

Autor(es):

Emanuell Cavalcanti do Nascimento Barbosa: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Fala-se muito na constitucionalização do direito civil, no entanto, o que está sendo constitucionalizado, isto é, posto e praticado de forma a coadunar com os preceitos constitucionais fundamentais da Carta Magna de 1988, é o Direito como um todo. Logo, o Direito e Processo Penais estão, evidentemente, também inseridos. Dito isso, chama-se a atenção para o artigo 123 (“Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após” - Infanticídio), do Código Penal, cuja definição não é só inconstitucional à luz do princípio da razoabilidade, além de ser incongruente com o próprio diploma legal que faz parte. Segue discussão

(METODOLOGIA) O presente trabalho tem como base bibliografia, jurisprudência e doutrina sobre o crime em si, além dos demais temas transversais analisados

(RESULTADOS) O crime, tipificado no artigo 123 do Código Penal, o chamado Infanticídio, apresenta-se de forma desproporcional perante os instrumentos do Perdão Judicial e da Isenção de Pena nos casos de embriaguez por caso fortuito, presentes, com já dito, no mesmo diploma legal (Título III - Da Imputabilidade Penal, Código Penal). O Perdão Judicial é encontrado no § 5º do art. 121 onde se fala “o juiz pode deixar de aplicar a pena, se as circunstâncias da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária”, enquanto a Isenção de Pena por Embriaguez pode ser encontrada no art. 28 e §§ também do Código Penal, onde se lê que o agente será isento de pena se era “ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”

(CONCLUSÃO) Pois bem, o que se percebe de ímpeto é que o “Estado Puerperal”, definido por Pedro Ivo Augusto Salgado Mendes da Costa como “uma situação de alteração e transtorno mentais, advinda da dores físicas do parto e capaz de alterar temporariamente o psiquismo da mulher previamente sã a ponto de levá-la a agir instintiva e violentamente contra o próprio filho durante o seu nascimento ou logo após o parto”, tem totais semelhanças com as razões para se retirar a antijuridicidade e se perdoar judicialmente outros crimes, como já relatado, mas não é aplicado no crime de Infanticídio. Essa não aplicação não se justifica pelo fato da mulher, se realmente estiver em Estado Puerperal já terá sua pena maior efetivada: morte do próprio filho. Além disso, se é uma alteração mental, que seja inimputável. Trata-se, portanto, de uma incoerência jurídica, tendo como solução a derrogação do art. 123 do CP, colocando a figura típica dentro do crime de Homicídio, como um sexto parágrafo por exemplo, e quando o Puerpério restar configurado e provado, haja vista que existem discussões na medicina legal sobre sua própria existência, que se recaia o fato no art. 26, sendo o agente inimputável.

TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS: A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Autor(es):

Airton Soares Costa Neto: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Glicério Edwiges da Silva Júnior: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Renato Azevedo de Miranda: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Pedro Cabral Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Erica Ludmila Cruz Barros
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nesta nova era da comunicação, a distância e o tempo vem adquirindo novos valores, aproximando culturas remotas e fazendo, pouco a pouco, tudo mais próximo. Viagens ao alcance de todos, fronteiras mais flexíveis que incluem livre trânsito de pessoas e mercadorias entre países, negócios dirigidos a quilômetros de distância, importantes fluxos migratórios, enfim, um avanço rumo a uma grande aldeia global. Camufladas entre tantos benefícios, co-existem organizações criminais que se aproveitam desses avanços, para praticar com mais impunidade suas atividades delituosas. Uma dessas atividades, a mais lucrativa, depois do tráfico de drogas e de armas, é o Tráfico de Seres Humanos (TSH), abordagem do nosso estudo.

(METODOLOGIA) Realizamos uma pesquisa de natureza teórica, no qual nos utilizamos de investigações bibliográficas e documentais, textos e artigos virtuais, que possibilitam o entendimento e a produção desse trabalho.

(RESULTADOS) Diante da pesquisa realizada acerca do tráfico internacional de seres humanos verifica-se que este vem sendo alimentado principalmente pelos jovens que não têm oportunidade de boas condições de vida, ficando estes vulneráveis em relação ao TSH. A partir da evolução da globalização temos um avanço tecnológico onde o mesmo aproximou as transações internacionais permitindo não apenas benfeitorias, mas facilitando a realização do tráfico de pessoas, ferindo o teor dos direitos fundamentais. De acordo com dados da ONU, temos crianças e mulheres as principais vítimas do TSH, na qual a pornografia e o trabalho forçado respondem por uma parcela significativa deste tráfico. Pelo fato desta atividade ser de baixo investimento, porém com grande retorno financeiro em curto prazo temporal, atrai diversos investidores sendo estes os narcotraficantes e outros ramos do crime, financiadores desta atividade, estando em geral intimamente ligada ao contrabando ilegal de imigrantes, redes de falsificação de documentos, drogas e outras atividades criminosas.

(CONCLUSÃO) O tráfico internacional de pessoas é uma atividade a qual prejudica milhares de indivíduos nas suas diversas formas de exploração, permitindo assim um enriquecimento ilícito de seus investidores. Este contrabando tem como ferramenta a globalização, através da qual se concretiza com mais facilidade, visto que esta desenvolve tecnologias auxiliares, gerando outras atividades as quais colaboram para a prática do TSH, como por exemplo, rapto, coação, favorecimento a prostituição, entre outras.

NEOCONSTITUCIONALISMO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Autor(es):

Édesio Delano Farias Diógenes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Mario Sergio Falcão Maia
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No início do século XXI, a doutrina constitucional passa a desenvolver uma nova perspectiva em relação ao constitucionalismo, gerando o que podemos chamar de uma irradiação da Constituição, a qual se baseia na necessidade de ultrapassar o paradigma liberal-positivista. Este novo modelo é chamado de Neoconstitucionalismo, que busca não mais apenas atrelar o constitucionalismo à idéia de limitação do poder político, mas, acima de tudo, procurar a eficácia da constituição, deixando as normas de ter um caráter meramente retórico e passando a ser mais efetivo, principalmente em se tratando da expectativa de concretização dos direitos fundamentais, ou seja, a democracia. Partindo-se deste novo modelo e dos aspectos supracitados podemos apresentar um instrumento de extrema importância que garante a supremacia das constituições, chamado de controle de constitucionalidade. Este, por sua vez, serve para verificar se os atos executivos, legislativos e jurisdicionais são compatíveis com a Carta Magna, em outras palavras, significa que é feita uma verificação para saber se as leis ou atos normativos estão de acordo com a Constituição Federal, tanto sob o ponto de vista formal, quanto o material. Partindo da idéia de que o principal objetivo do Direito Constitucional é o que se chama de “filtragem constitucional”, faz-se necessária uma análise das normas, a fim de identificar se estas são constitucionais ou não, motivo pelo qual se justifica o trabalho de pesquisa em questão.

(METODOLOGIA) Tendo em vista as grandes vertentes da pesquisa jurídica afirma-se a vinculação à linha crítico-metodológica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica documental que se desenvolve preponderantemente a partir da análise dos textos bibliográficos de síntese teórica. Utiliza-se, em grande parte, o raciocínio e os métodos de procedimento histórico e comparativo.

(RESULTADOS) Considerando o caráter parcial da pesquisa, que se insere no norte mais amplo do projeto “Neoconstitucionalismo e o Controle de Constitucionalidade” – desenvolvido sob coordenação do professor Mário Sérgio Falcão Maia, através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN) - nota-se que, com o constante surgimento de projetos de normas, o Controle de Constitucionalidade vem se destacando e apresentando a sua real aplicabilidade perante os critérios primordiais da constituição brasileira, e assim, reforçando os princípios do Neoconstitucionalismo.

(CONCLUSÃO) Observar-se, com o fechamento parcial da pesquisa, que cada vez mais torna-se imprescindível a presença do Controle de Constitucionalidade diante de toda a norma jurídica brasileira, e que o Neoconstitucionalismo, com o passar dos tempos, demonstra sua fixação em relação aos direitos fundamentais da sociedade. Entretanto deve-se aprofundar o estudo no sentido de buscar nas bases doutrinárias uma maior gama de fundamentos que corroborem com as afirmações já referidas no presente projeto de pesquisa.

A DENUNCIÇÃO DA LIDE NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Autor(es):

Débora Raíssa Soares Pinheiro: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Taciano José Ferreira de Vasconcelos: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Heloísa Pessoa Teles de Oliveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Leonardo Medeiros Júnior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A questão que envolve a responsabilidade civil tem ganhado, a cada ano, relevância doutrinária e jurisprudencial. No que tange à responsabilidade civil do Estado, um instituto processual tem sido destaque: “a denúncia à lide”. Muito tem sido discutido sobre seu cabimento ou não nas ações inerentes à responsabilidade civil do Estado, tais sejam nos casos em que um servidor, na investidura de cargo público, causar dano ao particular, e este ingressar em juízo com ação indenizatória somente contra o ente estatal. A doutrina e jurisprudência pátria muito ainda se dividem no que concerne à sua aplicabilidade, haja vista que, tanto as correntes pró quanto as contra, apresentam argumentos de relevância e escopo jurídico. Tendo em vista a atual discussão, o trabalho presente visa elaborar um quadro comparativo dos diversos posicionamentos carregados pelo presente assunto, e relacioná-lo com os campos de estudo que abraçam o tema em questão.

(METODOLOGIA) Para que a problemática do estudo sobre tal tema fosse compreendida, realizou-se um estudo investigativo e expositivo, por meio de um levantamento bibliográfico e jurisprudencial. No âmbito expositivo, o estudo visa apenas expor, objetivamente, os resultados obtidos através da pesquisa, não se comprometendo com as opiniões pessoais dos seus pesquisadores.

(RESULTADOS) Verificou-se que alguns Tribunais pátrios vêm acolhendo a corrente da aceitação da denúncia à lide quando requerida pela Administração Pública em desfavor de seu agente, caracterizando a desnecessidade de interposição de ação autônoma. Tal corrente abraça princípios processuais e constitucionais consagrados, tais como o da celeridade processual, a economicidade, eficiência e preservação do interesse público, visto que a lide é solucionada com o proferimento de uma única sentença, sendo desnecessária a interposição de duas demandas distintas. Ao contrário dessa corrente, existe o pensamento, atualmente o mais adotado pelos tribunais superiores, que não cabe a denúncia à lide contra o servidor público sob o argumento que se tal formalidade fosse exigida, o particular sofreria inegável prejuízo de vislumbrar a reparação do dano de maneira célere, obrigando o magistrado a solucionar duas prestações, sendo que uma destas ao particular não lhe interessa, devendo este arcar com a procrastinação jurisdicional.

(CONCLUSÃO) Em face do exposto, conclui-se que, apesar de não haver entendimento doutrinário consolidado no que diz respeito ao cabimento da denúncia da lide na responsabilidade civil do Estado, a orientação majoritária e mais razoável, de acordo com o art. 37, § 6º, CF, é no sentido de ser inadmissível a denúncia da lide do Estado contra agente público causador do dano. Caso fosse utilizado tal instituto processual, haveria um notório prejuízo para a vítima, que, com o ingresso do agente no litígio, traria injustificado retardamento na recuperação do dano causado, em face do litígio ficar diretamente vinculado a solução prévia da relação administrativa com o agente público (responsabilidade subjetiva). Ademais, esse é o entendimento recente do STF, no AI 613128 GO, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, o qual entendeu ser incabível a denúncia da lide pelo Estado ao agente público, em face do artigo supramencionado e da teoria do risco administrativo.

NATUREZA JURÍDICA DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS

Autor(es):

Thiago Tavares de Lira de Lima Góes: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Danyel Freire Furtado de Mendonça: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Leonardo Medeiros Júnior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo da presente pesquisa é analisar qual a natureza jurídica dos “condomínios” fechados de casas em Natal, sob o aspecto legal, jurisprudencial e doutrinário. Analisaremos o registro no Cartório de imóveis de dois condomínios localizados em Parnamirim e Natal. Discutiremos a respeito da possibilidade ou não de privatizar áreas públicas pertencentes aos loteamentos, bem como o controle de acesso nos casos de loteamentos que possuem este controle. Dessa forma, para tornarmos válido o ordenamento jurídico, no que se refere ao direito de locomoção aliado ao loteamento, precisamos tornar efetivos os mecanismos garantidores à eficácia do cumprimento da norma legal. A abordagem do tema se faz necessária para que diante dos casos concretos, possamos identificar em que consiste um “condomínio” fechado de casas, e, portanto, a partir deste conceito, confrontá-lo com os demais aspectos legais, em especial o urbanístico.

(METODOLOGIA) Com o propósito de ser apresentada de maneira expositiva, a presente tese jurídica foi desenvolvida através de pesquisa no registro dos condomínios Alphaville e Green Village no Cartório de Registro de Imóveis de Parnamirim e Natal, bem como na jurisprudência e na literatura especializada. Buscou-se levantar as questões teóricas que se fazem necessárias com o objetivo de demonstrar as soluções para os possíveis conflitos gerados no âmbito prático, seja por tolher a liberdade de locomoção; seja por privatizar áreas públicas sem qualquer fundamentação jurídica.

(RESULTADOS) Com as pesquisas realizadas, constatamos que os registros imobiliários dos condomínios analisados não foram feitos da mesma maneira. Em um deles verificamos que houve na verdade o registro de um loteamento fechado. Vale registrar que condomínio e Loteamento são coisas distintas, regidos por normas próprias. O loteamento fechado, ou também chamado de condomínio atípico, consiste em uma criação doutrinária não contemplada pela Lei nº 6.766/79, mas que acaba sendo normatizada por ela, uma vez que não há outra previsão legal sobre o assunto. No caso de um dos empreendimentos, o Poder Executivo de Parnamirim, por meio de Decreto, conferiu o uso privativo de bens públicos imóveis a particulares determinados. Este Decreto foi editado com base na Lei Municipal 1.312, de 11 de agosto de 2006. O nosso ordenamento jurídico não contempla a figura do loteamento fechado. Tal situação viola o direito constitucional de ir e vir, assegurado a qualquer cidadão nos termos do artigo 5º, XV da Constituição Federal.

(CONCLUSÃO) Constatamos um dos condomínios analisados fora registrado na verdade como loteamento. Entretanto, inexistente no direito brasileiro a figura do loteamento fechado. As áreas públicas de um loteamento (vias, praças, áreas verdes e outros equipamentos urbanos), se destinam a atender às necessidades coletivas urbanas e não a de determinado proprietários.

TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS: LEVANTAMENTO DE ASPECTOS RELEVANTES E SUA PRESENÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Raquel Dantas Revorêdo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Vivianni de Magalhães Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Débora Raíssa Soares Pinheiro: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Rodrigo Barros Mendonça
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A globalização crescente à luz do capitalismo, fenômeno ocorrente nas últimas décadas, facilita e estimula para todos os indivíduos nos diversos pólos do globo inúmeros benefícios, como a troca de informações, a prática do comércio e a integração econômica mundial. Por outro viés, tal fenômeno abre margem para a criminalidade interestatal, na qual as etapas princípio-meio-fim da prática delituosa estendem-se entre dois ou mais Estados. O tráfico internacional de pessoas, seja ele de cunho sexual ou para fins de trabalhos forçados, tem se tornado atividade onerosa, superando, inclusive, a lucratividade do tráfico de drogas e de armas. Tal prática fere gravemente os direitos humanos, bem como princípios presentes em nossa Carta Magna e em diversos tratados internacionais. Como as discussões são recentes, o presente trabalho objetiva expor os diversos tratamentos, conceitos e dados que este tema carrega e analisar sua relação com os diversos campos do Direito brasileiro.

(METODOLOGIA) Para que a problemática do estudo sobre tal tema fosse compreendida, realizou-se um estudo investigativo através de levantamento bibliográfico e pesquisa em revistas jurídicas, no qual se buscou fazer uma análise crítica-analítica sobre os diversos conceitos e informações coletados acerca do tema, em consonância com as diferentes disciplinas que comportam seus estudos.

(RESULTADOS) Verificou-se que a prática do tráfico de pessoas tem diversos aspectos: a comercialização de mulheres para fins sexuais; utilização de crianças como escravas em trabalhos forçados ou igualmente para a prostituição; e, no que tange aos homens adultos, submissão dos mesmos a um regime análogo ao de escravidão. O dispositivo do Código Penal Brasileiro que abrange o tema exploração sexual é o art. 231, que prevê pena de reclusão de 3 a 8 anos pela prática de tal crime. O traficante priva a vítima de seus direitos humanos mais fundamentais, sejam eles a liberdade de locomoção, de escolha, de controle de seu futuro e de controle próprio, submetendo-a ao regime de escravidão, uma das práticas mais repudiadas pelos princípios que regem os direitos humanos.

(CONCLUSÃO) Depois do exposto no presente trabalho, observou-se que o tema sob análise é de extrema relevância no campo internacional. O tráfico de pessoas é atividade praticada desde tempos remotos, e que com o advento da globalização, impulsionado a partir dos anos 90, assumiu contornos transnacionais, atingindo diversos povos e direitos universalmente protegidos. Desta forma, observa-se que o fluxo do tráfico está sempre em direção aos países desenvolvidos e é oriundo dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, e os mantenedores de tal atividade tiram proveito deste contexto sociopolítico e desta desigualdade geoeconômica. O Estado brasileiro vem assumindo, através de tratados internacionais e de alterações em seu direito interno, uma postura de combate ao tráfico de pessoas. Por fim, apesar da iniciativa de diversos Estados em combater tal prática, esta ainda é intensamente ocorrente e altamente rentável para aqueles que a praticam.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A AQUISIÇÃO DE TERRAS BRASILEIRAS POR EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO E A SOBERANIA NACIONAL

Autor(es):

Adolpho Salim Simonetti Jamaleddine: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Felipe Dantas Leite: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Eliorefe Saldanha de Oliveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Francisco Assis da Silveira Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho

Instituição de Ensino: FARN

Assis Rogério Maia Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Brasil por ocupar uma posição privilegiada perante o restante dos outros países do globo, detentor de 22% do território agricultável mundial (fonte: Abipecs), deveria, desde o início das relações de compra e venda de terras propícias a agricultura por capital estrangeiro, ter controle acirrado sobre tais transações, pois apesar do investimento estrangeiro ser de suma importância para o desenvolvimento, geração de empregos, entre outros, é indubitável a prioridade da soberania nacional. A compra de terras ricas em recursos naturais os quais já se tornaram escassos ou em processo de escassez por empresas estrangeiras de capital privado ou até mesmo de capital estatal desenvolve o que podemos chamar de neocolonialismo que nada mais é do que a busca de matérias primas por países desenvolvidos em países em desenvolvimento, esse processo vem ocorrendo descaradamente ao longo do século passado no continente africano, e o Brasil por questões óbvias é alvo. Sem uma legislação pertinente, corremos o risco de perder o que é nosso por direito e acabar como a África, até hoje usurpada pelos poderosos.

(METODOLOGIA) A metodologia do presente trabalho se baseia em posições da AGU, leis regulamentadoras das relações de compra e venda de terras brasileiras para empresas de capital estrangeiro, internet, assim como posições doutrinárias.

(RESULTADOS) Tendo em vista a revogação do art.171 da constituição federal pela EC 06/95 trazendo assim a equiparação das pessoas jurídicas nacionais às empresas controladas por capital estrangeiro, o INCRA perdeu o controle das transações de compra e venda realizadas por tais empresas, pondo assim em cheque a soberania nacional, pois no momento não se sabe o quanto de terra está em controle de capital estrangeiro. Devido aos vastos recursos naturais, a enorme quantidade de matéria prima disponível em solo brasileiro, é um erro crasso do Brasil permitir tais questões, nas palavras do ex-ministro Delfim Neto em relação ao governo chinês em entrevista concedida a um jornal paulistano (OESP, 1-8-2010) : "Os chineses compraram a África e estão tentando comprar o Brasil", "Isso é uma grave miopia do governo brasileiro: permitir que um Estado soberano compre terras, minérios, recursos naturais em outro Estado soberano. Essas empresas chinesas são o próprio Estado chinês.". Em 1998 a AGU ratificou sua opinião emitida em 1994 em relação à limitação da compra e venda de terras por empresas de capital estrangeiro devido à equiparação constitucional, entretanto, há ainda distinções de âmbito regulatório previstas pela própria carta magna, todavia, as instruções normativas vêm apenas exigir ao investidor estrangeiro que proceda ao cadastramento junto à Receita Federal. Em outros termos, para ser titular de bem imóvel, o investidor deve obter o CPF, se pessoa física, ou o CNPJ, se pessoa jurídica.

(CONCLUSÃO) Em face da discussão sobre o tema, a AGU em seu parecer CGUIAGU nº 01/2008-RVJ aprovado pelo advogado- geral da união em 19 de agosto de 2010, limitará a compra e venda de terras para empresas controladas por capital estrangeiro devido os fundamentos acima apresentados, dentre outros emitidos no parecer, não obstante apesar do parecer aprovado pelo Presidente da República e publicado juntamente com o despacho presidencial adquirir caráter normativo e vincular todos os órgãos e entidades da Administração Federal, que ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento, é necessária uma lei atualizada que retrate a conjuntura social e econômica mundial para regulamentar as transações e limitações impostas a tal relação, devido a lei nº 5.709 de 1971 já estar ultrapassada, pois a legislação reflete o momento vivenciado pelo país na sua época de formulação, tornado-se ineficaz sua aplicação nos tempos atuais.

PENHORA ON-LINE: CONSTRIÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS ATRAVÉS DO SISTEMA BACEN JUD.

Autor(es):

Carolina de Freitas Sindeaux: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Mariana Medeiros de Albuquerque Nobre: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Andressa Romano Marinho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Larissa Soares Albuquerque Bezerra: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marcelo Lauar Leite
Instituição de Ensino: FARN
Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A penhora on-line é uma adequação de uma previsão legal às novas tecnologias disponíveis, permitindo o cumprimento da lei. É a aplicação do art. 655 do CPC, ou seja, penhora em dinheiro, entretanto por um meio mais rápido e eficaz, a internet.

(METODOLOGIA) O trabalho desenvolveu-se a partir da legislação já existente, e da Lei nº 11.382/06 que, desde a sua edição possibilitou a implantação da penhora on-line nos processos de execução.

(RESULTADOS) Com a reforma do Código de Processo Civil pela Lei nº 11.382/06, a penhora on-line ganhou força de norma legal, com previsão no art. 655-A. A penhora é realizada através de um convênio entre o Banco Central e o judiciário, chamado Sistema “Bacen Jud”, o qual através do mecanismo chamado de “penhora on-line”, permite uma solicitação eletrônica de informações a partir do comando de um juiz que, com a posse de uma senha previamente cadastrada, preenche um formulário, indicando as informações necessárias ao processo e ao bloqueio. O Banco Central então, através do sistema Bacen Jud, repassa automaticamente as ordens judiciais para os Bancos, bloqueando contas bancárias e aplicações financeiras de pessoas físicas e jurídicas executadas em ações judiciais para garantia do juízo. O sistema está disponível a todos os ramos do Poder Judiciário, mediante convênio assinado, e firmado com base na Lei 9.800/99, entre o Banco Central e os Tribunais Superiores, ao qual aderiram os Tribunais Regionais e Estaduais Judiciais. A adoção da penhora on-line produziu muitos bons efeitos na seara trabalhista, pois além de reduzir significativamente o número de execuções trabalhistas, aumenta o prestígio e a confiabilidade das decisões judiciais. Ele também desestimula as medidas protelatórias na execução, contribui para a maior rapidez do processo executório e para a modernização da burocracia judiciária e não contraria a ordem legal de bens penhoráveis, pois a penhora em dinheiro é a primeira na ordem preferencial do art. 655 do CPC, além de não violar o sigilo bancário na medida em que se trata de ordem judicial. É um meio eficaz, aliado a modernidade e aos avanços tecnológicos, que proporciona o cumprimento das decisões, tendo como característica fundamental a agilidade e a credibilidade. Anteriormente, a penhora sobre dinheiro era efetuada através de via postal, utilizando-se papel, o que demorava meses. Com a penhora on-line a celeridade processual é assegurada, pois a via postal é substituída pelo correio eletrônico, portanto, o que é on-line não é a penhora em si, mas o instrumental utilizado para a sua efetivação, na busca do bem (no caso, dinheiro) para a garantia da execução. Saliente-se que com a efetivação da penhora, e garantida a execução, não se suprime direitos do executado, pois logo que efetivado o bloqueio, o executado poderá impugná-la, no prazo de até 15 dias, conforme o novo art. 475-J, § 1º44 e Art. 475-L, 145 do CPC, e se tiver razão será expedida ordem de desbloqueio. Portanto, o Sistema BACEN JUD, obedece às fases processuais e principalmente à ordem legal estabelecida no art. 655, do CPC.

(CONCLUSÃO) A evolução tecnológica proporcionou um grande avanço no sentido de coibir as fraudes às execuções, tão comuns na realidade judiciária brasileira, pois a constrição do bem preferencial, previsto pelo art.655 do CPC, dinheiro, é feito com rapidez e celeridade.

RELIGIÃO E PODER

Autor(es):

Moisés Gonçalves de Oliveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Wanderlan Santos Porto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Místico busca a elevação do espírito por meio da ascese e desta forma se contrapõe ao mundo. Neste caso, se desliga de tudo o que é material e mundano. Busca contemplativamente transcender as barreiras do mundo e assim, o divino se manifesta por vias meditativas no místico. O ascético pelo contrário, está sempre em órbita com o mundo. Contudo na esfera contemplativa na busca pelo transcendente o ascético se aproxima do místico, especificamente no que se refere o misticismo ativo concebido por Weber como renúncias do mundo através da ascese. Só que diferentemente do misticismo há a busca por um Deus supramundano, mas que similar a este, o devoto não se coloca como instrumento, mas como recipiente. Ou seja, o divino se faz presente no místico e o místico no divino.

(METODOLOGIA) Tese: O Poder Religioso Weber volta-se então para outras formas de protestantismo diversas do luteranismo, em especial para o calvinismo e outras seitas, cujo elemento básico era o profundo isolamento espiritual do indivíduo em relação a seu Deus, onde somente uma vida guiada pela reflexão contínua poderia obter vitória sobre o estado natural, e foi essa racionalização que deu à fé reformada uma tendência ascética.

(RESULTADOS) O Ideal Geral do Poder Religião No final da Idade Média, as insatisfações religiosas contra a Igreja Católica acumulam-se de tal maneira que desembocaram num movimento de ruptura: a Reforma do século XVI. Provocando a quebra efetiva da unidade do pensamento ocidental cristão. Com o início dos tempos modernos, desenvolveu-se a expansão marítima e comercial, e dentro desse novo contexto a moral econômica da Igreja começou a entrar em choque com a atividade da grande burguesia que se sentia incomodada com as concepções tradicionais religiosas, que por sua vez condenavam o lucro excessivo e a usura. No plano da religião se refletia toda uma série de descontentamentos que se referiam às condições de vida material, tanto no plano político, como no social e econômico. A Burguesia começa a sentir necessidade de uma nova ética religiosa, mais adequada ao espírito do capitalismo comercial. E encontrou satisfação em grande parte na ética protestante, que surgiria com a Reforma. Na elaboração de sua teoria Weber afirmava que, para conhecer corretamente a causa do surgimento do capitalismo, era necessário fazer um estudo comparativo entre as várias sociedades do mundo ocidental e as outras civilizações, principalmente as do Oriente. Onde a explicação deveria ser encontrada na íntima vinculação do capitalismo com o protestantismo.

(CONCLUSÃO) Nos dias de hoje as igrejas buscam na política um caminho para voltar ao poder tanto desejado. Suas doutrinas têm buscado unir forças para seu império e não o contexto principal de suas bases Cristão que é a salvação. Referências: “ A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” Capítulo V “ O ascetismo e o espírito do capitalismo “ Max Weber.

FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE EMPREGO

Autor(es):

Viviane Kely da Silva Moura: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Ana Carolina de Araújo Medeiros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Raissa Gomes Cabral: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A crise financeira dos anos 70 e 80 na Europa Ocidental decorrente da quebra do pólo petrolífero Asiático, a robotização e os demais investimentos tecnológicos, a quebra de barreiras alfandegárias com a mundialização da economia, que introduziu a concorrência entre os países impondo a necessidade de produzir mais, com menor custo e melhor qualidade para disputar o mercado globalizado dentre outros fatores, criou o paradigma buscado no direito do trabalho, com regras mais flexíveis, como também um direito do trabalho aberto a mudanças, adaptável a nova situação econômica de cada empresa.

(METODOLOGIA) A metodologia concernente ao tema escolhido se baseia em pesquisa bibliográfica através de diferentes doutrinas, internet e periódicos.

(RESULTADOS) O direito do trabalho reflete todo o pioneirismo do papel ativo do Estado priorizando o bem-estar social dos trabalhadores, garantindo um bem-estar social mínimo aos trabalhadores que é o mínimo existencial, respaldado no princípio da dignidade da pessoa humana. Como forma de manter o Estado-social de direito contra a crise econômica de empresas, surge a flexibilização, implicando em alguns casos, em redução de direitos trabalhistas. Sob o prisma doutrinário, Alice Monteiro de Barros entende que a desregulamentação é sinônimo de flexibilização. Existindo a desregulamentação normativa que é sinônimo de flexibilização heterônoma que é imposta unilateralmente pelo Estado. E a flexibilização autônoma que é sinônimo de desregulamentação, encarando-a como uma substituição das garantias legais, pelas convencionais, com primazia da negociação coletiva. Já Vólia Cassar Bonfim entende que existe a flexibilização legal, quando a própria lei prevê as exceções ou autoriza a redução de direitos e a flexibilização sindical quando as normas coletivas autorizam a redução de direitos. Por fim, para Mauricio Godinho, existem direitos de indisponibilidade absoluta e direitos de indisponibilidade relativa que apenas estes poderiam ser flexibilizados. Para tanto, os direitos de indisponibilidade absoluta, não podem ser flexibilizados, pois, fazem parte de um patamar civilizatório.

(CONCLUSÃO) A década de 90, reflete uma política neoliberal, com o abandono do bem-estar social, mas, cabe a sociedade se conscientizar de seus direitos, e exigir a aplicação de regras e princípios estampados na Constituição. Fazendo-se efetivar o bem-estar social, impedindo o retrocesso desses direitos, já enfim, arduamente conquistados. Reconhecendo o trabalho como um valor social, enaltecido em nível de princípio constitucional e de consolidação de leis trabalhistas. Face ao exposto, cabe frisar que a flexibilização deve ser feita sem abuso, sem desvio de finalidade, e desde que a empresa comprovadamente esteja atravessando pela crise econômica. Servindo para manutenção da saúde na empresa. Devendo ser analisado sob o princípio da razoabilidade a valorização social do trabalhador x a saúde na empresa.

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE TURÍSTICO NA ORLA MARÍTIMA E SUA REGULAMENTAÇÃO

Autor(es):

Fernanda Vieira de Andrade Dutra: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Milenna Dantas Lacava de Almeida: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Kaline Gomes Gonçalves: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho expõe a necessidade da regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Turístico (ZETs). Pressupõe demonstrar o conflito existente entre a especulação imobiliária frente à preservação ambiental destas. O advento do boom imobiliário refletiu efetivamente na área marítima do município de Natal devido à ausência de percepção das conseqüências ambientais decorrentes da década de 80 até os dias atuais. Desse modo, o texto acadêmico tem relevância social no tocante ao Município de Natal ser um dos únicos do nordeste a proteger as áreas marítimas apresentando intenso ganho do seu valor para a estrutura social, como também ser objeto relevância jurídica no cunho a implementação do Plano Diretor de 1984 em face da proteção patrimonial cênico paisagístico. Para tanto, objetiva-se analisar a efetividade da regulamentação das normas para com as ZETs.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada através de procedimentos de cunho qualitativo por meio de uma pesquisa bibliográfica, apresentando-se através de revisão de literatura de forma crítica a análise da problemática. Assim, analisamos documentos legislativos a fim de empregá-los no estudo, como também, conceitos diversos presentes em teses e dissertações a cerca do tema, além de pesquisas em jornais locais e acórdãos sentenciados na área de direito ambiental mais especificamente nas Zonas Especiais de Interesse Turístico do nosso estado do Rio Grande do Norte.

(RESULTADOS) Podemos citar como nosso resultado da nossa pesquisa que, apesar de as Zonas Especiais de Interesse Turístico serem regulamentadas, percebe-se por meio de tais pesquisas que essa regulamentação não é efetiva. Se existe um valor intrínseco à singularidade da paisagem, a preservação de seus atributos no meio urbano e a democratização do seu acesso visual qualifica o espaço como um todo, possibilitando a valorização de áreas ainda mais vastas, na medida em que o limite de gabarito existente em Natal garante no seu entorno o acesso a esses atributos singulares. Assim, as ZETS contribuem para que maiores quantidades de espaços se tornem únicas, e portanto valorizadas, por desfrutarem de um visual que, ao contrário só seria acessível a poucos privilegiados e por pouco tempo, tendo em vista que, se não for controlado, o processo de verticalização em curso na cidade resultará na impossibilidade de acesso à paisagem até mesmo aos poucos que momentaneamente detêm o seu monopólio.

(CONCLUSÃO) Após a elaboração do referido trabalho, conclui-se que, apesar do Município de Natal possuir proteção legal de suas Zonas Especiais de Interesse Turístico em face das áreas marítimas, não há uma efetiva disciplina quanto ao cumprimento das leis. A efetividade garantida a partir do Plano Diretor de 1984, assim como as leis federais e municipais, proporcionou uma adequada regulamentação do uso e preservação dos ambientes cobiçados pela expansão imobiliária, sustentando um importante ganho a sociedade. Entretanto, não foi suficiente para que continuasse um envolvimento estatal direto na promoção da atividade turística na cidade, ocasionando um maior controle do uso e ocupação das áreas da orla marítima.

A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS NO DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Juan Carlos de Sousa Cabral: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Atualmente, ocorre a insurgência de diversos conflitos na seara do Direito Internacional – dentre esses a controversa autonomia Kosovar, a questão na Chechênia e diversos outros referentes aos direitos inerentes às minorias. Nessa perspectiva, surge como solução o estudo e o entendimento mais profundo de um princípio basilar do Direito Internacional: a Autodeterminação dos Povos. A autodeterminação dos povos consiste na escolha - pelo povo - dos sistemas políticos e econômicos, juntamente com o desenvolvimento da sociedade e da cultura para governar o Estado, essa forma de livre-arbítrio é um aspecto ínsito ao direito de exercer o governo sem sofrer interferência externa. Outro ponto de vista consagrado pelo Direito Internacional expressa que o princípio da autodeterminação está sob a esfera da política, tendo como seu antecessor histórico o princípio da nacionalidade em si - um dos direitos mais reconhecidos da espécie humana.

(METODOLOGIA) A autodeterminação pode ser definida como o direito de um povo de escolher livremente o sistema político que melhor lhes convier; é uma escolha ou uma opção interna, cuja característica principal deve ser a liberdade absoluta. Contudo, apesar de ser um direito protegido por várias convenções e tratados internacionais de enorme importância, é de grande dificuldade de se aplicar. No âmbito do exercício deste direito, uma variedade de diferentes resultados podem ser nomeados, que vão desde a independência política até a plena integração dos requisitos para formar um Estado, tais como: território, povo e governo. O direito à autodeterminação é, indiscutivelmente, uma norma de jus cogens, ou seja, parte do elenco das regras mais importantes do Direito Internacional. Seguindo este pressuposto, o Tribunal Internacional de Justiça e a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA – declararam-se partidários da idéia de que este princípio possui, também, o estatuto jurídico de erga omnes, o que significa "que serve para todos". Quando um princípio alcança o status de erga omnes, toda a comunidade internacional tem a obrigação de respeitá-lo, e, em todas as circunstâncias, torna-se uma regra inseparável nas suas interrelações. Assim tornando as obrigações de tal natureza obrigatória entre a comunidade internacional.

(RESULTADOS) Como ele é de um princípio insurgente antes da formação do próprio Estado, a autodeterminação dos povos deve estar vinculada ao entendimento do povo em si. Entende-se que os Estados, através de suas fronteiras, podem ser definidos, contudo, a classificação e definição de um povo é algo bastante subjetivo. Nesse diapasão, a facilidade de identificação de um Estado não é sinônimo da resolução de conflitos na comunidade internacional. Estados são, de fato, cada vez mais incapazes de representar os indivíduos na esfera global. Não é uma coincidência que, durante o último meio século, a comunidade internacional testemunhou o declínio gradual do poder oligárquico que os Estados haviam, previamente, adquirido na política internacional. Atualmente, o conceito do direito à autodeterminação é, inevitavelmente, uma tensão para os Estados soberanos, uma vez que se baseia na premissa de que o povo está guardando seus próprios direitos, e não os Estados.

(CONCLUSÃO) Após levar em conta todos os fatos supramencionados, pode-se observar que o atual entendimento, interpretação e aplicação do princípio da autodeterminação é insuficiente para a prevenção de conflitos tanto pequenos quanto grandes. Por conseguinte, há uma necessidade urgente de desenvolver uma compreensão internacional justa e equitativa na interpretação e aplicação deste princípio. E mesmo apesar da importância do direito à autodeterminação no direito internacional, a sua análise e aplicação pelos Estados soberanos e a comunidade internacional são extremamente raros.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA ANTE A CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO FURTO PRIVILEGIADO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

Autor(es):

Renan Santana da Silveira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por objetivo expor o entendimento firmado pela doutrina e pelos órgãos do poder judiciário acerca do princípio da insignificância, ou como preferem alguns “fatos de bagatela”, tendo como finalidade a adoção de um direito penal mínimo, equilibrado, em contraponto à infração penal descrita no Art. 155, § 2º, do código penal brasileiro (Furto Privilegiado), tendo em vista o entrave jurisprudencial firmado sobre o entendimento do que seria o pequeno valor da coisa furtada e o valor ínfimo do bem, exegese esta que ocasiona consequências relevantes, como o não recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público ou até mesmo a absolvição sumária após a defesa prévia do réu, gerando com isso decisões divergentes e fundamentadas em diversos embasamentos que serão ressaltados durante o estudo. Com esse exame minucioso, o trabalho põe em pauta uma análise crítica acerca da interpretação jurídica no tocante à aplicação dessa causa de diminuição de pena mediante casos concretos.

(METODOLOGIA) O trabalho foi realizado mediante pesquisas bibliográficas, virtuais, apanhados históricos, coleta de dados e depoimentos concedidos por membros do Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte que atuam nos feitos criminais. Foram realizadas pesquisas a partir de inquéritos policiais em andamento, decisões judiciais e julgados.

(RESULTADOS) Com a análise das pesquisas realizadas, verificou-se que há uma lacuna interpretativa muito abrangente e subjetiva, por parte do julgador, para a aplicação da causa especial de diminuição de pena contida no bojo do Art. 155, § 2º do código penal pátrio, uma vez que a simples menção do pequeno valor do bem ocasiona dissonância na doutrina e na jurisprudência penal, gerando dessa forma uma insegurança jurídica, pelo fato da ampla margem de liberdade interpretativa. Uma das correntes doutrinárias e jurisprudenciais considera bem de pequeno valor aquele que não supera a importância de um salário mínimo. Em contrapartida há quem defenda que, além do valor pecuniário do bem, deve ser analisado também o valor subjetivo que o objeto representava para vítima. Cabe salientar que a figura do furto privilegiado não se confunde com a construção doutrinária denominada princípio da insignificância ou fato de bagatela. No princípio da insignificância ou no fato de bagatela, a lesão ao bem jurídico tutelado é tão ínfima que não merece condenação. O agente acobertado pelo princípio da insignificância é absolvido, enquanto que aquele que pratica um furto privilegiado tem sua pena reduzida.

(CONCLUSÃO) Após todo o estudo direcionado acerca do Princípio da Insignificância, do crime de furto privilegiado, do pequeno valor da coisa furtada, analisando a doutrina e jurisprudência pátria, há diversas interpretações distintas, e fundamentadas em diversos critérios interpretativos destoantes. Em uma análise profunda e integrada principalmente do Direito Penal e Constitucional só nos leva a conclusão de que o Princípio da Insignificância é causa que torna o fato atípico, por incidir na tipicidade material, uma vez que o bem afetado (valor ínfimo) não possui relevância jurídica para a necessária intervenção do Direito Penal, devendo este se portar como ultima ratio e interferir apenas quando os demais ramos do Direito não possuírem capacidade para tanto, enquanto que a tipificação do furto privilegiado se configura um fato típico, apesar do pequeno valor da coisa, entendendo ser este como sendo a junção do baixo valor em pecúnia do objeto, o valor sentimental que este representa ao proprietário, bem como a análise das condições econômicas do sujeito passivo.

O CASO SAKINEH ASHTIANI: SUA REPERCURSÃO PARA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Anita do Vale Palmeira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Apesar de os Direitos Humanos estarem bastante definidos e seus conceitos difundidos no mundo em geral, ainda há situação que degradam o ser humano, fatos que deveriam ser banidos de todos os costumes sociais e religiosos. Sakineh Mohammadi Ashtiani é uma mulher iraniana que conseguiu reconhecimento internacional pela sua situação atual no Irã, seu país de origem. A mãe de dois filhos de 43 anos foi condenada à morte por apedrejamento após ser acusada sem fundamentos de ter supostamente cometido adultério. Em virtude da comoção internacional causada por apelos de seus filhos, a punição de Ashtiani tem sido adiada. A comunidade internacional também protestou pelo fato de ela receber uma pena tão cruel pelo crime cometido e fatos novos começaram a surgir para incriminar cada vez mais a mãe iraniana, que está presa até hoje. Essa pesquisa tem como foco uma crítica às práticas ultrapassadas de certas nações no tocante às punições cruéis aplicadas principalmente às mulheres. Dentre as ações a serem realizadas no processo de investigação estão: realizar breve histórico da evolução dos Direitos Humanos no último século, enfatizando a participação da mulher no desenvolvimento de atividades; realizar pesquisa sobre a atuação feminina na sociedade – a função da mulher nas sociedades do século XX e atual –; conscientizar a comunidade de que crimes contra os Direitos Humanos são mais comuns do que se imagina, principalmente em países com regimes extremistas como o do Irã.

(METODOLOGIA) A abordagem desta pesquisa é tanto qualitativa, tendo foco na descrição do fato e na pesquisa bibliográfica e como também é quantitativa, ao trazer números de execuções consentidas pelo Estado em vários países do mundo. Utilizou-se o método dedutivo para análise, levando em consideração que a pesquisa se inicia em um universo de vários países levando ao caso específico da iraniana Sakineh Mohammadi Ashtiani.

(RESULTADOS) De acordo com Fábio Comparato, os Direitos Humanos tratam-se de algo inerente à própria condição humana. A definição desses Direitos tão importantes se faz desde a Baixa Idade Média com a Magna Carta de 1215. No decorrer dos séculos, a ideia de Direitos Humanos se difundiu de maneira à hoje terem, em grande parte, caráter universal. Mas, infelizmente, ainda não se chegou a um consenso nesta matéria no âmbito mundial. O pensamento de uma sociedade basicamente patriarcal tem deixado de ser o predominante há certo tempo. Com o início da I Revolução Industrial no séc. XVIII, o homem não era mais o único a trabalhar fora de casa – a mulher começava a ser inserida no mercado de trabalho, apesar de continuar em posição inferior à do patriarca. É somente em meados do séc. XX que a mulher busca participação maior na sociedade por meio de movimentos sociais. Ainda assim, com a discriminação cultural e religiosa, a mulher é mantida como figura inferior.

(CONCLUSÃO) A Anistia Internacional informou que o Irã foi o segundo país a ter mais execuções no ano de 2009, sendo mais de 392, vencido apenas pela China, com mais de mil execuções no mesmo período. A maioria dessas execuções foi de mulheres como Sakineh Ashtiani, injustiçadas por um sistema corrupto e parcial. A presente pesquisa visa a lembrar-vos que há certos preceitos religiosos e culturais que se mantêm intactos apesar da dinâmica social, e costumes como o de matar por apedrejamento uma mulher que supostamente cometeu adultério não parecem razoáveis à luz dos Direitos Humanos na atual posição mundial.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

**A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES E A POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Autor(es):

Chiara Xavier Pinheiro: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Vassili Salomaovitch Barinov Gurgel: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em seu cotidiano o Brasil vive uma crise relacionada ao Estado Democrático de Direito, pois há uma necessidade premente de implementação de políticas públicas que façam respeitar os direitos fundamentais sociais que são frequentemente descumpridos. A teoria da tripartição dos poderes postula a necessidade da criação e cumprimento do sistema de freios e contrapesos que limitam o poder centralizador-controlador por parte de um dos três poderes. Assim, questiona-se: a atuação freqüente e incisiva do Poder Judiciário especificamente quando intervém nas decisões da administração pública, no que tange à realização de políticas públicas, fere o princípio constitucional da separação de poderes? Em relação ao aspecto democrático, há nos juízes legitimidade para aprovar ou anular leis que são elaboradas, sugeridas e aplicadas por poderes eleitos efetivamente para o que se dispõem? Ou seja, realizar os atos de legislar e executar? Estaria o Judiciário usurpando a competência do Legislativo e Executivo?

(METODOLOGIA) Pesquisa de caráter bibliográfico que envolve a análise e interpretação doutrinária e jurisprudencial acerca das decisões judiciais que versam sobre matéria de políticas públicas em relação a oferta de medicamentos, determinação de cirurgias, construção de escolas, enfim, aos fatores de ordem pública que estão elencados na Constituição Federal de 1988. Tendo como intuito comparar as posições jurídicas divergentes sobre o tema.

(RESULTADOS) O conceito da tripartição dos poderes surgiu na Antiguidade e foi formulado por Aristóteles. Entretanto, foi na Idade Moderna que a idéia ganhou os contornos clássicos, principalmente a partir dos trabalhos de Hobbes e Montesquieu. Foi visto que o Estado com a divisão rígida, simplesmente seria ingovernável e foi criado o sistema de freios e contrapesos (checks and balances) entre os poderes com inspiração na Constituição dos Estados Unidos da América de 1787. Desde então o sistema passa por contínuas modernizações, sem, no entanto, fugir dos preceitos preconizados por Montesquieu. Com o advento da Constituição Federal de 1988 denominada como "A Constituição-cidadã", o sistema clássico foi posto em cheque, pois as garantias e direitos dos cidadãos muitas vezes eram descumpridos em face da omissão dos poderes competentes. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, a fim de garantir o cumprimento da Carta Magna, tem ultrapassado sua competência em prejuízo do Executivo e Legislativo no que cabe a elaboração e aplicação das políticas públicas. O Judiciário tem ofertado remédios a doentes, determinado a realização de cirurgias e a construção de escolas. Exemplificando observa-se a concepção do direito a receber medicamento para problema cardíaco por decisão judicial em que uma decisão liminar foi proferida em caráter de urgência, mas a Ação Civil Pública nº 1232-39.2010.4.05.8401 ainda aguarda o julgamento final.

(CONCLUSÃO) Partindo-se da análise doutrinária os autores modernos defendem a posição clássica acerca da tripartição dos poderes. Pode-se dizer que seria vedado ao Judiciário, incluindo-se o Supremo Tribunal Federal (STF) a aplicação destas políticas públicas. No entanto, a jurisprudência mais recente diz que em face da omissão dos poderes competentes, pode o Judiciário aplicar as políticas públicas para garantir a constitucionalidade e os direitos dos cidadãos. Diante da omissão do Legislativo e Executivo, o Judiciário acaba sendo o salvador da Pátria, o verdadeiro garantidor de direitos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

AGROECOLOGIA: A EXCELÊNCIA EM PROL DE UM MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INERENTES AO TRABALHADOR

Autor(es):

Silvana de Sena Patrício: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Ricardo Augusto da Mata Dias: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Caio César Ferreira Guimarães: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Marcelo José Macedo Cordeiro Lira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em meados da década de 50, a produção agrícola recrudescer significativamente, haja vista o avanço do conhecimento humano nas áreas de química industrial e farmacêutica. Ocorreu grande euforia em todo o setor agrícola mundial e, diante disso, surgiram muitos movimentos com o fito de preservar as reservas naturais e sanar o desequilíbrio ecológico. Eis que, na década de 90, se consolidou uma nova maneira de manusear a terra: a Agroecologia. A presente pesquisa analisou algumas especificidades dessa agricultura orgânica, como seu conceito, eixos de atuação, bem como as técnicas utilizadas, mas, sobretudo, as reais condições de labor do trabalhador rural desse tipo de agricultura. Ademais, procurou-se mostrar as desvantagens do uso de agrotóxicos na agricultura tradicional; a qual, muitas vezes, não permite a materialização de certas garantias constitucionais, tais como a saúde e um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em leitura da doutrina trabalhista, legislação constitucional e ambiental que, somados aos dados conseguidos por meio de visita de campo e, ainda, leitura de informativos virtuais, relataram a experiência do país no tocante à Agroecologia, possibilitando o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do trabalho.

(RESULTADOS) Diante do pesquisado, verifica-se que o atual sistema econômico vigente no país, o capitalismo, enseja conseqüências que atinge a sociedade em geral. Em uma atmosfera de veemente concorrência, coadunada a busca incessante de lucros, formou-se uma agricultura despreocupada com os indivíduos, todavia, a prática da agroecologia mostra outros rumos para a agricultura. A agroecologia é uma agricultura sustentável que sustenta a idéia de um cultivo alimentar de qualidade e sem o uso de agrotóxicos. Estes são cabalmente danosos para o indivíduo, uma vez que, conforme pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Ceará, podem causar câncer, doenças no fígado, má formação fetal, entre outras doenças, afetando diretamente o trabalhador e indiretamente o consumidor. E não é só o indivíduo que se prejudica com o uso de agrotóxicos, o meio ambiente também sofre conseqüências: eles contaminam o lençol freático, matam a biodiversidade representada pela variedade da vida vegetal e animal e, ainda, afetam a fertilidade natural do solo. Outrossim, consoante pesquisa de campo realizada em Nísia Floresta, vê-se que a agroecologia, além de ser uma solução para o problema da saúde do trabalhador e do meio ambiente, é também um fator gerador de trabalho no campo, amenizando, assim, o inchaço da capital do Rio Grande do Norte.

(CONCLUSÃO) Por conseguinte, é notória a necessidade de incentivar as técnicas ambientalmente sustentáveis e socialmente inclusivas, em contraponto às tecnologias transgênicas potencialmente nocivas ao meio ambiente e à saúde, utilizadas pelo agronegócio. A partir de Projetos como a AFAM - Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado -, de políticas públicas como a PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - ou de Jornadas que possibilitam o debate acerca da agroecologia, como a que ocorreu em Maio do presente ano, é que o pleno exercício dos direitos difusos dos agricultores podem ser efetivados. Esses direitos, vistos como a afirmação da pluralidade sociocultural, são indisponíveis e a sociedade civil, junto aos representantes do poder, devem se mobilizar rumo a cristalização do que está disposto na Carta Constitucional vigente nesse país.

OS ETHE DE CREDIBILIDADE NO DISCURSO POLÍTICO-COMO ESTÁ SENDO CONSTRUIDO A IDENTIDADE NO DISCURSO POLÍTICO

Autor(es):

Joelma dos Santos Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Discurso é importante para a humanidade desde a antiguidade, a retórica foi estudada por grandes estudiosos, Aristóteles contribuiu grandemente ao dividir o discurso em três categorias; O Logos , o Ethos e o Pathos. O Logos – pertencente ao domínio da razão E o Pathos e o Ethos ao domínio da emoção, sendo o Pathos voltado para o auditório e o Ethos para o orador, sendo este último o qual se trata nosso trabalho. O Ethos está ligado a emoção, as formas de persuasão utilizando argumentos que emocionem o público ao qual é destinado o discurso. Assim o político mostra a Imagem de si através do discurso para obter êxito ao proferir seu discurso. Dessa forma nos propomos a estudar as várias faces do discurso, discurso que por muitas vezes torna-se como uma máscara que esconde a real intenção do político, não permitindo que vejamos a sua real intenção, pois funciona como um jogo de identidades dependendo da situação.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho foi a utilização de bibliografia sobre o discurso político e considerou-se a análise do discurso do presidente Lula na ocasião de posse em seu primeiro mandato.

Foram investigadas as formas como se deu a construção de seu discurso para que alcançar seu objetivo, satisfazer o povo brasileiro que na ocasião estava desacreditado para com os governos anteriores.

Esta análise foi realizada com base no livro do autor Patrick Charaudeau, onde analisa a construção do discurso político através do ethos. O método utilizado na pesquisa é o dedutivo, comparamos o discurso do presidente Lula com as teorias do discurso político, levando em consideração a construção da identidade política.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos com a análise do discurso, do presidente Lula, nos mostrou que os argumentos por ele utilizados têm grande ligação com os ethe de credibilidade e nos deixa a entender que o discurso foi preparado por um especialista no assunto, mas com suas marcas presente no texto, porém como o presidente Lula é uma figura com uma história política conhecida entre o povo brasileiro isso o ajudou a tornar-se um dos presidentes mais carismáticos da atualidade. Com o passar do seu primeiro mandato e sua reeleição escolhemos este discurso, pois podemos encontrar várias estratégias para persuadir o povo brasileiro. Em seu discurso ele utiliza argumentos que levam o público a acreditar que é possível haver mudanças no cenário político, então, ele escolhe os pontos que o público precisa ouvir. No livro pesquisado encontramos um trecho quando o autor diz que a credibilidade está ligada a identidade social do sujeito, e é um processo de construção de uma identidade realizadas de tal forma que leve os outros a considerá-lo digno de fé. E os resultados encontrados nos mostra que seus argumentos são preparados para convencer e emocionar seu público, e assim conseguir seus objetivos.

(CONCLUSÃO) Diante das pesquisas realizadas sobre a construção da identidade política, concluímos que os estudos realizados a cerca do assunto é de grande relevância para retórica e a partir destes estudos continuarmos e avançar em pesquisas não só no campo político. Saber identificar um discurso de um político nos dá a chance de compreender como se dá essa construção, como se dá o ato de convencimento do público através da palavra, se é feito com sinceridade e virtude de fato ou se o discurso é feito para convencer, mostrar sem preocupar-se com sua sinceridade.

TRABALHO INFANTIL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Autor(es):

Barbara Cristina de Paiva Serrano: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Priscila Costa de Farias: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A exploração infantil não é novidade na sociedade brasileira, ela vem desde os primórdios da nossa formação social. Tendo em vista que a condição do nosso país a este respeito ainda encontra-se em desenvolvimento, e apesar de ser crime e haver projetos de combate ao mesmo, os que possuem a guarda da criança, ainda persistem em explorá-las através do trabalho para assegurar interesses pessoais. Dessa forma, nosso objetivo é alertar sobre a gravidade da situação, apresentando as situações críticas que várias crianças sofrem no território brasileiro, mostrando o perfil das vítimas, a posição da sociologia e do direito para com o assunto retratado, além de diferenciar as várias formas de exploração infantil (trabalho, abuso e exploração sexual) e abordar a visão do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e de outros programas que tentam erradicar esse problema no Brasil.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa visa explorar o tema em questão, através de dados e fontes bibliográficas, retratando-o de forma clara e concisa, buscando com que os leitores tenham total entendimento acerca desse dramático problema que já existe há muitos anos em nosso país.

(RESULTADOS) Um dos vários resultados que se mostra através da exploração do assunto é a sensibilização da sociedade perante a divulgação dos direitos da criança, que faz com que o número de denúncias aumente, das quais podemos citar: Disque-Denúncia, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Delegacias de Polícia, Centros de Defesa da Criança, Defensoria Pública e Varas da Infância e Juventude. Outro fator importante, diz respeito à conscientização das pessoas para que parem de contribuir com esmolas em sinais e comprar produtos vendidos por elas nos mais diversos locais, levando em consideração os riscos e danos que o trabalho provoca no processo de desenvolvimento integral da criança, pois essa é uma das principais formas de exploração do trabalho infantil, visto que os pais, ou tutores, obrigam as crianças a irem pedir dinheiro no sinal e a vender mercadorias, fazendo assim com que elas deixem de freqüentar a escola, e uma das principais consequências é que isso se torna um ciclo vicioso, pois quando essas crianças crescerem elas tendem a fazer a mesma coisa com os seus filhos. Outro resultado é a formação de alianças entre o Poder Público e os variados setores da sociedade para assegurar de forma plena e direta os direitos da criança; também há o surgimento do atendimento por equipe especializada, como organizações não-governamentais de forma integrada, com a finalidade de retirar crianças do trabalho infantil, por meio, sempre que possível através do acesso à escola, e da conscientização dos familiares.

(CONCLUSÃO) Dentre tudo o que foi exposto acima, percebe-se um maior número de pessoas esclarecidas e preocupadas com a resolução do problema, visando dessa forma uma erradicação da situação, através de denúncias, de programas sociais e da não contribuição com dinheiro em mercadorias e esmolas nos semáforos, bares, restaurantes e nos mais diversos locais. Portanto, esperamos com a exposição dos objetivos que os resultados sejam cada vez mais alcançados através do esclarecimento que será proporcionado aos cidadãos.

AS PROVAS ILÍCITAS: CONCEITOS E JURISPRUDÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

Autor(es):

Marília Gomes Alves: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Collin Peterson Mendes Chaves: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Gilberto Alves Rocha: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Flavio Luiz Trajano Rodrigues: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Diego Sousa de Carvalho Almeida: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Estudo que tem por escopo conceituar as provas ilícitas e observar como o Supremo Tribunal Federal entende o tema na seara processual do direito brasileiro. A opinião majoritária desse tribunal reforça a inadmissibilidade deste meio probatório. Todavia, não há consenso na doutrina sobre o assunto.

(METODOLOGIA) A partir de pesquisa teórica e qualitativa de bibliografia em direito processual e jurisprudência acerca dessa questão, verificamos, através do método dialético, a existência de correntes contrárias a posição da Corte Suprema do país, as quais preconizam a admissibilidade desses tipos de provas em casos excepcionais.

(RESULTADOS) Para Ada Pellegrine, a prova corresponde ao instrumento formador da convicção do juiz a respeito da ocorrência ou inoocorrência dos fatos controvertidos no processo. A prova é ilícita quando viola norma de direito material, em oposição à prova ilegítima, a qual infringe norma de direito processual. Enquanto a Constituição, em seu artigo 5º, LXI, impõe inadmissibilidade para aquela, a lei determina a nulidade como sanção para esta. As provas ilegais, segundo Alexandre de Moraes, seriam o gênero do cujas espécies acima citadas fazem parte. É de se considerar que nem só a proibição do uso de prova ilícita é garantia constitucional; também o direito à prova o é. Daí pode passar a existir conflito entre os princípios constitucionais, entrando em evidência o princípio da proporcionalidade, pois se é necessária a tutela dos direitos os quais podem ser violados pela prova ilícita, também se faz necessária a tutela dos direitos os quais não podem ser demonstrados através de outra prova. Concernente aos meios comprobatórios advindos de ilicitude, a corte maior acolheu a doutrina americana “the fruit of poisonous tree” (os frutos da árvore venenosa). Essa tese preconiza que se as provas, obtidas em caráter principal, forem inconstitucionais, invalidam as provas delas decorrentes. Tal doutrina sofre algumas limitações quanto à validade de provas derivadas das ilícitas: elas podem ser aceitas se houver algum excludente de ilicitude ou caso se possa aplicar o princípio da proporcionalidade entre os valores do caso julgado e o valor atingido pelo ato ilícito promovedor da prova derivada. A jurisprudência defende o desentranhamento da prova ilícita do processo e não apenas a anulação de seus efeitos. Ao analisar alguns julgamentos do Supremo Tribunal Federal, atinentes a esse tipo de prova, constatamos uma suavização da teoria da árvore e dos frutos envenenados, desde que essa deliberação seja adotada pro reo, a fim de asseverar sua liberdade. Corrobora tal constatação as decisões com resolução favoráveis à exclusão da ilicitude da captação de conversa entre presentes, a chamada gravação ambiental, autorizada por um dos interlocutores, sem o conhecimento dos demais, por caracterizar-se o exercício de legítima defesa de quem a produziu (RE 212.081, Rel. Min. Octavio Gallotti, julgamento em 5-12-97, DJ de 27-3-98). No mesmo sentido: HC 75.338, Rel. Min. Nelson Jobim, julgamento em 11-3-98, DJ de 25-9-98 e Súmula 279-STF (AI 50.367-PR, 2ª. Turma. Rel. Min. Carlos Velloso. J. 01/02/05. DJ 04/03/05).

(CONCLUSÃO) Desse modo, nota-se haver, hodiernamente, uma tendência, advinda da jurisprudência, à mitigação da teoria dos frutos da árvore venenosa, decorrente da valorização da aplicação da teoria da proporcionalidade quando a prova ilícita é a única capaz de evidenciar fato absolutamente indispensável para a tutela de um direito o qual, no caso concreto, merece ser realizado ainda que diante do direito da personalidade atingido.

DIREITOS DA EMPREGADA DOMÉSTICA E SEU CONTRATO

Autor(es):

Rafael Varella Gomes da Costa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Lara Mirian Costa Vieira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Débora Cristina e Silva Dantas: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Thaiane Aline Cruz Aquino: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
João Paulo Vieira Costa de Aguiar: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: FARN
Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Considera-se empregado (a) doméstico (a) aquele (a) maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do (a) empregador (a). Nesses termos, integram a categoria os (as) seguintes trabalhadores (as): cozinheiro (a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro (a), vigia, motorista particular, jardineiro (a), acompanhante de idosos (as), entre outras. O (a) caseiro (a) também é considerado (a) empregado (a) doméstico (a), quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico teve como estratégia metodológica mostrar quem são eles (as), também os seus direitos e como deve ser procedido o contrato de uma empregada (o) doméstica (o). Com núcleo de estudo voltado a entrevista e documentários, bem como, a leitura de textos virtuais, jurisprudência trabalhista e cível, elaborou-se o presente estudo.

(RESULTADOS) A Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.885, de 9 de março de 1973, dispõe sobre a profissão do (a) empregado (a) doméstico (a), conceituando e atribuindo-lhe direitos. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, concedeu outros direitos sociais aos (as) empregados (as) domésticos (as), tais como: salário mínimo; irredutibilidade salarial; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença-paternidade; aviso prévio; aposentadoria e integração à Previdência Social. Portanto, vemos uma clara aplicação do Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, pois assim trouxe às Empregadas Domésticas seus Direitos e Deveres.

(CONCLUSÃO) Através desta pesquisa, concluímos que, hoje, os Empregados Domésticos adquiriram uma série de Direitos tornando-se uma classe de trabalhadores que, como os demais, tem que ter Dignidade para exercer suas funções, pois acredita-se que toda a classe de trabalhadores são fundamentais para a Globalização e o Mundo de Trabalho. Estes, tem a finalidade de "cuidar" de uma família, seja qual for sua função dentro desta casa.

ULTRAPASSANDO AS FRONTEIRAS DO DOGMATISMO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE COMO AS FALHAS ARGUMENTATIVAS ENSEJAM EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Autor(es):

Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Cláudia Rayanne Miranda Bernardo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN
Matusalem Jobson Bezerra Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O que se tem percebido é que, uma vez que o ideal do estado de direito compromete-se com uma garantia de certeza do direito, é por meio da argumentação que se constrói essa segurança jurídica. A argumentação justifica racionalmente as decisões jurisdicionais e permitem o contraditório e a ampla defesa previstos na Constituição. Dessa forma, o estudo da argumentação é de fundamental importância, pois não só serve para garantir a certeza das decisões judiciais como para refutá-las.

(METODOLOGIA) Foram escolhidas 10 sentenças aleatórias, entre Cíveis e Penais, e nessas sentenças buscou-se falhas argumentativas que permitissem o manuseio de embargos de declaração. Os embargos são cabíveis quando as sentenças contêm omissão, obscuridade ou contradição. Foi utilizado o Layout de Toulmin, um esquema que permite visualizar as formas dos argumentos e ver se estes se articulam corretamente entre si, bem como se atendem aos 8 méritos essenciais dos argumentos. Dessa forma o objetivo geral é apresentar uma técnica de identificação de falhas argumentativas, tendo como objetivo específico demonstrar como tal identificação está na base de uma contra argumentação eficaz, auxiliando na criação da contra argumentação no posterior embargo de declaração.

(RESULTADOS) O layout de Toulmin é composto, em sua forma simples de: (1) pretensão; (2) razões; (3) garantia e (4) respaldo. As razões apóiam a pretensão, sendo esta o que se quer demonstrar. Já a garantia deve autorizar a passagem das razões à pretensão e o respaldo demonstra a adequação da garantia. Observou-se que em duas sentenças houve falhas argumentativas em relação a tal esquema. Em uma das sentenças, o juiz garantiu e respaldou a garantia, mas não conseguiu passar das razões a conclusões, pois estas não ensejavam a conclusão desejada. Ao invés de colocar os fatos, o juiz somente se refere às folhas dos autos, então ainda que haja tal informação no processo, ele não a deixou clara na sentença, tornando-a obscura. Já na segunda, o que se verifica é que há uma flagrante contradição entre a garantia dada pelo juiz e os fatos apresentados pelo requerente. O juiz vem em sua sentença aduzindo uma série de fatos, sendo que ao término sua conclusão contraria esses fatos colocados anteriormente e concluem por tese contrária a que ele vinha justificando. Ele quis dizer algo que não disse.

(CONCLUSÃO) A primeira sentença é falaciosa, segundo a classificação toulminiana, por falta de razões, uma vez que há um problema de prova que quebra o liame objetivo da motivação jurisdicional, deixando de ter o mérito essencial de dados relevantes a conclusão. Já a segunda sentença também possui a forma de uma falácia, segundo Toulmin, de concernência, em que as premissas não têm relação com a conclusão, visto que duas premissas entram em contradição. Dessa forma, verificou-se que onde havia a possibilidade de manejo de embargos de declaração havia uma falha argumentativa e no caso em questão tais falhas eram ambas falácias. Indicando que as falácias podem ser ensejadoras dos embargos de declaração.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

**NOVAS PERSPECTIVAS: NEOCONSTITUCIONALISMO COMO REVIRAVOLTA LINGUÍSTICO-PRAGMÁTICA
RUMO À HERMENÊUTICA**

Autor(es):

Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O principialismo é uma das propriedades que Écio Oto Ramos Duarte apresenta como pertencente ao paradigma neoconstitucionalista. Tal preceito é a adoção de princípios jusfundamentais que servem moral e juridicamente na correção dos argumentos, sendo, por isso, necessária a elaboração de uma teoria para uso adequado dos princípios. Sob esta ótica, busca-se neste trabalho demonstrar como a reviravolta linguística também levou a uma reviravolta constitucional e como isso dá margem à criação de uma teoria hermenêutica com base na filosofia do 2º Wittgenstein que vem ajudar no manejo destes princípios.

(METODOLOGIA) Foram lidos os livros: “Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea” de Manfredo de Araújo de Oliveira; e “Neoconstitucionalismo e Positivismo Jurídico” de Écio Oto Ramos Duarte e Susanna Pozzolo. Nessas leituras buscou-se entender a teoria do primeiro e do segundo Wittgenstein, e sua relação com a configuração atual do neoconstitucionalismo.

(RESULTADOS) Ludwig Wittgenstein, em sua obra mais famosa, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, tem como questionamento uma problemática clássica da verdade: qual a relação entre o mundo e o pensar. Como resposta a isso, desenvolve a teoria da figuração, na qual a linguagem perfeita reproduz fielmente a estrutura do mundo. Na segunda parte de seu pensamento, o seu questionamento passou a ser o problema da significação. Nesse contexto, se dá conta da insuficiência da linguagem como representação do mundo. Entende então que a linguagem perfeita é um mito, pois a exatidão desligada do uso é sem sentido. Nesse contexto, é a pragmática que dá sentido a frases e sentenças. O pensamento de Wittgenstein está base da reviravolta linguístico-pragmática, uma vez que o primeiro Wittgenstein é uma versão radical da tradição que pressupõem a correspondência entre realidade e linguagem, sendo sua última expressão. Já a segunda fase de seu pensamento atinge essa precisão que a linguagem tem de representar a realidade.

(CONCLUSÃO) Conforme se verifica nas teses do 2º Wittgenstein, a exatidão da linguagem não é total, pois a significação não é definitiva e deve ser considerada conforme o uso. A noção de uso é, portanto, fundamental em sua pragmática. Dessa forma, pode-se pensar o neoconstitucionalismo como participante dessa nova concepção da linguagem iniciada pelo Wittgenstein da 2ª fase, uma vez que admite o uso de princípios que não têm um significado previamente fixado. Isso nos faz voltar ao ponto de partida, pois ao mesmo tempo que permite o uso dos princípios, lhes dá um método de manejo. Se os princípios não têm um significado exato, e sendo a pragmática o que determina o sentido das frases e sentenças, logo os princípios serão determinados pelo uso.

IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO ERRO MÉDICO

Autor(es):

Marciano Fernandes Teixeira Lopes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Luiz Carlos de Freitas Pinheiro: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Eliane Maria dos Santos Pinheiro: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Maria Rejane Cruz: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa que se apresenta tem como escopo a verificação e atualização das implicações jurídicas acerca do erro médico, observando os deveres de conduta, sejam no âmbito ético ou legal e, fazendo distinção ente o erro médico com o acidente imprevisível e o mal incontrolável. Analisamos também as atribuições legais dos Tribunais (ações penais, civis e administrativas) e as de competência dos Conselhos de Medicina.

(METODOLOGIA) Considerando o crescimento das informações doutrinárias sobre uma matéria de tamanha importância, foi realizada uma pesquisa bibliográfica documental discutindo os principais aspectos éticos e legais (FRANÇA, Genival Veloso 2004, p.464). Evidenciamos a não observação de regras técnicas e científicas como condutas atípicas e o nexos causal entre a conduta e o dano e a relação de antijuricidade do ato médico com seu resultado danoso (DRUMOND, José, 2005, p. 249) e ainda a natureza jurídica e as controvérsias existentes dos deveres do profissional médico e suas responsabilidades. (EPIPHANIO, Emílio; VILELA, José 2009, p.318)

(RESULTADOS) Considerando o caráter informativo da pesquisa, a complexidade da matéria, vemos a possibilidade de atualização doutrinária pela evolução de conceitos e novas implicações legais e morais do trabalho médico elencando os aspectos preventivos dos erros e desmistificando controvérsias

(CONCLUSÃO) Como conclusão parcial da pesquisa vimos a necessidade de aumentarmos os estudos sobre o erro médico, observando aspectos éticos, filosóficos e suas implicações legais. Enfatizamos também a necessidade de aspectos preventivos como a boa formação médica, constante atualização científica e técnica além das melhorias de condições de trabalho que certamente resultariam na diminuição das falhas e possíveis erros no desenvolvimento de tão nobre trabalho

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

NEGLIGÊNCIA DOS ADVOGADOS NA CONFEÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL: ESTUDO PRÁTICO QUANTO ÀS AÇÕES AJUIZADAS NA COMARCA DE NATAL

Autor(es):

George Batista dos Santos: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Rui Barbosa da Costa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Vanessa Barros Chaves: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Eloise da Silva Nascimento: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Anna Karla Alves de Oliveira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A petição inicial é o ato jurídico processual mais importante praticado pelo autor dentro do processo, pois define os limites da litiscontestatio em relação ao titular do direito almejado, além de ser o ato por intermédio do qual se provoca a jurisdição a ser exercida pelo Estado – Juiz. Também representa o próprio exercício do direito de ação por ser o ato introdutório do processo, do qual todos os demais irão se seguir e manter estreita relação com o objetivo de alcançar o fim maior do processo, qual seja, a tutela jurisdicional através da sentença de mérito. Na confecção da petição inicial são observados elementos mínimos para sua validação. Todos esses elementos estão descritos no Código de Processo Civil e devem ser considerados de extrema importância, pois a relevância jurídica de cada um reflete no próprio valor legal do processo. Não obstante à omissão ou validação das informações prestadas na inicial, os documentos apresentados nesta também possuem valor significativo, pois são indispensáveis à propositura da ação. Observa-se, porém que existem características e particularidades inerentes à petição inicial que, se não forem observadas, podem causar sua inépcia. Diante desses argumentos, vislumbra-se que o objetivo do presente trabalho é o de abordar, de forma precisa e direta, utilizando informações obtidas com pesquisa de campo, as peculiaridades atinentes à petição inicial no processo civil, observando critérios precisos do ordenamento jurídico vigente.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi a de pesquisa de campo nas Varas Cíveis não especializadas da Comarca de Natal, mais precisamente em dez varas cíveis localizadas no Fórum Miguel Seabra Fagundes. Após a elaboração de um cronograma de atividades, e distribuídas essas atividades entre os integrantes do grupo, foram realizadas pesquisas no período de 04 a 08 de outubro de 2010, utilizando-se da infra-estrutura do Sistema de Informações do Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (SAJ), foi possível localizar petições iniciais em períodos diferentes e abordá-las, com acesso aos autos, observando os despachos subsequentes para, no primeiro momento, identificar quantitativamente as petições iniciais que se apresentavam irregulares e, posteriormente, identificar qualitativamente os motivos pelo qual estas petições iniciais precisariam ser emendadas objetivando sua validação e, conseqüentemente, a continuidade do andamento processual.

(RESULTADOS) Os resultados foram significadamente satisfatórios porém ainda não foram discutidos pelo grupo e, portanto, não conclusivos.

(CONCLUSÃO) Os resultados foram significadamente satisfatórios porém ainda não foram discutidos pelo grupo e, portanto, não conclusivos.

PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO O GRANDE DEFENSOR DO TRABALHADOR

Autor(es):

Carlos Luiz Ferreira Mendes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Cristoph Xavier Maciel: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Ailton Leandro Martins da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Jefferson Pereira da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como escopo a intenção de mostrar a importância do Princípio da proteção no Direito do trabalho, tendo em vista as possibilidades inferiores em que se encontra o trabalhador ao confrontar o empregador, com tal instrumento, tanto a doutrina como as normas busca igualar as condições numa possível disputa por direitos já conquistados pelo trabalhador,

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho eminentemente acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como a leitura virtual de textos e artigos, além de discussões entre seus componentes a certa de todo o conteúdo ministrado em sala de aula, bem como discussões entre seus componentes a cerca de suas experiências pessoais

(RESULTADOS) Na historia do Direito do trabalho o empregado sempre esteve em desvantagens em relação ao empregador, foi assim, no inicio dos tempos, onde a relação de trabalho se baseava em escravidão, tendo pelo próprio tempo e pela evolução humana em termos sociais, se modificado, chegando a passar pelo trabalho feudal e onde até mesmo a forma de trabalho forçado servia como pagamento de dívida de um homem, tornando a mão de obra a justiça que outro homem se torna seu patrão mesmo que por tempo determinado. Porém, nos dias de hoje, o mundo esta mudado, ou seja, evoluído, com isso, o Direito do trabalhador adquiriu uma forma tão importante que foi necessário se criado pelos doutrinadores de ante dos costumes, Direitos exclusivos para organizar a relação ente trabalhadores e empregador onde dentre tais princípios se encontra o Princípio da Proteção, tal artifício, nasceu na necessidade de igualar a balança entre patrão e empregado, tendo em vista a condição de hipossuficiente, do trabalhador em relação ao empregador. Com o surgimento desses Princípio, estas relações tornaram-se mais equilibrada e algumas obrigações que antes era do empregado, sendo estas impostas pela própria sociedade como forma de preconceito embutido, passaram a ser do empregador, como aprova da relação de trabalho, quem tem que provar que não existe é o empregador, esta ato é tão somente uma forma de proteger o trabalhador, entre outros, como o contrato de trabalho é por tempo indeterminado, por regra. Ou seja, regras claras de proteção ao trabalhador.

(CONCLUSÃO) Como foi exposto, o nosso ordenamento jurídico, hoje, como também toda a doutrina e sociedade, busca evoluir nas relações de trabalho sempre na busca de proteger o trabalhador, por esta a parte mais desfavorável na relação de trabalho, e com isso, o Princípio da Proteção é o maior dos princípios dentro do Direito do trabalho.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

AÇÃO DE ALIMENTOS GRAVÍDICOS: CONSAGRAÇÃO X INCERTEZAS DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Autor(es):

Roberta Cristina de Souza Soares da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Avner Alexander Costa da Câmara: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Neyber Auridéia Wanderley Pípolo de Macedo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Raquel Andreia de Souza: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Djalma da Costa Guimaraes: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marcelo Lauar Leite
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Constituição Federal assegura a inviolabilidade do direito à vida. Complementando tal proteção, o Código Civil traz, em seu Art. 2º, que “a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Entretanto, a Lei de Alimentos (5.478/68) exigia uma comprovação do vínculo de parentesco para que a Ação de Alimentos fosse impetrada, o que geralmente era feito somente após o nascimento do alimentando. Porém, foi promulgada a Lei 11.804/08, que disciplina sobre o direito a alimentos gravídicos, trazendo uma nova garantia ao nascituro, pois, a partir de então, a grávida passou a poder impetrar ação contra aquele que ela afirma ser o pai do seu filho.

(METODOLOGIA) Pesquisas realizadas analisando a evolução dos direitos do alimentando, tomando como base a legislação brasileira, a doutrina e a jurisprudência.

(RESULTADOS) A nova lei expressa absoluta proteção à mãe e ao embrião, conseguindo preencher uma lacuna no ordenamento jurídico brasileiro, tentando dirimir dilemas sobre a fixação dos alimentos durante a gravidez. A legislação anterior exigia comprovação de paternidade, o que é impossível sem trazer risco para a gravidez. Entretanto, o novo regramento acolhe a possibilidade do magistrado se convencer, através da “existência de indícios”, de forma superficial, pela paternidade da criança, ainda que não haja prova cabal. As provas necessárias acerca da paternidade servem para o convencimento do juiz, tendo o suposto pai, o prazo de 5 dias para produzir provas contrárias. Portanto, não há presunção de veracidade nas afirmações da gestante, mas, sim, presunção de paternidade, mediante comprovação satisfatória para incriminar o provável pai. Os alimentos gravídicos fixados pelo juiz devem compreender valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período da concepção ao parto, além de outras que o magistrado julgue pertinentes. Contudo, inexistente a responsabilidade objetiva da genitora, pelo fato de ingressar na justiça e não lograr êxito, pois o princípio constitucional do acesso à justiça garante-lhe tal direito. No entanto, a responsabilidade subjetiva não pode ser afastada da gestante que, maldosamente, teve a intenção de prejudicar o réu, imputando-lhe uma paternidade falsa. Se o suposto pai não tiver condições de arcar com a obrigação, os avós paternos podem ser chamados a assumir total ou parcialmente o encargo. Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos serão automaticamente convertidos em pensão alimentícia em favor do menor, cabendo ao suposto pai exigir o exame de DNA para dirimir possíveis dúvidas.

(CONCLUSÃO) A ação de alimentos gravídicos, sem dúvida, permitirá melhor tutela às mulheres grávidas e ao nascituro, aumentando as chances de um nascimento com saúde e vida. Porém, não é assegurado ao suposto pai a ampla defesa, tendo em vista que a sentença é baseada em indícios e no convencimento do juiz. Ao suposto pai, é obrigatório o pagamento imediato à gestante, do valor determinado em sentença, para evitar sua possível prisão. No caso de uma paternidade negativa, não existe a possibilidade de uma decisão célere para devolução do valor pago injustamente. Caberia ao “falso pai” somente a impetração de uma ação por danos morais, no caso da gestante ter agido de má fé, com intenção de prejudicá-lo, tendo a mesma todo o direito ao contraditório e mais ampla defesa. Porém, diante de toda morosidade da justiça brasileira, tal ação não seria tão célere quanto à primeira, que o obrigou a pagar alimentos para um filho que não era seu. Portanto, é importante ressaltar que, no trâmite da Ação de Alimentos Gravídicos, é imprescindível a cautela por parte dos profissionais do Direito, e, principalmente do magistrado, devendo haver sempre bastante ponderação ao se analisar as provas produzidas, e, principalmente no momento de decidir sobre algo tão relevante.

INFORMÁTICA

ANAIS

2010
**X CONIC
FARN**
A PESQUISA PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RN

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

**28 a 30 de
outubro**



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

SISTEMA DE INTRANET CORPORATIVA EMPRESARIAL

Autor(es):

Jailson Silva de Oliveira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O fenômeno da internet mudou a mentalidade de computação das pessoas dedicadas aos negócios. Os usuários de hoje esperam que toda experiência de computação inclua pronto acesso à internet e ferramentas para a colaboração com outras pessoas, e dentro desse conceito de colaboração as intranet corporativas definissem como paradigma de integração entre todos colaboradores de uma empresa que tem recursos tecnológicos implantados e que pouco faz uso de tal recurso ou até mesmo desconhecem tal ferramenta de apoio a gestão, vendas, comunicação e marketing entre outros benefícios. O presente trabalho faz um estudo de caso dentro de uma rede corporativa para otimizar e mostrar os benefícios de usar a rede de computadores World Wide Web (www), dentro de sua corporação, otimizando processos manuais ou já feitos em ferramentas distintas, centralizando dados e informações e conhecimentos.

(METODOLOGIA) Para a execução deste trabalho foi feito um estudo de caso dentro de uma rede corporativa buscando aplicar conhecimentos de criação e implantação de ferramentas open source como wikis para documentação estática de diversos processos e manuais de ajuda online do Sistema de Vendas interno da empresa e a criação de uma base de dados para integrar e gerenciar conteúdos dinâmicos e dados relevantes a administração da empresa para diretores e supervisores, fazendo uma pesquisa interna dentro da própria rede entre os colaboradores onde eles já usam a tecnologia presente e como uma ferramenta de intranet poderia melhorar e otimizar processos existentes colocando-os dentro da intranet da empresa.

(RESULTADOS) Buscou-se como resultado satisfatório para esse trabalho aproveitar os recursos tecnológicos existentes dentro da corporação, apresentando aos colaboradores, gestores e diretores que a internet não somente aplica-se ao uso público, como a uso privado da corporação, integrando, administrando e oferecendo uma agilidade nos dados que se usam diariamente dentro da empresa e também como forma de centralizar todos os processos de uso de ferramentas distintas entre formulários e documentos de informações dentro uma única ferramenta de fácil acesso por ser online entre os computadores da rede local e acesso externo da rede dentro de uma hierarquia de usuários cadastrados dentro da corporação e dentro da base de dados da intranet.

(CONCLUSÃO) A tecnologia da informação está mudando o modo como trabalhamos hoje dentro de qualquer empresa, ela se faz presente desde ao uso da internet para suporte a vendas online, pesquisas, transações bancárias, consultas pessoais e, a intranet corporativa fornece ferramentas para ajudar a colaborar, comunicar idéias, compartilhar recursos e coordenar trabalhos de diversos processos onde se resultam em dados, e dados geram informações, que geram conhecimentos. Na pesquisa feita entre os colaboradores, os mesmos aprovaram a idéia de se trabalhar em uma única ferramenta onde não se teria que estudar diferentes métodos de uso para realizarem seus trabalhos cotidianos de uso computacional. As empresas buscam se integrar e comunicar melhor e uma intranet oferece esses recursos de uma rede interna e privada a uma organização que utiliza tecnologias da internet, disponibilizando todo esse ambiente de compartilhamento de informações, comunicações, colaboração e suporte a processos empresariais.

EDUCAÇÃO A DISTANCIA: UMA NOVA MODALIDADE DE ENSINO COM USO DA INTERNET

Autor(es):

Emerson Moura de Alencar: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Marcos Henrique da Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Caio Flavio Guerra de Moraes: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Rafaela Santos da Costa: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Educação a distancia(EAD) é o método de ensino através de tecnologias, em que docentes e discentes estão separados fisicamente, ou seja, de forma não presencial e interligados por tecnologias como: televisão, vídeos, correios, internet e outras semelhantes. Falaremos nesse artigo sobre educação a distancia que utiliza o computador conectado à internet. Pois, o EAD através da internet ganha uma aceitação cada vez maior da população brasileira firmando-se como uma forma de ampliação da capacidade de vagas no sistema de educação superior e mantendo a qualidade do ensino. O EAD proporciona a transmissão de informação de um educador para muitas pessoas ou para apenas uma utilizando-se de fóruns, chats e outros recursos disponíveis através da internet, adequando a informação ao horário disponível pelo aluno. O propósito desse trabalho é apresentar o crescimento da Educação a Distancia através da Internet.

(METODOLOGIA) Para a realização desse trabalho utilizamos a pesquisa exploratória, através de levantamento feito na internet coletamos dados através de um levantamento bibliográfico, analisamos diversos Sistema de Gestão da Aprendizagem (LMS) utilizados em diferentes instituições de ensino, desde cursos de qualificação profissional a Graduação.

(RESULTADOS) De acordo com os dados coletados e feito o devido análise, verificamos que o Ensino a Distância tem tido um aumento nos últimos anos no que diz respeito ao Ensino Superior, Governo Federal e Estadual na capacitação dos servidores e em escolas de nível técnico. Para um análise comparativa temos dados estáticos oficiais envolvendo universidades, centro públicos e privados, de acordo com IPAE- Instituto de Pesquisas Avançadas, no ano 2000 tínhamos 1682 alunos matriculados em EAD, ocorrendo um crescimento no ano 2006 para 207.206 alunos matriculados. Outro dado relevante é o aumento de cursos na modalidade EAD para cursos de pós-graduação e especialização, devido a falta de tempo e a inserção de profissionais no mercado de trabalho.

(CONCLUSÃO) Com essa pesquisa sobre E-Learning utilizando a Internet, constatou-se que o uso da internet está crescendo devido a possibilidade de locomove-se e ter acesso ao conteúdo sem preocupação de área geográfica, devido ao uso de dispositivos como celular, palms, etc., o uso da internet é um meio de ensino-aprendizagem facilitador do processo da educação do aluno, tornando-o agente ativo na sua formação.

CRIMES DE INFORMÁTICA: UMA VISÃO ATUAL

Autor(es):

Ivaldo dos Santos Nascimento: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Ronaldo Batista Ferreira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Raul Gustavo Dantas: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com o desenvolvimento da tecnologia da informação e o acesso cada vez maior da população às facilidades e serviços que a mesma oferece, alguns aspectos na vida cotidiana mudaram significativamente, tais como a difusão de dados e notícias, as transações comerciais e bancárias, entre outras. A sociedade moderna já não consegue viver sem os computadores, seja no trabalho, na escola, no uso pessoal e nas suas mais variadas tarefas. Aproveitando-se do ambiente favorável que a Internet oferece, a criminalidade tem acompanhado este desenvolvimento e ampliado a tecnologia para o proveito criminal. A justiça por sua vez, tenta muitas vezes sem sucesso, seguir esta evolução, discutindo e apresentando leis que coibam os ilícitos, encontrando dificuldades em muitos aspectos legais.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada com visitas a sites como também leituras de artigos acadêmicos de estudantes de algumas Universidades Brasileiras. O objetivo é mostrar quais os crimes mais comuns praticados na internet.

(RESULTADOS) Dos crimes praticados na internet, os associados à xenofobia foram os que mais cresceram no segundo semestre de 2008. Levantamento feito pela ONG SaferNet e divulgado naquele ano, constatou um aumento de 238,7% em infrações cometidas em toda a web, em análise comparativa ao primeiro semestre do mesmo ano. Ainda segundo a ONG, os crimes que apresentaram maior crescimento foram os de racismo (167,2%), homofobia (131,4%) e pornografia infantil (62%). Os números foram obtidos por meio de denúncias de usuários do site à ONG. De acordo com Oliveira, presidente da SaferNet no Brasil, foram registrados os nomes de oito mil pessoas que cometeram crimes na internet. Deles, segundo Oliveira, um número pequeno é punido ou notificado pelas autoridades competentes. O que contesta o especialista em crimes digitais e professor de direito eletrônico da Escola Paulista de Direito (EPD), Renato Ópice Blum. \\\"Só no Brasil, já foram proferidas 17 mil decisões judiciais relacionadas a crimes na internet. Mais do que o dobro de países como Finlândia, Itália, Dinamarca ou Suécia juntos, que devem totalizar 8 mil decisões.\\\" Ainda segundo o advogado, apesar de não haver um código de lei que norteie os crimes cometidos na web, os infratores podem ser julgados por calúnia, injúria e difamação. \\\"Alguém que ofende uma pessoa no Orkut, dependendo do teor da ofensa, pode pegar até dois anos de prisão\\\", explicou Blum. \\\"Por não saber que podem ser punidos, os internautas não se intimidam na internet, o que pode ser um grande erro\\\", alertou. Quanto aos crimes de pedofilia, Blum lembrou que no ano passado foi aprovado no Congresso um pacote de medidas que prevê até 8 anos de reclusão a pessoas que armazenam, transmitem ou utilizam materiais pornográficos com a presença de crianças.

(CONCLUSÃO) Concluímos portanto, que no Brasil estamos em crescente progresso da criminalidade informática. Crimes que antes eram cometidos por métodos convencionais, estão migrando cada vez mais para o meio digital e sendo praticados com o uso da Internet. Os principais fatores que estimulam esse crescimento são: I- O aumento vertiginoso do número de internautas; II- A comodidade que a Internet oferece, não expondo o criminoso e assim dificultando a ação da polícia, no que tange ao flagrante da ação delituosa; III – A falsa impressão de anonimato que a Internet passa aos criminosos, pois principalmente os internautas comuns, não especialistas, acreditam que a criação de um e-mail anônimo ou a criação de um perfil “faker” no Orkut, vão lhe garantir o anonimato, o que na grande maioria dos casos não ocorre; IV- A falta de uma legislação específica.

ENGENHARIA SOCIAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Autor(es):

Fausto Batista da Cunha Filho: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Ao contrário do que se acredita os perpetradores de crimes virtuais não dependem apenas de tecnologia sofisticada para tentar obter acesso ao seu computador, eles podem usar algo mais simples e traiçoeiro: engenharia social. Normalmente, a finalidade dos ataques é instalar secretamente softwares maliciosos ou persuadi-lo a divulgar suas senhas ou outras informações financeiras ou pessoais de cunho confidencial. Isto acontece devido à inaptidão dos indivíduos em manterem-se atualizados com diversas questões pertinentes a tecnologia da informação, além de não estarem cientes do valor da informação que eles possuem e, portanto, não terem preocupação em proteger essa informação de maneira mais efetiva. É importante salientar que, a engenharia social é aplicada em diversos setores da segurança da informação independente de sistemas computacionais, software ou plataforma utilizada, o elemento mais vulnerável de qualquer sistema de segurança da informação é o ser humano, por possuir traços comportamentais e psicológicos que o torna suscetível a ataques de engenharia social, sendo este um dos meios mais utilizados na obtenção de informações sigilosas e importantes. Isso porque explora com muita sofisticação as "falhas de segurança dos humanos". As empresas investem fortunas em tecnologias de segurança de informações e protegem fisicamente seus sistemas, mas a maioria não possui métodos que protegem seus funcionários dessas armadilhas.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizou-se um questionário, através do qual as pessoas responderam, onde se buscou obter informações pessoais e profissionais simulando um ataque de engenharia social, entretanto as informações obtidas não apresentam risco aos entrevistados, pois estão sem identificação e incompletas, sendo estas apenas para título de estudo, mostrando a facilidade de se obter tais informações e o despreparo das pessoas. O público alvo da pesquisa são funcionários de empresas públicas e privadas com idade de 18 a 60 anos, que utilizem internet no trabalho ou em suas residências. As entrevistas foram realizadas presencialmente e por telefone.

(RESULTADOS) A análise dos resultados obtidos mediante a pesquisa comprova a falta de conhecimento sobre o assunto e o despreparo dos entrevistados mediante um ataque de engenharia social. Comprovou-se que nenhum dos entrevistados se negou a responder o questionário ou mesmo hesitou em responder qualquer pergunta. Nenhum dos entrevistados recebeu qualquer treinamento sobre o assunto, 96% não sabe o que é engenharia social, 45% informou que efetuam transações bancárias do trabalho, 100% já recebeu e-mails com links maliciosos ou conteúdo duvidoso, mais de 68% afirmou não utilizar senha para acessar rede wireless domésticas. Ao final da entrevista foi explicado o risco em ceder informações pessoais ou profissionais para terceiros, mesmo que conhecidos.

(CONCLUSÃO) Baseado no estudo de caso e nas abordagens realizadas na pesquisa é possível concluir que a engenharia social é bastante eficaz quando utilizada de maneira criativa e oportunista. A questão se torna mais séria quando usuários domésticos e que não trabalham com informática são envolvidos. Este recurso é uma habilidade que pode ser desenvolvida diariamente e pode ser utilizada das mais diversas formas, é preciso conhecer e entender como funciona para evitar perdas. Para amenizar estes riscos, é recomendável que as empresas criem políticas de segurança centralizada e bem divulgada, para que todos os seus colaboradores saibam proteger as informações que estão em seu poder. A solicitação de alteração de senhas periodicamente, a utilização de intranets com divulgação do assunto, treinamento específico, podem ser recursos valiosos, assim como boletins periódicos on-line. A insistência é importante para evitar que os funcionários relaxem com relação à segurança e tornem-se complacentes. As ferramentas de engenharia social estão de posse de todos. O planejamento e uso consciente delas é que faz a diferença.

COMUNICAÇÃO DE IMAGENS DIGITAIS EM MEDICINA - DICOM

Autor(es):

Galbo Rosandro Santos: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com o surgimento da tomografia computadorizada no início dos anos 70 iniciou-se o uso de imagens digitais no diagnóstico e , com o desenvolvimento tecnológico, diversas modalidades diagnósticas passaram a se utilizar de imagens digitais. O uso crescente dos computadores em aplicações clínicas por fabricantes de equipamentos gerou a necessidade de um método padrão para arquivamento e transferência de imagens e informações entre os dispositivos com origem de fabricantes diferentes. O digital imaging and communications in medicine (DICOM) é um padrão desenvolvido por um comitê de trabalho formado por membros do American College of Radiology (ACR) e do National Electrical Manufacturers Association (NEMA) que iniciou os trabalhos em 1983. Uma de suas principais vantagens é permitir que as informações dos pacientes sejam armazenadas, de forma estruturada, juntamente com a imagens, diferente dos formatos conhecidos comercialmente como (JPEG, TIF, BMP e outros). Sendo assim a imagem DICOM é baseada no formato JPEG com ou sem compressão, dependendo do equipamento que a gerou.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizamos a pesquisa como principal ferramenta para coleta de dados, bem como foram empregadas técnicas aprendidas durante o curso para efetiva análise dos dados coletados, portanto, adotamos procedimentos de leitura de textos de orientação teórico-metodológico, análise geral dos resultados e uma pesquisa em acervos de prateleiras nas bibliotecas de instituições públicas e privadas e em sites da internet utilizando termos como: telemedicina, transmissão de imagens e tratamento de imagens em medicina.

(RESULTADOS) Na análise dos resultados da pesquisa realizada com os centros de diagnóstico por imagens por todo o Brasil, podemos evidenciar algumas vantagens que impacta diretamente são elas : Melhoria na acessibilidade médica aos resultados dos exames; Disponibilização de ferramentas de processamento de imagem que permite ao médico um diagnóstico mais fácil e preciso; Redução radical no espaço físico gasto para o armazenamento das imagens médicas associadas a cada utente; Economia de consumo de películas; Partilha de informação de imagens médicas por qualquer via de dados, onde se inclui a rede de informação da saúde (RIS); Redução do tempo geral de execução de exames; Redução do tempo de diagnóstico; Redução do tempo total desde a requisição do exame até à sua disponibilização junto do médico; Aumento da segurança, uma vez que o número de pessoas envolvidas nos processos de realização dos exames se reduz, para além de que a informação fica armazenada de forma mais segura que o papel ou película convencional; Possibilidade de obter cópias de segurança da informação, permitindo a recuperação de dados após eventuais catástrofes.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir que o processamento de imagens vem sendo uma técnica que exige a cada dia maiores investimentos e estudos devido aos avanços tecnológicos cada vez exigentes e abrangentes. Em relação ao DICOM, visualizamos que os sistemas picture archiving and communication system (PACS) estão em crescimento como auxílio aos sistemas de informação hospitalares. O armazenamento de imagens médicas tem proporcionado grandes benefícios para a medicina, pois desta forma pode-se abstrair informações úteis, além de um armazenamento e gerenciamento padronizado. Assim a era dos computadores pessoais e a internet trouxe para a medicina uma revolução para avanço notável no uso e transmissão e compartilhamento de informações, como as imagens DICOM.

TWITTER INVADE AS EMPRESAS

Autor(es):

Robson Costa do Nascimento: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Lays Dantas de Souza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Essa pesquisa foi realizada com o objetivo de mostrar o quanto o Twitter vem tomando conta do cotidiano de empresas nos mais diversos ramos, se tornando cada vez mais um diferencial necessário na comunicação destas com seus clientes. Twitter é uma rede social e servidor de microblogs que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos (em texto de até 140 caracteres conhecidos como “tweets”), por meio do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento. (Wikipédia).

(METODOLOGIA) A metodologia aqui utilizada se baseia em artigos da internet e em pesquisas com resultados concretos e verídicos sobre a influência e a utilização do Twitter nas empresas. Usando como embasamento o levantamento quantitativo.

(RESULTADOS) Várias empresas têm voltado suas atividades para o desenvolvimento de aplicações para o Twitter, proporcionando aos usuários maneiras e interfaces alternativas para a utilização do micro blog. Sorteios, promoções, e até mesmo uma análise mais aprofundada da opinião dos usuários a respeito da sua marca ou serviços já pode ser feita através APIs. Um fator que influencia na alta taxa de empresas com seu desenvolvimento voltado ao Twitter e a documentação que é fornecida pela equipe de desenvolvedores do serviço. Uma pesquisa realizada em fevereiro com companhias americanas reflete a tendência. Segundo a “Society for New Communications Research”, mais de um terço das 500 maiores empresas listadas pela revista Fortune usa o Twitter de forma consistente. No Brasil, apesar de ainda abranger um universo reduzido, – um em cada 10 internautas brasileiros visita o Twitter, segundo o ibope – o perfil do usuário que interessa às empresas são: pessoas com maior grau de instrução, mais velhas, com alto poder de consumo e de formação de opinião. Ao seguir esse perfil de consumidor, é possível conhecer o que eles pensam, o que gostam, o que não gostam, e talvez o mais interessante para as estratégias de marketing: como influenciá-los. Uma pesquisa da agência de marketing promocional Bullet realizada em abril deste ano, com 3.268 usuários brasileiros do Twitter, mapeou o perfil deste público. De acordo com o levantamento, homens são a maioria (61%), têm entre 21 e 30 anos, são solteiros, estudantes do Ensino Superior ou formados na universidade, dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Costumam passar quase 50 horas semanais conectados, e utilizam outras ferramentas como Orkut, Youtube e Facebook, além de frequentar vários blogs. Entre os entrevistados, 53,6% acham interessante ações publicitárias no Twitter, desde que tenham relevância. Mais da metade (51%) nunca participou de ações promocionais na ferramenta, porém tem interesse no assunto. Outros 33% responderam que já participaram de algum tipo de ação publicitária no Twitter. Cerca de 70% seguem ou já seguiram perfis de empresas, eventos ou campanhas publicitárias.

(CONCLUSÃO) Percebe-se que o twitter vem se tornando uma ferramenta cada vez mais presente e inserida no cotidiano das empresas, que estão descobrindo cada vez mais o meio pelo qual elas podem chegar aos seus clientes através desta ferramenta, seja para realizar uma avaliação do perfil e desta forma ter dados para melhoramento ou desenvolvimento de novos produtos ou ainda como instrumento de marketing e comunicação com os seus clientes e com o meio empresarial, melhorando assim o relacionamento e a produtividade da empresa.

COMERCIO E AS REDES SOCIAIS

Autor(es):

Daniel Berg Lopes Campelo de Moraes: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Marcio de Araújo Barbosa: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Lineker Sousa Vidal: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
João Victor Araújo Tavares: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Como as redes sociais estão se popularizando mais e mais a cada dia, isso torna um amplo meio de divulgação de mercadorias pela internet, já que diferentemente das mídias comuns (como propagandas em televisão, rádio), as redes sociais permitem que os comerciantes e os consumidores interajam de forma que as empresas tenham que ser mais transparentes e também não é preciso ser uma grande empresa para criar uma reputação em uma mídia social. O objetivo é mostrar como as redes sociais podem ser mais úteis e interativas em relação aos outras mídias de comunicação.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada com leituras de artigos em revistas e em sites especializadas em comercio e internet.

(RESULTADOS) Segundo Alexandre Gonçalves, o Brasil tem mais de 67,5 milhões de usuários de internet e o que esta mais tempo on-line no mundo (44 horas por mês) e é o terceiro país que mais acessa redes sociais no mundo, o que torna o Brasil um grande consumidor de produtos adquiridos na internet, 38% dos consumidores da classe A e B e 30% da classe C levam em consideração informações da internet para escolher produtos, marcas e lojas. De acordo com minhas pesquisas as empresas de automóveis Ford, Chevrolet, Fiat, Volkswagen, Peugeot, Honda, Hyundai, Renault, Mitsubishi e Citroën possuem contas ou perfis em mídias sociais. São 9 fabricantes de automóveis que possuem pagina no Facebook e Twitter onde lançam promoções e descontos para aqueles que entrarem na rede, 8 possuem comunidades no Orkut de donos satisfeitos com seus produtos, a menor comunidade a da empresa Honda possui 2,5 mil membros e a maior comunidade a da Volkswagen com mais de 42 mil participantes. Pode-se afirmar que o blog foi a primeira ferramenta de mídia social a se tornar popular na internet. Sua grande virtude é a facilidade para a publicação de conteúdos, em comparação com sites que necessitam de um conhecimento mais técnico, em outras palavras o dono precisaria conhecer um pouco de programação ou contratar um profissional especializado como um programador ou um webdesigner. Para publicar conteúdos no blog basta escolher uma plataforma (Blogger, Wordpress, Blogspot). Com a grande expansão do número de usuários do Twitter essa ferramenta tem atraído cada vez mais empresas de diversos ramos. A maioria usa seus perfis para divulgar promoções e ofertas a seus seguidores. O Orkut ainda é a mídia social mais popular no Brasil, mas desde ano passado o Facebook tem ganhado cada vez mais destaque entre as outras mídias, em ambos os casos é interessante para uma loja criar um perfil para ao menos acompanhar o que dizem da empresa. No Orkut, é interessante acompanhar comunidades dedicadas à loja ou aos produtos comercializados por ela. Existem também redes sociais específicas, voltadas para um determinado tipo de público ou que reúna participantes com interesse em determinado assunto, como por exemplo, para as empresas que atuam no ramo musical a sugestão é o MySpace que é uma rede social bastante popular entre músicos e os fãs de música.

(CONCLUSÃO) A conclusão dessa pesquisa é que as redes sociais apesar de serem usadas para relacionamento entre diferentes pessoas pode se torna uma grande ferramenta no comércio de produtos pela internet e que pode encurtar a distância entre o cliente e o comerciante de forma barata e também dá o usuário um poder de opinião muito maior, já que pode disseminar opiniões e idéias sem intermediários.

BENEFÍCIOS DA VIRTUALIZAÇÃO PARA PLATAFORMAS EMPRESARIAIS

Autor(es):

Breno Farias Fonseca: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a rápida evolução da tecnologia, a interação com os computadores fica a cada dia mais necessária, queremos ter a liberdade de acessar nossos arquivos de qualquer lugar, utilizar diferentes sistemas operacionais ao mesmo tempo em um único computador e executar aplicações à distância. A virtualização surgiu para realizar essas tarefas e hoje em dia esta sendo amplamente utilizada e difundida. A proposta da pesquisa é demonstrar os benefícios de se utilizar um ambiente virtual, fazer um sistema mais independente possível, onde não necessitaríamos unicamente de um computador físico para que determinadas tarefas sejam realizadas.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo foi utilizado a pesquisa exploratória de natureza qualitativa e bibliográfica. A principal abordagem é a necessidade para a virtualização de determinado ambiente, seja ele um servidor ou um desktop. Foi feita uma consulta a um vasto material para compreender os verdadeiros motivos para que este modelo seja implantado, seus benefícios foram analisados em casos reais onde empresas optaram por este sistema em seus servidores, em suma, foi focado a pesquisa por meio de levantamento bibliográfico e análise de empresas que optaram por virtualizar seus servidores.

(RESULTADOS) Na análise dos resultados do estudo foi obtido as principais necessidades para que organizações virtualizem seu ambiente, dentre elas foi possível averiguar os seguintes: consumo de energia e preocupação com o meio-ambiente(TI Verde), continuidade de negócio, pois para grandes organizações há uma grande perda de dados e valores caso seus servidores fiquem sem funcionalidade ou desligados, fácil gerenciamento, os softwares de virtualização possuem um ambiente amigável e de fácil manuseio, a inserção ou remoção de máquinas virtuais é feita de maneira simples, em decorrência desse fácil gerenciamento ocorre a otimização de Infra-estrutura, alinhando TI aos negócios, virtualização de desktops visando melhorar os custos com aquisição de hardware para o parque de TI e economia de energia, assim como, ter maior controle sobre os computadores dos usuários e aumentar o nível de segurança dos mesmos.

(CONCLUSÃO) A partir desta pesquisa sobre os benefícios da virtualização é possível concluir que apesar de ser uma tecnologia que não é nova, atualmente está sendo mais utilizada que anteriormente, pois se chegou a um nível em que os computadores pessoais estão com elevadas configurações de hardware, principalmente os processadores fabricados pela Intel e AMD que tiveram um avanço incrível, suportando executar várias aplicações em um único sistema, como é feito no seu início utilizando os mainframes da IBM, mas com um custo acessível por usar outro tipo de arquitetura. Outro avanço da virtualização deve-se ao rápido crescimento da internet, onde a tendência é que o armazenamento de documentos e aplicações fiquem em servidores e storages e não mais nos discos rígidos dos computadores utilizados pelos usuários.

INCLUSÃO DIGITAL NO RN: UM DESAFIO A SER VENCIDO

Autor(es):

Jefferson André Santos Alves: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O processo de inovação tem sido cada vez mais rápido, e por isso é importante ter visão futurista e estar atento às mudanças para poder compreendê-las, aceitá-las e socializá-las. Quase que diariamente surgem novas tendências, novas tecnologias e novas culturas, fazendo com que haja mudanças nas relações interpessoais e profissionais. A sociedade industrial vem sendo substituída pela sociedade da informação, e por isso, devemos nos atentar para qual sociedade desejamos consolidar. Incluir digitalmente significa democratizar o acesso às tecnologias e usufruir desse suporte para melhorar as condições de vida, inserindo todos nesta nova sociedade. Sociedade esta, em que o computador é ferramenta essencial, não somente por ter mudado a vida das pessoas, mas por ter alterado a forma como a sociedade se organiza e se comunica, estabelecendo relações entre si e com o conhecimento. Esta pesquisa tem como foco a inclusão digital no Rio Grande do Norte, e com objetivo identificar: projetos do governo, o perfil dos utilizadores, a qualidade do serviço oferecido e a satisfação dos usuários atendidos pelo projeto de inclusão do governo do RN.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizamos a pesquisa exploratória e quantitativa usando métodos estatísticos com a finalidade de conhecer um pouco mais sobre o perfil dos usuários, e observar como o projeto de internet do governo do estado do RN atingi seu público. O público alvo da pesquisa são moradores do bairro de Mãe Luiza em Natal/RN, bairro atendido pelo projeto Internet de todos do governo do RN. Sendo realizado para tanto uma pesquisa com 07 (sete) questões que abordam o perfil dos usuários, identifica os que utilizam internet, a finalidade para que acessam, e nível de conhecimento de informática dos mesmos.

(RESULTADOS) Na análise dos resultados da pesquisa realizada com moradores do bairro de Mãe Luiza, em 25/09/2010 onde foram entrevistadas 39 (trinta e nove) pessoas, observamos alguns pontos com mais ênfase como: o perfil dos usuários, a finalidade do acesso, o conhecimento de informática dos entrevistados. Após a análise dos dados podemos chegar às seguintes resultados sobre o projeto: 97,44% dos usuários entrevistados não conhecem o projeto do governo; 43,59% possuem computador em suas residências e destes apenas 46,15% tem acesso internet, dos que acessam 55,56% a utilizam para acessar redes sociais; 87,18% dos entrevistados nunca fizeram cursos algum tipo de curso de informática.

(CONCLUSÃO) Com esta pesquisa sobre inclusão digital no RN, chegamos a algumas conclusões: embora o número de pessoas com acesso a internet no país tenha aumentado nos últimos anos, o percentual de pessoas que ainda não tem acesso a internet ainda é preocupante, mais de 50% dos entrevistados não tem acesso à internet; o projeto do Governo do RN ainda precisa avançar muito, tanto em estrutura como em divulgação, pois mais de 97% dos entrevistados se quer ouviu falar no projeto, os poucos que ouviram falar no projeto, não utilizam o serviço, pois não tem computador. O projeto é louvável, mas precisa de uma atenção maior por parte do governo a fim de expandi-lo e assim levar internet de qualidade para toda a população norte-riograndense. O governo do estado bem como as prefeituras deve promover cursos de informática para a comunidade carente a fim de acelerar esse processo de inclusão, tendo em vista que apenas 43,59% dos entrevistados possuem computador em suas casas.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA E SEUS PADRÕES

Autor(es):

Jean Gleydson Pereira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Não é possível ignorar a importância da segurança de redes e sistema de comunicação de dados. A segurança em redes se baseia na criptografia de dados, sendo a ciência e a arte de transformar mensagens para torná-las seguras a ataques. O processo relacionado à segurança, utilizando a internet, tem causado preocupação. A viabilização da NF-e com a utilização deste recurso só tem sido possível devido ao estudo de melhores formas de comunicação entre pontos distintos e de segurança. O recurso utilizado por órgãos públicos e privados é feito através de troca de arquivos, de forma segura e utilizando arquivos no padrão XML. Com este recurso é possível que haja, de forma ágil, a comunicação de sistemas desenvolvidos em plataformas diferentes. Esse estudo impacta na segurança das informações que são enviadas e recebidas, pois necessita de integridade dos dados, confiabilidade e confidencialidade dos valores. Visualizamos que grandes volumes de dados são transacionados na rede, o que causa maior preocupação. Os mesmos são enviados, confirmados ou rejeitados pelo serviço da secretaria da fazenda(SEFAZ).

(METODOLOGIA) Este estudo se obteve de pesquisas relacionadas aos assuntos de segurança e NF-e (Nota fiscal Eletrônica), dados estatísticos de sua utilização, desde o início do projeto de NF-e. Foram utilizados dados originários de livros, vídeos e pesquisas na internet. A forma que surgiu e o que foi necessário para que se pudesse concretizar este estudo, onde o principal meio de atuação é através da internet, onde por um lado temos uma fonte de benefícios imensuráveis, mas que por outro lado o descuido com a segurança pode trazer prejuízos sérios.

(RESULTADOS) Estudos estatísticos da criação e utilização da NF-e, observar a forma como é feita a comunicação com os órgãos federais para emissão de nota fiscal eletrônica, o que faz necessário para sua utilização, entendimento sobre utilização da criptografia nas transações, orientação quanto às unidades certificadoras. Também avaliado o software disponibilizado pela SEFAZ para emissão da NF-e.

(CONCLUSÃO) Com este estudo sobre NF-e, seus conceitos e processos mostram o surgimento deste novo padrão de emissão de nota fiscal e sua segurança, seu histórico e segurança. A NF-e é apenas uma pequena parte de onde o governo quer controlar, de forma a obter uma coleta segura e rápida, as informações de todas as partes, seja do âmbito público ou privado.

APLICABILIDADE DO VOIP (VOICE OVER INTERNET PROTOCOL) – REDUÇÃO DE CUSTOS

Autor(es):

Anselmo Medeiros de Souza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A telecomunicação tem fundamental importância na evolução da informática e da internet, pois com a evolução que as redes de telecomunicações vêm tendo desde a telegrafia por Samuel Morse que fez a primeira transmissão de uma mensagem de um lugar para outro, até os dias de hoje, com o surgimento de cabos de fibras ópticas que permite a transmissão rápida e simultânea de milhares de chamadas telefônicas e dezenas de imagens por um filamento de vidro, sílica, náilon ou silicone de altíssima transparência, da espessura de um fio de cabelo humano. Nasceu às redes de computadores e, entre elas, a de maior impacto na vida das pessoas: a Internet. A cada dia a tecnologia no ramo de comunicação está crescendo pela sua necessidade em grandes empresas e até mesmo para uso próprio. Por haver sem a necessidade de nos comunicar com outras pessoas que estão distante, e isso só é possível porque temos Rede Pública de Telefonia Comutada (RPTC) ou até mesmo uma central telefônica (PABX). Devido à necessidade de utilização desse meio para ligações entre ramais internos, por pequenas e grandes empresas, para agilizar a comunicação e troca de informações, a mesma se torna uma tecnologia de uso cotidiano. Para tanto, na atualidade, para se fazer uso do mesmo, existe um custo alto, devido a valores cobrados pelas operadoras de telefonia, principalmente se a ligação é de longa distância.

(METODOLOGIA) A tecnologia VoIP consiste na integração dos serviços das áreas de telecomunicações com os serviços de redes de computadores, dessa forma torna-se possível a digitalização e codificação do sinal da voz, transformando a voz em pacotes de dados IP para a realização da comunicação em uma rede que utilize os protocolos TCP/IP, dessa forma possibilita a redução de custos, criando assim um novo conceito de telefonia. Podemos dizer que nada mais é que o roteamento de conversação humana usando a internet ou redes de computadores baseada no protocolo da internet. Com a implantação das redes com o Protocolo Internet (IP), será possível a implantação do VoIP, permitindo que uma conversa telefônica seja transmitida por uma conexão de internet de alta velocidade, reduzindo os custos e viabilizando a sua flexibilidade.

(RESULTADOS) Com a implantação do Voip a uma empresa na qual estou me baseando nos estudos, é possível obter como resultado uma grande redução de custos em ligações. Mesmo tendo um investimento muito alto na implantação do mesmo se torna viável o uso dessa tecnologia, pois usamos somente a Internet como meio de roteamento dessas ligações. E atualmente todas as empresas possuem internet como meio de troca de outras informações não havendo muita dificuldade para implantação do Voip.

(CONCLUSÃO) Devido a necessidade de comunicação entre pessoas em pontos distantes e que o meio mais utilizado para se fazer essa operação seria as linhas públicas telefônicas tornando essa prática bastante custosa. Já com a implantação e utilização do Voip teremos uma conversação com um custo bem menor, pois utilizaremos a Internet como meio de comunicação, como o valor atualmente cobrado a um provedor de internet é baseado em um custo fixo, ou seja, não será cobrado por minuto de ligação, haverá uma redução considerada no orçamento da empresa. Dentre as vantagens temos o uso da internet não apenas para conversação VoIP (Voice Over Internet Protocol), e sim para transmissão de outras informações (troca de e-mail, acesso a páginas, etc.). Podemos dizer que tecnologia VoIP não causará o fim da utilização da telefonia convencional, mas certamente será responsável por uma fatia considerável em ligações de longa distância.

RESUMO CONGRESSO

Autor(es):

Daniel Mendonça da Costa: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) À Internet é algo comum atualmente em nosso dia a dia, uma maneira encontrada de facilitar a vida do usuário em diversas situações, porém, para desfrutar de todo serviço da melhor maneira possível, é necessário que haja uma boa interação entre ela e o seu usuário, é nessa fase que se destaca a usabilidade, ela é primordial para que aconteça uma navegação eficiente e satisfatória, quando lidamos com web sites que proporcionam uma boa usabilidade, isso aumenta as probabilidades do navegador obter êxito no que deseja, neste caso iremos focar nos web sites destinados a farmácia.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizamos pesquisas referentes a maneiras de como tornarmos esses web sites mais fáceis de serem manuseados, tentando encontrar formas de conseguir utilizar todos os seus serviços sem que haja frustração por parte do usuário, no caso dos web sites de farmácias, estudamos maneiras de como os seus usuários podem realizar compras de produtos ou outros serviços que o web site ofereça, para isso realizamos pesquisa destinada a ter conhecimento do grau de satisfação dos seus clientes.

(RESULTADOS) Após análise da metodologia aplicada, podemos enfatizar algumas mudanças que são necessárias para uma total satisfação dos usuários, levando em conta que esses web sites atendem as pessoas de todas as idades, será necessária a realização de algumas adaptações para certos tipos de usuários, por exemplo, um usuário com uma idade mais elevada que não possua tanto conhecimento nesse ramo virtual quanto um de idade mais baixa, é primordial mudanças para que o mesmo consiga realizar seus desejos de uma forma mais simples possível, como estamos levando em consideração web sites de farmácia, a tendência é que o cliente busque adquirir algum medicamento ou até mesmo apenas procurar se informar sobre o mesmo, como preços ou descrição da bula e etc., para isso é necessário o máximo de simplicidade objetivando um aproveitamento agradável e eficaz, para isso propomos uma pesquisa para termos idéia das dificuldades encontradas na utilização do serviço e o que pode ser melhorado.

(CONCLUSÃO) Após pesquisa exploratória vemos que ainda há muitas barreiras a serem quebradas no ramo do mundo virtual no caso dos web sites de farmácia, ainda existem muitas dúvidas a serem tiradas, devido a isso muitas pessoas ainda preferem adquirir seu medicamento em alguma farmácia mais próxima a comprar via internet, após se depararem com a incerteza de que seu produto será entregue, nas dificuldades encontradas na forma de pagamento entre muitas outras coisas, alguns ajustes serão necessários para que esse serviço venha a ser mais utilizado.

ESTUDO DE CASO DA REDE WIRELESS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Autor(es):

Alessandro Andreole da Cunha Oliveira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com o crescente avanço tecnológico, o mundo está cada vez mais interligado à rede, resultando ao rápido acesso à informação, auxiliando dessa maneira os usuários no que diz respeito à troca de dados, comunicação, menor burocracia, entre outros. Com este progresso, surgem as redes sem fio, por proporcionar mobilidade, redução de custos na instalação e atender características exigidas pela empresa. Porém, a segurança desta tecnologia ainda demonstra ser crítica, pois, muitas redes são más configuradas e qualquer pessoa que estiver ao alcance do sinal poderá tentar quebrar as criptografias ou outros métodos de segurança existentes neles. Ao estar no alcance desses sinais, qualquer indivíduo terá a possibilidade de utilizar técnicas capazes de capturar pacotes da rede e utilizar algoritmos para a quebra da chave de acesso. Existe também uma grande probabilidade de a rede estar aberta, assim sendo, o ingresso estará disponível sem nenhuma dificuldade. A meta deste trabalho é desenvolver um estudo sobre a vulnerabilidade da rede Wireless de uma instituição de ensino, apontando vantagens e desvantagens do uso de algumas tecnologias de segurança. Ao estar no alcance desses sinais, qualquer indivíduo terá a possibilidade de utilizar técnicas capazes de capturar pacotes da rede e utilizar algoritmos para a quebra da chave de acesso. Existe também uma grande probabilidade de a rede estar aberta, assim sendo, o ingresso estará disponível sem nenhuma dificuldade. A meta deste trabalho é desenvolver um estudo sobre a vulnerabilidade da rede Wireless de uma instituição de ensino, apontando vantagens e desvantagens do uso de algumas tecnologias de segurança.

(METODOLOGIA) Está sendo utilizada a pesquisa literária, com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca da rede Wireless, apontando soluções cabíveis para o melhor funcionamento, segurança, centralização dos serviços e satisfação dos usuários. Serão verificadas as instalações do ambiente, bem como, se há existência de servidores, quais aplicativos utilizam, nível de permissões, roteadores e/ou Access points, usufruindo de softwares específicos para consultoria em redes.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos por esta pesquisa foram avaliados baseados nos itens citados no tópico anterior. Constatou-se que suas configurações não são centralizadas, ou seja, cada roteador tem uma configuração própria, assim dispensando o uso de Access points. Por ser uma política da instituição, toda a rede wireless é aberta (tornando-a insegura), tendo por característica a priorização também dos visitantes do local. Ao avaliar os aplicativos, nota-se que utilizam o mesmo servidor proxy da rede cabeada do estabelecimento. Quanto ao nível de permissões, observa-se que existe uma grande quantidade de páginas acessíveis ao público alvo, onde esta rede deveria ter como objetivo principal a realização de pesquisas acadêmicas, também se percebe a permissão do uso de alguns serviços de rede (como compartilhamento de recursos) permitindo a qualquer pessoa o ingresso neste ambiente.

(CONCLUSÃO) Baseado nos resultados obtidos através da análise do presente trabalho, conclui-se que a instituição de ensino necessita reavaliar alguns conceitos de: segurança, estrutura e políticas de permissão de acesso. Desta forma, precisa pensar mais no bem estar dos seus visitantes e, principalmente, professores e alunos, adotando medidas políticas capazes de contornar tal precariedade estrutural, por exemplo, criando grupos e perfis de rede distintos entre seus usuários, cada grupo com as políticas e permissões adequadas às suas necessidades, também, torna-se indispensável à aquisição de Access points e servidores, devido à descentralização de suas configurações.

BIOINFORMATICA

Autor(es):

Gabriel Martins de Souza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Apesar de não ser um campo novo a bioinformática vem em rápido crescimento. Surgiu da necessidade de melhorar as formas de manipular grandes quantidades de dados genéticos e bioquímicos. Várias informações oriundas das diversas áreas da Biologia (tais como Biologia molecular, bioquímica estrutural, enzimologia, Biologia molecular, fisiologia e patologia), a bioinformática usa o poder computacional para catalogar, organizar e estruturar estas informações em uma entidade compreensiva e extremamente importante para a Biologia. Nesse projeto irei abordar como a informática ajuda a biologia, mostrando as vantagens trazidas por essa junção, e as dificuldades encontradas até hoje.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizamos a pesquisa exploratória e explicativa. Exploratória, pois, visa proporcionar maior conhecimento com o problema visando (a bioinformática) a torná-lo explícito. Envolve levantamento bibliográfico; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Explicativa, pois tem por fim aprofundar o conhecimento a cerca da realidade (biologia) procurando explicar a razão, o “porquê” das coisas (porque a biologia se associou a informática para criar a bioinformática).

(RESULTADOS) Na análise dos resultados da pesquisa mostrou que a bioinformática é pouco conhecida mais, também muito importante tanto para ciência como para ser humano, pois proporciona inúmeras vantagens tais como: velocidade de processamentos dos dados, organização e armazenamento de dados. Com isso podemos notar que a bioinformática proporcionou à ciência a possibilidade da descoberta de diversas doenças com o projeto genoma, que antes levaria anos hoje com a ajuda da bioinformática conseguimos desvendar em questão de meses até dias.

(CONCLUSÃO) Com esta pesquisa venho mostrar que a informática esta presente nas mais diversas áreas do conhecimento inclusive na biologia. A junção da informática+biologia (Bioinformática) trouxe inúmeras vantagens como a velocidade de processamento de dados, armazenamento e organização de dados, entre outras, com isso resultados que levariam anos para serem descobertos hoje levam meses e até dias. Mostrando assim a importância hoje dessa nova área de conhecimento que tão pouco falada mais muito importante.

COLETOR DE DADOS PROGRAMÁVEL PARA LEVANTAMENTO PATRIMONIAL UTILIZANDO CREME

Autor(es):

Alessandro Marinho de Albuquerque: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Gleydson de Azevedo Ferreira Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No mundo globalizado, alguns seguimentos de mercado necessitam que seus colaboradores possam efetuar seus serviços em qualquer lugar onde estejam. Com o advento de novas tecnologias de computação móvel e comunicação, as barreiras de distância e comunicação estão ficando cada vez menores. Neste contexto de aplicações para dispositivos móveis existem algumas dificuldades. A grande diversidade de dispositivos, sistemas operacionais e configurações de hardware implicam em softwares especializados para cada dispositivo. Com o intuito de minimizar essas questões, foram criadas linguagens de programação que funcionam sobre uma máquina virtual. Entre essas linguagens pode-se destacar o Java, Symbian, etc. Na linguagem Java, para dispositivos móveis existem várias tecnologias, mas para o presente trabalho há o destaque para a tecnologia chamada J2ME (Java Micro Edition) que terá como máquina virtual o CrEme, que será objeto de estudo desse trabalho aplicado com o intuito de melhorar e assegurar mais confiabilidade nas operações relacionadas ao levantamento patrimonial no sistema SIPAC de instituições federais como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte fazendo uso de coletores de dados com Windows CE.

(METODOLOGIA) A pesquisa bibliográfica, no caso deste estudo, busca em artigos e livros, a fundamentação necessária para o enquadramento teórico na discussão referente ao tema em questão. Reunindo conhecimentos necessários sobre a programação de dispositivos móveis e em especial sobre a linguagem Java, servindo de pilar para a construção do sistema, foi utilizada a abordagem de pesquisa empírica, em razão de se desenvolver uma ferramenta que pode operar em diversos ambientes, produzindo e analisando dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural. A constituição do universo de pesquisa constitui-se da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

(RESULTADOS) O processo de levantamento patrimonial realizado na UFRN era manual e lançado no sistema SIPAC tombo a tombo do bem patrimonial. Com o advento do uso do coletor de dados se comunicando via Wi-Fi, o processo de levantamento patrimonial ganhou mais agilidade e precisão nos dados inseridos. Dependendo do levantamento patrimonial, determinados serviços de alguns setores vinham a ser prejudicados em desempenho, pois tinham que parar momentaneamente, com o uso do coletor, isso praticamente foi eliminado, pois, há agilidade na leitura de tombo. O processo de levantamento patrimonial com o uso do coletor não depende só da infraestrutura da internet, além de poder ser via Wi-Fi, foi implementado rotinas off-line que descarta a dependência do processo com a rede da instituição.

(CONCLUSÃO) Conforme o resultado mostrou, o desenvolvimento de uma ferramenta para usar em coletores de dados, em síntese, ganhou mais agilidade, eficiência e eficácia no processo de realização de levantamento patrimonial feito pelo sistema SIPAC, gerando conseqüentemente mais satisfação por parte do usuário. No fim das contas, a abordagem de comunicação Wi-Fi não gerou custos para a instituição pois ela depende unicamente da infraestrutura da rede da instituição, aproveitando também já o uso de etiquetas de código de barra já presentes nos bens patrimoniais. O desenvolvimento da ferramenta em J2ME deve ser feito com muita atenção, pois o hardware para dispositivos móveis é muito limitado em comparação a hardware de desktops, cada operação desenvolvida deve ser feita da melhor forma otimizada.

FERRAMENTA PARA REPLICAÇÃO DE BANCO DE DADOS UTILIZANDO O LOG DO POSTGRES

Autor(es):

Arlindo Rodrigues da Silva Neto: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Gleydson de Azevedo Ferreira Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais o tamanho dos Bancos de Dados (BD) corporativos tem se tornado cada vez maiores, exigindo mais recursos para armazenamento e acessibilidade. Cada banco de dados pode estar em um servidor diferente, localizado à grande distância dos demais. Qual a maneira mais rápida, segura, confiável, fácil e viável para obter essas informações? Existem inúmeras soluções para esta questão, uma delas é a Replicação de Dados. A Replicação de Dados é uma poderosa e importante tecnologia para manipulação e duplicação de cópias, mantendo e sincronizando-as automaticamente em diferentes locais, de forma que todas as cópias existentes no ambiente trabalhem com as mesmas informações. Com base em pesquisa realizada, na Superintendência de Informática da UFRN (SINFO), até o momento é bastante trabalhoso e demorado a o processo de recuperação de backup. Diante disso, com a criação de uma ferramenta para replicar os dados em tempo real para outro banco de dados, criando assim uma cópia idêntica do banco de dados que está em produção, tem-se em mente, em suprir as necessidades encontradas. Baseado no mecanismo de geração de LOG (Registro de Eventos) do PostgreSQL, a ferramenta proposta irá que ler os Eventos (logs) registrados para um banco de dados específico, e despachá-los em outro banco, que este por sua vez deverá ser um réplica do banco anterior.

(METODOLOGIA) A pesquisa bibliográfica, no caso deste estudo, busca em artigos e livros, a fundamentação necessária para o enquadramento teórico na discussão referente ao tema em questão. Reunindo conhecimentos necessários sobre Replicação de dados, Registro de Eventos do PostgreSQL e em especial sobre a linguagem Java, servindo de pilar para a construção do sistema, foi utilizado a abordagem de pesquisa empírica, em razão de se desenvolver uma ferramenta que pode operar em diversos ambientes, produzindo e analisando dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatorial. A constituição do universo de pesquisa constitui-se da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

(RESULTADOS) Através dos testes realizados conclui-se que é possível implementar, sem grandes dificuldades, uma replicação de alta disponibilidade de servidores PostgreSQL utilizando a Ferramenta Proposta, garantindo um nível de disponibilidade muito maior do que fazendo backup's e restores manuais. Os testes mostraram que os comandos SQL são replicados com perfeição em todos bancos envolvidos. É importante ressaltar, no entanto, que o sistema não é perfeito e pode apresentar falhas sob certas condições, conforme os testes também demonstraram. Além a ferramenta disponibiliza o envio de notificações via e-mail em caso de eventuais falhas. Felizmente nenhuma das falhas resultou em perda de dados, uma característica muito importante quando se trata de servidores de bancos de dados.

(CONCLUSÃO) Conforme o resultado mostrou, o desenvolvimento de uma ferramenta para replicação de dados, em síntese, ganhou mais agilidade, eficiência e eficácia no processo de realização restore, gerando conseqüentemente mais satisfação por parte do usuário, deixando menos tempo indisponível o sistema.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROTEGENDO REDES CORPORATIVAS CONTRA BOTNETS

Autor(es):

André Gustavo da Silva Azevedo: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Patrick dos Santos Ferreira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: FARN
Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Internet, rede publica mundial de computadores interconectados cresceu muito nos últimos anos, unindo redes distintas através de VPN's, redes privadas virtuais, além de inúmeros outros benefícios online como pagamento de contas, compras, vendas, etc. Mas isso tem tornado a segurança de muitos dos seus usuários um grande problema. Uma das causas tem sido o grande avanço de forma descontrolada possibilitando a propagação de softwares automatizados e maliciosos, como os tais Bot's, atacando a grande maioria dos usuários despreparados. Com apenas um computador conectado a internet de forma desprotegida você estará pondo em risco toda a sua rede privada. Por esses motivos torna-se indispensável o uso de meios de segurança como: controle e bloqueio de saída e entrada da internet usando firewalls personalizáveis, tais como o ISA Server, plataforma Windows, Endian, plataforma Linux/Unix, pfSense, plataforma FreeBSD/Unix, aplicativos de monitoração de redes registrando todo o trafego, servidores de domínios e também o uso de aplicativos antivírus.

(METODOLOGIA) As informações levantadas para a produção desta pesquisa se dão através de pesquisas exploratórias tomando como base trabalhos desenvolvidos com administração de redes e segurança da informação na empresa em que trabalho e com dados estatísticos do SIRv9, Security Intelligence Report, relatório anual de Segurança da Microsoft e boletins de segurança da Norton, McAfee e FreeBSD.

(RESULTADOS) Constantemente visitamos nossos clientes que por outros motivos alegam o não funcionamento dos softwares fabricados por nossa empresa, ao fazer uma análise logo detectamos que vírus é o grande problema, destruindo os recursos de rede. E isso tem se tornado bastante comum em alguns ambientes. Segundo dados da pesquisa realizada em mais de 600 milhões de computadores no período de 01/01/2010 à 30/06/2010 pelo SIRv9 aponta uma progressão se comparado ao primeiro trimestre do ano vimos também que só no IRC (ambientes de bate-papo) ocorre a maior forma de contaminação (38,2%), seguido de outras formas diversas (30,5%), HTTP (29,1%) e P2P (2,3%). As estatísticas apontam que as botnets mais detectadas foram: Win32/Autorun com (36,9%), Win32/Conficker, com um alto índice aqui no Brasil (23,2%), Win32/Taterf (15,6%) Win32/Sality, também muito difundido no Brasil (15,3%). Já no segundo trimestre sobre quais países são os mais afetados, os Estados Unidos teve o maior número de infecções por botnets atingindo 2,148,169 milhões de computadores, o Brasil encontra-se em segundo lugar no ranking com 550,426 mil computadores infectados, a Espanha aparece em terceiro lugar e teve o maior número de infecções da Europa (381.948), seguida por Coréia (354,906), México (331,434) e França (271,478).

(CONCLUSÃO) É visível que sem políticas de segurança os riscos iminentes de ataques bem sucedidos são elevadíssimos. Com o uso de firewalls bem configurados examinando os pacotes antes de entrar em sua rede e liberando o trafego apenas do que é necessário já é alguma coisa, e se mesmo que consigam furar esse bloqueio no mínimo devem se deparar com maquinas 100% dominadas por servidores de domínios deixando-os encurralados, sem permissões, apenas um simples arquivo morto. Análises de trafego local, antivírus eficiente e atualizado checando arquivos e os emails, implantação de chats corporativos, trazem um ambiente bastante produtivo, seguro, e sem a sensação de estar sendo observado a todo o momento enquanto checamos os estratos de nossas contas on-line e por último e não menos importante, a conscientização, educação e bom senso dos que fazem uso das ferramentas.

PÓS-GRADUAÇÃO

2010

**X CONIC
FARN**

A PESQUISA PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RN

ANAIS

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

**28 a 30 de
outubro**



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Autor(es):

Jessicleide da Guia Dantas Fernandes: Discente do Curso de Especialização em Gestão e Perícia Ambiental da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O propósito do Diagnóstico dá-se na busca de um crescimento econômico do município, que visa ao desenvolvimento nos setores de educação, saúde, turismo e meio ambiente. Para tanto, faz-se necessário a implementação de políticas públicas que se preocupem com os problemas citados, pois os mesmos são elementos importantes para qualidade de vida e elevação do nível de renda da população.

(METODOLOGIA) Os dados da pesquisa de campo foram obtidos a partir de questionários previamente elaborados; os dados primários por sua vez foram coletados através de pesquisa documental e bibliográfica.

(RESULTADOS) A pesquisa confirma a urgente necessidade de repensar o planejamento municipal a médio e longo prazo, contando com a efetiva e contínua participação da comunidade. O diagnóstico de desenvolvimento sustentável, conforme ressaltado ao longo do presente estudo, procura orientar e conduzir o processo de planejamento, execução e avaliação das ações macro-municipais, principalmente no que se refere à adoção de projetos econômicos, culturais, ambientais e sociais, todos com vistas à justiça social e ao bem comum.

(CONCLUSÃO) Meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados, estão sempre interligados; o desenvolvimento não se mantém se os recursos naturais se deterioram e o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento econômico não leva em conta as conseqüências da destruição ambiental. Para que uma sociedade seja sustentável é preciso haver integração do desenvolvimento econômico e social com a conservação ambiental.

AS CAUSAS DO DESEQUILÍBRIO AMBIENTAL NO SERIDÓ/RN

Autor(es):

Jessicleide da Guia Dantas Fernandes: Discente do Curso de Especialização em Gestão e Perícia Ambiental da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A discussão das causas e conseqüências da desertificação, degradação de terras e ocorrência de secas é um assunto complexo e ainda pouco entendido. A relação entre desertificação e seca, por um lado, e a influencia humana, de outro, ainda não foi completamente explicada. É preciso buscar a harmonia entre os seres humanos e a natureza e criar, a partir desse princípio, a consciência de nosso dever com relação às gerações futuras e a limites que a natureza e o meio ambiente nos impõem, pois sustentabilidade “significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 2003, p. 165).

(METODOLOGIA) Através de pesquisa bibliográfica, serão apresentadas informações sobre tal fenômeno que, através dos tempos, transformou a região Nordeste em uma área vulnerável à contínua perda de produtividade da terra, à exaustão de recursos naturais não-renováveis e à diminuição dos depósitos de água subterrânea.

(RESULTADOS) O Rio Grande do Norte possui um área de 53.306,8 Km², representando 0,62% do território nacional, com uma população de 2,6 milhões de habitantes, sendo 72% em área urbana e 28% em áreas rurais. Por possuir a maior parte de sua área enquadrada no semi-árido, tem uma representatividade muito grande na problemática ambiental da desertificação. O seu território esta incluído nas categorias muito grave e grave de ocorrência de desertificação, observando-se processos de degradação ambiental de importância considerável. Essas ocorrências estão situadas na Microrregião homogênea do Seridó, Salineira Norte-rio-grandense, Assu-Apodi, Serra Verde e Microrregião homogênea serrana norte-rio-grandense.

(CONCLUSÃO) A desertificação, a longo dos últimos tempos, tem causado uma diminuição drástica das terras férteis, o que, aliado ao aumento da demanda por alimentos, tem contribuído para aumentar a fome e desencadear importantes fluxos migratórios do campo para as cidades. Para minimizar esse processo destruidor é necessário conter o avanço desse processo de desertificação com medidas sociais e tecnológicas por todos os segmentos sociais dessa área territorial, envolvendo não somente os agentes governamentais, mas sobretudo toda a sociedade civil e organizada. A saída pode estar no desenvolvimento sustentável que se baseia na durabilidade do crescimento econômico, conservação da natureza e equidade social. A sustentabilidade dos recursos naturais implica limitações definidas nas possibilidades de crescimento econômico. É necessária a criação de regras que possam ser eficientes na gestão dos recursos naturais para que o homem e a natureza possam interagir de forma prudente.